

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES  
POLÍTICAS

GEISA LOURENÇO RIBEIRO

**ENLACES E DESENLACES: FAMÍLIA ESCRAVA E REPRODUÇÃO  
ENDÓGENA NO ESPÍRITO SANTO (1790-1871)**

VITÓRIA  
2012

GEISA LOURENÇO RIBEIRO

**ENLACES E DESENLACES: FAMÍLIA ESCRAVA E REPRODUÇÃO  
ENDÓGENA NO ESPÍRITO SANTO (1790-1871)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adriana Pereira Campos.

Vitória

2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

Ribeiro, Geisa Lourenço, 1986-

R484e      Enlaces e desenlaces : família escrava e reprodução  
endógena no Espírito Santo (1790-1871) / Geisa Lourenço  
Ribeiro. – 2012.

200 f. : il.

Orientador: Adriana Pereira Campos.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal  
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Escravidão - Espírito Santo (Estado). 2. Brasil - História -  
Império, 1822-1889. 3. Brasil - História - Período colonial, 1500-  
1822. I. Campos, Adriana Pereira. II. Universidade Federal do  
Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III.  
Título.

CDU: 93/99

---

GEISA LOURENÇO RIBEIRO

**ENLACES E DESENLACES: FAMÍLIA ESCRAVA E REPRODUÇÃO  
ENDÓGENA NO ESPÍRITO SANTO (1790-1871)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História.

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adriana Pereira Campos

Universidade Federal do Espírito Santo

Orientadora

---

Prof. Dr. Darío Horacio Gutiérrez Gallardo

Universidade de São Paulo

Membro Externo

---

Prof. Dr. Geraldo Antonio Soares

Universidade Federal do Espírito Santo

Membro Interno

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Patrícia Maria da Silva Merlo

Universidade Federal do Espírito Santo

Membro Interno

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, rendo graças ao Senhor! A Ele devo tudo, de modo que seria impossível ter realizado este trabalho sem Sua bondosa ajuda.

Aos meus pais, Mançuir e Sebastiana, preciso agradecer o empenho, dedicação, incentivo, compreensão, apoio e amor, fundamentais ao longo da vida, e, sobretudo, desta jornada. Agradeço a Geani, irmã e amiga, pela cumplicidade, amor, distração, oferecidos com seu peculiar jeitinho que aprendi a amar. Agradeço muito a Júlio, um irmão que a vida me trouxe. Sou grata a todos os familiares que me apoiam, torcem e se alegram com as minhas vitórias. De modo especial, devoto minha gratidão ao padrinho Aroldo, às madrinhas Marilene e Marlete e à afilhada Mariana (meu pedacinho do Céu).

A Bíblia ensina que um amigo fiel é um tesouro (Eclo. 6,14-17). Aos antigos e novos integrantes do meu tesouro tão precioso, garimpados na escola, na graduação, no Majestic, na ECBH, no mestrado... Obrigada por fazer parte da minha vida, por facilitar e colorir a caminhada. Peço perdão por não mencionar o nome de todos, mas preciso apontar alguns que ofereceram apoio inestimável nesta jornada: Kátia, Polyanna, Rafaela e Valdinéia. Registro minha gratidão aos colegas do Laboratório História, Cotidiano e Poder pelo companheirismo, sobretudo à Aline e Gabriela. Também agradeço de modo especial à secretária do PPGHis e minha amiga Ivana.

Agradeço imensamente à Profa. Adriana Pereira Campos por ter me despertado o interesse pela pesquisa e orientado meus estudos desde a graduação. Seu apoio, incentivo, paciência, críticas, conselhos, enfim, sua ajuda foi fundamental para este trabalho. Aos professores Geraldo Antonio Soares e Patrícia M. da Silva Merlo, historiadores por quem tenho profunda admiração, agradeço a leitura do material de qualificação, as considerações feitas na ocasião e a participação na banca de defesa. Meus agradecimentos ao professor Horácio Gutiérrez que gentilmente aceitou examinar o trabalho e compor a banca. Também preciso registrar minha gratidão a todos os professores do PPGHis por enriquecer minha formação.

Gostaria de agradecer o importante apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES) que me concedeu bolsa de pesquisa; à atenção e auxílio dos funcionários do Cartório Braga, e a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a construção deste trabalho e torceram por mim.

“Existe uma história do povo negro sem o Brasil. Mas não existe uma história do Brasil sem o povo negro.”

Januário Garcia

## RESUMO

A existência de famílias escravas, durante muito tempo oculta pela historiografia brasileira, já não é questionada pelos estudiosos que, atualmente, se concentram em investigar seus significados sociais, políticos e econômicos. A amplitude territorial e cronológica na qual se desenvolveu a escravidão no Brasil justifica o interesse contínuo no assunto, sobre o qual versa este trabalho. O Espírito Santo, por sua íntima relação com a escravidão e por abrigar em seu território tanto áreas produtoras de alimentos em pequenas propriedades quanto grandes fazendas agroexportadoras, constituiu *locus* privilegiado para a análise. A partir de inventários *post-mortem*, registros eclesiásticos de casamento, relatórios de presidentes da Província e censos, produzidos entre os decênios finais do período colonial e a Lei Rio Branco, responsável por libertar o ventre cativo, em 1871, procurou-se analisar a importância da reprodução endógena, isto é, da família escrava para a reprodução da sociedade escravista. O objetivo principal foi perseguido sem perder de vista a iniciativa das pessoas submetidas ao cativo e o jogo de interesses que envolviam os enlaces e desenlaces familiares.

Palavras-chave: Escravidão; Famílias escravas; Espírito Santo; Brasil Império.

## **ABSTRACT**

The existence of slave families, for a long time hidden by the Brazilian historiography, is no longer questioned by researchers who currently focus on investigating its social, political and economical meanings. The spatial and chronological extent in which slavery developed in Brazil justifies the sustained interest in the subject, on which this paper refers to. The state of Espírito Santo, by its close relation with slavery and by sheltering in its territory food producing areas both in small farms and also in large farms devoted to agricultural exports, constituted a privileged locus for the analysis. From post-mortem inventories, ecclesiastical marriage records, reports made by the province presidents and also census, produced between the final decades of the colonial period and the Rio Branco Law, responsible for freeing the newborn children of slaves, in 1871, the analysis of the importance of endogenous reproduction has been sought, in other words, from the slave family to the reproduction of the slavocratic society. The main objective was pursued bearing in mind the initiative of individuals kept under bondages and set of interests that involved the familiar couplings and dissolutions.

Keywords: slavery; slave families; Espírito Santo (state); Brazil Empire.



## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA NO ESPÍRITO SANTO (SÉCULO XIX).....	51
GRÁFICO 2. RAZÃO DE AFRICANIDADE POR SEXO NOS PERÍODOS SELECIONADOS (ESPÍRITO SANTO).....	65
GRÁFICO 3. PIRÂMIDE ETÁRIO-SEXUAL DA POPULAÇÃO ESCRAVA (REGIÃO CENTRAL-ES, 1790-1821) .....	83
GRÁFICO 4. PIRÂMIDE ETÁRIO-SEXUAL DA POPULAÇÃO ESCRAVA (REGIÃO CENTRAL-ES, 1850-1871) .....	83
GRÁFICO 5. EXPORTAÇÃO DE CAFÉ E AÇÚCAR (ESPÍRITO SANTO, SÉCULO XIX) .....	92
GRÁFICO 6. DISTRIBUIÇÃO (%) SEXUAL DE CRIoulos E AFRICANOS (REGIÕES SUL E CENTRAL-ES, 1850-1871) .....	124
GRÁFICO 7. PIRÂMIDE ETÁRIO-SEXUAL DA POPULAÇÃO ESCRAVA (REGIÃO SUL-ES, 1850-1871) .....	129
GRÁFICO 8. DURAÇÃO DAS FAMÍLIAS FORMADAS POR ESCRAVOS CASADOS, VIÚVOS OU SOLTEIROS (ESPÍRITO SANTO, 1850-1871) .....	169

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1. GÊNEROS IMPORTADOS E EXPORTADOS POR VITÓRIA-ES (1790).....	35
TABELA 2. GÊNEROS DE LAVOURA EXPORTADOS PELA REGIÃO CENTRAL-ES (1852).....	40
TABELA 3. POPULAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO RESIDENTE EM VILAS (1790) .....	43
TABELA 4. POPULAÇÃO COLONIAL POR CAPITANIAS SELECIONADAS.....	45
TABELA 5. POPULAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO (1827) .....	48
TABELA 6. POPULAÇÃO DE VITÓRIA-ES (1872).....	52
TABELA 7. POPULAÇÃO ESCRAVA DO ESPÍRITO SANTO POR MUNICÍPIO (1872).....	54
TABELA 8. PRESENÇA ESCRAVA NOS INVENTÁRIOS (REGIÃO CENTRAL-ES).....	56
TABELA 9. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE POSSE (REGIÃO CENTRAL-ES) .....	57
TABELA 10. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE POSSE POR DÉCADA (MARIANA- MG) .....	60
TABELA 11. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE POSSE POR DÉCADA (REGIÃO CENTRAL-ES) ...	61
TABELA 12. ORIGEM DOS ESCRAVOS POR PERÍODO (REGIÃO CENTRAL-ES).....	63
TABELA 13. ORIGEM DOS CATIVOS POR POSSE E PERÍODO (REGIÃO CENTRAL-ES).....	67
TABELA 14. DISTRIBUIÇÃO SEXUAL DOS AFRICANOS (%) POR TAMANHO DA ESCRAVARIA (REGIÃO CENTRAL-ES) .....	68
TABELA 15. RAZÃO DE MASCULINIDADE DA POPULAÇÃO ESCRAVA POR FAIXA ETÁRIA (REGIÃO CENTRAL-ES, 1790-1821).....	70
TABELA 16. ESTRUTURA DE POSSE DE ESCRAVOS POR FAIXA ETÁRIA NA REGIÃO CENTRAL-ES, 1790-1821.....	74
TABELA 17. CONDIÇÃO FÍSICA DOS ESCRAVOS (REGIÃO CENTRAL, 1790-1821).....	76
TABELA 19. RAZÃO DE MASCULINIDADE DA POPULAÇÃO ESCRAVA POR FAIXA ETÁRIA ( REGIÃO CENTRAL, 1850-1871).....	82
TABELA 20. ESTRUTURA DE POSSE DE ESCRAVOS POR FAIXA ETÁRIA, REGIÃO CENTRAL (1850-1871) .....	84
TABELA 21. CAFÉ E AÇÚCAR EXPORTADOS POR VITÓRIA E ITAPEMIRIM (1852).....	93
TABELA 22. AVALIAÇÃO DO CAFEZAL DAS REGIÕES CENTRAL E SUL (ESPÍRITO SANTO, 1850-1871) .....	97
TABELA 23. CAFEZAIS DA REGIÃO SUL DO ESPÍRITO SANTO (1850-1871).....	99
TABELA 24. COMPARATIVO DA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO ESCRAVOS NA REGIÃO DE ITAPEMIRIM E OUTRAS REGIÕES CAFEZEIRAS DO PAÍS (1883).....	100

TABELA 25. PRODUTIVIDADE DO TRABALHO ESCRAVO NAS MAIORES FAZENDAS CAFEIEIRAS DA REGIÃO SUL-ES (1850-1871).....	101
TABELA 26. POPULAÇÃO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES (1872).....	111
TABELA 27. PRESENÇA ESCRAVA NOS INVENTÁRIOS (ESPÍRITO SANTO, 1850-1871) .....	114
TABELA 28. ESTRUTURA DE POSSE NA REGIÃO SUL (1850-1871) .....	116
TABELA 29. ORIGEM DOS ESCRAVOS DA REGIÃO CENTRAL E SUL (1850-1871).....	119
TABELA 30. ORIGEM E SEXO DA POPULAÇÃO ESCRAVA NA REGIÃO SUL (1850-1871) .....	122
TABELA 31. ORIGEM DOS ESCRAVOS POR TAMANHO DA POSSE (REGIÃO SUL, 1850-1871)	125
TABELA 32. DISTRIBUIÇÃO (%) SEXUAL DOS ESCRAVOS POR POSSE (REGIÃO SUL, 1850-1871) .....	126
TABELA 33. RAZÃO DE MASCULINIDADE POR FAIXA ETÁRIA (ESPÍRITO SANTO, 1850-1871)	128
TABELA 34. POPULAÇÃO ESCRAVA POR FAIXA ETÁRIA (ESPÍRITO SANTO, 1850-1871).....	131
TABELA 35. CONDIÇÃO FÍSICA DOS ESCRAVOS (REGIÃO SUL, 1850-1871) .....	134
TABELA 36. ESTRUTURA DE POSSE DE ESCRAVOS POR FAIXA ETÁRIA (REGIÃO SUL, 1850-1871) .....	137
TABELA 37. PARTICIPAÇÃO (%) DOS ESCRAVOS EM RELAÇÕES FAMILIARES SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA (ESPÍRITO SANTO) .....	143
TABELA 38. PARTICIPAÇÃO (%) DOS ESCRAVOS EM RELAÇÕES FAMILIARES SEGUNDO O TAMANHO DA POSSE (ESPÍRITO SANTO).....	145
TABELA 39. MULHERES COM 15 OU MAIS ANOS CASADAS, VIÚVAS OU MÃES SOLTEIRAS (ESPÍRITO SANTO).....	147
TABELA 40. HOMENS COM 15 OU MAIS ANOS CASADOS, VIÚVOS OU PAIS SOLTEIROS.....	148
TABELA 41. Nº DE FILHOS EM FAMÍLIAS CHEFIADAS POR SOLTEIROS (ESPÍRITO SANTO) ..	156
TABELA 42. Nº DE FILHOS EM FAMÍLIAS CHEFIADAS POR CASADOS (ESPÍRITO SANTO) .....	156
TABELA 43. IDADE DOS CÔNJUGES ESCRAVOS NO ESPÍRITO SANTO .....	160
TABELA 44. DIFERENÇA ETÁRIA ENTRE OS CÔNJUGES ESCRAVOS NO ESPÍRITO SANTO ..	163
TABELA 45. CASAIS DE ESCRAVOS POR ORIGEM NO ESPÍRITO SANTO .....	164
TABELA 46. PERMANÊNCIA DAS FAMÍLIAS APÓS A PARTILHA DA HERANÇA POR TAMANHO DE POSSE NO ESPÍRITO SANTO (%).....	171
TABELA 47. PERMANÊNCIA DAS FAMÍLIAS APÓS A PARTILHA DA HERANÇA NO ESPÍRITO SANTO (%).....	173
TABELA 48. RAZÃO CRIANÇA/MULHER NA POPULAÇÃO ESCRAVA DO ESPÍRITO SANTO.....	179

## LISTA DE MAPAS E QUADROS

MAPA 1. PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO NO FINAL DO SÉCULO XIX.....	23
QUADRO 1. FAMÍLIA DE PHELIPE DA COSTA E ALEXANDRA.....	152
QUADRO 2. FAMÍLIA DE MARIA E GASPAR, ESCRAVOS DE JOSÉ BARBOZA DE LIMA.....	168
QUADRO 3. FAMÍLIA DE EDUARDO E BÁRBARA, ESCRAVOS DE JOSÉ BARBOZA DE LIMA.....	181
QUADRO 4. AVALIAÇÃO DOS MEMBROS DA FAMÍLIA DE EDUARDO E BÁRBARA NOS INVENTÁRIOS DE JOAQUINA MARGARIDA DA SILVA LIMA (1864) E JOSÉ BARBOZA DE LIMA (1867).....	184

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1. REPRODUÇÃO DA SOCIEDADE ESCRAVISTA NUMA REGIÃO DEDICADA AO MERCADO INTERNO: O CENTRO DO ESPÍRITO SANTO .....</b>	<b>24</b>
1.1. NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	24
1.2. “TERRA CAPAZ DE TODA A PRODUÇÃO”: PANORAMA ECONÔMICO DA REGIÃO CENTRAL .....	27
1.3. A PAISAGEM HUMANA DA REGIÃO CENTRAL DO ESPÍRITO SANTO .....	42
1.4. A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS TAMBÉM PRECISA DE BRAÇOS CATIVOS: ESTRUTURA DE POSSE NA REGIÃO CENTRAL-ES .....	55
1.5. ORIGEM DOS ESCRAVOS NUMA REGIÃO NÃO EXPORTADORA.....	62
1.6. PERFIL DEMOGRÁFICO DOS ESCRAVOS DA REGIÃO CENTRAL.....	69
<b>2. A ECONOMIA DEDICADA À EXPORTAÇÃO E A MANUTENÇÃO DO SISTEMA ESCRAVISTA APÓS 1850: A REGIÃO SUL DO ESPÍRITO .....</b>	<b>87</b>
2.1. NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	87
2.2. REGIÃO SUL: REDUTO DA GRANDE LAVOURA DO ESPÍRITO SANTO? .....	90
2.3. PAISAGEM HUMANA NO SUL: NOVOS TEMPOS NO ESPÍRITO SANTO .....	105
2.4. ESTRUTURA DE POSSE NA REGIÃO AGROEXPORTADORA DO ESPÍRITO SANTO.....	113
2.5. ORIGEM DOS ESCRAVOS NOS DOMÍNIOS DA GRANDE LAVOURA .....	117
2.6. PERFIL DEMOGRÁFICO DOS ESCRAVOS DA REGIÃO SUL .....	127
<b>3. RETRATOS DA FAMÍLIA ESCRAVA NO ESPÍRITO SANTO .....</b>	<b>140</b>
3.1. NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	140
3.2. O PERFIL DA FAMÍLIA ESCRAVA NO ESPÍRITO SANTO.....	142
3.3. ENLACES E DESENLACES: A ESTABILIDADE DAS FAMÍLIAS ESCRAVAS NO ESPÍRITO SANTO .....	166
3.4. A FAMÍLIA ESCRAVA E A REPRODUÇÃO DA SOCIEDADE ESCRAVISTA .....	178
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>187</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>191</b>

## INTRODUÇÃO

A escravidão no Brasil é objeto de interesse de estudiosos nativos e estrangeiros há bastante tempo – indicativo da importância dessa instituição para nossa história. Entretanto, até a década de 1970, predominavam as macroexplicações repletas de simplificações e generalizações que obscureceram diversos aspectos da sociedade escravista brasileira. O ocultamento da família escrava foi uma das consequências dessa situação.

Enquanto explicações de cunho racista, econômica, sociológica e culturalista,<sup>1</sup> rivalizavam entre si, predominava a crença na impossibilidade de constituição de sólidos laços familiares pelos escravos brasileiros. Quando consolidados, seriam apenas exceções. Afinal, seres brutalizados pelo sistema escravista seriam incapazes de produzir sentimentos diferentes daqueles provocados pela violência a que eram impostos.<sup>2</sup> Somadas à ferocidade da escravidão estariam as restrições impostas pelo cativo que, ao selecionar homens na fase considerada mais produtiva para o trabalho, dificultaria o encontro de parceiros e, por conseguinte, a formação de casais estáveis.

Diferentemente do que afirmavam seus defensores contemporâneos,<sup>3</sup> a escravidão teria prejudicado inteiramente a sociedade brasileira. Emília Viotti da Costa, por exemplo, afirmava que a instituição escravista teria provocado a dissociação entre princípios morais e conduta ética na sociedade ao favorecer a vigência de códigos de ética contraditórios. Diante dessa situação, como se relacionariam os escravos com outras pessoas submetidas ao cativo ou fora de seus limites? Segundo Viotti da Costa:

Ao mesmo tempo em que degradou o trabalho e corrompeu as relações entre os brancos, a escravidão desorganizou a vida familiar. O intercâmbio

---

<sup>1</sup> Cf. RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os africanos no Brasil*. Revisão e prefácio de Homero Pires, notas biobibliográficas de Fernando Sales, 5ª ed. São Paulo: Nacional, 1977; FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. 25ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987; PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. 18ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à colônia*. 3ª ed. São Paulo: UNESP, 1998; FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classe*. 2º vol. São Paulo: Dominus/Edusp, 1965.

<sup>2</sup> Cf. CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 2ª Ed.

<sup>3</sup> Sidney Chalhoub nos informa que o próprio Eusébio de Queiroz, após a aprovação de seu projeto de Lei responsável pelo fim do tráfico negreiro para o Brasil, reconhece o erro cometido por toda a nação ao escravizar pessoas livres, contudo, justifica-o por considerá-lo necessário à sobrevivência nacional. Cf. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

sexual entre senhor e escrava deu margem a que se fixassem preferências por certos vícios e anomalias sexuais (masoquismo – sadismo), estimuladas pela situação que a escravidão criara. De um lado, havia a família branca, aparentemente monogâmica; de outro, a *promiscuidade das senzalas* a incitar e favorecer a poligamia do senhor [grifo nosso].<sup>4</sup>

A promiscuidade das senzalas seria favorecida, na opinião da autora, por diversos fatores tais como a desorganização das tradições africanas; o interesse econômico do senhor que preferiria relações passageiras e não abençoadas pela Igreja para seus cativos; e a grande diferença entre o número de homens e mulheres produzido pela seleção sexual do tráfico atlântico. Tudo isso contribuía, na opinião de Costa, para a manutenção da licenciosidade nas senzalas, da qual poderiam se beneficiar os senhores pelo aumento de sua escravaria e pela precariedade dos laços familiares entre os cativos que lhes impedia de estabelecer vínculos de solidariedade e de companheirismo.

Algumas mudanças na década de 1970 como a valorização das pesquisas empíricas, a adoção de diferentes fontes – especialmente demográficas e quantificáveis – e as novas perspectivas de análise permitiram uma revisão na historiografia brasileira. Tal revisão possibilitou o reconhecimento dos escravos como sujeitos históricos, a reconsideração e o questionamento de inúmeros aspectos da escravidão como a suposta ausência de solidariedade entre os cativos e o predomínio da promiscuidade nas senzalas.<sup>5</sup>

O brasilianista Robert Slenes,<sup>6</sup> por exemplo, não apenas constatou a existência de famílias escravas em Campinas-SP, como as considerou elemento decisivo para a criação de uma comunidade cativa. Apesar de reconhecer a divisão gerada pela política de incentivos senhorial que provocava a competição entre os escravos pelos poucos recursos dentro do cativeiro,<sup>7</sup> o autor acredita em certa unidade gerada pelo compartilhamento de experiências, valores e memórias pelos cativos.

Segundo a perspectiva de Slenes, a família escrava representaria um perigo constante à hegemonia dos senhores enquanto criadora de condições para a

<sup>4</sup> COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à colônia*. 3ª ed. São Paulo: UNESP, 1998. p.16.

<sup>5</sup> Cf. FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997; SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

<sup>6</sup> SLENES, 1999.

<sup>7</sup> A argumentação do autor dialoga diretamente com o seguinte trabalho: CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

subversão e a rebelião. Enquanto “projeto de vida”, não restrito a estratégias centradas em laços de parentesco, a família expressaria um mundo mais amplo criado a partir das “esperanças e recordações” dos escravos e, por isso, constituiria elemento cultural importante para a formação de identidades no cativo, “conscientemente antagônica à dos senhores e compartilhada por uma grande parte dos cativos”.<sup>8</sup>

Outro trabalho fundamental originado a partir da revisão historiográfica é o de Manolo Florentino e José Roberto Góes que questiona o caráter excepcional atribuído às relações familiares envolvendo cativos e inaugura importante discussão sobre a importância da escravidão para a comunidade cativa e para o próprio escravismo.<sup>9</sup>

Conforme sugerido pelo título do livro, “Paz nas Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico”, os autores investigaram a família escrava considerando a sua relação com o tráfico atlântico. Segundo Florentino e Góes, a recorrente chegada de estrangeiros criava no ambiente das grandes propriedades um clima propenso à dissensão e ao conflito. Diante dessa situação, a produção de parentes configurar-se-ia como um instrumento para estabelecer a paz por meio da criação de regras e, conseqüentemente, o distanciamento do conflito. Assim, o parentesco, além de cimentar a comunidade cativa, beneficiaria os senhores com a renda política que dele poderiam auferir.<sup>10</sup>

Importa ressaltar que, ao reconhecer o valor da família para a manutenção do escravismo, Florentino e Góes não diminuem a sua importância para os próprios cativos e, tampouco excluem sua capacidade de ação. Segundo os autores, as relações familiares – consanguíneas, matrimoniais ou por afinidade – possuíam amplo reconhecimento nas comunidades cativa e livre, não se limitando especialmente a determinadas escravarias nem à condição jurídica dos envolvidos.<sup>11</sup> A família escrava, enquanto meio de organização e pacificação dos cativos, teria lhes fornecido sólidos pilares para a construção e reconstrução de padrões mentais e de comportamento próprios de uma cultura afrobrasileira.

---

<sup>8</sup> SLENES, 1999, p. 49.

<sup>9</sup> A obra de Florentino e Góes é anterior a de Slenes que, de certa forma, é uma resposta a ela.

<sup>10</sup> FLORENTINO & GÓES, 1997, p. 32-37.

<sup>11</sup> Ibid., p. 81.



Stuart Schwartz, em “Escravos, Roceiros e Rebeldes”,<sup>12</sup> ao salientar o papel dos cativos na construção de suas vidas e na própria formação da sociedade escravocrata, mas sem perder de vista as limitações impostas pelo sistema opressor, corrobora a afirmação de Florentino e Góes referente à complexidade das relações sociais no Brasil. Nas palavras do autor:

[...] procurei demonstrar não só como o regime de trabalho na lavoura definiu os contornos da vida escrava, mas também como era possível utilizar os objetivos e as aspirações dos escravos para fazer com que o regime funcionasse tranquilamente. Não pretendo negar a iniciativa dos escravos nem denegrir sua luta para a melhoria de vida, mas, pelo contrário, mostrar como os senhores usavam essa luta, pelo menos em curto prazo, para atingir suas metas.<sup>13</sup>

O trabalho de Florentino e Góes, Slenes e Schwartz são, inegavelmente, fundamentais para a compreensão da família escrava no Brasil. Entretanto, estas pesquisas se baseiam em regiões conhecidas por seu dinamismo econômico durante as fases Colonial e Imperial de nossa história, sendo marcadas pela dependência em relação ao tráfico atlântico, por grandes escravarias e pela dedicação ao cultivo de gêneros agrícolas voltados para o mercado externo.

Mais recentemente os pesquisadores têm-se voltado para áreas diferentes das *plantations* do Sudeste ou do Recôncavo Baiano a fim de determinar a validade daquelas conclusões para regiões caracterizadas pela pequena propriedade, distantes do tráfico de africanos e voltadas para o mercado interno, conforme fora indicado por Horácio Gutiérrez ainda no centenário da Abolição.<sup>14</sup> Em estudo pioneiro sobre a importância dos crioulos no sistema escravista, o autor ressaltou a necessidade de pesquisas em outras regiões do Brasil a fim de confirmar a tendência encontrada por ele no Paraná ou caracterizá-la como atípica no cenário brasileiro.

Heloísa Maria Teixeira,<sup>15</sup> ao investigar a região de Mariana, nas Minas Gerais da segunda metade do Oitocentos, encontrou diferenças interessantes em relação ao Rio de Janeiro que confirmam a tendência indicada por Gutiérrez. A autora confirmou a importância dos laços familiares para os cativos de maneira semelhante ao que foi realizado por Florentino e Góes. Contudo, Teixeira defendeu, a partir de

<sup>12</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

<sup>13</sup> SCHWARTZ, 2001, p. 295.

<sup>14</sup> GUTIÉRREZ, Horácio. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8, nº 16, p.161-188, mar.88/ago.88.

<sup>15</sup> TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana 1850-1888*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2002.

suas pesquisas no município mineiro, o valor da reprodução natural para a manutenção do escravismo em uma sociedade distante do tráfico Atlântico, diferindo, portanto, das conclusões daqueles autores para o agro fluminense no momento anterior à extinção definitiva do tráfico de africanos para o Brasil. Nas áreas de *plantations* do Sudeste, antes de 1850, foi constatada a indispensabilidade da reposição da mão de obra escrava via importação, ainda que o acréscimo de escravos por meio da natalidade não pudesse ser desprezado.

Outras pesquisas como a de Laird Bergad<sup>16</sup>, também em Minas Gerais, e de Cacilda Machado,<sup>17</sup> em São José dos Pinhais (PR), seguem a mesma tendência de Heloísa Maria Teixeira, alertando para a necessidade de expansão das pesquisas referentes à escravidão e, especificamente, sobre as relações familiares entre cativos para responder aos inúmeros questionamentos suscitados ao longo dos últimos anos sobre o assunto que ainda não foram plenamente respondidos – ao menos para todo o Brasil em sua extensa história de mais de três séculos de escravidão de africanos e descendentes.

Afinal, seria viável o estabelecimento de relações familiares envolvendo escravos em localidades caracterizadas por pequenas propriedades? Senhores de restrito capital para competir no mercado atlântico teriam investido na reprodução natural de suas escravarias como meio de assegurar braços para o trabalho? A importância da família escrava para a manutenção/ampliação da mão de obra em regiões afastadas do mercado atlântico era equivalente ao das *plantations*? Quais os significados da família escrava em um contexto diferente das grandes propriedades do Sudeste de economia agro exportadora? As conclusões obtidas para o Rio de Janeiro ou São Paulo são aplicáveis a todas as áreas brasileiras de grande lavoura?

O objetivo desta dissertação é investigar essas questões. Por várias razões, o Espírito Santo constitui *locus* privilegiado para o estudo da problemática acerca da família escrava. Em primeiro lugar, há que se destacar a importância da instituição escravista para esta Província. Somos informados por Vilma Almada<sup>18</sup> que o uso da

---

<sup>16</sup> BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

<sup>17</sup> MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais-PR, passagem do XVIII para o XIX)*. Tese de doutorado apresentado à UFRJ, 2006.

<sup>18</sup> ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Escravidão e transição: Espírito Santo, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

mão de obra escrava em solo capixaba ocupou lugar importante até a extinção legal da escravidão, em 1888. Outra historiadora, Nara Saletto,<sup>19</sup> oferece dados que dimensionam a difusão da população cativa e sua importância para a economia local.

Segundo Saletto, em 1872 o Espírito Santo possuía 1 escravo para cada 2,6 habitantes livres, o que lhe conferia o segundo lugar entre as províncias brasileiras na proporção de cativos. Se recordarmos que esses dados foram produzidos após as duas principais Leis antiescravistas do Brasil, a Eusébio de Queirós, responsável por eliminar o tráfico de africanos, em 1850, e a Rio Branco que libertou o ventre das cativas e tratou do fundo de emancipação, em 1871, entre outros assuntos, assimilamos melhor seu valor.

A segunda razão pela qual o Espírito Santo torna-se interessante para a análise da família escrava refere-se as suas características distintas das áreas assinaladas pelas *plantations* – afirmação válida para a região Central em todo o período estudado.<sup>20</sup> Observamos nessa área da Capitania/Província espiritosantense, local onde se situava a Capital, Vitória, uma região qualificada pelas pequenas propriedades dedicadas à produção de gêneros agrícolas destinados ao mercado interno e também ao comércio com outros recantos da Colônia, como foi observado por Enaile Flauzina Carvalho.<sup>21</sup> O afastamento do comércio atlântico é outro aspecto distintivo do Espírito Santo que deve ser considerado, uma vez que se configura elemento fundamental nos estudos do tema abordado.

A expansão cafeeira, na segunda metade do século XIX, proporcionou o surgimento de grandes fazendas nos vales dos rios Itapemirim e Itabapoana. A ocupação diferenciada das terras meridionais da Província estabeleceu diferenças significativas quanto à economia, sociedade e população em relação à área mais

---

<sup>19</sup> Saletto, Nara. Sobre a composição étnica da população capixaba. *Dimensões* - Revista de História da UFES, Vitória, ES, v. 11, 2000, p. 99-109. Acessado em 20 de abril de 2010.

<sup>20</sup> A designação de região Central e Sul foi adotada por ser a mesma utilizada nos documentos da época, segundo nos informa Aloíza de Jesus. As duas regiões são representadas no mapa 1, *grosso modo*, pelas Comarcas de Vitória e Reis Magos (Central) e Itapemirim (Sul). Ainda segundo Aloíza de Jesus, a Comarca dos Reis Magos foi fundada em 1860 como Santa Cruz. Dois anos depois muda de nome e passa a abrigar as vilas de Nova Almeida, Santa Cruz e Linhares que antes eram de jurisdição de Vitória. JESUS, Aloíza Delurde Reali de. *De porta adentro a porta afora: trabalho escravo nas freguesias do Espírito Santo (1850-1871)*. Dissertação de mestrado apresentado ao PPGHis-UFES, 2009. p. 27-32.

<sup>21</sup> CARVALHO, Enaile Flauzina *Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo (1790-1821)*. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGHis/UFES, 2008.

antiga, próximo à Capital. As distinções dentro da mesma unidade administrativa – de um lado, pequenas propriedades dedicadas à produção de alimentos; de outro, uma região de grandes propriedades voltadas para o mercado externo – aumentam a curiosidade sobre a Província (o mapa 1 oferece visão geral sobre o Espírito Santo no final do século XIX).

Apesar das características privilegiadas para análise, contudo, o Espírito Santo não acompanhou o “boom” de crescimento da historiografia brasileira observado nas últimas décadas sobre as relações familiares envolvendo escravos, como constatado por Patrícia M. da Silva Merlo<sup>22</sup> que, igualmente, verificou a existência de famílias escravas estáveis em Vitória.

A produção capixaba começou, é verdade, ainda na década de 1980 quando a professora Vilma Almada Paraíso pesquisou os últimos decênios da instituição escravista e a transição para o trabalho livre na Província do Espírito Santo<sup>23</sup> e, logo depois, com a investigação do professor Cleber Maciel a respeito de uma possível cultura afrocapixaba.<sup>24</sup> No entanto, os trabalhos acerca do assunto, ainda que competentes, são raros e limitados espacial ou temporalmente, tendo seu número crescido apenas muito recentemente com o estabelecimento do núcleo de pesquisas na Universidade Federal do Espírito Santo sob a direção da professora Adriana Pereira Campos.<sup>25</sup>

Conforme dito anteriormente, as questões levantadas pela historiografia dedicada à família escrava, especialmente aquelas que se referem às regiões distantes do tráfico atlântico e das *plantations*, ainda não foram completamente respondidas. Participar dessa discussão por meio do estudo do Espírito Santo é nossa intenção, uma vez que a existência da família escrava nessas terras já foi verificada por Patrícia Merlo de forma exemplar. Interessa-nos aprofundar o debate a respeito de sua importância no contexto espiritosantense.

Na Capitania do Espírito Santo, qual teria sido o peso da reprodução natural para a manutenção ou ampliação do sistema escravista? Após o fim do tráfico atlântico, em 1850, e as mudanças ocorridas a partir do advento do café, o papel da família

---

<sup>22</sup> MERLO, Patrícia da Silva. *O nó e o ninho: estudo sobre a família escrava em Vitória-ES, 1800-1871*. Tese de doutorado apresentado à UFF, 2008.

<sup>23</sup> ALMADA, 1984.

<sup>24</sup> MACIEL, Cleber. Origens de uma possível cultura afro-capixaba. *Revista de História*, nº 03, 1993.

<sup>25</sup> Sob a orientação da Prof<sup>a</sup>., diversos projetos de iniciação científica, monografias e dissertações já foram produzidos. Os trabalhos podem ser conferidos em: <[www.cchn.ufes.br/nudes](http://www.cchn.ufes.br/nudes)>.

escrava foi o mesmo em áreas da Província tão diferentes quanto Cachoeiro de Itapemirim e Vitória? Ou melhor, as especificidades da Região Sul contribuíram para a formação de sólidas relações familiares entre os escravos? O tráfico interprovincial, na segunda metade do XIX, interferiu na composição e/ou estabilidade da família escrava no Espírito Santo? É possível perceber variações intraprovinciais no grau de autonomia dos escravos na construção de seus relacionamentos?

A fim de buscar respostas para os questionamentos norteadores desta pesquisa recorreremos a fontes de diversas origens, constituindo o principal *corpus* documental os inventários *post-mortem*. Esse tipo de fonte, caracterizada por certa homogeneidade, permitiu identificar a formação de famílias escravas por posse e relacioná-la ao nível de riqueza de seu proprietário, bem como investigar a estabilidade familiar frente às partilhas por ocasião da divisão do patrimônio entre os herdeiros do senhor.

Outrossim, recorreremos aos dados censitários, Relatórios de Presidente de Província, legislação eclesiástica e civil produzida ou utilizada no período, de forma a complementar a documentação principal.

O conjunto dos documentos permitiu a visualização dos principais arranjos familiares, sobretudo aqueles fundados perante a Igreja. Ainda que os significados do matrimônio fossem diferentes para escravos e senhores, como alerta Schwartz,<sup>26</sup> sua celebração demonstrou-se importante nos momentos de maior dificuldade enfrentados pelos casais. As uniões formadas sem as bênçãos eclesiásticas foram mais limitadas quanto às informações e, por isso, podem ter parecido ao olhar desatento como efêmeras e promíscuas. A observação mais detida, entretanto, revela indícios de relacionamentos consensuais, duráveis, estáveis – o que não significa afirmar que todos os enlaces apenas se encerraram pela morte de um dos cônjuges ou interferências senhoriais.

A identificação de laços parentais por consanguinidade e casamento oferece possibilidades para a discussão da solidariedade e cooperação entre membros familiares escravos pertencentes a diversos proprietários, bem como a interação com o mundo livre/liberto. Tal qual Giovanni Levi, guardadas as devidas proporções,

---

<sup>26</sup> SCHWARTZ, 1988, p. 310.

consideramos a família como um conjunto de parentes e aliados, envolvidos em “redes mais complexas de sustentação material e psicológica, afetiva e política que, frequentemente, vão além do restrito núcleo co-residente”.<sup>27</sup>

A documentação utilizada caracteriza-se pela natureza demográfica e quantificável que permitiu, desde a década de 1970, o desenvolvimento da demografia histórica e, dentro dessa área, os avanços no estudo da escravidão no Brasil. Diante disso, utilizamos um programa de estatística conhecido por SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences* – para realizar a análise dos vários bancos de dados construídos a partir dos registros eclesiásticos<sup>28</sup> e dos inventários.<sup>29</sup> Os resultados obtidos traduziram-se em tabelas, gráficos, quadros tendo como pretensão facilitar sua leitura e discussão.

Atentos ao alerta de Carlo Ginzburg sobre a dificuldade de compreender os problemas cotidianos por meio da investigação quantitativa de longo período, que poderia resultar em uma história homogeneizada e abstrata,<sup>30</sup> procurou-se realizar a análise dos documentos de maneira atenta para possíveis vestígios, sinais, indícios reveladores de aspectos da sociedade espiritosantense que não poderiam ser apreendidos em modelos formais.<sup>31</sup> Sempre que permitido pela fonte, procurou-se reduzir a escala de observação na tentativa de enxergar aspectos que escapam à análise serial.

A seleção dos inventários pautou-se no recorte temporal feito pela pesquisa. O primeiro período compreende o final da fase colonial, estendendo-se de 1790 a 1821 – a última década do Setecentos foi selecionada por ser mais semelhante ao século XIX do que propriamente ao XVIII. O segundo intervalo está delimitado pela

---

<sup>27</sup> LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

<sup>28</sup> O Livro de Casamento de São Pedro do Cachoeiro foi fotografado pelas colegas do Laboratório História, Cotidiano e Poder, Rafaela Domingos Lago, Gabriela Lorenzon e Aline Portela as quais muito agradeço a ajuda, assim como aos alunos da disciplina Tópicos Especiais em História Moderna 2011/2 que contribuíram em sua transcrição.

<sup>29</sup> Os inventários *post-mortem* referentes à Região Sul foram fotografados com a preciosa ajuda de Juliana Sabino Simonato, Rafaela Domingos Lago e Gabriela Lorenzon. A esta e a Aline Portela agradeço a ajuda na transcrição do item bens de raiz. Quanto aos inventários da Região Central, agradeço a Enaile Flauzina Carvalho por ter cedido seus manuscritos, à Kátia Sausen da Mota e à Marcela Portela por terem colaborado em sua transcrição e à Professora Adriana Pereira Campos por ter autorizado o uso dos arquivos armazenados no Laboratório História, Cotidiano e Poder.

<sup>30</sup> GINZBURG, Carlo. O nome e o como. Mercado historiográfico e troca desigual. In: \_\_\_. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa e Rio de Janeiro: Difel / Bertrand Brasil, 1989, p. 171.

<sup>31</sup> RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira (Org.). *Exercícios de indiciário*. Vitória: UFES/PPGHIS, 2006.

promulgação, em 1850, da Lei Eusébio de Queirós, responsável por abolir o tráfico de africanos para o Brasil, e a Lei Rio Branco que, em 1871, libertou o ventre das cativas, decretando o fim da reprodução endógena como meio de perpetuar a escravidão. Se o principal *corpus* documental obedeceu estritamente aos limites cronológicos, o mesmo não ocorreu com outras fontes sempre que necessário devido à ausência de uma substituta dentro do intervalo em foco ou por ser de interesse para o assunto em pauta.

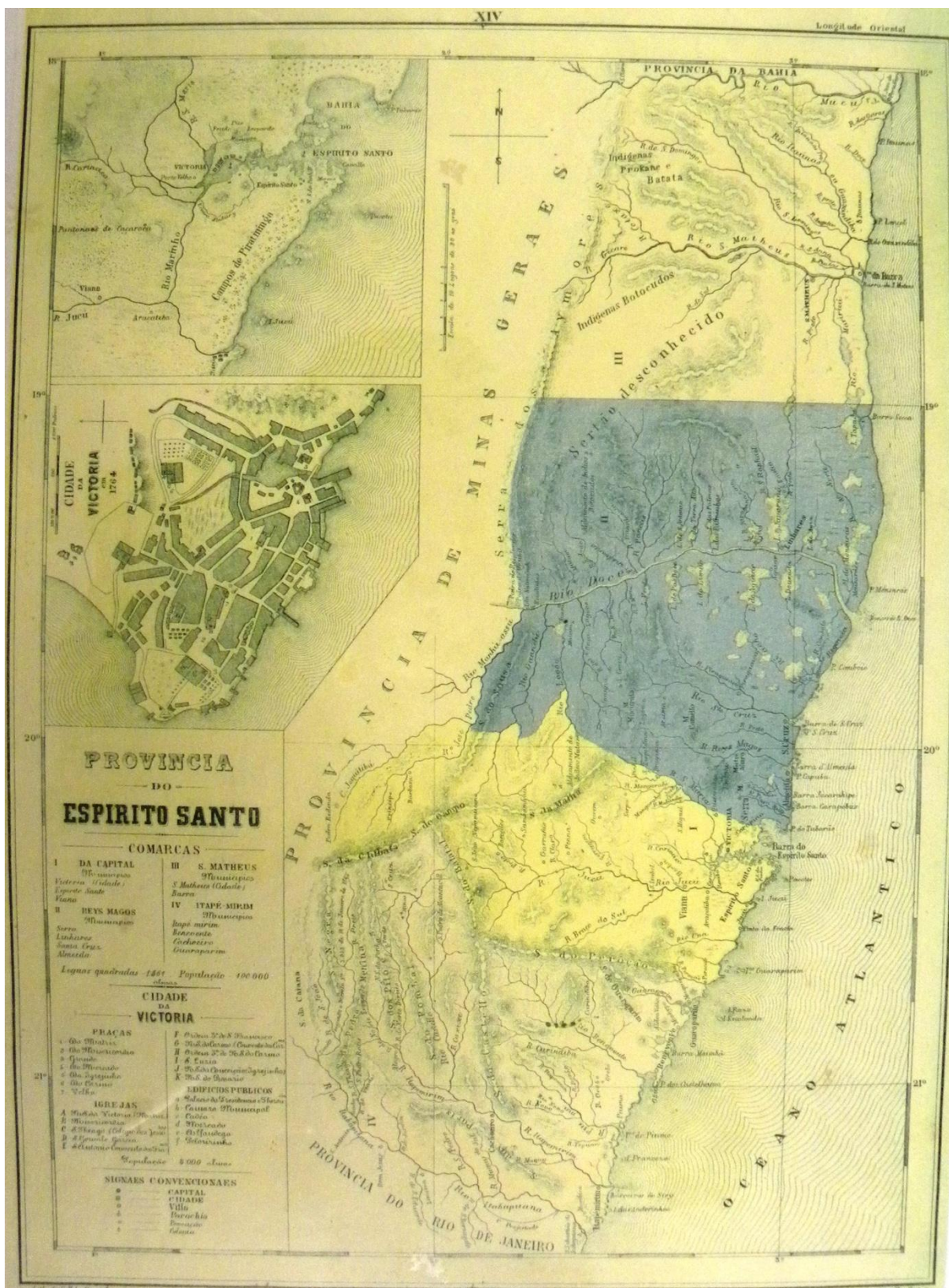
Cumprir notar a respeito do período estudado que a expansão do café ocorreu de forma diferenciada nas terras do Espírito Santo. No Sul, houve uma “invasão” que provocou profundas mudanças na região e intensificou o contraste em relação à área da Capital. O Centro da Província não ficou imune à nova cultura, contudo a alteração foi mais sutil. Daí a importância de analisar e comparar as duas regiões a fim de compreender as bases disponíveis para a ação dos homens e mulheres que viveram cativos no Espírito Santo, isto é, os contextos nos quais se desenvolveu a socialização e, por conseguinte, as relações familiares entre os cativos. Conhecer os cenários foi também empreender um esforço para captar a posição dos senhores, detentores de poder para facilitar ou dificultar a formação e sobrevivência das famílias escravas e, por isso, personagens tão importantes quanto os protagonistas dessa história. Considerando tais questões, os dois primeiros capítulos abordam as regiões Central e Sul da Província, com foco na economia e população escrava de cada uma.

Após contextualizar sócio e economicamente a Capitania/Província espiritosantense e traçar um perfil demográfico da população escrava presente nos inventários *post-mortem*, procuramos investigar na terceira parte do trabalho a formação de famílias como alternativa viável para a manutenção do escravismo nas terras do Espírito Santo. Embora a natureza das fontes privilegie uma análise quantitativa, buscamos observar e ressaltar a escolha dos cativos, seu papel ativo no processo de constituição dos laços parentais, fossem eles sanguíneos ou afetivos.

Esperamos que, ao procurar compreender os mecanismos de reiteração do escravismo na Capitania/Província do Espírito Santo, terra diferente das suas vizinhas mais conhecidas do Sudeste, possamos oferecer alguma contribuição ao estudo da família escrava no Brasil.



MAPA 1. PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO NO FINAL DO SÉCULO XIX.



Fonte: Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo (reprodução).



## 1. REPRODUÇÃO DA SOCIEDADE ESCRAVISTA NUMA REGIÃO DEDICADA AO MERCADO INTERNO: O CENTRO DO ESPÍRITO SANTO

### 1.1. NOTAS INTRODUTÓRIAS

As décadas que precederam a proibição do tráfico de africanos para o Brasil, por meio da Lei Eusébio de Queirós, foram marcadas por amplo debate sobre as possíveis consequências derivadas do encerramento desse nefasto comércio. Já ultrapassada a primeira metade do século XIX e abolido legalmente o tráfico atlântico, o temor pelo fim do fluxo externo de mão de obra não havia se dissipado completamente conforme se apreende do testemunho abaixo.

Há quem tema que a extinção do tráfico de africanos boçais traga o definhamento da lavoura por falta de braços. Este temor porém é pânico, porque em quanto houver escravos nas povoações o lavrador terá onde se prover dos que lhe forem precisos; mesmo sem sair de seu estabelecimento por muitos anos achará recursos no melhor tratamento de seus escravos, e na reprodução; em fim, o emprego de novos instrumentos que substituam os atuais o compensará com usura da diminuição que gradual e lentamente for havendo da escravatura.<sup>32</sup>

Provavelmente, José Bonifácio Nascentes de Azambuja sabia que o temor pelo “definhamento da lavoura” consistia em um poderoso incentivo ao desrespeito à Lei Eusébio de Queirós. Afinal, foi presidente da Província do Espírito Santo, uma das regiões mais visitada pelos navios negreiros nos anos posteriores a sua ilegalidade devido à vizinhança com o Rio de Janeiro e com Minas Gerais, além da crescente necessidade de braços ao Sul da província.<sup>33</sup>

Ainda que tivesse ciência do tráfico ilegal nas terras sob sua administração, é possível que a convicção de Azambuja na existência de alternativas à importação de mão de obra residisse em sua experiência como Presidente do Espírito Santo, função ocupada entre 1850 e 1852. A configuração demográfica da população cativa, especialmente da Capital espiritosantense e região vizinha, deve ter contribuído para ratificar a crença na viabilidade da reprodução endógena como importante contribuição à manutenção do escravismo.

---

<sup>32</sup> ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. Relatório do Presidente José Bonifácio Nascentes de Azambuja apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na sessão ordinária de vinte e quatro de maio de 1852. p. 60. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br>>. Acesso em 12 de junho de 2011.

<sup>33</sup> DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. 2 ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010. p. 371-372.

O período da administração do presidente Azambuja foi marcado, em âmbito nacional, pela dificuldade de aceitar a nova legislação. Houve quem imaginasse que o rigor da Lei Eusébio de Queirós seria semelhante à Lei Feijó, que em 1831, proibiu pela primeira vez o tráfico atlântico. Reside nesse julgamento incorreto, e no lucro sedutor da atividade, a insistência nesse comércio que despejou 8.812 “peças” da preciosa mercadoria humana nas praias brasileiras, somente no período de ilegalidade, entre 1851 e 1866.<sup>34</sup>

A observação das províncias vizinhas ao Espírito Santo, certamente, não subsidiava, naquele momento, o otimismo quanto à reprodução endógena. As palavras de Stuart Schwartz, estudioso de uma província que seria administrada por Azambuja na década de 1860, são interessantes a esse respeito:

Desde o desaparecimento gradual da escravidão indígena na Bahia na segunda e terceira década do século XVII até a extinção do tráfico de escravos em 1850, o aspecto primordial da escravidão naquela capitania, assim como no Brasil, foi a origem africana da maioria dos cativos. O regime demográfico adverso, caracterizado por uma taxa de crescimento negativa fazia necessária a importação constante de cativos da África (SCHWARTZ, 1988: 280).

A dependência em relação ao tráfico atlântico, assinalado por Schwartz, era o responsável pelo “pânico” dos lavradores contemporâneos de Azambuja. O depoimento deste, entretanto, indica a possibilidade de ter existido no Espírito Santo quadro diferente do desenhado pelo historiador mais de um século após a proibição do comércio de africanos. Investigar essa possibilidade é o primeiro objetivo deste capítulo; o segundo é verificar se a confiança do presidente José Bonifácio Nascentes de Azambuja na reprodução natural como uma das alternativas para manter por algum tempo o trabalho escravo tinha fundamento.

Para realizar os objetivos propostos, é necessário, antes de tudo, conhecer a região em estudo. A diversidade econômica e social brasileira propiciou condições de existência também diversas para escravos de Vitória, Salvador ou Rio de Janeiro. Por isso, abordaremos o cenário econômico no qual se desenrolaram as decisões e atitudes que influenciaram diretamente a vida dos homens e mulheres que viveram sob o jugo do cativo no Espírito Santo. Melhor seria dizer, na região Central do Espírito Santo, posto que o Sul, cujo destaque ocorreu a partir de meados do Oitocentos, será tratado em capítulo a parte.

---

<sup>34</sup> Os dados estão disponíveis em: <<http://www.slavevoyages.org>>.

Com base em mapas populacionais, elaborados a pedido dos Presidentes de Província, e do Censo, também se buscou delinear a paisagem humana e verificar possíveis alterações provocadas pelas mudanças econômicas e políticas que ocorreram ao longo do século XIX. Por ser o período extenso e grande a quantidade de fontes, ele será dividido em dois intervalos. O primeiro compreende os últimos decênios da Colônia, momento no qual as mudanças administrativas e políticas inauguraram uma nova fase na história do Espírito Santo que puderam ser sentidas a partir de 1790. O período é encerrado em 1821 para evitar a fase de (re) organização pelo qual o Império passará a partir da Independência no ano seguinte.

O segundo intervalo compreende um período no qual o Estado já organizado enfrenta um paradoxo importante: o crescimento econômico versus o problema do abastecimento de mão de obra criado com a ilegalização do tráfico de africanos para o Brasil, em 1850. A data da Lei Rio Branco, 28 de setembro de 1871, foi estabelecida como marco final deste intervalo por libertar o ventre das cativas e, assim, abolir a possibilidade da manutenção do escravismo por meio dos nascimentos. Cabe ressaltar que os intervalos, 1790-1821 e 1850 e 1871, são apenas para facilitar a análise documental. Destarte, não sendo limites intransponíveis, serão ignorados quando for útil, isto é, quando for necessário serão utilizadas fontes fora do recorte estabelecido.

Após delinear o panorama da economia e sociedade espiritosantense, a atenção se focará no estudo da demografia escrava com base em inventários *post-mortem*. Tal fonte não é a ideal para realizar uma pesquisa como a proposta, uma vez que ela não abarca a totalidade da população. Não é possível, por exemplo, averiguar quantos habitantes são proprietários de escravos – como podem fazer os historiadores que utilizam as listas nominativas, inexistentes para a região estudada. Outro problema é a contagem repetida dos escravos que podem aparecer em mais de um inventário devido às transações econômicas e repartição de heranças.

Apesar da limitação, o principal *corpus* documental desta pesquisa pode oferecer boas contribuições, tanto que é utilizado nos mais diversos trabalhos sobre escravidão no Brasil. Hebe Mattos lembra que se nem todos os brasileiros possuíam, ao morrer, níveis mínimos de propriedade que justificassem a abertura de um inventário, aqueles que pertenciam a essa condição, estavam “invariavelmente

ligados à propriedade cativa”.<sup>35</sup> Assim, ainda que os inventários não reúnam todos os habitantes livres e escravos de cada período, constituem amostra importante da sociedade em questão.

Contextualizar a sociedade espiritosantense e estabelecer o perfil demográfico de sua população escrava, todavia, não é suficiente para cumprir os objetivos propostos e tão pouco para contribuir com a discussão do assunto acima do nível local. Somando-se a isso o desconhecimento a respeito da ex-capitania de Vasco Fernandes Coutinho, a comparação com outras áreas da Colônia e do Império brasileiros torna-se obrigatória a fim de significar os dados apresentados. Estas são as pretensões do texto que segue.

## 1.2. “TERRA CAPAZ DE TODA A PRODUÇÃO”: PANORAMA ECONÔMICO DA REGIÃO CENTRAL

O Império Português foi marcado, na segunda metade do século XVIII, por uma série de mudanças que visavam fortalecê-lo, um verdadeiro período de reinvenção sob o comando de Sebastião José de Carvalho e Melo.<sup>36</sup> O futuro Marquês de Pombal, foi nomeado para o cargo de Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra pelo rei D. José I, tão logo este assumiu o trono, em 1750. Os territórios ultramarinos, quiçá, os principais alvos das novas políticas administrativas e econômicas, seriam afetados de maneira indelével – ainda que os resultados não tenham sido sempre os melhores para as populações coloniais ou para a própria Metrópole.

A empreitada assumida pelo ilustrado funcionário real, que em pouco tempo viu seu poder e funções majorados ao migrar para a Secretaria do Reino, em 1756, era dedicada à reorganização das possessões lusas a fim de aumentar a sua lucratividade e, por conseguinte, o poderio da Coroa portuguesa. O audacioso objetivo não provocou mudanças apenas nas regiões mais pujantes da Colônia. Com efeito, houve mudanças na postura metropolitana em relação às terras do ultramar consideradas menos prósperas que passaram, em graus e tempos

---

<sup>35</sup> CASTRO, 1998, p. 31.

<sup>36</sup> Sebastião José de Carvalho e Melo recebe o título de Marquês de Pombal em 1769. Cf. CORREIA, Patrícia Cardoso. Cronologia: Marquês de Pombal (1699-1782) In: *Camões – Revista de Letras e Cultura Lusófonas*. N. 15-16, Janeiro-Junho de 2003. Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt>>. Acesso em: 29 de junho de 2011.

diferenciados, a atrair a observação e receber cuidados mais cautelosos do que até o momento se empregara.<sup>37</sup>

Entre as diversas medidas adotadas dentro da concepção pombalina de desenvolvimento, como o incentivo ao comércio e indústria, a revisão da política fiscal, a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses etc., estava a mudança na forma de seleção dos administradores dos domínios lusos. Passou-se a privilegiar a nomeação de pessoas ilustradas, vinculadas ao projeto modernizador, para conduzir o processo de mudança em nível local. Na região que particularmente nos interessa, contudo, os ventos da mudança demoraram algum tempo para começar a soprar.

A primeira indicação de um administrador dentro dos novos ideais metropolitanos para a Capitania do Espírito Santo aconteceu somente três décadas após a ascensão de Pombal. De acordo com Enaile Flauzina Carvalho, a nomeação do engenheiro Inácio João Monjardino,<sup>38</sup> por decreto de 1781, feito pela rainha D. Maria I, inaugurou a escolha de pessoas ilustradas para a administração dos antigos domínios de Vasco Fernandes Coutinho. A posse do então tenente de Infantaria e capitão-comandante da Fortaleza de São Francisco Xavier (Portugal), todavia, aconteceu quase um ano após o decreto real, em 29 de maio de 1782.<sup>39</sup>

Em seu governo, o Capitão-Mor Monjardino<sup>40</sup> procurou desenvolver o Espírito Santo, incentivando novas culturas como a do cânhamo e do linho, estimulando a ocupação do imenso território dominado por indígenas e procurando conter os ataques destes aos colonos.<sup>41</sup> A missão de desenvolver a Capitania em proveito do projeto metropolitano era árdua, como constataria o próprio Capitão-mor alguns anos após assumir o governo, em relatório elaborado no início da década de 1790.

No documento dirigido ao Governador da Bahia, a quem o Espírito Santo ainda estava subordinado, são indicadas as dificuldades enfrentadas pelo administrador, bem como os potenciais observados nas terras colocadas sob sua confiança. O

---

<sup>37</sup> CONDE, Bruno Santos. *Depois dos jesuítas: a economia colonial do Espírito Santo (1750-1800)*. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGHis-UFES, 2011. p. 51-53.

<sup>38</sup> CARVALHO, Enaile Flauzina. *Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo (1790-1821)*. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGHis-UFES, 2008. p. 37.

<sup>39</sup> DAEMON, 2010. p. 243.

<sup>40</sup> O nome do Capitão aparece com algumas variações, além de Monjardino: Mongeardino, Monjardim, entre outros.

<sup>41</sup> Segundo Daemon, em 1785, o capitão-mor mandou distribuir aos lavradores as sementes de linho e cânhamos, prometendo grandes prêmios a quem as cultivasse. No ano de 1790, Monjardino estabeleceu um destacamento na futura Vila de Linhares, local onde seria construído o Quartel dos Coutins. DAEMON, 2010, p. 246-248.

trecho transcrito abaixo se refere a uma exposição acerca da Vila da Vitória, mas, como se observará, seus apontamentos não se restringem a Capital, oferecendo uma visão geral sobre a Capitania.

A terra he capaz de toda a produção, fazendo-a, mas os seus habitantes frouxos e nada ferrados ao interesse. Os seus sertões dilatados e de muitos haveres, mas cultivados três legoas de fundo á frente deles, distancia a que só chegão os lavradores com receio das hostilidades do gentio bárbaro. Os rios que a circulão dão franca conducção para as ditas lavoiras. Nestes sertões há todas as qualidades de madeiras para a construção de quaisquer navios e náus, como são perobas, tapinaãs [...], páo Brasil, Vinháticos [...] e outros muito próprios para o mesmo ministerio e para tintas, que lhe não sabem dar os nomes, as quaes madeiras são commuas em todo o sertão do continente desta comarca; nella ha mais a poalha, a teacica, o balsamo, algum cacau, o ouro que tem sido visível a alguns, nas margens dos rios, de que se terião utilizado se as leis de S. A. lhes não servisse de barreiras ás suas ambições e as vigilâncias que sobre ellas me tem sido necessário pôr, creando destacamentos nos lugares de receio e mais se tem visto em alguns assaltos, dados contra os gentios pelos capitães de entradas, pedras preciosas, nos mesmos sertões [...]. Esta terra foi em outro tempo de donatário e este a vendeu a S. M. para quem passou o senhorio dela e de que os povos se achão desfructando sem que delas paguem fôo algum, de donde nascem fortes pleitos e desordens, por todos trabalharem n'ellas, pro indiviso, sem se poderem conter em limites certos.<sup>42</sup>

O depoimento do Capitão-Mor revela as principais barreiras enfrentadas pelos governantes para executar o projeto da Coroa Portuguesa, isto é, dar impulso econômico às áreas menos lucrativas da Colônia, caso da Capitania espiritossantense. Várias das dificuldades apontadas no relatório acompanharam os colonizadores no Espírito Santo desde o início do processo de ocupação da região pelos europeus e algumas delas seriam, durante largo tempo, repetidas pelos sucessores de Monjardino.

Na imensa lista de problemas a enfrentar, o Capitão-Mor destacou no Relatório de 1790 a natureza e o caráter dos habitantes; a constante presença dos indígenas; a restritiva postura da Metrópole; e a própria condição de Capitania régia.

O primeiro item listado no relatório, a população espiritossantense, será especificamente abordado no próximo tópico deste trabalho. Todavia, ainda que não seja o momento de fazer uma análise das características demográficas do Espírito Santo, é importante notar como a culpa pela situação econômica da região é imputada, em boa medida, sobre os seus habitantes.

---

<sup>42</sup> Da informação do Capitão-Mor Inácio João Mongeardino dirigida ao Governador da Bahia sobre [uma] representação da Câmara da Vila de N. S. da Vitória e as Vilas da Capitania do Espírito Santo. Vitória, onze de Julho de 1790. Apud OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3 ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008. p. 241-242.

A Capital, Vitória, não foi a única vila a ter seus moradores desqualificados pelo Capitão-Mor que não poupou adjetivos semelhantes para todas as outras existentes nos domínios sob sua administração. Em todos os casos, a “natureza” dos moradores é apontada como uma das justificativas para a falta de sucesso da região. No caso das vilas formadas basicamente por indígenas, o preconceito do ilustrado governante, com olhar europeu e preocupação em extrair o maior lucro possível em benefício da Coroa, torna-se ainda mais incisivo. Sobre a Vila de Nova Almeida, por exemplo, ele afirma:

Esta Villa vemos como dito fica em principio serem os seus habitantes índios, esta gente he inteiramente preguiçosa e de nada estimão os haveres, de sorte que possuindo com que passem alguns dias, não cuidão no futuro e só obrigados da necessidade ou temor trabalho (MONGEARDINO, apud OLIVEIRA, 2008. p. 242).

A opinião do Capitão-Mor sobre a Vila Nova de Beneventes, igualmente formada por indígenas, é bastante semelhante à exposta sobre Nova Almeida. Para Monjardino, os habitantes desta Vila, a segunda mais populosa da Capitania no último decênio do Setecentos, atrás apenas da Capital, “são índios e de natureza como dito fica frouxos; por meio da cultura, só tirão o sustento, sendo a terra capaz de tudo”.<sup>43</sup>

A reclamação originava-se, além do preconceito, no reconhecimento das potencialidades verificadas pelo governante que, em sua opinião, estavam longe de serem bem aproveitadas, e, é claro, da preocupação com os gastos públicos posto que as Câmaras viviam *alcançadas*. Interessante notar que todas as vilas passavam por dificuldades financeiras e, para quase todas, com exceção apenas da Vila do Espírito Santo sobre a qual ele se restringe a notas sobre a economia, as características negativas da população são ressaltadas – mesmo não sendo compostas majoritariamente por indígenas.

O Capitão-Mor Monjardino não foi o único governante a reclamar dos espiritosantenses e a depositar na população os entraves ao desenvolvimento. Já durante o Império, o presidente da então Província do Espírito Santo, Manuel José Pires da Silva Pontes, acreditava ser um pretexto dos habitantes o ataque das formigas nos terrenos agricultáveis, por não poder achar “crível que haja homens tão covardes que recuem à vista de adversários tão desprezíveis”.<sup>44</sup>

<sup>43</sup> MONGEARDINO apud OLIVEIRA, p. 243.

<sup>44</sup> Fala do presidente Manuel José Pires da Silva Pontes ao Conselho Provincial, em primeiro de dezembro de 1833. Apud OLIVEIRA, 2008, p. 346.

Apesar de Silva Pontes não dar importância à justificativa dos agricultores, imputando a culpa pelo abandono das terras cultivadas aos seus maus hábitos, outro presidente de província seria obrigado a reconhecer, anos mais tarde, as dificuldades impostas pelos pequenos, mas nada “desprezíveis”, adversários. Venceslau de Oliveira Belo relatou, em 1843, que

[a agricultura] luta nesta Província com um inimigo, que a não combater-se desde já, virá em breve a aniquilá-la, e a inutilizar os terrenos da costa, que nas proximidades dos portos marítimos tão necessários se fazem ao seu desenvolvimento: falo, senhores, da formiga, cuja produção é tão prodigiosa, e tão daninho o seu trabalho, que, a não ocorrerdes desde já com os meios de a extinguir, não tardará o tempo em que os lavradores sejam por elas obrigados a abandonar-lhes os seus terrenos [...] (BELO, Venceslau de Oliveira. Apud OLIVEIRA, 2008. nota 43, p. 355).

Além da inconveniência de ter “habitantes frouxos e nada ferrados ao interesse”, o Capitão-Mor Monjardino aponta outra grande barreira ao seu trabalho: o “gentio bárbaro”. Aliás, a reclamação sobre a hostilidade dos povos indígenas da Capitania foi constante durante todo o período colonial e parte do imperial. Na segunda metade do século XIX, o presidente da Província lamentava a perda – no século anterior – da contribuição dos jesuítas para lidar com a população nativa:

A cathequese e civilização dos indígenas, tão recommendada pela religião, como pelos interesses de se augmentar o nº de braços productores e de promoverse a segurança das povoações que se achão visinhas das mattas, onde elas vagão, não tem produzido senão mesquinhos fructos a esta Província desde que desapareceu a Ordem dos Jesuítas.<sup>45</sup>

A hostilidade dos povos indígenas da região era, definitivamente, um elemento importante que não poderia ser desconsiderado pelos governantes da Capitania espiritosantense. Monjardino, por exemplo, testemunha em seu relatório a extinção de um povoado às margens do Rio Doce, na passagem para Minas Gerais, pois seus habitantes teriam sido obrigados a desertá-lo devido à perseguição do *gentio*.<sup>46</sup>

Todavia, ainda que a existência de nativos ciosos defensores de suas terras e, portanto, hostis aos invasores, tenha dificultado a exploração da Capitania do Espírito Santo, é importante lembrar a diversidade comportamental dos povos indígenas da região. Nem todos se opuseram aos homens “brancos” ou resistiram de maneira violenta. Prova disso é encontrada no próprio relato de Monjardino uma

<sup>45</sup> ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. Relatório do Presidente José Fernandes da Costa Pereira Jr. apresentado à Assembléia Legislativa Provincial no dia 25 de maio de 1862, p. 52. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br>>. Acesso em: 25 de junho de 2011.

<sup>46</sup> MONGEARDINO, apud OLIVEIRA, 2008. Nota IV, p. 239.



vez que ele noticia a existência de duas vilas compostas, fundamentalmente, por “índios”.

O trabalho dos membros da Companhia de Jesus com os nativos do Espírito Santo também não poderia passar despercebido. Até sua expulsão, determinada, como dito, pelo Marquês de Pombal em meados do século XVIII, os jesuítas desempenharam importante função na economia espiritosantense com base na mão de obra indígena. A fazenda Araçatiba, uma das maiores criadoras de gado do período colonial é outra prova de que nem todos os nativos foram barreira à colonização da Capitania.<sup>47</sup> Ao contrário, alguns prestaram serviços a esse projeto, como foi o caso de Guido Pokrane. Sua morte foi registrada como um dos fatos relevantes do ano de 1843, na opinião de Basílio Carvalho Daemon. Este fez o interessante registro:

[...] célebre chefe índio da tribo dos botocudos, e que muitos serviços prestou à catequese e civilização dos seus irmãos, sendo nesse sentido muito coadjuvado por Guido Tomás Marlière, seu padrinho de batismo, a quem esse chefe índio e seus companheiros muito deveram. Foi Guido Pokrane soldado da 2ª Companhia da Montanha no Rio Doce, assim como diretor da aldeia de índios do Manhauçu no Cuité. Homem enérgico, não só os seus como os índios de outras tribos lhe obedeciam. Sua Majestade o imperador muito o estimava, tendo sido até padrinho de um de seus filhos. Em algumas viagens que fez ao Rio de Janeiro foi ali admirado, não deixando nunca de visitar em todas elas ao Sr. D. Pedro II que o acolhia com benevolência (DAEMON, 2010. p. 364).

Se a atuação do chefe Guido Pokrane junto aos indígenas conquistou a admiração das autoridades provinciais e imperiais, isso se deveu a um aspecto bastante importante: a influência dos povos nativos sobre os colonizadores. Um fato relatado por Daemon, quiçá, possa aquilatar tal influência.

Em 1795, a Câmara Municipal de Vitória ordenou que a língua portuguesa fosse a única falada na Capital e estabeleceu penas de prisão aos que descumprissem a ordem que deveria ser proclamada pelas ruas a fim de advertir os moradores. A razão para essa exigência, também feita na Vila de Nova Almeida, é explicada por Daemon: “Tendo-se introduzido, pelo contato com os indígenas, o costume de só falar-se na capitania a língua dos silvícolas, viciando-se assim o idioma português [...]”<sup>48</sup>

<sup>47</sup> Sobre a importância dos jesuítas no Espírito Santo, cf. CONDE, 2011.

<sup>48</sup> DAEMON, 2010, p. 250.

As barreiras ao desenvolvimento econômico, entretanto, não ficaram a cargo tão somente do arco e da flecha ou da população “frouxa” da Capitania. Ignácio Monjardino anota em seu relatório duas dificuldades ligadas diretamente à administração colonial que criavam empecilhos aos seus próprios projetos. Uma delas era a legislação de Sua Alteza que servia de “barreira” às ambições dos moradores.

É interessante notar que não apenas as leis diretamente relacionadas à mineração, mas outras do período contribuía para “barrar” as ambições dos colonos, como, por exemplo, a proibição de conceder sesmarias à margem dos rios e costas marítimas por Carta Régia datada de 13 de março de 1797.<sup>49</sup> A inconveniência da Lei, especialmente numa região como o Espírito Santo, de população diminuta e economia modesta que procurava adequar-se ao projeto de desenvolvimento da Coroa, foi comprovada com as repetidas solicitações dos governantes posteriores para que fosse revogada – fato determinado por nova Carta Régia, de 17 de janeiro de 1814.<sup>50</sup>

Outra dificuldade enfrentada pelo Capitão-Mor, relacionada à administração colonial, referia-se à condição especial da Capitania que, por pertencer a Coroa, permitia que os moradores desfrutassem das terras sem que “paguem fôro algum, de donde nascem fortes pleitos e desordens, por todos trabalharem n’elas, pro indiviso, sem se poderem conter em limites certos.”<sup>51</sup>

Embora pesassem todos os empecilhos apontados pelo Capitão-mor, ainda assim, ele não deixou de notar, como mencionado, as possibilidades da terra a ele confiada que parecia dar sinais positivos na última década do Setecentos. Prova dessa situação é o balanço comercial da principal Vila da Capitania e sua capital, Vitória:

[...] julgo ser tanto útil à terra, como conveniente à praça de Lisboa, que viesse em direitura hum navio annualmente carregado das ditas fazendas para conduzir desta Villa os effeitos dela, o que se praticou nos tempos passados, quando esta terra era de donatário, que houve alfândega, de que ainda hoje se serve o Ouvidor de Provedor della e o Escrivão da Fazenda [...] (MONGEARDINO apud OLIVEIRA, 2010. p. 242).

Os dados apresentados pelo administrador real, embora modestos, justificam seu otimismo: enquanto a importação dos variados produtos europeus alcançou o valor

---

<sup>49</sup> DAEMON, 2010, p. 252.

<sup>50</sup> DAEMON, 2010, p. 253.

<sup>51</sup> MONGEARDINO apud OLIVEIRA, 2010. p. 242

de 20:628\$400 (vinte contos, seiscentos e vinte e oito mil, quatrocentos réis), a exportação, baseada em gêneros agrícolas, foi mais que o dobro, alcançando a marca dos 45:648\$480 (quarenta e cinco contos, seiscentos e quarenta e oito mil e quatrocentos e oitenta réis).<sup>52</sup>

A tabela 1 resume os produtos comercializados pelo Espírito Santo, por meio do porto de Vitória, com a “cidade do Rio de Janeiro, Bahia e algumas vezes na de Pernambuco”. Vale ressaltar que sendo Vitória a principal via de importação e exportação, as informações coletadas no Relatório abrangem a Capitania como um todo.

As duas vilas compostas majoritariamente por indígenas que, segundo o autor, só trabalhavam o necessário para sobreviver por serem de natureza preguiçosa e frouxa, mantinham comércio com Vitória no ramo de serraria. A Vila Nova de Almeida exportava para o porto da capital 980 dúzias de taboado,<sup>53</sup> cujo valor de 2\$560 (dois mil e quinhentos e sessenta réis) perfazia a soma de 2:508\$800 (dois contos, quinhentos e oito mil, oitocentos réis).

Já a Vila Nova de Beneventes<sup>54</sup> vendia anualmente pelo menos 700 dúzias de taboados e couceiras feitos de madeiras de “caumda e tapinhoam” que resultavam no valor de 2:100\$000 (dois contos e cem mil réis). Para a indignação do administrador, ambas as vilas, “na outra cultura só cuidam e lavrão para comer e vestir” mesmo “sendo a terra capaz de tudo”.

Os moradores de Guarapari,<sup>55</sup> vila ao sul da Capital, não se encontravam em posição muito vantajosa em relação aqueles das vilas compostas por nativos uma vez que, por viverem “pensionados”, também só trabalhavam “para comer e vestir”. A diferença, talvez, encontrava-se no conteúdo comercializado já que ela vendia anualmente 30 caixas de açúcar cujo valor, infelizmente, não é divulgado.

Sobre a última vila mencionada no relatório, geograficamente mais próxima de Vitória, a Vila do Espírito Santo, posteriormente designada como Vila Velha (primeira povoação e sede da Capitania), Monjardino afirma que “ficando na barra desta capital, della recebe todos os efeitos e extrahe os seus”.

---

<sup>52</sup> No somatório há uma pequena diferença entre o registrado pelo Capitão-mor, 45:648\$480, e o que pode ser averiguado pelos valores da tabela, 45:668\$480.

<sup>53</sup> O termo “taboado” foi transcrito conforme aparece na fonte.

<sup>54</sup> A grafia desta localidade também aparece como Villa Nova de Benavente.

<sup>55</sup> A grafia desta localidade também aparece como Villa de Graparim.

A relação dos artigos importados e exportados pelo Porto de Vitória pode ser apreciada na tabela a seguir.

TABELA 1. GÊNEROS IMPORTADOS E EXPORTADOS POR VITÓRIA-ES (1790)

Produtos Importados				
Gêneros	Unidades		Preço Médio	Total
Sal	1813	alqueires	640\$000 rs.	1:160\$320
Vinho	16	pipas	76\$800 rs.	998\$400
Azeite doce	6	pipas	80\$000 rs.	480\$000
Vinagre	5	pipas	32\$000 rs.	160\$000
Azeite de peixe	92	pipas	25\$600 rs.	355\$200
Fazendas secas <sup>56</sup>				18:113\$920
Produtos exportados				
Gêneros	Unidades		Preço Médio	Total
Varas de pano de algodão	276.800	varas	80\$000 rs.	22:144\$240 rs.
Algodão aberto	5.100	arrobas	3\$000 rs.	15:300\$000 rs.
Açúcar	4.877	arrobas	1\$000 rs.	4:870\$000 rs.
Algodão em fio	202	arrobas	5\$120 rs.	1:034\$240 rs.
Milho	8.000	alqueires	200\$000 rs.	1:600\$000 rs.
Arroz	3.000	alqueires	240\$000 rs.	720\$000 rs.

Fonte: MONGEARDINO apud OLIVEIRA, nota IV, p. 239-243.

Como fica claro na tabela 1, o algodão destaca-se, juntamente com seus derivados, fio e pano, como um dos principais artigos da economia do Espírito Santo, na última década do Setecentos, sendo seu valor exportado muito superior ao do açúcar – principal produto de exportação da Colônia Brasileira até então. Todavia, a

<sup>56</sup> As fazendas secas são de “varias qualidades, panos, durguetes, baetas, bretanhas de França e Hamburgo, panno de linho, cambraias, sedas e outros”. MONGEARDINO apud OLIVEIRA, nota IV, p. 242.

comparação entre os dois produtos não pode ser usada como medida de sua difusão entre os agricultores espiritosantenses, isto é, a menor exportação do açúcar não indica que o cultivo de canaviais fosse menos popular que o do algodão por essas terras.

O levantamento feito por Enaile Flauzina Carvalho, em uma amostra de inventários *post-mortem*, reflete e amplia a visão proporcionada pela primeira tabela: a diversificação das lavouras cultivadas na região. Além dos gêneros listados – algodão, açúcar, milho e arroz – a pesquisadora verificou a existência de cultivo de mandioca, feijão, café e frutas. E, talvez, o mais interessante: o algodão foi a terceira lavoura nos documentos, com 23,4% de frequência, perdendo para os canaviais (26,1%) e para a lavoura de mandioca (26,6%).<sup>57</sup>

Outro ponto também requer atenção. Se o valor da produção açucareira não era expressivo dentre os demais gêneros exportados pela Capitania, sua presença em tal lista não pode ser ignorada, apontando para sua inserção, ainda que em pequena escala, no cenário econômico Colonial. Aliás, o próprio comércio com outras capitanias já testemunha essa inserção de grande importância não apenas em nível local, pois, como lembra Carvalho, as regiões dedicadas ao abastecimento interno, caso do Espírito Santo, constituem “um fator conjuntural de independência da colônia quanto aos gêneros de primeira necessidade perante a instabilidade européia.”<sup>58</sup>

A administração de Inácio João Monjardino e de seus sucessores, o último Capitão-Mor regente da Capitania do Espírito Santo, Manoel Fernandes da Silveira,<sup>59</sup> e do primeiro Governador da Capitania, o “inteligente e ilustrado” doutor em Matemáticas, Antônio Pires da Silva Pontes Leme,<sup>60</sup> resultaram em mudanças positivas para a região. Prova dos novos tempos vivenciados pelos espiritosantenses, na passagem do século XVIII para o XIX, talvez seja o acréscimo superior a 26 contos de réis nos dízimos entre os anos de 1797 e 1806, como notou Carvalho.

---

<sup>57</sup> CARVALHO, 2008, p. 121.

<sup>58</sup> CARVALHO, 2008, p. 65.

<sup>59</sup> Manoel Fernandes da Silveira foi designado para substituir o Capitão-mor Inácio João Monjardino em 1797, tomando posse como capitão-mor e governador-regente da Capitania do Espírito Santo em 1798. DAEMON, 2010, p. 253.

<sup>60</sup> Tendo sido nomeado em 1797, “o inteligente e ilustrado”, Antônio Pires da Silva Pontes Leme tomou posse como primeiro Governador da Capitania, extinguindo a era dos Capitães-mores, em 29 de março de 1800. DAEMON, 2010, p. 258.

As boas perspectivas do período encorajaram os negociantes sediados na Capital do Espírito Santo, a Vila de Vitória, a solicitar à Coroa, por meio da Câmara, a isenção de impostos por um período de seis anos sobre os produtos importados e exportados.<sup>61</sup> Planejavam eles, com essa e outras medidas, promover, além do desenvolvimento da agricultura, um objetivo já requerido pelo então Capitão-Mor Ignácio João Monjardino: a navegação direta entre a Capitania e a Metrópole.

Se os ventos sopravam a favor, gerando otimismo aos habitantes do Espírito Santo, não se pode perder de vista as dimensões reduzidas do lugar para entender sua participação na sociedade Colonial. Para tanto, é necessário que se conheça o nível de riqueza da população.

No trabalho já citado, “Política e economia mercantil nas Terras do Espírito Santo (1790-1821)”, Enaile Flauzina Carvalho investigou, por meio de inventários *post-mortem*, a riqueza dos espiritosantenses, ou melhor, daqueles que ao morrer, possuíam o suficiente para arrolar em tal documento. Ao analisar a amostra de 269 inventários, a pesquisadora constatou que 77,7% deles registravam fortunas que não ultrapassavam os módicos 1:500\$000 (um conto e meio de réis). A comparação com outras capitanias, como Rio de Janeiro e Bahia, evidencia que “o patrimônio familiar dos espiritosantenses do período em questão, demonstra ser pouco significativo numa dinâmica econômica mercantil exportadora.”<sup>62</sup>

Algumas características, entretanto, se assemelham às de outras regiões da América Portuguesa. A concentração da riqueza nas mãos de uma diminuta minoria de afortunados, por exemplo, não está muito distante do que ocorre com o vizinho ao sul, o Rio de Janeiro. Como lembra Carvalho, João Fragoso e Manolo Florentino constataram que 2/3 das fortunas cariocas pertenciam a 10% dos homens mais ricos da Capitania fluminense.<sup>63</sup>

Já no caso do Espírito Santo, a autora percebeu que aproximadamente 10% das maiores fortunas, isto é, os vinte e sete inventariados mais ricos do período, concentravam 49,07% da riqueza presente no conjunto dos inventários analisados. A riqueza manteve-se concentrada em poucas mãos no decorrer do século XIX. De acordo com os dados de Patrícia Merlo, que analisou Vitória, entre 1850 e 1871, 3%

---

<sup>61</sup> CARVALHO, 2008, p. 66.

<sup>62</sup> CARVALHO, 2008, p. 75.

<sup>63</sup> FRAGOSO E FLORENTINO, 1998. Apud CARVALHO, 2008, p. 75.

dos inventários detinham 33% de toda a riqueza da amostra. Enquanto isso, os 12% mais afortunados, detinham dois terços da mesma.<sup>64</sup>

Uma característica verificada por Carvalho para Vitória e, ademais constatada em trabalho anterior,<sup>65</sup> se assemelha a outros recantos da Colônia e nos interessa particularmente: a participação dos escravos na composição das fortunas. É interessante notar a dependência em relação à mão de obra cativa, mesmo em uma região de pequena relevância na dinâmica mercantil exportadora como era o Espírito Santo na passagem do Setecentos para o Oitocentos. Neste período, praticamente a metade do total da riqueza arrolada nos inventários (49,48%) estava investida em escravos. O segundo item de investimento, de acordo com o levantamento de Carvalho, os imóveis urbanos, respondia por menos da metade do valor empregado na propriedade mais frequente nos documentos, apenas 19,64%.

A importância dos escravos na composição das fortunas se manteve na segunda metade do século XIX. Patrícia Merlo constatou que os escravos representavam um pouco mais da metade (53,7%) da fortuna registrada nos inventários de Vitória, entre 1850 e 1871. Secundariamente, vinham os imóveis rurais, com 18,9%, e os imóveis urbanos, com 14,6%.<sup>66</sup>

Não interessa, por enquanto, ressaltar quaisquer características dessas pessoas sob o jugo do cativo e arroladas nos inventários, ou explicar de que forma elas estavam distribuídas pela sociedade, uma vez que há espaço reservado para tais considerações em momento posterior. O que importa no presente momento, no qual tentamos fazer um breve balanço da economia do Espírito Santo nas décadas finais do período colonial, é chamar a atenção para a importância assumida pelo trabalho escravo em uma região distante das grandes unidades agroexportadoras brasileiras, dedicada à produção para o abastecimento interno.

Optou-se por contextualizar a economia espiritosantense a fim de oferecer subsídios à discussão, feita a seguir, sobre a população da Capitania e, especialmente, sobre seu segmento escravo. Os números que, a princípio, podem parecer insignificantes, tomam outro sentido quando consideradas as dimensões da

---

<sup>64</sup> MERLO, 2008, p. 86.

<sup>65</sup> MERLO, Patrícia da Silva. *À Sombra da escravidão: Negócios e famílias escravas (Vitória/ES – 1800 – 1830)*. Dissertação apresentada à UFF, 2003.

<sup>66</sup> MERLO, 2008, p. 90.

região em foco. Região esta que, não se pode perder de vista, sofreu importantes transformações ao longo do século XIX.

A designação de homens “inteligentes e ilustrados”, empenhados com o projeto modernizador da Coroa Portuguesa, a ponto de criticar algumas medidas da própria Metrópole para execução de sua missão, certamente contribuiu para que o Espírito Santo inaugurasse o Oitocentos com perspectivas otimistas. Entretanto, outro acontecimento durante o século Dezenove forçaria ainda mais as mudanças, facilmente perceptíveis no período imperial: o advento do café.

A diferenciação que abarcou as esferas econômica e demográfica, entre outras, é bom que se tenha em conta, ocorreu mais vigorosamente entre o Centro da Província e o Sul, com a “invasão” do café a esta última. Como alertou Vilma Almada na obra “Escravidão e Transição: o Espírito Santo (1850-1888)”, o avanço da cultura cafeeira ocorreu de forma bastante desigual: enquanto a nova cultura modificava radicalmente as feições no extremo meridional da província, nos vales dos Rios Itapemirim e Itabapoana, a região da Capital e adjacências modificou-se de forma menos agressiva enquanto o norte, tradicional produtor de farinha de mandioca, foi pouco afetado.<sup>67</sup>

Ainda que o impacto tenha sido menor, o café também exerceu seu poder sedutor sobre os agricultores da área da Capital que, na medida do possível, procuraram integrar a nova cultura a sua produção.

A tabela 2 oferece informações sobre “as principais atividades agrícolas, industriais e comerciais do Espírito Santo”,<sup>68</sup> em meados do século XIX.

---

<sup>67</sup> ALMADA, 1984, p. 64.

<sup>68</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 374.



TABELA 2. GÊNEROS DE LAVOURA EXPORTADOS PELA REGIÃO CENTRAL-ES (1852)

Municípios	Café		Açúcar		Aguardente		Farinha	
	(arrobas)		(arrobas)		(pipas)		(arrobas)	
	UP	P	UP	P	UP	P	UP	P
Espírito Santo	-	-	4	660	-	-	-	-
Vitória	197	26.160	45	22.950	53	369	130	20.580
Serra	3	780	31	27.600	15	26	-	-
Nova Almeida	-	-	18	13.200	18	48	-	-
Santa Cruz	-	-	15	5.440	15	61	-	-
Total	200	26.940	113	69.850	101	504	130	20.580

Fonte: Relatório que o Exmo. Presidente da província do Espírito Santo, o bacharel José Bonifácio Nascentes de Azambuja dirigiu à Assembléia Legislativa da mesma Província na sessão ordinária de vinte e quatro de maio de 1852. Apud OLIVEIRA, 2008, p.374-375.

Obs.: UP: Unidades Produtivas; P: Produção.

O algodão, no topo da lista dos produtos exportados pela Capitania espiritossantense em fins do século XVIII – talvez favorecido pela conjuntura internacional de desenvolvimento da indústria têxtil na Inglaterra e Guerra de Independência das Colônias inglesas na América do Norte – cede lugar, em importância, ao café. Como se depreende da tabela, a produção cafeeira, mesmo na região Central, já ultrapassava até mesmo a tradicional cultura canavieira. Todavia, a observação atenta indica algo interessante sobre os produtores a elas dedicados.

Em Vitória, o grande centro econômico da região, a média de arrobas exportadas pelos 197 estabelecimentos produtores de café no ano fiscal 1850-1851 era de 132,79. Enquanto isso, a média para a produção açucareira era de 510 arrobas por unidade produtiva. Ou seja, a cultura cafeeira não era feita, na Capital, em grandes propriedades, mas atrelava-se a modestos agricultores que, em geral, se dedicavam a outras culturas de forma conjunta. Essa característica contribuía para diferenciar o Centro do Sul da Província, na qual se instalaram grandes unidades produtoras, consoante informações de Vilma Almada.<sup>69</sup>

A farinha de mandioca, popular alimento da época, permaneceu importante para a Capital que detinha o terceiro lugar em sua comercialização na Província, perdendo

<sup>69</sup> ALMADA, 1984, p. 64.

apenas para Barra São Mateus e Cidade de São Mateus – o núcleo de produção de farinha mais importante ao longo da Colônia e do Império.<sup>70</sup> O comércio deste gênero assim como dos demais ocorreu, tal como no final do Setecentos, com as Províncias vizinhas, Rio de Janeiro e Bahia.<sup>71</sup>

A produção alimentícia não ficou restrita apenas a farinha da terra, tão pouco deixou de ocupar lugar importante na economia local, ainda que seu valor para a exportação tenha arrefecido. O presidente da província José Fernandes da Costa Pereira Jr., esclarece em seu relatório do ano de 1862, o motivo para a disseminação da cultura cafeeira pela província: “seu preço que se tem conservado sempre elevado e geral consumo tornar-se a esperança tanto do grande como do pequeno cultivador”.<sup>72</sup>

Outra explicação de Costa Pereira Jr., é de grande valia:

Os grandes lavradores cultivão especialmente café, assucar e a mandioca. Os outros produtos vem em linha secundaria e mais para o consumo do que para o commercio. Os pequenos produtores que não podem manter fabricas de assucar e que não vêm ainda realisada no paiz a existência de grandes engenhos cujos proprietários fabriquem com as cannas dos cultivadores menos abastados da visinhança, dedicação-se a plantação do café, da mandioca, do feijão, do milho, arroz e de outros gêneros de primeira necessidade ou cujo preparo seja fácil e pouco dispendioso (COSTA PEREIRA JR., 1862, p.81-82).

Torna-se interessante que os gêneros de primeira necessidade aos quais se dedicavam, especialmente, os pequenos produtores, entrassem na pauta de exportação provincial. Esta, por sua vez, além dos produtos citados, incluía ainda algodão, madeiras – cuja extração recebe críticas do Presidente da Província por, em sua opinião, desviar os braços tão necessários à lavoura – e couros. Consistindo a Capital e arrabaldes na principal área produtora dos “gêneros secundários”, além de comportar a produção cafeeira em pequena escala, verifica-se, uma vez mais, a distância entre ela e o Sul.

Diante das diferenças intraprovinciais intensificadas com a cultura do café, que em meados do século XIX já era a principal fonte de renda da Província, de acordo com

<sup>70</sup> Barra de São Mateus contava neste ano fiscal, 1850-1851, com 105 unidades produtivas que produziam 81.900 arrobas. Já a Cidade de São Mateus registrava 91.620 arrobas de farinha produzidas por 139 estabelecimentos. Cf. OLIVEIRA, 2008, p. 375.

<sup>71</sup> O relatório presidencial do ano de 1852 informa que o comércio era realizado com os portos do Rio de Janeiro, Campos, Bahia, Caravellas e Villa Viçosa. AZAMBUJA, 1852, p. 60. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br>>. Acesso em: 14 de junho de 2011.

<sup>72</sup> COSTA PEREIRA JR., 1862, p. 82.

o Relatório do Presidente Sebastião Machado Nunes,<sup>73</sup> torna-se necessário considerar as regiões distintamente.

Primeiro, será abordada a população da Região Central da Província, sobre a qual já foi delineado o cenário econômico do período Colonial, não muito diferente do observado no Império pelos motivos explicitados. Procurar-se-á observar as possíveis diferenças no perfil demográfico no período anterior ao advento do café e o posterior a ele.

É imprescindível notar que a expansão cafeeira ocorreu justamente no período em que o tráfico atlântico de africanos para o Brasil encerrava suas atividades pela força da Lei Eusébio de Queirós, de 1850.<sup>74</sup> A análise da população escrava do período que se estende da abolição do tráfico externo até a promulgação da lei que libertou o ventre das mulheres cativas, em 1871,<sup>75</sup> e sua comparação com o período precedente, pode ajudar a desvendar as estratégias de reprodução do escravismo no Centro do Espírito Santo. Após o estudo da Região Central, a atenção será dedicada no capítulo seguinte ao Sul da província com o mesmo objetivo.

### 1.3. A PAISAGEM HUMANA DA REGIÃO CENTRAL DO ESPÍRITO SANTO

A paisagem humana observada no Espírito Santo ao final do Setecentos traduz, de certa forma, a trajetória econômica percorrida pela Capitania na era Colonial. As dificuldades enfrentadas pelos europeus na porção do Novo Mundo confiada pela Coroa Portuguesa à Vasco Fernandes Coutinho, conforme discutido no tópico anterior, resultaram em uma economia modesta para os padrões observados em suas opulentas vizinhas, as Capitanias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia.

Não tendo os europeus instalados à Capitania espiritossantense logrado projetá-la no cenário econômico da Colônia brasileira incluindo-a de maneira significativa na dinâmica econômica mercantil exportadora, não sendo capazes de beneficiar-se da descoberta dos tão desejados metais preciosos em suas terras, igualmente não

---

<sup>73</sup> ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. Relatório do Presidente Sebastião Machado Nunes apresentado à Assembléia Legislativa Provincial no dia 24 de maio de 1854. Apud ALMADA, 1984, p. 61.

<sup>74</sup> Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. A lei na íntegra está disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br>>. Acesso em: 03 de julho de 2010.

<sup>75</sup> Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br>>. Acesso em: 03 de julho de 2010.

puderam transformá-la em ponto de atração demográfica durante esse período de sua história. Tal quadro, cuja modificação inicia-se lentamente ao final do século XVIII, só completa sua transfiguração na segunda metade do Oitocentos, como discutir-se-á mais adiante.

A mudança de postura da Metrópole em relação ao Espírito Santo – bem como às demais possessões pouco lucrativas no além-mar – refletiu-se na vida econômica e social da Capitania na última década do Setecentos. De fato, como já argumentado por Adriana Pereira Campos,<sup>76</sup> a atuação metropolitana no intuito de desenvolver a capitania visando aumentar sua lucratividade tornou o último decênio do século XVIII mais semelhante com o Oitocentos do que propriamente com a centúria do qual faz parte.

O relatório elaborado pelo Capitão-Mor Inácio João Monjardino e dirigido ao Governador da Bahia, a qual a Capitania permaneceu subordinada até 1810,<sup>77</sup> permite vislumbrar, além das questões de âmbito econômico, conforme se procurou delinear anteriormente, o quadro demográfico do Espírito Santo no início dessa nova fase. Os dados podem ser observados na tabela abaixo:

TABELA 3. POPULAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO RESIDENTE EM VILAS (1790)

Vila	Pop. Livre	Pop. Escrava	Total
Vitória	2.327	4.898	7.225
Nova Almeida	2.712	42	2.754
Espírito Santo	814	1.064	1.878
Guarapari	1.789	728	2.517
Beneventes	3.017	102	3.119
Total	10.659	6.834	17.493

Fonte: MONGEARDINO apud OLIVEIRA, 2008, p. 238-243.

Antes de comentar os dados, é necessário fazer uma ressalva. O número apresentado na tabela como o total de habitantes não é o mesmo mencionado pelo

<sup>76</sup> CAMPOS, Adriana Pereira. Escravidão, reprodução endógena e criouliização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos. In: *Topoi*, v. 12, n. 23, jul.-dez 2011, p. 84-96.

<sup>77</sup> DAEMON, P. 266. “Por decreto de 13 de setembro deste ano [1810] é declarado ficar esta capitania independente da Bahia quanto à administração e ordens militares, tendo sido administrada por governadores subalternos por espaço de 12 anos, continuando porém, as justiças da Bahia a fazerem correção em todo o São Mateus, em consequência de muitos gentios que ali existiam; e só em 1822 é restituído esse direito à já então província do Espírito Santo e por ordem do ministro do Império José Bonifácio de Andrade e Silva.”

Capitão-Mor para quem a população contaria 22.493 pessoas “para muito mais e não para menos”. Não fica claro no documento a razão desse acréscimo de 5.000 almas no cômputo, entretanto, poderia especular-se que Monjardino incluiu povoados não descritos em seu relatório pautado nos registros das vilas, assim como pode ter projetado o número de habitantes ausentes de suas residências no momento da pesquisa. Seja como for, 17.493 ou 22.493, a população espiritossantense, semelhante a sua economia, parece bem modesta.

Ao voltar-se para a Capitania de Minas Gerais, cuja parte do território pertenceu às terras de Vasco Fernandes Coutinho, os números soam quase como insignificantes. Em 1786, a capitania que se constituiu polo de atração demográfica, em princípio, pela sedução provocada pelos metais preciosos dela extraídos, contava então 362.847 habitantes de acordo com levantamento feito por Eduardo França Paiva.<sup>78</sup> Desta imensa população, uma das maiores do Brasil, quase metade, 48%, era composta por escravos.

A comparação com Minas Gerais ou com as outras duas Capitanias limítrofes, Bahia e Rio de Janeiro faz os dados do Espírito Santo parecerem muito pequenos, pouco dignos de atenção. Há que se lembrar, no entanto, sua condição especial. Bahia e Rio de Janeiro destacavam-se por sua grande produção açucareira, além de a primeira ter sediado a Capital da Colônia e a segunda ocupar o posto naquele momento, bem como ter auferido benefícios com a mineração por meio do comércio com as Minas Gerais. Todavia, antes que se menosprezem essas cifras após julgamento precipitado, faz-se necessário uma comparação com um referencial mais semelhante à realidade espiritossantense e, quiçá, a outras regiões do Brasil.

A capitania do Paraná, por exemplo, dedicada ao cultivo de alimentos e criação de gado, além de ter uma pequena produção aurífera que se estendeu do século XVII até meados do Setecentos,<sup>79</sup> registrava em 1798, 20.999 habitantes. Como se pode perceber, a população se aproximava da encontrada no Espírito Santo no início daquele decênio, com diferença de 3.506 para mais ou 1.494 para menos, dependendo do referencial adotado (conforme discutido há pouco). Ou seja, em um contexto de economias dedicadas à produção para abastecimento do mercado

---

<sup>78</sup> PAIVA, Eduardo França. Minas depois da mineração [ou o século XIX mineiro]. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial, volume I: 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 283.

<sup>79</sup> MACHADO, 2006, p.263-267.

interno, a capitania espiritossantense não destoava do quadro geral, merecendo, inclusive, um olhar mais cauteloso no que se refere aos elementos de sua composição.

De acordo com Cacilda Machado, das 20.999 pessoas que habitavam o Paraná, em 1798, 4.273, ou 20,3% do total, viviam na condição de escravas.<sup>80</sup> A comparação com a população do Espírito Santo evidencia uma diferença bastante significativa: em 1790, conforme os dados apresentados na tabela 4, aproximadamente 39,06% dos indivíduos, ou 6.834 dos 17.493 habitantes, eram cativos. A tabela a seguir resume essas informações, permitindo apreciá-las melhor.

TABELA 4. POPULAÇÃO COLONIAL POR CAPITANIAS SELECIONADAS

Capitania/Ano	População Livre	População Escrava	Total
Minas Gerais	188.712	174.135	362.847
(1786)	(52%)	(48%)	(100%)
Espírito Santo	10.659	6.834	17.493
(1790)	(60,94%)	(39,06%)	(100%)
Paraná	16.726	4.273	20.999
(1798)	(79,7%)	(20,3%)	(100%)

Fonte: MONGEARDINO, apud OLIVEIRA, 2008; PAIVA, 2009; MACHADO, 2006.

Concentrando-se novamente no Espírito Santo, requer atenção especial a participação dos escravos no conjunto demográfico da capital e principal praça mercantil até meados do século XIX, Vitória. De acordo com o levantamento feito pelo Capitão-Mor Monjardino, os escravos representavam 67,79% dos residentes na Vila de Vitória no ano de 1790 (dados da tabela 3). O número parece duvidoso a princípio, especialmente para uma terra que, apesar de ser “capaz de toda a produção”, segundo o mesmo governante, tinha o grande inconveniente de ter “habitantes frouxos e nada ferrados ao interesse”.<sup>81</sup>

É, no mínimo, elemento para aguçar a curiosidade o fato de uma população com características, segundo seu governante, distantes do que era considerado por ele

<sup>80</sup> MACHADO, 2006, p. 288.

<sup>81</sup> MONGEARDINO, apud OLIVEIRA, 2008, p. 241.

como dedicação ao trabalho, reunir tão expressiva mão de obra cativa. Quando recordamos as bases da economia, sustentada na produção de alimentos e outros gêneros para abastecimento próprio e “algum” comércio com capitanias vizinhas, o fenômeno torna-se ainda mais interessante.

Beatriz Gallotti Mamigonian lembra que até as primeiras décadas do século XIX, momento em que entra em vigor a legislação antitráfico e, portanto, a aquisição de africanos novos começa a restringir-se aos setores mais dinâmicos da economia, os preços dos escravos eram acessíveis aos produtores de alimentos.<sup>82</sup> Acessibilidade essa que legitimava a instituição escravista.<sup>83</sup> Ainda assim, o índice de 67% de escravos na população de Vitória é, sem dúvida, digno de atenção.

Na tentativa de dimensionar esse número, talvez fosse interessante recordar que quase duas décadas após o relatório elaborado pelo Capitão-Mor Monjardino, no ano da chegada da Corte portuguesa ao Brasil, 1808, os escravos representavam 31% da população brasileira.<sup>84</sup> Ou seja, enquanto uma pessoa em cada grupo de três era escrava no Brasil, a Capital do Espírito Santo, em 1790, registrava duas pessoas em cada grupo de três com o mesmo estatuto jurídico.

A segunda vila espiritosantense em número de escravos reforça o fenômeno observado na Capital. A Vila do Espírito Santo, primeira sede da Capitania de mesmo nome, situada geograficamente próxima de Vitória, igualmente conhece grande participação dos escravos em sua composição demográfica já que 56,65% das pessoas computadas em 1790 aparecem nessa condição.

Os resultados verificados para as Vilas de Vitória e do Espírito Santo estão próximos do que Patrícia Merlo aponta para a população capixaba ao longo do século XIX, isto é, aproximadamente 60%.<sup>85</sup> Contudo, são dígitos muito acima dos encontrados em Guarapari, 29,92%, mais semelhante ao verificado em âmbito nacional. Mais destoantes que tais números foram os encontrados nas duas vilas com menor

---

<sup>82</sup> MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial*, vol. I, 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

<sup>83</sup> A pulverização da posse de escravos, ao gerar solidariedade entre os homens livres ou libertos, potenciais senhores de outros homens, contribuía para legitimar a escravidão. É somente no contexto do encarecimento da mão de obra escrava, na segunda metade do Dezenove, seguido por sua concentração regional e social que a legitimidade da escravidão começa a dissolver-se – ainda que, de maneira aparentemente paradoxal, a perda de legitimidade tenha ocorrido no momento em que a economia reforçava a instituição. CASTRO, 1998.

<sup>84</sup> MAMIGONIAN, 2009, p. 210.

<sup>85</sup> MERLO, 2003.

concentração de cativos, Beneventes e Nova Almeida, que registraram, respectivamente, 1,54% e 3,38% de pessoas na condição cativa.

A diferença entre as vilas de maior e menor participação escrava no conjunto demográfico é discrepante, como fica claro. Compostas em sua maior parte por indígenas, as populações de Beneventes e Nova Almeida produziam basicamente para “comer e vestir”, segundo o depoimento do Capitão-Mor Monjardino que, por sua visão europeia e missão de explorar o máximo de recursos da terra confiada a ele, não poupa o uso de adjetivos de caráter negativo para descrever essa gente qualificada por ele como “preguiçosa”. Reside, possivelmente, na dedicação à produção de gêneros para o próprio consumo, com exceção do taboado exportado para o porto de Vitória, a ínfima presença de cativos de origem africana nas ditas localidades.

Apesar de pouca expressiva, a simples existência de escravos em áreas dedicadas à produção de subsistência merece ser observada com mais cautela. Infelizmente, não é possível saber se os cativos estavam ocupados com o cultivo de alimentos para a própria comunidade ou se eram empregados na extração da madeira e na fabricação do taboado comercializado com a Capital. De qualquer forma, a possibilidade de aquisição de mão de obra cativa por vilas de economia tão modesta – a soma das rendas das duas vilas não alcançava os 5:000\$000 (cinco contos de reis)<sup>86</sup> – serve ao menos para ratificar a importância da escravidão no Brasil, mesmo nos recônditos mais humildes da Colônia.

As medidas adotadas pelos administradores da Coroa, a partir da última década do século XVIII, com o objetivo de desenvolver o Espírito Santo surtiram efeito, inaugurando uma nova fase de sua história: a economia dava sinais de desenvolvimento e diversificação e a população parece ter acompanhado o ritmo, pois houve um incremento demográfico.

---

<sup>86</sup> Da Vila de Nova Almeida “só se exporta para o porto desta Capitania 980 duzias de taboado, que vendido a 2.560 rs., somma 2:508\$800”. E da Vila de Benavente, “sahe pelo menos della annualmente 700 duzias a preço de 3\$000 rs., somma RS. 2:100\$.” MONGEARDINO apud OLIVEIRA, p. 242-243.



O mapa da população da Província espiritossantense, elaborado a pedido de seu primeiro Presidente, o bacharel Inácio Acióli de Vasconcelos,<sup>87</sup> oferece sinais dessa mudança. Os dados estão na tabela a seguir.

TABELA 5. POPULAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO (1827)

Freguesias	Livres		Escravos		Total	Fogos
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres		
Vitória	3.872	4.508	2.164	2.160	12.704	2.600
Itapemirim <sup>88</sup>	382	415	567	471	1.835	229
Beneventes	855	1063	319	270	2.507	491
Guarapari	629	857	407	545	2.438	377
Espírito Santo	554	578	541	447	2.120	342
Viana	254	251	52	28	585	106
Serra	701	744	943	625	3.013	428
Almeida	1.736	1.717	166	170	3.789	475
Linhares	281	215	30	16	542	88
São Mateus	1.654	1.565*	1.561	1.466	6.346	547
Total	10.918	11.913	6.750	6.198	35.879	5.683

Fonte: Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828, anexa ao ofício de vinte e três de abril de 1828, dirigido por Inácio Acióli ao ministro da Justiça, Lúcio Soares Teixeira de Gouveia. Apud OLIVEIRA, 2008, p.311.

\*Para o resultado ser 6.346, o número de mulheres livres deveria ser 1665. O erro está no segmento de “pretas livres” que aparecem com 100 indivíduos a menos que o necessário para a soma dar exata.

Como demonstra a tabela acima, Vitória, principal praça mercantil do Espírito Santo, continuava na liderança em número de habitantes, tanto livres quanto escravos – além de seguir a tendência observada na maioria das freguesias, isto é, a

<sup>87</sup> Inácio Acióli de Vasconcelos foi nomeado como presidente da Província do Espírito Santo em 20 de outubro de 1823, tendo tomado posse em 24 de fevereiro de 1824 e governado até 10 de outubro de 1829. DAEMON, 2010, p. 316.

<sup>88</sup> Apesar de constar nesta tabela, a freguesia de Itapemirim será tratada separadamente em momento oportuno e, portanto, não serão feitas mais do que breves considerações sobre a região.

predominância de mulheres sobre os homens entre os livres. O segundo lugar, em ambos os segmentos, pertencia à freguesia responsável por boa parte da farinha de mandioca produzida na Província, São Mateus, o que ajuda a explicar a marcante presença escrava na região: aproximadamente 47,69% dos habitantes pertenciam a essa categoria.

A concentração cativa no norte da província chega a ser, no ano em questão, mais acentuada do que na Capital cujo percentual alcançou cerca de 34%. Contudo, quando se considera a região Central, isto é, as freguesias adjacentes a Vitória, ligadas a ela econômica e socialmente, a diferença em relação a São Mateus suaviza-se. Entre as freguesias mais antigas da dita região, apenas Nova Almeida possui pequena porcentagem de cativos em sua população, 8,86%. As outras duas freguesias, Espírito Santo e Serra, computavam 46,60% e 52,04% de cativos entre seus habitantes, respectivamente.

A freguesia de Viana, embora tenha apresentado um modesto percentual de mancipios em sua população, merece atenção. A povoação foi fundada em 15 de fevereiro de 1813 com 30 casais trazidos dos Açores, por iniciativa do Intendente de Polícia Paulo Fernandes Viana, homenageado na nomeação do lugar.<sup>89</sup> Logo depois de sua fundação, Viana recebeu a visita do príncipe Wied Neuwied, que anotou como a comunidade “queixava-se amargamente de miséria” e de promessas não cumpridas pelos que os instaram a imigrar para o Brasil.<sup>90</sup>

Pouco mais de uma década após as reclamações ao visitante estrangeiro, a freguesia já possuía 13% de escravos entre seus habitantes.<sup>91</sup> Nem todos possuíam escravos, evidentemente. Aliás, a povoação registrava média das mais baixas na Província. Ainda assim, a presença escrava em Viana reforça a disseminação e

---

<sup>89</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 276. A imigração dos casais foi iniciativa do Intendente de Polícia Paulo Fernandes Viana, do qual originou o nome da povoação no Espírito Santo.

<sup>90</sup> Constatação feita pelo príncipe Maximiliano de Wied Neuwied em visita à Colônia em 1816. Apud OLIVEIRA, 2008, p. 276.

<sup>91</sup> Na região existiu uma das maiores e mais importantes fazendas do Espírito Santo: Araçatiba. Esta propriedade, fundada no século XVII pelos jesuítas que a comandaram até sua expulsão em meados do século XVIII, ocupava terras em Viana, Guarapari e Vila Velha. O príncipe Maximiliano também a visitou e registrou a existência de grandes plantações e 400 escravos negros. CONDE, 2009, p. 83. A opulência de Araçatiba não é coerente com a penúria verificada na comunidade dos colonos durante a visita do príncipe estrangeiro. Outrossim, a quantidade de escravos presentes na população em 1827 é muito inferior a verificada na antiga Fazenda jesuítica, o que leva a crer que tais escravos sejam fruto do enriquecimento de alguns moradores da povoação, fato, aliás, constatado por Daemon que afirma algumas décadas depois da fundação: “homens de bons costumes foram um grande auxílio à lavoura, tendo muitos feito fortuna”. DAEMON, 2010, p. 270.

importância da mão de obra escrava. A análise do perfil sexual de sua população, contudo, destoava do conjunto da Província. Conforme pode ser apreendido pela tabela anterior, 65% dos cativos eram homens, o que confere à recente freguesia a maior concentração masculina da Capital e adjacências.

Vitória, local de residência de um pouco mais de um terço dos cativos naquela data, apresentava equilíbrio sexual impressionante: 50,04% de homens entre os escravos. Nova Almeida, a freguesia mais antiga da região, com menor número de escravos residentes, seguia a tendência apresentando a parcela feminina da escravaria ligeiramente maior.

É sintomático que, justamente, a povoação mais recente apresentasse maior desequilíbrio sexual na população cativa. Provavelmente, essa característica foi gerada pelo recurso, na composição das novas escravarias, à principal fonte de escravos no Brasil: o comércio de seres humanos. Tal constatação, elementar, conduz a alguns questionamentos: sabendo que o tráfico atlântico era o principal fornecedor de cativos para a América Portuguesa, qual era o seu peso na configuração da população escrava do Espírito Santo, cujo perfil sexual destoava da colônia de açorianos? Qual o grau de dependência do comércio de africanos para sua criação e/ou manutenção?

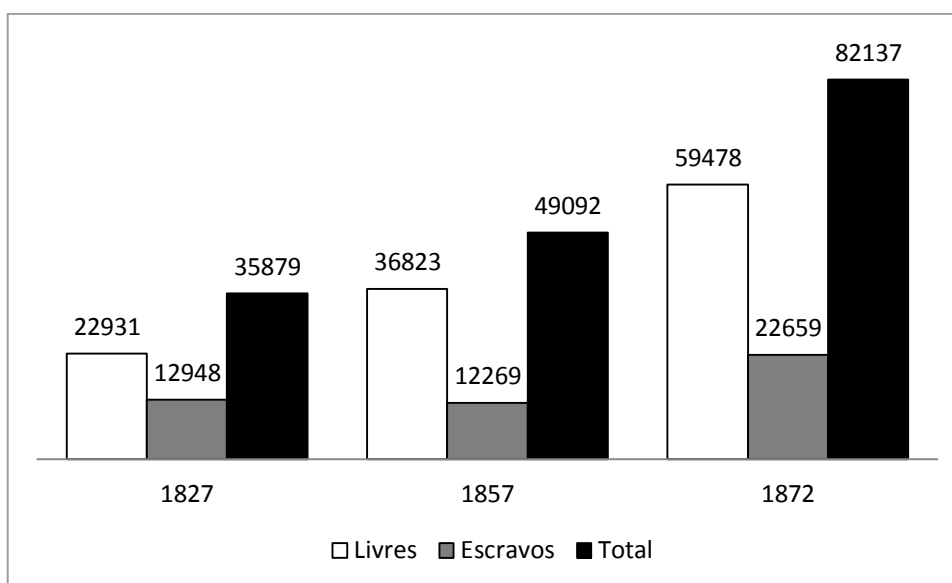
As informações fornecidas pelo mapa populacional do Presidente Inácio Acioli dificultam observar, por exemplo, as marcas deixadas pelo tráfico atlântico, impossibilitando as respostas para as questões colocadas acima e outras delas derivadas. O objetivo dos próximos tópicos é, pois, buscar respostas, tomando como base inventários *post-mortem*. Antes, contudo, é necessário conhecer a evolução demográfica da Província que, juntamente com o Império, passou por importantes transformações no referido século.

O gráfico 1 apresenta a população espiritosantense livre e escrava em três momentos diferentes de sua história. O primeiro já discutido, no qual o tráfico atlântico estava aberto, aliás, encontrava-se em sua etapa mais intensa devido à pressão externa para o seu fim. No segundo momento, o Espírito Santo vivia uma fase de crescimento econômico com a chegada e a expansão da cultura cafeeira, sobretudo no Sul da Província. Surpreendentemente, como pode ser conferido no gráfico a seguir, enquanto a população livre teve um crescimento superior a 40%, o

segmento escravo praticamente se manteve estável, sofrendo um pequeno decréscimo entre esses dois anos.

O último ano apontado no gráfico refere-se ao início de um novo período no qual não se pode mais contar com a reprodução natural como forma de manter/ampliar a mão de obra escrava posto que os ventres das cativas haviam sido libertados pela Lei Rio Branco, promulgada em setembro do ano anterior.

GRÁFICO 1. POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA NO ESPÍRITO SANTO (SÉCULO XIX)



Fonte: ACIÓLI, Memória. Apud OLIVEIRA, 2008; Relatório que o Exm. Sr. Barão de Itapemirim, primeiro Vice-Presidente da Província do ES, apresentou na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, 25 de maio de 1857; IBGE, Censo de 1872.

Se a diminuição em números absolutos não foi muito significativa, entre 1827 e 1857, o mesmo não se pode afirmar em termos relativos à participação do contingente escravo no conjunto dos habitantes da Província. A parcela escrava caiu de 36,08% para 24,99% nesse intervalo – situação difícil de explicar, especialmente no contexto de expansão econômica.<sup>92</sup> No final do período analisado neste trabalho, o quadro havia sofrido alteração, ainda que em números absolutos fosse modesta a participação espiritosantense na população do Império.

Em 1872, nota-se certa recuperação do segmento escravo em relação ao período anterior, aumentando sua participação no conjunto de habitantes para cerca de

<sup>92</sup> A febre amarela, a varíola, a cólera e outras doenças assolaram o Espírito Santo na década de 1850, ceifando milhares de vidas. É possível que a população escrava, por sua condição econômica e social, tenha sofrido mais com tais doenças. Além disso, em alguns lugares, como Itapemirim, as pestes chegaram a causar fome e miséria. Provavelmente, essa situação acarretou o declínio no investimento em mão de obra. TEIXEIRA, 2008, p. 368-370.

27,58%. O crescimento em relação a 1857 é bastante significativo, uma vez que os mais de 10.000 cativos acrescentados ao cômputo em 1872 representaram um crescimento superior a 45%. Em números absolutos, a população continuava diminuta, é verdade, representando menos de 1% dos 8.419.672 habitantes livres do Império e cerca de 1,49% dos 1.510.806 escravos.<sup>93</sup> Entretanto, quando se analisa o segmento escravo em relação à população livre, o quadro torna-se bastante diferenciado. Isto porque o Espírito Santo ocupava, de acordo com os mesmos dados, o segundo lugar em concentração de cativos do Império, perdendo apenas para o Rio de Janeiro.<sup>94</sup>

Parte importante dos 22.659 escravos contabilizados pelo Censo de 1872 não estão na região Central. Como dito, a invasão cafeeira ao Sul da Província foi responsável pelo crescimento populacional da área em torno dos vales dos rios Itapemirim e Itabapoana que receberão atenção especial em momento oportuno. Por enquanto, interessa-nos oferecer um panorama demográfico da Capital e adjacências. Acompanhem algumas informações na tabela a seguir.

TABELA 6. POPULAÇÃO DE VITÓRIA-ES (1872)

Freguesias	Livres		Escravos		Total
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
N. S. da Vitória	1.520	1.840	450	551	4.361
S. José do Queimado	1.268	1.337	407	373	3.385
S. João de Cariacica	2.015	2.129	599	575	5.318
S. João de Carapina	434	472	124	127	1.157
Santa Leopoldina	720	735	259	222	1.936
Total	5.957	6.513	1.839	1.848	16.157

Fonte: IBGE, Censo de 1872.

<sup>93</sup> IBGE, Censo de 1872. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 de maio de 2010.

<sup>94</sup> O Espírito Santo registrava 2,6 habitantes livres por escravo; o Rio de Janeiro 1,6; o Império de forma geral, 5,5. IBGE, Censo de 1872.

O equilíbrio entre homens e mulheres escravos na região de Vitória, já verificado no início do Império, é repetido em 1872 com o sexo feminino atingindo 50,13% da população. Se tomarmos unicamente a freguesia de Vitória, os números são ainda mais interessantes, pois, apesar de se manter equilibrada, a população masculina teve sua participação proporcional reduzida de 50,47% para 44,95%. Tal redução relaciona-se, em primeiro lugar, com a perda de homens para o tráfico interno, intensificado após 1850.<sup>95</sup>

Entretanto, ainda que os cafeicultores da própria Província, sobretudo os da região Sul, tenham convencido pequenos proprietários da Capital a vender seus trabalhadores, é interessante observar que os percentuais da população livre são semelhantes à cativa: seguindo a tendência manifestada em 1827, os homens continuaram minoria, compondo 45,24% do segmento.

Se Vitória e, de maneira bem menos acentuada, São João de Carapina apresentaram pequeno predomínio feminino na escravaria, a tendência observada na Província como um todo, foi o inverso: o equilíbrio sexual se manteve, mas com pequena prevalência masculina.

Além de Vitória, mais três municípios apresentaram ligeiro predomínio feminino – Santa Cruz, Linhares e Guarapary, conforme dados da tabela 7. Em outros municípios, a situação inverteu-se com a superação dos homens pelas mulheres. O mais importante, contudo, é ressaltar que a tendência observada ao longo do século XIX no Espírito Santo foi de equilíbrio sexual na população escrava. De acordo com os dados censitários de 1872, 52,33% dos cativos da Província eram homens.

Um município poderia ser usado como símbolo do que procuramos afirmar. Em 1827, no início de sua ocupação, quando ainda era freguesia, Vianna apresentava o maior desequilíbrio entre os sexos da região Central, 65% de homens (tabela 5). Em 1872, a participação masculina em sua escravaria foi de 50,27%.

---

<sup>95</sup> Richard Graham defende que, embora as mulheres tenham participado do tráfico interno, boa parte dos 200 mil escravos deslocados após 1850 era homem. GRAHAN, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, 27 (2002), 121-160.

TABELA 7. POPULAÇÃO ESCRAVA DO ESPÍRITO SANTO POR MUNICÍPIO  
(1872)

Municípios	Homens	Mulheres	Total
Vitória	1.839	1.848	3.687
Vianna	632	625	1.257
Espírito Santo	263	248	511
Serra	791	673	1.464
Nova Almeida	251	209	460
Santa Cruz	226	240	466
Linhares	81	91	172
Barra de São Matheus	399	397	796
S. Matheus	1.038	979	2.017
Guarapary	198	219	417
Benevente	613	444	1.057
C. de Itapemirim	4.222	3.260	7.482
Itapemirim	1.306	1.567	2.873
Total	11.859	10.800	22.659

Fonte: IBGE, Censo de 1872.

A manutenção do equilíbrio sexual na população escrava em conjunturas tão diferentes como são as últimas décadas da Colônia, período ainda aberto ao tráfico atlântico, e os anos posteriores à Lei Eusébio de Queirós, parece indicar a importância dos escravos nascidos no Brasil para a reprodução do escravismo no Espírito Santo. A proporcionalidade entre homens e mulheres é, todavia, apenas um elemento favorável à reprodução endógena. Se esta, de fato, constituiu-se como

alternativa viável à manutenção/ampliação das escravarias espiritosantenses, é necessário buscar outros indícios para sua confirmação.

Como dito na introdução, o corpo documental utilizado como base para o presente estudo, uma amostra dos inventários *post-mortem* do período, não é o ideal para esse tipo de análise. Entretanto, constituem as fontes disponíveis e permitem, ainda que parcialmente, alguma aproximação dessa parcela importante da sociedade, mormente do segmento escravo.

#### 1.4. A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS TAMBÉM PRECISA DE BRAÇOS CATIVOS: ESTRUTURA DE POSSE NA REGIÃO CENTRAL-ES

A região Central do Espírito Santo passou no ocaso da fase colonial de sua história e depois, durante o Império, na segunda metade do Oitocentos, por importantes transformações administrativas e econômicas. Contudo, alguns elementos que durante séculos a caracterizaram se mantiveram como predominantes: a produção para o mercado interno, a intensa utilização da mão de obra escrava, o domínio das pequenas e médias propriedades.

Posto isso, retornamos ao interesse despertado pela importância do elemento cativo na composição da sociedade espiritosantense cujas bases não se assentavam sobre a econômica agroexportadora – o café, como dito, não assumiu no Centro o patamar das grandes fazendas do Sul da Província.

O amplo uso do trabalho escravo no Brasil, facilitado pela acessibilidade ao mercado de seres humanos, contribuiria para explicar o fenômeno. Todavia, deve-se lembrar que a proibição do tráfico atlântico, em 1831, e, finalmente, seu encerramento na segunda metade do Dezenove, concorreria para elevar os preços da mão de obra compulsória, tornando-a cada vez mais restrita aos abastados senhores.<sup>96</sup>

A compreensão das estratégias de composição e manutenção das escravarias da região Central do Espírito Santo pode ser facilitada por meio do estudo do perfil demográfico de seu segmento escravo, de modo a aquilatar a importância assumida pelo tráfico e pela reprodução endógena.

---

<sup>96</sup> CASTRO, 1998, p. 94-95.



A título de organização, dividiu-se o período estudado em duas partes. A primeira refere-se aos últimos decênios da Colônia, compreendido entre 1790 e 1821; a segunda fase está limitada entre a Lei Eusébio de Queirós, responsável por abolir o tráfico de africanos para o Brasil, em 1850, e a Lei Rio Branco, que, entre outras coisas, determina, em 1871, o fim da reprodução endógena como via de manutenção do escravismo.

Para os dois momentos analisados, foram utilizados 519 inventários, 230 pertencentes à fase colonial e 289 à imperial. A tabela 8 resume esses dados e também indica o efeito das leis antitráfico na acessibilidade à mão de obra escrava.

TABELA 8. PRESENÇA ESCRAVA NOS INVENTÁRIOS (REGIÃO CENTRAL-ES)

Período	Inventários	Inventários c/ escravos (n)	Inventários c/ escravos (%)	Escravos (n.)
1790-1821	230	207	90	1878
1850-1871	289	180	66,08	1395

Fonte: Inventários *post-mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821; 1850-1871.

A observação do alto índice de participação de inventários com escravos no conjunto analisado para a Capitania espiritosantense permite concluir ter ocorrido a pulverização, para usar a expressão de Hebe Mattos, da posse de escravos em Vitória e adjacências.

Talvez, uma comparação com outras regiões escravistas brasileiras ajude a aquilatar o índice de 90% de proprietários de escravos entre os inventariados. Manolo Florentino ao pesquisar o Rio de Janeiro, “*locus* ímpar para o estudo do comércio de africanos”, encontrou, entre 1790 e 1835, uma porcentagem de possuidores de escravos entre os inventariados que variou entre 84,9 e 93,7%. Diante dessa semelhança percentual, podemos transpor, guardadas as devidas proporções, a afirmação de Florentino para o Espírito Santo: “era patente o contexto marcadamente escravista”.<sup>97</sup>

<sup>97</sup> FLORENTINO, 1997, p.27-28.

Sobre a redução do percentual de proprietários de escravos entre os inventariados após a abolição do tráfico, devemos considerar que a região Central não consistiu exceção no contexto brasileiro. O índice encontrado, 66%, não ficou muito distante dos 72,9% apontados por Heloísa Maria Teixeira para o município mineiro de Mariana, entre 1850 e 1888.<sup>98</sup> Confirmando a tendência em âmbito nacional, Hebe Mattos afirma o seguinte:

Diversas pesquisas têm demonstrado que o fenômeno de concentração regional da propriedade escrava, após a extinção do tráfico atlântico, foi resultado não apenas de transferências inter-regionais, mas de uma intensa concentração social da propriedade cativa. Revertia-se, assim, o quadro de pulverização que prevalecia no padrão anterior de posse de escravos. [...] E, de fato, o acesso ao escravo por lavradores de roça torna-se cada vez mais restrito, nos inventários levantados para todos os conjuntos analisados (CASTRO, 1998, p.94-95).

O aumento do valor do escravo ao longo do século XIX, especialmente após a primeira proibição do tráfico, em 1831, e posteriormente, no encerramento definitivo do nefasto comércio responde, ao menos em parte, pelo quadro da redução de senhores de homens na segunda metade do Oitocentos. Contudo, entre aqueles inventariados que, ao morrer, possuíam escravos, a sua distribuição não sofreu significativa alteração, conforme pode ser observado na tabela a seguir.

TABELA 9. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE POSSE (REGIÃO CENTRAL-ES)

Posse	1790-1821		1850-1871	
	Propriedades	Escravos	Propriedades	Escravos
1-5	113 (54,58%)	333 (17,7%)	105 (58,33%)	296 (21,21%)
6-10	50 (24,15%)	393 (20,9%)	39 (21,66%)	313 (22,43%)
11-20	25 (12,07%)	363 (19,3)	23 (12,77%)	339 (24,3%)
21 ou +	19 (9,17%)	789 (42%)	13 (7,22%)	447 (32,04%)
Total	207	1878	180	1395

Fonte: Inventários *post-mortem*. 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821; 1850-1871.

<sup>98</sup> TEIXEIRA, 2001, p. 216.

A alteração mais significativa apontada pela tabela é o decréscimo, entre os dois períodos, do percentual de concentração dos cativos nas mãos dos grandes proprietários, aqueles que reuniam um conjunto de 20 cativos ou mais em seus inventários. Entretanto, é bom que se esclareça, a alteração pode ser um equívoco provocado pela abertura de dois inventários excepcionais, quanto ao monte-mor e ao número de escravos, durante o primeiro período.

Trata-se da escravaria do Capitão-mor Inacio Pereira Barcelos, cujo inventário, aberto por sua esposa Francisca Barboza Xavier, em 1815, ocupava a terceira maior fortuna dentre os inventariados (cerca de 18 contos de réis) e o segundo lugar em número de cativos, 119.<sup>99</sup> A outra exceção fica por conta do inventário de Maria Pereira Sampaio, esposa de Francisco Pinto Omem de Azevedo [sic], aberto em 1818. Este casal reunia o maior patrimônio da amostra (um pouco mais de 27 contos de réis) e o maior número de mancípios, 146.<sup>100</sup>

Juntas, as duas escravarias contabilizavam 265 integrantes. Ou seja, se as duas excepcionalidades fossem retiradas das amostras e refizéssemos os cálculos, encontraríamos a última faixa de posse composta por 32% dos cativos.

Feita essa consideração, observamos que, na verdade, houve pequeno aumento na concentração da força de trabalho escravo entre os proprietários das duas maiores faixas – os proprietários de 11 ou mais cativos – que detinham 51% dos escravos no primeiro período, passaram a possuir 56% no segundo.

A quantidade de pequenos proprietários (possuidores de até cinco cativos) também se ampliou, juntamente com o número de escravos em seu poder que passou de 17,7% para 21,21%. A soma dos indivíduos distribuídos pelas duas primeiras faixas demonstra que, ainda que existisse concentração de cativos, parcela significativa deles, 38,6%, vivia, nos últimos decênios da Colônia, em propriedades cujo número máximo não ultrapassava dez indivíduos. Esse resultado se aproxima do que foi constatado por Patrícia Merlo em outro estudo sobre Vitória. A autora encontrou 34% dos escravos vivendo em propriedade com até dez integrantes, entre 1800 e 1830. Para as maiores escravarias, isto é, aquelas com mais de 20 pessoas, o

---

<sup>99</sup> Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821, código 159.

<sup>100</sup> Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821, código 211.

percentual encontrado nesta pesquisa, 42%, é ainda mais semelhante ao verificado por Merlo, 39%.<sup>101</sup>

Ao contrário do que se esperaria, tendo em vista a concentração social de cativos da segunda metade do século XIX, a amostra de inventários da Região Central apontou ligeiro crescimento percentual de cativos que viviam em pequenas e médias propriedades: 43,64% dos cativos da amostra estavam em escravarias que reuniam até dez pessoas. A fim de compreender melhor esses dados, eles foram comparados com outras regiões dedicadas à produção de gêneros para o abastecimento interno.

Em São José dos Pinhais, na passagem do século XVIII para o XIX, freguesia paranaense na qual os escravos estavam presentes em um índice que variou de 19,5% a 16,6% dos domicílios,<sup>102</sup> senhores com até 4 cativos variaram sua participação no “seleto grupo de escravistas” entre 58% e 72% – valores bem superiores aos encontrados nos inventários espiritosantenses.<sup>103</sup> Os maiores proprietários da freguesia sulista, aqueles que possuíam entre 10 e 19 cativos (não há menção a existência de escravarias com duas dezenas ou mais de componentes), viram sua participação no conjunto dos senhores diminuir de 13%, em 1782, para apenas 1%, em 1827.

Diante do quadro da estrutura de posse apresentada por Machado, os números do Espírito Santo assumem nova dimensão, não parecendo mais tão insignificantes. A realidade brasileira, como notou Cacilda Machado, estava distante das famosas *plantations* do Sudeste. Quiçá, fosse mais apropriado dizer, da parte mais conhecida do Sudeste, já que os estudos sobre o Espírito Santo apontam para a diversidade dentro da própria região.

O município de Mariana, em Minas Gerais, confirma essa tendência, embora com superioridade numérica em relação à Capital do Espírito Santo e redondezas. Em 1871, de acordo com o Relatório do Presidente Francisco Ferreira Correia enviado à Assembleia Provincial, as Comarcas de Vitória e Reis Magos que compreendiam, grosso modo, a região Central do Espírito Santo, contavam 26.948 habitantes livres

---

<sup>101</sup> MERLO, 2008, p. 122.

<sup>102</sup> As informações apresentadas pela autora foram calculadas com base em listas nominativas, isto é, a população total da freguesia foi abordada no trabalho o que deve ser considerado visto que trabalhamos com amostras no estudo do Espírito Santo.

<sup>103</sup> Os proprietários de até 4 cativos variaram sua participação entre os senhores escravistas da seguinte forma: em 1782, eram 58%; em 1803, 66%; em 1827, 72%. MACHADO, 2006, p. 295-296.

e 4.407 escravos.<sup>104</sup> Em Mariana, na década de 1870, a população do município, distribuída pelos 11 distritos que o compunham, somava 40.824 habitantes, sendo 8.422 escravos matriculados nas coletorias.<sup>105</sup>

As tabelas a seguir facilitam a comparação entre as estruturas de posse nas regiões mencionadas para os dois decênios em que é possível realizá-la. Primeiro a tabela 10 com informações sobre Mariana; em seguida, na tabela 11, dados colhidos nos inventários *post-mortem* da região Central do Espírito Santo.

TABELA 10. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE POSSE POR DÉCADA  
(MARIANA- MG)

		1-5	6-10	11-20	21 ou +	Total
1850-1859	Propriedades	51,5%	23,5%	17,6%	7,4%	100%
		(70)	(32)	(24)	(10)	(136)
	Escravos	15,0%	20,4%	29,5%	35,1%	100%
		(179)	(244)	(352)	(420)	(1195)
1860-1869	Propriedades	54,1%	20,7%	13,5%	11,7%	100%
		(60)	(23)	(15)	(13)	(111)
	Escravos	13,9%	16,2%	19,5%	50,4%	100%
		(159)	(185)	(223)	(576)	(1143)

Fonte: TEIXEIRA, 2001.

<sup>104</sup> A comarca de Vitória abrangia à época os municípios de Vitória, Espírito Santo e Viana. Já os municípios da Serra, Nova Almeida, Santa Cruz e Linhares integravam a Comarca dos Reis Magos. A população total da província contava então 70.585 pessoas, sendo 18.760 escravas. O aumento do número de escravos na população espiritossantense concentrou-se no Sul e, por isso, será discutido no próximo capítulo. Relatório apresentado à Assembleia Provincial em 1871 pelo presidente da província Francisco Ferreira Correia. Apud OLIVEIRA, p. 385.

<sup>105</sup> TEIXEIRA, 2001, p. 50-51.

TABELA 11. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE POSSE POR DÉCADA  
(REGIÃO CENTRAL-ES)

		1-5	6-10	11-20	21 ou +	Total
1850-1859	Propriedades	52,94%	25,88%	15,29%	5,88%	100%
		(45)	(22)	(13)	(5)	(85)
	Escravos	21,88%	26,83%	27,28%	23,98%	100%
		(146)	(179)	(182)	(160)	(667)
1860-1869	Propriedades	63,75%	17,5%	10%	8,75%	100%
		(51)	(14)	(8)	(7)	80
	Escravos	20,41%	18,48%	22,99%	38,10%	100%
		(127)	(115)	(143)	(237)	(622)

Fonte: Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1850-1871.

Os dados expostos revelam, entre as décadas de 1850 e 1860, um crescimento diferenciado do número de proprietários da primeira faixa de posse nas duas regiões em foco. No Espírito Santo, o aumento foi de 11 pontos percentuais, passando de 52,94 para 63,75%; no município mineiro o aumento foi mais modesto, o que elevou o percentual de 51,5 para 54,1%.

Em contrapartida, a concentração de escravos nas posses com duas dezenas ou mais de cativos é mais evidente em Mariana que, na década de 1860, registrava aproximadamente metade de sua população escrava nessa faixa. No caso de Vitória e arredores, 38% dos cativos pertenciam à mesma categoria.

A diferença é notada também na distribuição dos indivíduos nas mãos dos grandes proprietários, uma vez que no primeiro caso encontra-se uma média de 44 pessoas por posse; para o Espírito Santo, a média é de 33 na mesma década. Esse valor, é bom que se enfatize, diz respeito aos grandes proprietários somente. Quando analisado todo o período, 1850-1871, a média de escravos por inventário na amostra espiritossantense é de 7,75 – número inferior ao encontrado para os anos entre 1790-1821, 9,07.

Ainda que existam diferenças, as tabelas 10 e 11 indicam certa semelhança na distribuição da força de trabalho entre as duas localidades: quando consideradas as posses com até dez cativos, a alteração entre as décadas de 1850 e 1860 foi bem modesta, elevando-se de 78,82% para 81,25% de ocorrências na amostra do Espírito Santo. Em Mariana, a situação foi ainda mais equilibrada, com uma pequena redução de 75% para 74,8%.

Os dados apresentados até aqui demonstram que a estrutura de posse na região Central, ao longo do século XIX, não foi significativamente alterada, prevalecendo o domínio dos pequenos e médios proprietários. Além disso, parte significativa da população escrava da região vivia em seus domínios. Para entender as estratégias usadas na composição e na manutenção da mão de obra escrava, contudo, não é suficiente conhecer apenas a distribuição da mão de obra cativa na área em estudo. Outrossim, é necessário investigar a configuração demográfica das pessoas submetidas ao cativeiro nos arredores da Capital do Espírito Santo, tarefa do próximo tópico.

### 1.5. ORIGEM DOS ESCRAVOS NUMA REGIÃO NÃO EXPORTADORA

Os dois momentos analisados neste trabalho, é necessário enfatizar, são marcados por conjunturas distintas. O primeiro, na passagem do século XVIII para o XIX, ocorre intensificação do tráfico atlântico.

Enquanto integrante do Império português, o Brasil foi submetido às pressões inglesas contrárias ao comércio de africanos, especialmente após o Congresso de Viena, em 1815.<sup>106</sup> O resultado mais evidente, no Brasil, da proibição do tráfico acima da linha do Equador, paradoxalmente, foi a ascensão do Rio de Janeiro como principal porto de recebimento e distribuição de escravos para a Colônia.<sup>107</sup> Para a Capitania em foco, porém, o impacto dessa decisão não teve consequências importantes no que tange ao abastecimento, permitindo, ao menos em tese, o livre acesso ao comércio de escravos por intermédio da Capitania vizinha.

---

<sup>106</sup> O representante inglês no Congresso de Viena conseguiu negociar com os portugueses um tratado assinado em 22 de janeiro de 1815 que aboliu o tráfico ao norte do Equador, em troca do perdão de uma dívida no valor aproximado de 300 mil libras restantes de um empréstimo feito em 1809. Para maiores informações, cf. FLORENTINO, 1997, p. 42.

<sup>107</sup> Sobre a ampliação da escravidão no Atlântico Sul e as perspectivas de proibição do tráfico para a América cf. TOMICH, Dale. *Through the prism of slavery: labor, capital, and world economy*. Boulder: Rowman & Littlefield, 2004; FLORENTINO, 1997.

A segunda metade do século XIX é marcada por uma conjuntura completamente diferente da anterior. Desde 1850 se procurou combater o tráfico de africanos para o Brasil, colocando-se em prática a Lei Eusébio de Queirós promulgada naquele ano. O esforço tenaz das autoridades aboliu definitivamente, em alguns anos, o comércio para o Império de D. Pedro II.

Antes de ser abolido, entretanto, o tráfico atlântico havia crescido paralelamente às pressões da Coroa britânica para o seu fim, atingindo níveis impressionantes entre a Lei Feijó, primeira a proibir tal comércio, em 1831, e a Eusébio de Queirós.

É importante ter em mente que o fechamento da fonte externa de escravos foi precedido por uma corrida em sua direção de tal modo significativa que, mesmo após décadas de seu fim, podia ser percebida nas áreas em que foi recorrente – especialmente pelos altos índices de africanidade e masculinidade. Partindo dessa perspectiva, traçaremos o perfil da população escrava presente nos inventários analisados, procurando avaliar a dependência da região Central do Espírito Santo em relação ao tráfico Atlântico.

A tabela a seguir resume a origem dos escravos nos dois momentos analisados. Vejamos.

TABELA 12. ORIGEM DOS ESCRAVOS POR PERÍODO (REGIÃO CENTRAL-ES)

Origem	1790-1821		1850-1871	
	n	%	n	%
Crioulos	1266	67,4	841	60,3
Africanos	360	19,2	134	9,7
Outras	252*	13,4	420**	30,0
Total	1878	100,0	1395	100,0

Fonte. Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821; 1850-1871.

Obs.: n = número absoluto.

\*Inclui um Teulão (João, de 55 anos); para o restante não foi possível identificar a origem.

\*\*Inclui um Teulão (Francisco, de 11 anos) e 2 Caribocas; para o restante não foi possível identificar a origem.



A tabela anterior evidencia a importância dos escravos nascidos no Brasil para a composição das escravarias no Espírito Santo:<sup>108</sup> em nenhum dos dois períodos a presença de crioulos foi menor que 60%. Se desconsiderarmos os documentos incompletos, ilegíveis e, principalmente os que não registraram a origem dos escravos (entre os quais há presença considerável de crianças), os números saltam para, respectivamente, 76,6% e 86% nos dois períodos.<sup>109</sup>

Ora, se a tendência observada em nível nacional foi o aumento da proporção de crioulos na composição da escravaria após a segunda metade do século XIX, a diminuição percentual no caso espiritosantense deve residir mais no descuido com a anotação do que na redução da representatividade crioula. Aliás, a própria tabela indica isso ao demonstrar que a participação de africanos, já diminuta no primeiro intervalo, é reduzida a metade no segundo.

Mais uma vez recorreremos à comparação com o intuito de dimensionar as informações sobre a região em foco. Para o período compreendido entre 1790 e 1819, o percentual de brasileiros entre os escravos de Mariana e Ouro Preto foi de 57,02%, consoante os dados fornecidos por Laird Bergad.<sup>110</sup> Já para a última década do Setecentos, a participação crioula ficou abaixo da metade do total, 48,7%. É interessante notar que na região Central do Espírito Santo, os crioulos não representaram, em nenhuma década, menos de 60% da amostra. Os dados de Patrícia Merlo corroboram a predominância crioula em Vitória: a historiadora constatou que 20% dos escravos inventariados, entre 1800 e 1830, eram de procedência africana, enquanto 79% eram crioulos.

Para o segundo intervalo, e considerando apenas Mariana, Heloísa Maria Teixeira encontrou valores semelhantes com os da área Central do Espírito Santo na mesma época. Na década de 1850, a participação de crioulos na população escrava foi de 61,2%, enquanto os africanos tiveram representação pouco acima de Vitória, 15,6% do total – o restante não teve a origem identificada. No decênio seguinte, os percentuais foram 62,2% e 14,6%, respectivamente.<sup>111</sup>

---

<sup>108</sup> A presença de caribocas, isto é, mestiços de indígena e europeus, contribui para ratificar a indispensabilidade de escravos nascidos no Brasil. Sendo a escravização indígena proibida, os registros de Joaquim (25 anos) e Jacynto (3 anos) tornam-se ainda mais interessantes.

<sup>109</sup> MERLO, 2008, p. 127.

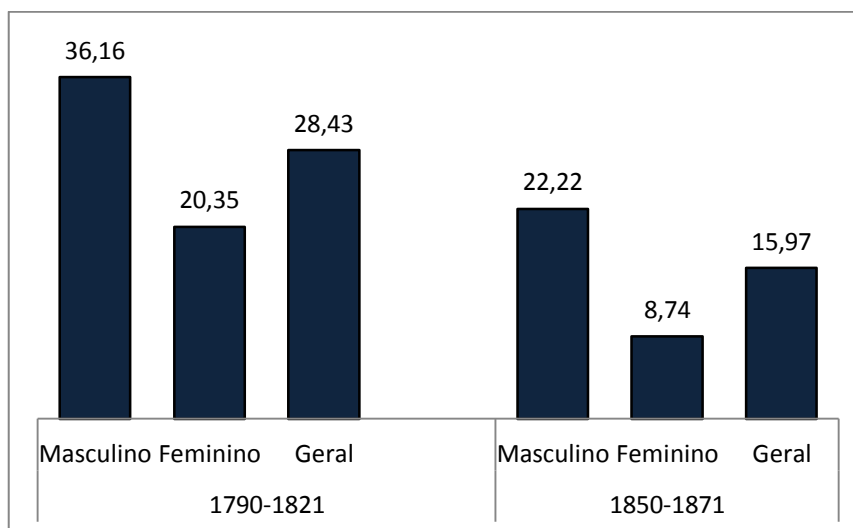
<sup>110</sup> BERGAD, 2004, apêndice D, pág. 347.

<sup>111</sup> O índice de origem não identificada ficou em 23,8 e 23,2% respectivamente. Teixeira, 2001, p. 65.

Quanto ao grupo de procedência,<sup>112</sup> os “Angolas” eram maioria absoluta: representavam 91,94% dos africanos da amostra pesquisada, entre 1790 e 1821. Junto com os demais estrangeiros provenientes da Costa Centro-Occidental, formavam 94,89% da escravaria. Completavam o quadro 18 escravos da Costa Occidental, além de um “Teulão”. A pesquisa de Patrícia Merlo revelou dados semelhantes: dos 20% de africanos da amostra, 19% eram da África Centro-Occidental e 1% da África Occidental.<sup>113</sup>

Entre 1850 e 1871, apenas 23,13% dos africanos foram descritos como “Angola”, sendo mais comum a designação “escravo de nação” que apareceu em 59,7% dos registros de estrangeiros. Como o principal fornecedor de africanos para o Espírito Santo permaneceu o Rio de Janeiro durante todo o século, cremos que a procedência predominante entre os escravos também não tenha sido alterada significativamente. Uma mudança mais efetiva pode ser observada na razão de africanidade<sup>114</sup> quando considerada a variável sexo. O próximo gráfico resume as informações.

GRÁFICO 2. RAZÃO DE AFRICANIDADE POR SEXO NOS PERÍODOS SELECIONADOS (ESPÍRITO SANTO)



Fonte: Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821; 1850-1871.

<sup>112</sup> Mariza Soares chama a atenção para a diversidade nos nomes das procedências africanas: “vão desde os nomes das ilhas, portos de embarque, vilas e reinos a pequenos grupos étnicos”. A heterogeneidade da nomenclatura impede a afirmação de que “nação” corresponda a um grupo étnico, mas podendo abarcar grande variedade desses grupos. Cf. SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

<sup>113</sup> MERLO, 2008, p. 127.

<sup>114</sup> Entende-se por Razão de Africanidade o número de escravos africanos dividido pelo número de crioulos e multiplicado por 100.

Dois pontos se destacam no gráfico acima. Primeiramente, o que já havia sido discutido acerca da diminuição de estrangeiros entre os escravos da Região manifesta-se claramente, apontando, entre os dois intervalos, uma queda da razão de africanidade à praticamente metade do valor, de 28,43 para 15,97.

O aumento da contribuição masculina na composição do índice é outro destaque. Entre 1790 e 1821, os homens eram responsáveis por 63,9% da razão de africanidade; enquanto no intervalo 1850-1871, sua participação subiu para 71,77%.

O crescimento da predominância de homens entre os africanos merece ser olhada com cuidado, uma vez que foi diferente entre as escravarias da região Central. Tal distinção pode corresponder a percepções e necessidades também diferenciadas segundo a riqueza de cada proprietário.

A presença majoritária de crioulos na população cativa já indicava, muito antes das restrições ao tráfico atlântico, a valorização da via natural para a reprodução da sociedade escravista no Espírito Santo. No contexto estabelecido na segunda metade do século XIX, no qual o tráfico interno apresentou-se como importante instrumento para os senhores sulistas, especialmente do Rio de Janeiro e São Paulo,<sup>115</sup> o caminho percorrido desde o século anterior pelos espiritosantenses, naturalmente reafirmou sua importância. A distribuição dos escravos africanos de acordo com o tamanho da propriedade, pelos dois intervalos de tempo analisados, talvez facilite a explicação (os dados estão na tabela 13).

Considerando-se apenas os inventários para os quais foi possível determinar a origem dos cativos, a importância dos crioulos para todas as faixas de posses é, evidentemente, impressionante: em nenhum momento eles compuseram menos de 70% do total. Isso, porém, já havia sido discutido. A novidade da tabela 13 é a distribuição dessa minoria estrangeira segundo as posses. Conforme evidenciado pelos dados, a participação de africanos nas escravarias da região era inversamente proporcional ao seu tamanho, tanto na passagem do Setecentos para o Oitocentos, quanto na segunda metade deste último.

Os senhores de um a cinco cativos possuíam quase um terço de africanos em suas propriedades. Enquanto isso, os proprietários mais abastados, aqueles cujos recursos possibilitariam o acesso mais fácil ao mercado externo de escravos,

---

<sup>115</sup> GRAHAN, 2002, p. 127.

contavam com menos de um quinto de estrangeiros. No segundo intervalo, a dependência em relação aos africanos é reduzida para todas as faixas de posse, como esperado, todavia, de forma diferenciada.

TABELA 13. ORIGEM DOS CATIVOS POR POSSE E PERÍODO  
(REGIÃO CENTRAL-ES)

Período: 1790-1821				
Origem	1-5	6-10	11-20	21 ou +
Africanos	29,24%	24,72%	21,11%	17,36%
	(93)	(91)	(72)	(104)
Crioulos	70,76%	75,28%	78,99%	495
	(225)	(277)	(269)	(82,64%)
Total	100%	100%	100%	100%
	(318)	(368)	(341)	(599)
Período: 1850-1871				
Origem	1-5	6-10	11-20	21 ou +
Africanos	16,96%	14,78%	10,84%	10,14%
	(38)	(38)	(27)	(28)
Crioulos	83,04%	85,22%	89,16%	89,06%
	(186)	(219)	(222)	(248)
Total	100%	100%	100%	100%
	(224)	(257)	(249)	(276)

Fonte: Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821; 1850-1871.

Na segunda metade do século XIX, no momento de intensificação do comércio interno de mão de obra cativa,<sup>116</sup> os africanos representavam tão somente 10,14% dos mancipios em posse dos senhores que possuíam mais de duas dezenas de escravos. Os proprietários da primeira faixa de posse também reduziram sua dependência em relação aos africanos, proporcionalmente até mais do que os grandes senhores; entretanto, o índice de participação ficou próximo ao que as grandes escravarias alcançaram no primeiro intervalo, isto é, um pouco abaixo de um quinto.

A distribuição de africanos pelas propriedades da região Central não reflete diretamente, como pode ser apreendido, a opulência dos senhores, parecendo indicar que a importação de trabalhadores estrangeiros se daria mais como forma de complementação das escravarias. Isso fica ainda mais claro quando se observa o sexo desses escravos. Acompanhemos a tabela a seguir.

TABELA 14. DISTRIBUIÇÃO SEXUAL DOS AFRICANOS (%) POR TAMANHO DA ESCRAVARIA (REGIÃO CENTRAL-ES)

Sexo	Tamanho da Posse			
	1790-1821		1850-1871	
	1-5	21 ou +	1-5	21 ou +
Masculino	58,07	74,04	40,75	84,38
Feminino	41,93	25,96	59,25	15,62
Total	100	100	100	100

Fonte: Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821; 1850-1871.

As maiores e menores escravarias não se distinguiam apenas pela quantidade de africanos, mas também por sua distribuição sexual.

Como fica claro na tabela, o desequilíbrio entre homens e mulheres era menor nas posses de até cinco integrantes em relação àquelas superiores a vinte. Entre 1850 e 1871, soma-se ao maior distanciamento dos índices, a inversão da predominância

<sup>116</sup> Calcula-se que 200 mil escravos foram deslocados pelo comércio interno, entre 1850 e 1888. GRAHAN, 2002, p. 129.

sexual nas pequenas escravarias. Ou seja, se os senhores mais abastados compravam menos africanos que os demais, quando o faziam, adquiriam principalmente homens. Tal atitude representaria, por parte desses ricos proprietários, desprezo pela reprodução endógena? Cremos que não. Ao contrário, justamente a valorização dessa via – conforme os índices gerais de masculinidade e de participação infantil que serão apresentados no próximo tópico – permitia investir em trabalhadores do sexo masculino (para exploração imediata), sem comprometimento do potencial reprodutivo de sua escravaria.

Para os pequenos proprietários, a busca pelas africanas poderia, em hipótese, revelar-se como tentativa de equilibrar sexualmente suas escravarias, isto é, melhorar as condições para a reprodução da mão de obra por meio natural – situação mais facilmente observada nas grandes posses. Em outras palavras, o menor potencial genésico das pequenas propriedades teria forçado seus senhores a recorrer com maior frequência ao comércio de africanos e, ao mesmo tempo, constituiria um importante incentivo à aquisição de mulheres – além, evidentemente, da dificuldade ocasionada pelo preço mais alto dos homens.

A origem é, contudo, apenas um indício da reprodução endógena visto que se poderia argumentar que essa população é resultado do tráfico interno – fato difícil de ser comprovado devido às características econômicas já expressas sobre a região. Outros vestígios, contudo, são necessários a fim de se averiguar o valor da reprodução natural para a reprodução do escravismo na Região Central do Espírito Santo. O próximo tópico é dedicado a isso.

## 1.6. PERFIL DEMOGRÁFICO DOS ESCRAVOS DA REGIÃO CENTRAL

Os inventários *post-mortem* oferecem uma visão interessante do perfil etário e sexual da população escrava, especialmente por não destoar dos relatórios elaborados a pedido dos governantes da Capitania e depois Província do Espírito Santo, sobre os quais procuramos discutir anteriormente. A distribuição dos escravos da amostra documental, referente às últimas décadas da Colônia, de acordo com o sexo e a idade está na próxima tabela.

TABELA 15. RAZÃO DE MASCULINIDADE DA POPULAÇÃO ESCRAVA POR FAIXA ETÁRIA (REGIÃO CENTRAL-ES, 1790-1821)

Faixas etárias	Homens		Mulheres		RM	Total	
	n	%	n	%		n	%
0-14	360	53,57	312	46,43	115,38	672	38,77
15-45	448	53,27	393	46,73	114	841	48,53
46 ou +	124	56,36	96	43,64	129,16	220	12,70
Total	932	53,78	801	46,22	116,35	1733	100

Fonte: Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821.  
n= número absoluto. RM= razão de masculinidade

Entre os vários aspectos referentes à população informados pela tabela 15, destaca-se, primeiramente, o equilíbrio entre homens e mulheres. Em uma sociedade que recorre sistematicamente ao mercado humano para repor sua escravaria, o desequilíbrio sexual é evidente na população total, e também pode ser percebido na comparação entre o grupo dos infantes – onde geralmente é menor – e o dos adultos. Consoante os dados apresentados acima, na região Central, a maior diferença entre homens e mulheres está na faixa etária mais elevada, onde a presença masculina corresponde a 56,36% da população. Ainda assim, os níveis são bem menores do que os verificados em outros recantos da Colônia.

No Rio de Janeiro, entre 1790 e 1830, Manolo Florentino encontrou índice de 1,4 a 2,3 homens por mulher, no meio rural; e 1,4 a 3,1 na área urbana<sup>117</sup>. Ou seja, a relação homem/mulher para aquela região plenamente inserida no tráfico foi muito mais desfavorável às capacidades reprodutivas da escravaria do que a verificada nas terras espiritosantenses que, variou de 1,14 a 1,29 de acordo com a faixa etária. No geral, o índice foi 1,16 homens para cada mulher.<sup>118</sup>

Manolo Florentino e José Roberto Góes explicam que o principal responsável pelas altas taxas de masculinidade, que variaram entre 59% e 65%, foi o tráfico que inundava o Rio de Janeiro de africanos,

<sup>117</sup> FLORENTINO, 1997, p. 55.

<sup>118</sup> Na tabela, os índices aparecem multiplicados por 100. Para facilitar a comparação com os dados do Rio de Janeiro, os dados foram divididos por 100.

afinal, em termos gerais, eles eram sempre maioria entre os escravos e todas as suas taxas de masculinidade eram superiores às dos crioulos, em qualquer faixa de plantel ou intervalo de tempo. Isto é bastante lógico, aliás, visto que, na primeira metade do Oitocentos carioca, de cada quatro africanos comercializados no mercado do Valongo – em sua maioria recém-desembarcados da África –, nada menos do que três eram homens (FLORENTINO & GÓES, 1997, p. 64).

A presença de africanos, responsável pelo grande desequilíbrio sexual no Rio de Janeiro, também provocou a elevação da razão de masculinidade entre cativos com 46 anos ou mais no Espírito Santo. Se desagregarmos os dados da tabela anterior de acordo com a faixa etária e a origem, encontramos, entre os africanos, taxas distintas das globais. Entre os adultos, assim como entre os idosos, a influência do tráfico é notada, uma vez que o percentual de homens sobe para 67,11%. O último segmento segue a tendência do anterior, praticamente repetindo a elevada participação masculina, 67,96%.<sup>119</sup>

A elevação do desequilíbrio na última faixa etária, portanto, é caudatária do comércio de africanos, tal como na Capitania vizinha, Rio de Janeiro. A diferença entre elas, contudo, não passa despercebida. Ao sul do rio Itabapoana, as taxas gerais de masculinidade estavam intimamente ligadas ao tráfico atlântico. No Espírito Santo, o equilíbrio sexual da população escrava, quando observada em seu conjunto, revela que o comércio de homens não apresentou o mesmo poder verificado nas terras fluminenses.

Se o tráfico atlântico não foi capaz de provocar significativo desequilíbrio sexual nas escravarias do Espírito Santo, a causa não repousa em características singulares do comércio de homens praticado por esta Capitania. Assim como no Rio de Janeiro e em todas as regiões alimentadas pelo infame comércio, a maioria dos escravos importados era do sexo masculino, como demonstra a alta razão de masculinidade entre a população adulta de origem africana. Todavia, a proporção entre homens e mulheres em terras espiritosantenses, quando considerada a população escrava em seu conjunto, não reflete o desequilíbrio sexual verificado entre os africanos, o que indica, portanto, a prevalência da reprodução natural na Província.

O comprometimento da capacidade genésica dos cativos pelo desequilíbrio sexual não foi constatado apenas em terras fluminenses, evidentemente. De acordo com o estudo de Laird Bergad, também baseado em inventários *post-mortem*, a região

---

<sup>119</sup> Apenas quatro africanos (três meninas e um menino) foram registrados na primeira faixa etária, número pequeno para fazer considerações a respeito do equilíbrio sexual.



formada por Mariana e Ouro Preto apresentou, entre 1790 e 1819, um índice de masculinidade de 198,56 – muito superior ao encontrado em nossa amostra. No intervalo citado, os homens chegaram a compor, nas terras mineiras estudadas por Bergad, 71% da população.<sup>120</sup>

A superioridade numérica do sexo masculino entre os escravos, ao limitar o encontro de potenciais parceiras,<sup>121</sup> refletiu-se no percentual de infantes na população escrava das duas regiões mencionadas. Uma comparação exata entre elas e o Espírito Santo se torna inviável devido à ausência de padronização nos estudos demográficos,<sup>122</sup> todavia será realizado um esboço a fim de dimensionarmos as informações de Vitória e vizinhança no contexto brasileiro.

Voltando ao estudo acerca do Rio de Janeiro, Florentino encontrou população infante variável entre 18 e 34% no intervalo entre 1790 e 1822. Os percentuais mais altos do grupo de crianças e adolescentes (zero a 14 anos) foram constatados nos anos 1790-92 (32%) e 1800-1802 (34%); no restante do tempo, o grupo restringiu-se a menos de 30%. Os adultos, integrantes da faixa etária considerada mais produtiva (15-49 anos), só representaram menos de 60% do total nos dois momentos em que os infantes superaram os 30% e, ainda, assim, consistiram em mais da metade da população com 53 e 52%, respectivamente. Os idosos oscilaram sua participação no conjunto dos cativos com percentuais variáveis entre 12 e 15%.<sup>123</sup>

A desproporção masculina na população escrava não foi a única semelhança encontrada entre Rio de Janeiro e Mariana/Ouro Preto, pois esses locais também se aproximaram no que tange à participação infantil na composição das escravarias. Os indivíduos de um a 14 anos foram responsáveis por 19 a 26,9% do conjunto cativo presente nos inventários analisados por Laird Bergad, entre 1790 e 1819. Já a população adulta, delimitada pelo autor entre 15 e 40 anos, respondeu por metade

---

<sup>120</sup> BERGAD, 2004, anexo D, p. 347.

<sup>121</sup> O equilíbrio sexual favorecia a reprodução natural na medida em que “propiciava encontros entre parceiros potenciais, bem entendido; nunca por ensejar a formação de criatórios de escravos, hipótese jamais comprovada [...]”. FLORENTINO, Manolo. Sobre a lógica demográfica da *plantation* no Brasil, 1789-1850. In: SILVA, Gilvan Ventura; CAMPOS, Adriana Pereira (Org.) *O sistema escravista lusobrasileiro e o cotidiano da escravidão*. Vitória: GM, 2011.

<sup>122</sup> Aliás, esta é uma limitação no campo da História Demográfica que já foi alvo de críticas: a dificuldade em comparar os resultados das pesquisas devido à inexistência de padrões que obriga os estudiosos a estabelecer os seus por iniciativa própria. Cf.: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; SCOTT, Ana Sílvia Volpi; BASSANEZI, Maria Sílvia Casagrande Beozzo. Quarenta anos de demografia histórica. *R. Bras. Est. Pop.*, São Paulo, v. 22, n. 2, PP. 339-350, jul./dez, 2005.

<sup>123</sup> FLORENTINO, 1997, p. 32.

da população; enquanto isso, para a faixa etária mais elevada (a partir dos 41 anos) houve dessemelhança significativa, pois alcançou valores acima dos infantes, variando de 24,5 a 28,8%.<sup>124</sup>

A realidade verificada nas capitanias vizinhas, sem dúvida, destaca a presença de 38,77% de crianças (zero a 14 anos) na população da região Central do Espírito Santo. Por ter menos da metade dos cativos na fase mais produtiva, a razão de dependência (RD) torna-se elevada, semelhante ao que ocorre em Mariana/Ouro Preto, mas com diferença importante: nesta é a população idosa, com menor expectativa de retorno econômico ao proprietário, que pesa no cálculo; já no Espírito Santo, as crianças, aproximadamente o triplo dos escravos mais velhos, são as principais responsáveis pela RD de 104,5. A avaliação separada da contribuição de jovens e idosos esclarece o quadro: a razão de dependência juvenil (RDJ) foi calculada em 79,09 e a dependência senil (RDS) em apenas 25,4.<sup>125</sup>

Embora a presença de infantes entre os escravos da periferia de Vitória fosse o principal componente da alta razão de dependência, havia variações de acordo com o tamanho das propriedades. A tabela 16, na próxima página, apresenta essas diferenças. Os dados demonstram claramente a relação direta entre a participação de crianças e o tamanho das escravarias, confirmando para Vitória e arredores, o que já havia sido notado para outras regiões brasileiras. Para o Rio de Janeiro, por exemplo, Manolo Florentino e José Roberto Góes afirmam: “os nascimentos de escravos tendiam a ser maiores entre os grandes plantéis do que em qualquer outra faixa”.<sup>126</sup>

A diferença no quesito população infantil, de dez pontos percentuais entre as posses com menos de seis cativos e aquelas com mais de vinte componentes, evidencia as maiores possibilidades de reprodução endógena nas grandes escravarias. Todavia, é necessário enfatizar, as informações da tabela 16 também impedem a negação de sua importância entre os senhores menos abastados. Entre as menores escravarias,

---

<sup>124</sup> BERGAD, 2004, anexo D, p. 347.

<sup>125</sup> As altas taxas de mortalidade, as duras condições do cativo e as alforrias somavam-se para “achatar” o segmento de idosos entre os escravos. Pessoas como a ex-escrava Maria da Conceição, que alcançou em 1873 os 130 anos de idade e “conservando suas faculdades mentais em perfeito estado de funcionamento” são mais do que raridades, são fenômenos tanto naquela sociedade como nesta. DAEMON, 2010, p.459-460.

<sup>126</sup> FLORENTINO E GÓES, 1997, p. 67.

as crianças compunham cerca de um terço dos integrantes – percentual superior ao registrado pelas maiores propriedades fluminenses.

TABELA 16. ESTRUTURA DE POSSE DE ESCRAVOS POR FAIXA ETÁRIA NA REGIÃO CENTRAL-ES, 1790-1821

Faixa etária	Posse			
	1-5	6-10	11-20	21 ou +
0-14	31,79% (96)	37,36% (133)	40,29% (139)	41,53% (304)
15-45	55,96% (169)	45,51% (162)	49,86% (172)	46,45% (340)
46 ou +	12,25% (37)	17,13% (61)	9,85% (34)	12,02% (88)
Total	100% (302)	100% (356)	100% 345	100% 732

Fonte: Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821.

No período que se estende de 1790 a 1830, Florentino e Góes verificaram, entre os grandes proprietários do Rio de Janeiro, uma participação de infantes que variou de 22%, nos anos marcados pela aceleração do desembarque de africanos, a 30,8% na fase de estabilidade do tráfico, percentual superior ao encontrado no período de crise do tráfico, 30,2%. Já entre os senhores de menor patrimônio, as taxas variaram entre 25,2% e 27,1%.<sup>127</sup> Isto é, o limite máximo de participação infantil nas escravarias do Rio de Janeiro foi inferior à média encontrada nas pequenas escravarias na região Central do Espírito Santo.

A forte presença de infantes nas escravarias espiritosantenses torna-se relevante indício da reprodução endógena para a manutenção da escravidão na região, especialmente por que a introdução de crianças pelo tráfico atlântico era incomum, embora fosse “grande a importação de africanos de dez a catorze anos”.<sup>128</sup> A documentação pesquisada confirma essa tendência. Foi identificada a origem para

<sup>127</sup> FLORENTINO e GÓES, 1997, p. 66.

<sup>128</sup> FLORENTINO, 1997, p. 59.

581 indivíduos da primeira faixa etária e apenas quatro eram africanos, todos “Angolas” e sem nenhum parente identificado no inventário: Manoel, Maria e Thereza com 12 anos, e Joana com 14 anos.<sup>129</sup>

A diferença da região Central do Espírito Santo em relação à Mariana e Ouro Preto, ou ao Rio de Janeiro, se faz notar pelos dados até agora discutidos. Para a escravaria fluminense, por exemplo, o balanço dos altos índices de africanidade e masculinidade e do baixo percentual de crianças, permitiu a Manolo Florentino concluir que se tratava “de uma população em franco declínio”. O quadro desanimador era completado, segundo o autor, por outro elemento: “as precárias condições físicas dos escravos, cujos resultados contribuíam para deteriorar ainda mais a já frágil potencialidade de reprodução interna”.<sup>130</sup>

No caso da capitania/província fluminense, Manolo Florentino encontrou 17% dos cativos inventariados, entre 1790 e 1835, descritos com alguma enfermidade. Cifra que, segundo o autor, estaria muito aquém da realidade por utilizar fontes não apropriadas para uma pesquisa sobre a saúde dos escravos. Em sua opinião, se os inventários *post-mortem* fossem substituídos por documentação mais adequada, o resultado provavelmente seria multiplicado por três ou quatro.

Ainda que existam limitações, os inventários tratam do estado físico dos cativos, variável fundamental para avaliar o preço, e, por isso, permitiram a Florentino algumas conclusões interessantes. Primeiramente, destacou-se a predominância dos homens entre os doentes. Para cada mulher enferma, havia dois cativos do sexo masculino.

Outro destaque fica por conta da dureza do trabalho nas empresas escravistas, revelada pelo predomínio dos traumas físicos entre as enfermidades arroladas. A disponibilidade da mão de obra no período, marcado pelo crescimento extraordinário do desembarque de africanos nas praias brasileiras, pode explicar, segundo o autor, a despreocupação dos senhores para com o desgaste físico de suas propriedades. Neste tipo de doença, os homens são ainda mais afetados: oito entre cada dez enfermos pertence ao sexo masculino.

---

<sup>129</sup> Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821. Códigos 31, 43, 49 e 162.

<sup>130</sup> FLORENTINO, 1997, p. 56.

As doenças infecto-contagiosas, que atingiam de forma diferenciada a população escravizada, estavam em segundo lugar entre as enfermidades que mais acometiam os cativos. Esse tipo de doença era mais comum entre os africanos do que entre aqueles nascidos no Brasil: de cada três cativos infectados, dois eram estrangeiros.

A análise da condição física dos escravos do Espírito Santo revela alguns pontos interessantes na comparação com o Rio de Janeiro. Observemos a tabela a seguir.

TABELA 17. CONDIÇÃO FÍSICA DOS ESCRAVOS  
(REGIÃO CENTRAL, 1790-1821)

Enfermidade	Mulheres	Homens	Total
Membros inferiores feridos ou mutilados	3	3	6
Membros superiores feridos ou mutilados	0	6	6
Ferido ou cego de um ou de ambos os olhos	5	2	7
Mutilado, aleijado, quebrado	1	8	9
Doente (ou dizendo doente)	8	15	23
Erisipela	1	2	3
Deficiência nos membros superiores e inferiores	0	1	1
Diversas moléstias ou defeitos	3	4	7
Gota	0	2	2
Pelacho	0	1	1
Muda	1	0	1
Doente dos peitos	0	1	1
Doente do fígado	0	1	1
Asma	0	1	1
Surdo	0	1	1
Nada consta	846	960	1806
Total	868	1008	1876

Fonte. Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821.

É importante destacar um detalhe referente à documentação antes que se avaliem os dados apresentados no quadro acima. Como esclarecido por Manolo Florentino, os inventários não são a fonte mais propícia ao estudo da condição física dos cativos. Boa parte das informações fornecidas por ela é genérica o suficiente para impedir que se conheça a natureza da enfermidade. Aliás, em alguns casos o avaliador não parece sequer ter certeza do estado de saúde do cativo visto que não possuía grande conhecimento na área. Por diversas vezes, o responsável por avaliar elemento tão fundamental na determinação do preço do escravo (com possíveis implicações para seu futuro), aceitou, mesmo que desconfiado, a opinião do próprio cativo, fato identificável em anotações como “dizendo doente”.

Quanto às informações oferecidas pela documentação, fica evidente a discrepância em relação ao Rio de Janeiro – cujos dados levantados por Florentino foram apresentados há pouco. Enquanto na Capitania vizinha, mais ou menos no mesmo período, o pesquisador encontrou 17% de cativos enfermos, foram verificados para Vitória e arredores, 3,73% em tal condição. Ainda que os casos estejam subestimados, consoante o alerta do autor, a diferença na proporção de cativos enfermos é notória. Sob outros aspectos, todavia, as dessemelhanças são atenuadas.

Ao excluir a imprecisão dos registros mais genéricos (“doentes”, “dizendo doentes”, “diversas moléstias”) para os quais não é possível identificar o tipo de doença, percebe-se que os traumas físicos, a exemplo do que se verificou no Rio de Janeiro, são os mais frequentes entre os escravos da região Central do Espírito Santo. Aproximadamente 41% das enfermidades remetem a ferimentos ou mutilações em olhos, pernas ou braços; ou a escravos “aleijados”, “quebrados”, “rendidos”, mas sem especificações sobre a parte do corpo afetada.

Em alguns escravos, o desgaste físico manifestava-se não em uma, mas em várias partes do corpo, como no caso de Joaquim. Angola, 64 anos, casado com Mariana (55 anos), do mesmo grupo de procedência e integrante da mesma escravaria (formada por apenas mais um idoso, o crioulo Simão, de 75 anos), estava cego do

olho esquerdo e aleijado do braço direito quando foi inventariado entre os parcos bens de Izabel Correa de Lirio, em 1805.<sup>131</sup>

Outra semelhança em relação ao Rio de Janeiro diz respeito à predominância do sexo dos cativos enfermos: aproximadamente 68% dos doentes era homem, embora contribuíssem com apenas 53% da população escrava. Quando se analisa separadamente os sexos, a frequência masculina se confirma, uma vez que a porcentagem de homens acometidos por alguma doença, 4,76%, era quase o dobro da verificada para as mulheres, 2,53%.

Quanto à distinção segundo a origem dos cativos, torna-se difícil aferir se os africanos eram mais atingidos por determinado tipo de doença devido à imprecisão dos registros – praticamente a metade dos doentes africanos recebeu a vaga anotação de “doente” ou “dizendo doente”, também comum entre os crioulos. Todavia, é possível perceber uma maior propensão para a enfermidade entre os escravos não nascidos no Brasil – ainda que constituíssem a minoria da população cativa. Dentre os identificados como africanos, 6,3% apresentavam alguma doença; enquanto entre os crioulos o percentual foi de 3,47%.<sup>132</sup> Enfim, desses dados, pouco se pode avançar além das constatações apresentadas. Talvez, outras fontes possam no futuro determinar se as informações podem ser consideradas comparativamente entre as regiões do Brasil.

A condição de saúde dos escravos na região Central do Espírito Santo e os do Rio de Janeiro não foi o único aspecto capaz de tramar contra a reprodução endógena a diferenciá-las. Como se procurou demonstrar, as características da população escrava da ex-Capitania de Vasco Fernandes Coutinho, na passagem do século XVIII para o XIX, indicam um ambiente mais favorável à constituição da família do que o verificado na vizinha fluminense – equilíbrio sexual, grande número de crianças e crioulos. Importa, pois, saber se a mudança de conjuntura vivida a partir de meados do Oitocentos afetou significativamente a população escrava e sua distribuição na sociedade.

Iniciemos a comparação pela última variável observada para o período colonial, a condição física dos escravos. A tabela a seguir sintetiza os dados.

---

<sup>131</sup> Os três escravos idosos equivaliam a aproximadamente um terço do monte-mor do casal no valor de 207\$435 réis. Inventário *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória, código 55.

<sup>132</sup> São 23 africanos (34,4%) e 44 crioulos (65,6%). Os escravos estrangeiros perfaziam 22,15% dos que tiveram origem identificada.

TABELA 18. CONDIÇÃO FÍSICA DOS ESCRAVOS  
(REGIÃO CENTRAL, 1850-1871)

Enfermidade	Mulheres	Homens	Total
Membros inferiores feridos ou mutilados	3	12	15
Membros superiores feridos ou mutilados	0	8	8
Ferido ou cego de um ou de ambos os olhos	1	5	6
Mutilado, aleijado, quebrado, rendido	1	8	9
Doente ou “dizendo doente”	11	17	28
Gota	1	1	2
Diversas moléstias ou defeitos	1	2	3
Doente da virilha	3	6	9
Doente dos peitos	1	2	3
Asma	1	5	6
Sofre do estômago	3	2	5
Doente da cabeça	3	0	3
Doente de vento	1	1	2
Ataques de esterismo	2	1	3
Incapaz de qualquer serviço	1	0	1
Doente de apolação	0	1	1
Doente de asthania	1	0	1
Amalucado	0	1	1
Nada Consta	596	688	1284
<b>Total</b>	<b>630</b>	<b>760</b>	<b>1390</b>

Fonte: Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1850-1871.



Infelizmente não dispomos de parâmetro fora dos limites espiritosantenses para confrontar com o cenário da segunda metade do século XIX. Por tal razão, a comparação será feita somente em relação ao período anterior na mesma região.

Observa-se, em primeiro lugar, um aumento do percentual dos escravos com pelo menos algum tipo de enfermidade: no intervalo, 1790-1821, eram 3,73%; entre 1850-1871, a taxa saltou para 7,62%. O crescimento poderia ser resultado de um maior zelo no registro das informações? Dificilmente, pois as descrições continuaram vagas e imprecisas – mais de um quarto das anotações se referem a escravos “doentes” ou “dizendo doentes”. É mais provável que o recrudescimento da escravidão seja o responsável pelo agravamento da condição física das pessoas submetidas ao regime. Importa lembrar, ainda que o percentual de doentes tenha duplicado, a taxa continuou inferior à metade observada por Manolo Florentino no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX.

O predomínio masculino entre os doentes se manteve estável entre os dois intervalos, cerca de 68%. Todavia, alguma mudança em relação ao padrão anterior pode ser percebida quando se analisam as populações feminina e masculina separadamente. Se nos últimos decênios da Colônia 4,76% dos homens apresentavam alguma enfermidade e as mulheres 2,53%, as taxas subiram para 9,47% e 5,39% na segunda metade do Oitocentos, respectivamente.

Quanto à procedência dos escravos, esperava-se uma redução significativa de estrangeiros entre os doentes devido à proibição do tráfico atlântico e a consequente diminuição de africanos no conjunto dos cativos. Entretanto, o seu percentual manteve-se praticamente inalterado, com ligeiro aumento de 6,3% para 6,6%. É difícil precisar a causa da enfermidade destes africanos doentes, mas prevaleceram os traumas físicos: dos sete doentes (todos homens), cinco estavam nessa categoria; dos outros, um apresentava “diversas moléstias” e o último estava se “dizendo doente”.

É interessante perceber que o avaliador não se abstém de atribuir preço, ainda que ínfimo, a uma escrava “incapaz de qualquer serviço”, como foi o caso de Marcelina,<sup>133</sup> 30 anos, avaliada em 30 réis – valor oito vezes menor que o recebido

---

<sup>133</sup> Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1850-1871. Código 124.

por João,<sup>134</sup> criança de apenas um ano de idade, e, portanto, na faixa etária com alto risco de morte.

A indispensabilidade de cativos incapacitados de trabalhar pode indicar a importância da mão de obra escrava não apenas para o senhor de Marcelina, o órfão Francisco, mas para a sociedade a qual ele pertencia. Aliás, as mudanças ocorridas no século XIX, especialmente a abolição do tráfico atlântico e a intensificação do comércio interno de escravos, não acarretaram apenas o recrudescimento da escravidão. Para manter o sistema, foi necessário pensar em alternativas.

A segunda metade do Oitocentos foi um momento de reestruturação do escravismo no Brasil, como lembra Heloísa Maria Teixeira. A pesquisadora evidenciou que para uma região como Mariana, dedicada ao abastecimento interno, a reprodução natural dos escravos surgia como alternativa viável à manutenção do escravismo. Caberia indagar se para Vitória e adjacências, área na qual os indícios de reprodução natural são bastante significativos antes da primeira legislação antitráfico, essa via permaneceu como opção importante no período – especialmente quando se recorda a intensificação do tráfico interno após 1850 que atingiu principalmente os pequenos proprietários.<sup>135</sup>

A fim de buscar respostas a esse questionamento, observemos a distribuição sexual da população escrava do Centro do Espírito Santo, nas primeiras décadas após a Lei Eusébio de Queirós.

---

<sup>134</sup> Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821. Código 121.

<sup>135</sup> A concentração escrava não foi apenas regional, mas também social: não foram os grandes senhores de engenho do nordeste que venderam sua mão-de-obra para as plantations do Sudeste, mas os pequenos e médios proprietários do campo e da cidade. Afinal, no Sudeste também foi verificada a concentração da propriedade cativa. GRAHAN, 2002.

TABELA 19. RAZÃO DE MASCULINIDADE DA POPULAÇÃO ESCRAVA POR FAIXA ETÁRIA ( REGIÃO CENTRAL, 1850-1871)

Faixas etárias	Homens		Mulheres		RM	Total	
	n	%	n	%		n	%
0-14	273	53,63	236	46,10	115,67	509	38,21
15-45	343	53,68	296	46,32	115,87	639	47,98
46 ou +	111	60,33	73	39,67	152,05	184	13,81
Total	727	54,58	605	45,42	120,16	1332	100

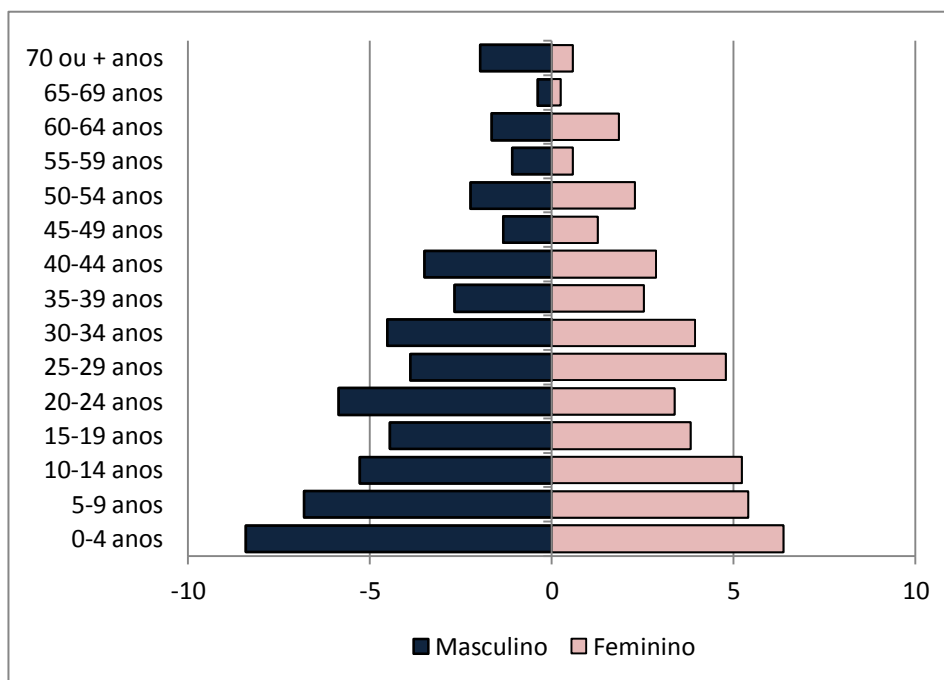
Fonte: Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1850-1871.

Em relação ao primeiro intervalo, 1790-1821, a tabela aponta como primeira novidade o crescimento do índice de masculinidade para todas as faixas etárias o que provoca a mudança do resultado global da razão de masculinidade de 116,35 para 120,16 – situação oposta à verificada em âmbito nacional. Todavia, a mudança ocorre em velocidades diferentes entre os segmentos etários, sendo os idosos os principais responsáveis pela diferença na taxa.

O grupo dos infantes, como presumível, manteve-se praticamente inalterado, passando de 115,38, no primeiro intervalo, para 115,67 no segundo. A alteração entre os adultos, grupo mais equilibrado sexualmente no primeiro período, também foi mínima, mas o suficiente para que cedesse a colocação para os menores de 15 anos.

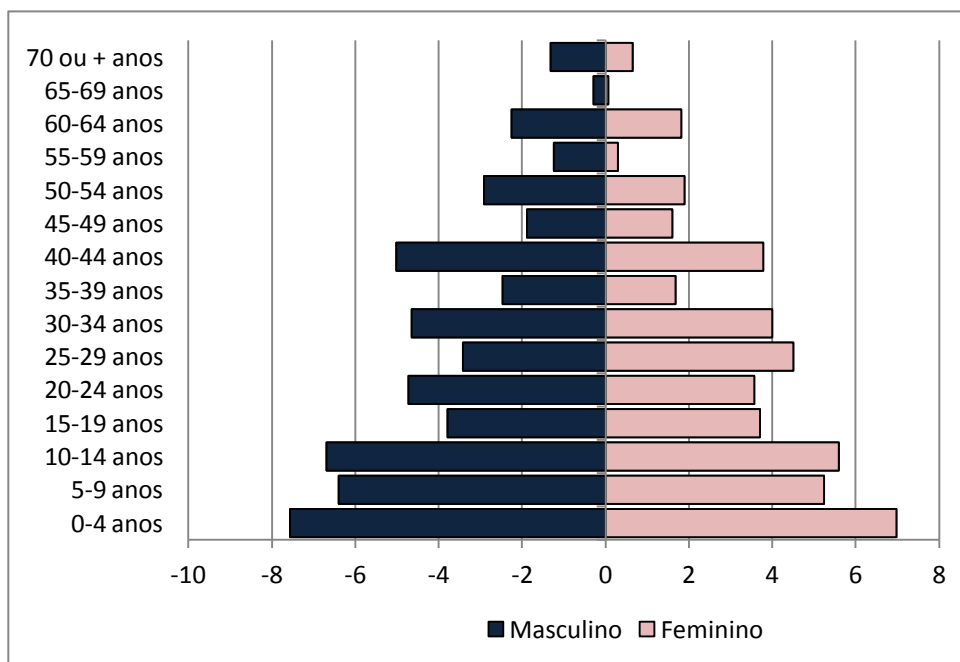
À exceção do “desaparecimento” das idosas que ocasionou a maior desproporcionalidade sexual verificada durante todo o período analisado, as alterações foram bastante sutis, tanto no equilíbrio sexual, quanto na distribuição etária da população escrava. A comparação das pirâmides etário-sexuais dos dois momentos considerados permite dimensionar a similaridade entre eles. Os gráficos estão na próxima página.

GRÁFICO 3. PIRÂMIDE ETÁRIO-SEXUAL DA POPULAÇÃO ESCRAVA  
(REGIÃO CENTRAL-ES, 1790-1821)



Fonte: Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821.

GRÁFICO 4. PIRÂMIDE ETÁRIO-SEXUAL DA POPULAÇÃO ESCRAVA  
(REGIÃO CENTRAL-ES, 1850-1871)



Fonte: Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1850-1871.

Em ambos os gráficos, nenhum grupo etário superou as três primeiras coortes, conferindo a eles a mesma aparência – base mais larga que o corpo. O topo estreito também foi constante, ainda que o percentual de idosos tenha sofrido um pequeno aumento entre os dois intervalos. A semelhança com os resultados verificados por Patrícia Merlo são tais que permitem repetir sua conclusão para os dois períodos representados nas pirâmides: trata-se de “uma escravaria em franco processo de crescimento vegetativo. As marcas das compras passadas são pouco perceptíveis, deduzidas apenas aqui e acolá em mínimas diferenças do lado masculino”.<sup>136</sup>

A análise da razão de dependência por faixa etária corrobora a sutileza da alteração nas idades dos cativos. A RD global foi reduzida de 108,76 para 104,5, enquanto a razão de dependência juvenil passou de 79,96 para 79,09 e a senil, principal motivador da alteração, subiu de 25,4 para 28,79. Assim como ocorreu no período colonial, os elementos da razão de dependência variaram segundo o tamanho das propriedades. A tabela 20 traz a distribuição etária de acordo com a faixa de posse.

TABELA 20. ESTRUTURA DE POSSE DE ESCRAVOS POR FAIXA ETÁRIA, REGIÃO CENTRAL (1850-1871)

Faixa etária	Posse				Total
	1-5	6-10	11-20	21 ou +	
0-14	107 (34,74%)	108 (35,29%)	133 (39,7%)	191 (43,4%)	539
15-45	157 (50,97%)	159 (51,96%)	156 (46,6%)	187 (42,5%)	659
46 ou +	44 (14,28%)	39 (12,74%)	46 (13,73%)	62 (14,1%)	191
Total	308	306	335	440	1389

Fontes: Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1850-1871.

A presença de crianças nas escravarias permaneceu diretamente proporcional ao seu tamanho e como principal contribuinte para a alta razão de dependência.

<sup>136</sup> MERLO, 2003, 158.

Outrossim, a distância entre as menores e as maiores posses no que tange o elemento infantil, embora tenha se atenuado um pouco, continuou alta, cerca de nove pontos percentuais.

À exceção das propriedades compostas por seis a dez integrantes, todas viram os adultos reduzirem sua participação no conjunto dos cativos em relação ao período anterior. A faixa de posse com mais de vinte cativos merece atenção especial: nela, os infantes, triplo dos idosos, superaram os escravos da faixa etária mais produtiva.

A superação dos adultos pelas crianças é, sem dúvida, fato bastante expressivo. Contudo, não pode passar despercebido seu aumento, em quase todas as faixas de posse (mais uma vez, excluindo o segmento 6-10 cativos). Isto é, embora a impressionante participação infantil nas grandes propriedades indique maior viabilidade da reprodução endógena em seus domínios, tal alternativa não pode ser desprezada para os senhores de menor cabedal. Afinal, um terço de crianças, como o registrado nas posses de até cinco cativos, constitui dado, no mínimo, relevante.

Mais uma vez, recorreremos à comparação a fim de contextualizar as informações sobre o Espírito Santo no Império Brasileiro. O trabalho de Laird Bergad servirá de baliza novamente. Considerando Mariana e Ouro Preto de forma conjunta, o autor verificou que, entre 1850 e 1869, as crianças de um a catorze anos variaram sua participação de 30% a 33,8% no total da população escrava presente nos inventários.<sup>137</sup> Tendo Vitória apresentado índice superior, da ordem de 38,21%, mais uma vez os infantes contribuíam de maneira diferenciada para o cálculo da razão de dependência nas duas localidades.

A outra variável usada na composição da pirâmide também difere entre Vitória e Mariana/Ouro Preto. Nesta região, a população masculina variou sua participação entre 57,5% e 61,5% ao longo das décadas de 1850 e 1860, um pouco acima, portanto, do que foi constatado para Vitória, 54,68%. O acompanhamento do percentual masculino na escravaria da região mineira permite perceber a diminuição da disparidade sexual constatada nos decênios finais da Colônia – cujas taxas alcançaram aproximadamente 70% de homens.

A aproximação entre o número de homens e mulheres, juntamente com outros índices – como o crescimento da participação de crianças na população – é

---

<sup>137</sup> BERGAD, 2004, p. 347.

interpretada por Heloísa Maria Teixeira que analisa apenas Mariana, entre 1850 e 1888, como “a confirmação da importância da reprodução natural na manutenção da escravidão”. Para a autora, “talvez, fosse esse o caminho mais vantajoso para uma região desvinculada do mercado externo”.<sup>138</sup>

Resumindo, as mudanças no cenário socioeconômico brasileiro ao longo do século XIX não foram suficientes para provocar alterações profundas no perfil demográfico dos escravos da região Central, isto é, enquanto outras regiões buscaram se adequar ao novo contexto, na Capital do Espírito Santo, a reprodução endógena parece ter sido percebida (e mantida) como alternativa mais viável à manutenção do escravismo desde os tempos coloniais.

---

<sup>138</sup> TEIXEIRA, 2001, p. 140.

## **2. A ECONOMIA DEDICADA À EXPORTAÇÃO E A MANUTENÇÃO DO SISTEMA ESCRAVISTA APÓS 1850: A REGIÃO SUL DO ESPÍRITO**

### **2.1. NOTAS INTRODUTÓRIAS**

A colonização das terras confiadas a Vasco Fernandes Coutinho iniciou-se ainda nos primórdios do período colonial, cabendo à Vitória o posto de terceira Capital mais antiga do Brasil. Entretanto, como se procurou evidenciar no primeiro capítulo, a ocupação do território não foi regular e, muito menos, intensa em seus primeiros séculos; nem sequer a descoberta do tão desejado metal precioso foi capaz de transformar a região em ponto de atração demográfica, talvez, tendo mais contribuído para a redução drástica de seu território.

O século XIX inauguraria nova fase na história do Espírito Santo. Na verdade, os ventos da mudança começaram a ser sentidos em fins do Setecentos, mas foi no século seguinte que eles se intensificaram e modificaram o cenário local. Um importante reforço para as transformações veio do cultivo de um produto que em meados do Oitocentos se tornaria o mais importante da Província, o café.

A expansão cafeeira alavancou a economia, atraiu gente de outras províncias e ajudou a incluir imensas porções do território ao projeto colonizador. Todavia, sua ação foi diferenciada nas terras espiritosantenses. Embora o cultivo comercial tenha se iniciado na região da Capital, não demonstrou vigor suficiente para alterar sua configuração social e econômica. Foram os sertões ao sul da Província que presenciaram o maior desenvolvimento da economia cafeeira, tornando a região a principal responsável pela atração demográfica e o reduto dos grandes cafezais do Espírito Santo.

O estabelecimento do Sul como a mais importante área produtora de café da Província ocorreu em meados do século XIX, isto é, numa conjuntura restritiva ao acesso à mão de obra escrava. Nos decênios que se seguiram à Lei Eusébio de Queirós, a quantidade de proprietários de cativos foi reduzida em todo o país. Em termos absolutos, a população escrava do Império sofreu redução significativa, passando de 1.663.110, em 1854, para 1.510.806, em 1872.<sup>139</sup>

---

<sup>139</sup> Censo de 1872, IBGE.



No Espírito Santo, entretanto, a situação foi distinta. No mesmo período, a população mancípia quase duplicou: passou de 12.269 para 22.659.<sup>140</sup> Embora sejam números modestos quando comparados ao quantitativo nacional, foram suficientes para atribuir à Província o segundo lugar em concentração de cativos do Império Brasileiro, segundo os dados do Censo de 1872. A Província espiritossantense apresentou 2,6 habitantes livres para cada escravo, sendo superada apenas pelo Rio de Janeiro que registrou 1,6 livres/escravo. O conjunto do Império apresentou uma concentração bem menor, 5,5 livres/escravo.

O incremento da população cativa, fantástico para os padrões locais e para o contexto no qual ocorreu, deve-se, em boa medida, ao desenvolvimento da economia cafeeira ao Sul do Espírito Santo. Ainda de acordo com os dados do Censo de 1872, apenas o município de Cachoeiro de Itapemirim reunia, aproximadamente, 33% dos escravos de toda a Província.

A expressiva concentração de escravos na região Sul permitiu postura diferenciada das demais Províncias cafeeiras em relação à política imigrantista. Segundo Gilda Rocha, enquanto nestas os projetos de implantação de núcleos de pequenos proprietários se chocavam com os interesses dos grandes proprietários preocupados em garantir o abastecimento de mão de obra, no Espírito Santo a grande lavoura não contestou a instalação de imigrantes nas terras devolutas antes do “13 de Maio”. Em vez disso, os núcleos coloniais chegaram a receber elogios no jornal “O Operário do Progresso”, editado em Itapemirim. Por aqui, a imigração era vista como forma de ocupar a terra, aumentar a população e gerar renda para a Província.<sup>141</sup>

Para Rocha “essa atitude de passividade da grande lavoura cafeeira da Província face aos núcleos coloniais de pequenos proprietários só pode ser explicada pelo fato de estar ela suficientemente abastecida de mão de obra escrava.”<sup>142</sup> Sem pretensão de negar a veracidade da afirmação, acreditamos que a despreocupação dos senhores espiritossantenses com a transição para o trabalho livre, mesmo os maiores cafeicultores sulistas, não repousa exclusivamente no abastecimento de cativos. É possível que o potencial reprodutivo da população escrava também constituísse alternativa viável à manutenção da força de trabalho no reduto da

---

<sup>140</sup> MERLO, 2008; Censo de 1872, IBGE.

<sup>141</sup> ROCHA, Gilda. *Imigração estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896*. Vitória: [s.n.], 2000.

<sup>142</sup> ROCHA, 2000, p. 55

grande lavoura cafeeira, a exemplo do que ocorreu nos domínios da pequena propriedade no Centro da Província. Fato que corrobora essa hipótese pode ser constatada no trabalho de Robson Martins<sup>143</sup> que levantou os esforços dos cafeicultores de Cachoeiro de Itapemirim em negociar a fixação dos ex-escravos à terra por política de alforria diante da iminência da abolição. Havia, portanto, clara opção dos senhores de terra pela mão de obra afrobrasileira, mesmo diante da mudança proporcionada com a emancipação. Talvez, acreditassem ser os escravos mais suscetíveis de serem comandados. Ou, temessem a organização dos italianos e alemães, primeiros colonos imigrantes a chegarem à Província. Mas, sem dúvida, os antigos escravos possuíam intimidade de longa data com a lida do café e o aprendizado era, naquela altura, indispensável para o sucesso dos empreendimentos dos proprietários.

Enfim, em parte por admitir as limitações do desenvolvimento da economia cafeeira no Espírito Santo, que nunca alcançou o dinamismo verificado no restante do Sudeste, em parte por conhecer as características demográficas da população sob seu domínio, deve ter parecido razoável aos senhores sulistas os conselhos do Presidente da Província, José Bonifácio Nascentes de Azambuja, a respeito do “melhor tratamento” dos escravos e da “reprodução”. Investigar essa possibilidade é o objetivo deste capítulo.

Os inventários *post-mortem* novamente serão a base documental utilizada na investigação que tomará como parâmetro comparativo a região Central do Espírito Santo. Além dos documentos cartoriais, o Censo e Relatórios de Presidentes da Província servirão de apoio à análise de alguns índices da população cativa nos domínios da grande lavoura. Objetiva-se perceber as semelhanças e diferenças nas estratégias para manutenção da mão de obra em duas regiões tão distintas, embora dentro da mesma divisão administrativa.

Tal como realizado com a região Central, pretende-se traçar o perfil demográfico da população escrava da região Sul de modo a perceber se há fundamento para suspeitar em uma aposta na capacidade genésica dos cativos para a reprodução da sociedade escravista, isto é, buscar-se-á perceber se dentro do contexto criado pela

---

<sup>143</sup> MARTINS, Robson Luís Machado. *Os caminhos da liberdade: abolicionistas, escravos e senhores na província do Espírito Santo (1884-1888)*. Campinas: CMU Publicações, 2005. p. 78 e seguintes.

economia cafeeira no Sul da Província a configuração sexual e etária, dentre outros fatores, foi favorável à constituição da família escrava.

## 2.2. REGIÃO SUL: REDUTO DA GRANDE LAVOURA DO ESPÍRITO SANTO?

O advento do século XIX inaugurou novo período na história espiritosantense. As diferenças em relação aos três séculos anteriores manifestaram-se na política administrativa, na economia e na sociedade da Capitania e depois da Província espiritosantense. O ritmo da mudança, contudo, foi lento até meados do Oitocentos. É a emergência do café na cena econômica que acelera a transformação e a conduz de maneira diferenciada no Espírito Santo.

Segundo José Teixeira de Oliveira, é “uma incógnita histórica a introdução da cultura do café no território espiritosantense”. Entretanto, sabe-se que o novo cultivo iniciou-se em princípios do século XIX, muito lentamente. O autor informa a existência, em 1812, de algumas lavouras no Rio Doce com produção pequena e irregular.<sup>144</sup>

Em 1815, de acordo com Basílio Carvalho Daemon, algumas sementes do cafeeiro foram enviadas a lavradores do norte da Capitania com recomendações e instruções para seu plantio e cultura.<sup>145</sup> Pouco mais de uma década, o então Presidente Inácio Acióli de Vasconcelos informava sobre a exportação de modesta safra que atingiu 150 arrobas nos anos de 1826 e 1827.<sup>146</sup> No decênio de 1840 a produção de café já alcançava proporções comerciais nos arrabaldes de Vitória e se expandia pelo litoral. No mesmo decênio, os cafeeiros iniciaram a ocupação do Sul da Província.<sup>147</sup>

A expansão da nova cultura foi tal que logo no início da segunda metade do século XIX já havia se tornado a principal fonte de renda do Espírito Santo. Ao dissertar sobre a agricultura, no início da década de 1860, o Presidente José Fernandes Costa Pereira Jr. esclarece seu sucesso:

A cultura do café não constitue a especialidade de *hum* município ou de *huma* comarca somente, e sim de todos os pontos da província pois que este gênero por seu preço que se tem conservado sempre elevado e geral

<sup>144</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 278.

<sup>145</sup> DAEMON, 2010, p. 282.

<sup>146</sup> ACIÓLI, 1827. Apud OLIVEIRA, 2008, p. 312.

<sup>147</sup> SALETO, Nara. *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930)*. Edufes: Vitória, 1996. p 28.

consumo torna-se a esperança tanto do gigante como do pequeno cultivador (COSTA PEREIRA JR, 1862, p. 82).

Outro atrativo tornava o café ainda mais sedutor. Conforme explica o Relatório do Presidente Costa Pereira, seu preparo era menos dispendioso e demorado que o “fabríco do *assucar*”, produto mais tradicional da Colônia e dos primeiros decênios do Império.<sup>148</sup> As diferenças acabaram gerando discrepâncias no cultivo e importância desses gêneros para a Província o que, evidentemente, foi notado pelas autoridades. A esse respeito, o Presidente faz a seguinte consideração: “o que se torna saliente quando se compara a exportação desses *annos* é o *augmento* na exportação do café ao mesmo tempo que a do *assucar* vai diminuindo [...]”.<sup>149</sup>

A relação inversamente proporcional entre a produção do açúcar e a do café foi evidenciada no trabalho de Gilda Rocha. Para a autora, os fenômenos estão intimamente ligados, ainda que o arrefecimento da fabricação do açúcar tenha se processado em ritmo mais intenso que a expansão cafeeira.<sup>150</sup> O fato é que, em 1851, já era evidente a importância da nova cultura para o Espírito Santo. Naquele ano, o valor atingido pela exportação do café foi superior ao dobro do alcançado com o produto mais tradicional, embora a quantidade exportada tivesse sido aproximadamente a metade.<sup>151</sup>

Pode-se ter uma ideia do poder de sedução do novo cultivo sobre os agricultores espiritosantenses acompanhando seu crescimento na pauta de exportação da Província e comparando-o, como fez Costa Pereira, com o decréscimo do açúcar. Os dados estão no gráfico a seguir.

---

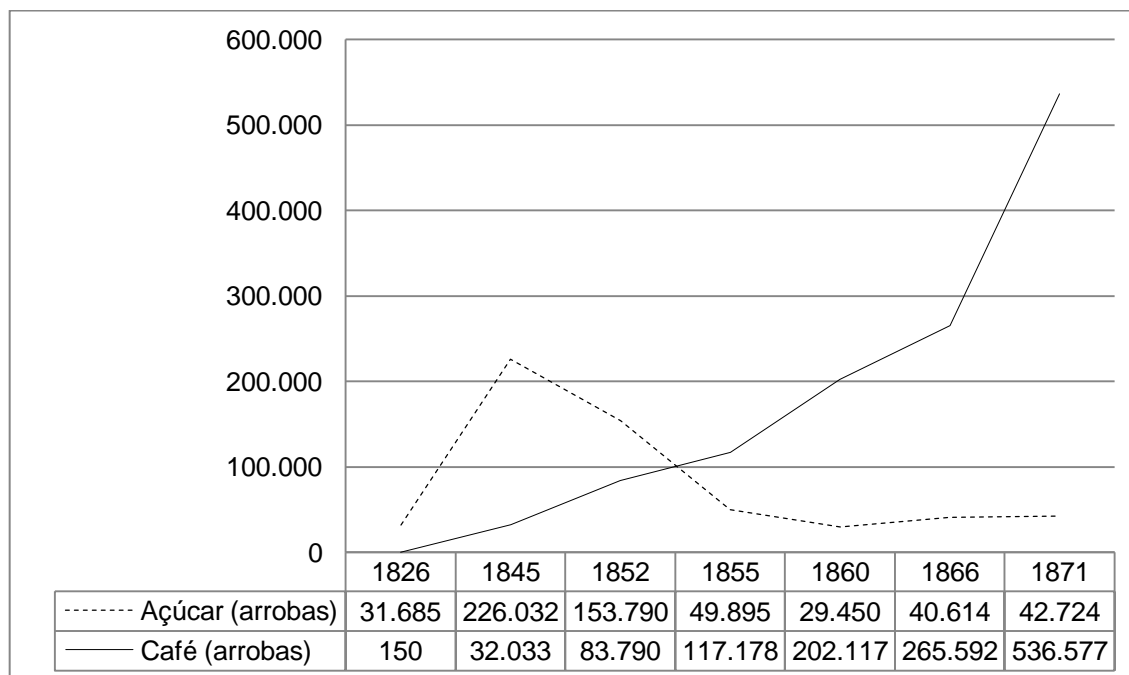
<sup>148</sup> COSTA PEREIRA, 1861, p. 82.

<sup>149</sup> COSTA PEREIRA, 1861, p. 86.

<sup>150</sup> ROCHA, Gilda. 2000, p. 39-41.

<sup>151</sup> Naquele ano foram exportadas 83.790 arrobas de café, no valor de 206:645\$700, e 153.790 arrobas de açúcar, no valor de 108:100\$860. ROCHA, 2000, p. 41.

GRÁFICO 5. EXPORTAÇÃO DE CAFÉ E AÇÚCAR  
(ESPÍRITO SANTO, SÉCULO XIX)



Fonte: ACIÓLI, 1827, apud OLIVEIRA, p. 312; AZAMBUJA, 1852, apud OLIVEIRA, 2008, p. 374; ROCHA, 2000, p.40.

O impressionante aumento da produção de café, entre a data em que aparece na pauta de exportação e o ano de 1871, limite do recorte cronológico adotado neste trabalho, ajuda a dimensionar a intensidade do surto cafeeiro nas terras espiritossantenses. Em 1855, a exportação do novo produto já havia ultrapassado a do açúcar, que sofreu queda vertiginosa em relação aos anos anteriores.

O declínio da produção açucareira a partir de meados do século, como não poderia deixar de ser, desperta atenção. Todavia, é interessante observar também o notável crescimento deste cultivo entre 1826 e 1852. A oscilação positiva no quantitativo exportado liga-se à ocupação das terras meridionais da Província e tem implicações no desenvolvimento da cultura cafeeira nessa região.

Antes do café se alastrar pelos vales dos rios Itapemirim e Itabapoana, foram os engenhos de açúcar que se destacaram na paisagem, sem, contudo, dominá-la por completo. Consoante à explicação de Nara Saletto, a ocupação bem sucedida do Sul iniciou-se em princípios do século XIX, pela foz do Itapemirim onde se fundou uma vila com o mesmo nome, mas somente na década de 1840, vencida a resistência indígena, as terras foram definitivamente conquistadas.<sup>152</sup> É bastante

<sup>152</sup> SALETTO, 1996, p. 29.

provável que o grande salto da produção açucareira do Espírito Santo, na primeira metade do Oitocentos, se relacione com a ocupação desta área. As informações da tabela 21 apontam neste caminho e trazem os dados de Vitória para comparação.

*TABELA 21. CAFÉ E AÇÚCAR EXPORTADOS POR VITÓRIA E ITAPEMIRIM (1852)*

Município	Café			Açúcar		
	Nº de estabelecimentos	Produção (arrobas)	Escravos	Nº de estabelecimentos	Produção (arrobas)	Escravos
Vitória	197	26.160	1.257	45	22.950	285
Itapemirim	13	18.600	415	22	78.700	1.348

Fonte: Relatório que o Exmo. Presidente da província do Espírito Santo, o bacharel José Bonifácio Nascentes de Azambuja dirigiu à Assembléia Legislativa da mesma Província na sessão ordinária de vinte e quatro de maio de 1852. Apud OLIVEIRA, 2008, p.374.

Primeiramente, deve-se ressaltar que Itapemirim, além de exportar o triplo do açúcar produzido por Vitória, foi responsável por mais da metade da produção exportada pela Província no ano de 1852 (gráfico 5).<sup>153</sup> Apesar de não dispormos de dados semelhantes para averiguar a participação de cada área na exportação de 1845, é plausível inferir que não deve ter sido muito distante do verificado pelo Presidente José Bonifácio Nascentes de Azambuja, isto é, a participação do Sul deve ter sido decisiva para o aumento da exportação de açúcar naquele ano.

Conforme evidenciado pelo Relatório de Azambuja, até meados do século XIX, o principal produto da região do Itapemirim era o açúcar. Esta cultura concentrava o maior número de trabalhadores (não há registro de pessoas livres desempenhando funções ligadas aos dois gêneros mencionados nos estabelecimentos da localidade), a maioria das propriedades e também possuía a maior produtividade.

Consoante os dados da tabela 21, cada agricultor dedicado à cana-de-açúcar exportou em média 3.577 arrobas, enquanto os cafeicultores alcançaram à média bem mais modesta de, aproximadamente, 1.430 arrobas. Não obstante, é necessário lembrar que esse cenário não foi exclusivo do Sul e sofreria drástica

<sup>153</sup> Além do açúcar e do café, Itapemirim exportou 622 pipas de aguardente; e Vitória, 369 pipas, além de 20.580 alqueires de farinha. Cf. Relatório do presidente José Bonifácio Nascentes de Azambuja à Assembléia Provincial, 1852. (OLIVEIRA, p. 374)

mudança em pouco tempo. Em Vitória, naquele ano, a média de arrobas de açúcar por estabelecimento foi calculado em 510, enquanto a média de café aproximou-se de 132.

Embora as linhas gerais sejam semelhantes, há diferenças reveladoras entre os municípios do Centro e do Sul do Espírito Santo. O número de estabelecimentos que exportavam os dois gêneros na Capital – superior a duas centenas – era muito maior que o verificado em Itapemirim, confirmando a antiguidade da ocupação do lugar.

As médias de produção da região Central, no entanto, eram bastante inferiores àquelas alcançadas nas terras de colonização recente da Província o que evidencia o predomínio das pequenas propriedades nos arrabaldes da Capital. Outrossim, desperta interesse a superioridade do número de agricultores que cultivavam café, 197, sobre os que plantavam cana-de-açúcar em Vitória, 45 – situação inversa a verificada nas margens do Itapemirim e do Itabapoana naquela época.

Um depoimento do Presidente Costa Pereira, ainda que da década de 1860, oferece pistas para entender o quadro divergente entre as duas regiões da Província. Ele explica que os pequenos proprietários não se dedicavam exclusivamente ao café – ainda que seus preços se mantivessem mais animadores do que de qualquer outro gênero. Ao contrário, conciliavam a nova cultura com a da “mandioca, do feijão, milho, arroz e de outros gêneros de primeira necessidade cujo preparo seja fácil e pouco dispendioso”. Enquanto isso, “os grandes lavradores *cultivão* especialmente o café, o *assúcar* e a mandioca”.<sup>154</sup> Uma vez que as pequenas propriedades eram numerosas na região Central, compreende-se a grande quantidade de estabelecimentos produtores de café e a pequena escala produtiva. Já no Sul, as elevadas médias da produção, tanto do café quanto do açúcar, apontam a existência de unidades maiores.

As diferenças entre o Centro e o Sul da Província, nítidas em meados do Dezenove, foram exacerbadas na segunda metade do século após a expansão cafeeira em seu extremo meridional. Conforme explicado por Nara Saletto, as condições eram propícias ao cultivo do café nos Vales do Itapemirim e do Itabapoana:

As condições naturais são aí mais favoráveis que no resto da Província sobretudo no que diz respeito ao solo, o massapé, consistente e resistente à erosão, ainda que pouco profundo. Esse tipo de solo também é

---

<sup>154</sup> COSTA PEREIRA JR., 1862, p. 81.

encontrado em outras regiões cafeeiras do Espírito Santo, porém o do sul sempre foi considerado o mais fértil por agricultores e técnicos. Quanto ao relevo, toda a região serrana da Província é muito acidentada, com encostas íngremes e cortes abruptos, que favorecem as enxurradas e interrompem as plantações. Sob esse aspecto, o sul, no seu conjunto, iguala-se às demais regiões; no entanto, as ondulações mais suaves e propícias ao café são encontradas nos vales de seus rios, justamente onde começou a expansão. O clima do sul é mais úmido e apresenta chuvas mais regulares que as observadas em algumas áreas do centro, sujeitas à seca (SALETTTO, 1996, p. 35).

Embora existissem vantagens de ordem natural, Saletto adverte que elas não foram suficientes para distinguir o Sul como região privilegiada da Província para o plantio do café. Destarte, as prerrogativas que possibilitaram o maior desenvolvimento da economia cafeeira no Sul do Espírito Santo relacionam-se a outros fatores tais como a existência de “ubérrimos terrenos”, conforme palavras de Costa Pereira, devolutos e próximos das zonas cafeeiras das províncias vizinhas, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

A emigração de agricultores mineiros e fluminenses, muitos deles com recursos materiais, e “dados a essa cultura [café] de preferência a outra qualquer”<sup>155</sup> contribuiu sobremaneira para transformar o Sul na região cafeeira mais dinâmica do Espírito Santo, singularizando-a no contexto local. As dessemelhanças intraprovinciais podem ser percebidas na fala do Presidente Francisco Ferreira Correa, em 1871. Ele afirma que “quase por exceção de regra é na comarca de Itapemirim onde se *vae* generalizando o emprego de certos melhoramentos agrícolas, no sentido de *augmentar* e aperfeiçoar o trabalho poupando as forças do homem, e economizando o tempo.”<sup>156</sup>

Os problemas logísticos e a relação estreita com a economia cafeeira fluminense, a cujo sistema comercial e financeiro a região Sul esteve integrada,<sup>157</sup> contribuíram ainda mais para o “afastamento” em relação à Capital. Segundo informações de Nara Saletto, o café da região era comprado por comissários do Rio de Janeiro, misturado ao daquela Província e ao de Minas Gerais e exportado como o tipo Rio.

<sup>155</sup> COSTA PEREIRA JR., 1862, p. 86.

<sup>156</sup> ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, Exm. Sr. Doutor Francisco Ferreira Correa, dirigido a Assembléia Legislativa na Sessão Ordinária do ano de 1871. p. 109. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br>>. Acesso em: 08 de julho de 2011.

<sup>157</sup> Nas palavras de Nara Saletto: “Num certo sentido, a economia do Itapemirim foi um prolongamento da economia cafeeira fluminense, a cujo sistema comercial e financeiro esteve inteiramente integrada.” SALETTTO, 1996, p. 35-36.



Parte da produção não pagava qualquer tributo ao Espírito Santo.<sup>158</sup> As comunicações da Câmara de Cachoeiro de Itapemirim enviadas ao Presidente Ferreira Correa e incluídas em seu Relatório, são eloquentes neste sentido:

Lamenta a camara do Cachoeiro a falta de vias de comunicação para as extremas do município, o que sobre modo prejudica a lavoura, que actualmente só encontra ali péssimas estradas.

Allega que os fazendeiros do Veado, Calçado, e Itabapoana tem boas estradas para o porto de Limeira, em território do Rio de Janeiro, para onde, em prejuízo da província, levão a exportação, cujos direitos, que aqui devião ser pagos, por ali são arrecadados, o que se poderia evitar fazendo novas estradas e beneficiando as existentes, estabelecendo uma agencia de rendas no alto Itabapoana.

Pondera que a estrada que vae daquella Villa para o porto da Limeira, distante 14 légoas, pode ser encurtada pelo menos trez legoas; sendo apenas necessárias duas pontes [...] (FERREIRA CORREA, 1871, p. 64-65).

Além da contribuição fundamental dos recursos externos provenientes da emigração de mineiros e fluminenses, bem como da ligação permanente com a Província vizinha, o Sul do Espírito Santo teve a favor de seu desenvolvimento importantes recursos internos.

Conforme dito há pouco, antes do estabelecimento das fazendas cafeeiras, foram os canaviais e os engenhos que se destacaram na paisagem do sulista e, diferente da região Central, eram grandes propriedades, com capital suficiente para investir consideráveis somas na nova cultura. O inventário de Domingos Teixeira de Siqueira, residente no Distrito do Rio Muqui, termo da Vila de Itapemirim, pode oferecer exemplo interessante. Aberto em 1859, o documento lista entre os bens de raiz um engenho, fornalha e formas de açúcar, avaliados em seu conjunto em 80\$000 (oitenta mil réis). Todavia, a fonte de renda básica da Fazenda de São Domingos do Calçado não deveria repousar na produção açucareira no momento da morte de seu proprietário, pois mais de um quinto do valor total dos bens de raiz estava no cafezal de 20 mil pés, avaliado em 5:000\$000 (cinco contos de réis). Se o senhor Siqueira ainda produzia açúcar, deveria ser em colaboração com agricultores vizinhos, pois não foi registrado nenhum canal entre as sua plantações.<sup>159</sup>

Domingos Teixeira de Siqueira não constitui exceção dentro da amostra de inventários levantados no Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim. Ele ilustra a tendência observada de migração da cultura canavieira para a cafeeira na

<sup>158</sup> SALETTO, 1996, p. 36.

<sup>159</sup> Inventário de Domingos Teixeira de Siqueira. Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, maço 1.

região Sul. Dentre os 46 inventários *post-mortem* pertencentes a senhores de escravos, em apenas dez há referência explícita ao açúcar. Em nove casos há menção a valores e, em todos eles, os cafezais receberam preço superior ao dos bens referentes aos engenhos e engenhocas: enquanto o valor destes variou entre 15\$000 (quinze mil reis) e 80\$000 (oitenta mil reis), os pés de café foram avaliados entre 1:000\$000 (um conto de reis) e 31:980\$000 (trinta e um contos, novecentos e oitenta mil reis).

A soma dos recursos internos e externos possibilitou o desenvolvimento de uma economia cafeeira no Sul do Espírito Santo com padrão distinto do verificado nas terras do Centro da Província. A tabela a seguir permite dimensionar tal distinção.

TABELA 22. AVALIAÇÃO DO CAFEZAL DAS REGIÕES CENTRAL E SUL  
(ESPÍRITO SANTO, 1850-1871)

Região	ATÉ 499\$999	500\$000 a 999\$999	1:000\$000 a 1:999\$999	2:000\$000 a 4:999\$999	5:000\$000 ou mais	Total
Centro	77,64% (66)	10,58% (9)	5,89% (5)	5,89% (5)	-	100% (85)
Sul	14,7% (5)	5,88% (2)	26,47% (9)	8,82% (3)	44,11% (15)	100% 34

Fonte: Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória e do Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, 1850-1871.

O contraste entre as duas regiões da Província torna-se evidente na tabela 22 e justifica a consideração do Sul como o reduto da grande lavoura do Espírito Santo. Enquanto quase a metade dos cafeicultores sulistas tinham seus cafezais avaliados em mais de 5:000\$000 (cinco contos de réis), tendo alguns logrado ultrapassar a fortuna de 30:000\$000 (trinta contos de réis), nos arrabaldes de Vitória o valor máximo do cafezal chegou a 4:500\$000 (quatro contos e quinhentos mil réis).

Uma ressalva sobre as informações presentes na tabela tornam ainda mais discrepante o quadro nas duas regiões. As informações sobre o Sul referem-se exclusivamente a avaliação de pés de café existentes em cada propriedade. Já no Centro, o café foi avaliado junto a outras plantações ou outros bens de raiz e, mesmo assim, o valor foi muito inferior ao da primeira região, uma vez que três quartos dos inventários envolvidos com o café nos arrabaldes de Vitória não alcançaram os 500\$000 (quinhentos mil réis). Em apenas um caso nessa região

houve o registro da quantidade de pés de café (10.000), nos demais a diversidade dos registros é enorme. Avalia-se, por exemplo, o pequeno cafezal; a moita de café; o cafezal velho, maltratado, em mau estado; o sítio, chácara, terreno ou morro com algum café; a casa com alguns pés de café; as árvores de espinho ou mandiocal com cafezal; o café colhido, mesmo que podre.

Outros dados ratificam a “distância” entre as duas localidades. Em 30% dos inventários da região Central, ou seja, em 87 dos 289 documentos da amostra, havia referência ao café.<sup>160</sup> Se forem considerados apenas os inventariados que possuíam escravos, o percentual sobe para 48%, pois são 180 nessa condição. No extremo Sul da Província encontrou-se referência à plantação de café em 36 dos 48 inventários. Entre os 46 proprietários de escravos, 35, o equivalente a 76%, cultivavam café.<sup>161</sup>

A comparação com a região Central não permite dúvidas: o Sul constituiu-se no domínio da grande lavoura cafeeira do Espírito Santo. Todavia, importa ressaltar que o café não proporcionou à economia espiritosantense o mesmo dinamismo verificado nas demais Províncias do Sudeste. Segundo os dados de Gilda Rocha, enquanto o Rio de Janeiro exportava quase sete milhões de arrobas de café em 1871/1872, e São Paulo e Minas Gerais mais de dois milhões cada, o Espírito Santo exportou pouco mais de meio milhão no mesmo ano.<sup>162</sup>

Destarte, é válido esclarecer que não foi apenas a Província em seu conjunto que não atingiu o patamar das vizinhas. As fazendas cafeeiras dos vales do Itapemirim e do Itabapoana eram grandes quando comparadas com o restante do Espírito Santo, pois quando confrontadas com as fluminenses ou paulistas, sua “grandeza” torna-se questionável, conforme lembrado por Nara Saletto.

As informações oferecidas por Saletto referentes às províncias vizinhas dimensionam o tamanho de suas propriedades e seu poder econômico. Para o Vale do Paraíba Fluminense, a amostra é de 21 propriedades. Destas, uma possuía entre 200 e 299 mil pés de café; todas as outras possuíam mais de 300 mil pés, entre as quais há três com mais de um milhão de cafeeiros. Entre as 11 propriedades do

---

<sup>160</sup> A tabela 23 registra 85, pois só foram utilizados os inventários da região central para os quais os valores relativos ao café foram explicitados.

<sup>161</sup> A tabela 23 registra 34, pois só foram utilizados os inventários da região sul para os quais os valores relativos ao café foram explicitados.

<sup>162</sup> ROCHA, 2000, p. 53.

Oeste Paulista, a menor possuía 62 mil cafeeiros; uma está na faixa de 100 a 199 mil pés; as outras nove estão acima dos 200 mil pés, sendo duas com mais de um milhão de cafeeiros.<sup>163</sup> A tabela abaixo oferece o panorama observado na zona de grandes propriedades do Espírito Santo.

TABELA 23. CAFEZAIS DA REGIÃO SUL DO ESPÍRITO SANTO (1850-1871)

Nº pés de café	Até 4.999	5.000 a 29.999	30.000 a 49.999	50.000 a 99.999	100.000 ou mais	Total
Nº de propriedades	9	12	9	2	3	34
Percentual	25,71	34,29	25,71	5,71	8,58	100

Fonte: Inventários *post-mortem* do Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, 1850-1871.

A discrepância em relação aos vizinhos fica evidente nos dados acima: a menor das fazendas da amostra do Oeste Paulista estava entre as cinco maiores da zona do Itapemirim. A confrontação com o Vale do Paraíba Fluminense manifesta de forma mais aguda a diferença, pois nenhuma fazenda do Sul do Espírito Santo possuía, na amostra analisada, 200 mil pés de café. O maior cafezal, pertencente ao Capitão José Vieira Machado, foi estimado em 146 mil pés.

O fato de um quarto dos inventários analisados possuir menos de cinco mil pés de café desperta atenção e revela que também havia proprietários mais modestos na área das grandes fazendas. Além disso, os pequenos cafezais na região considerada como o domínio das grandes lavouras recordam a diversidade socioeconômica do Império Brasileiro. Diversidade essa que, certamente, afetou a vida das pessoas que sustentaram a expansão cafeeira.

Ser escravo na região de grande propriedade do Sul do Espírito Santo deveria ser uma experiência diversa de viver sob a mesma condição no Vale do Paraíba ou no Oeste Paulista. O testemunho do Presidente José Fernandes Costa Pereira Jr. é enfático nesse sentido, ainda que exista problema na sua explicação:

<sup>163</sup> Os dados são do ano de 1883, fora, portanto, do recorte cronológico da pesquisa. Todavia, foram utilizados e são úteis à comparação por três motivos. De acordo com Saletto, “o número de cafeeiros e, sobretudo, o de escravos, bem como o valor total das fazendas, não aumentou com o passar do tempo, ou seja, as grandes propriedades dos anos 80 não eram mais “ricas” que as das décadas anteriores.” Em segundo lugar, os dados encontrados na pesquisa são semelhantes aos verificados pela autora que adota uma cronologia diferente, comparando fazendas compreendidas entre 1850 e 1888. Por último, e talvez mais importante, não dispomos dados para comparação que estejam entre 1850 e 1871. SALETTO, 1996, p. 40-41.

O serviço agrícola é, na maior parte dos municípios da província, menos penoso e produtivo do que em outros pontos do império. [...] Ora, conquanto não pretenda eu afirmar que o trabalho escravo seja em regra mais produtivo do que o do homem livre, todavia cumpre-me reconhecer que, em muitos lugares do país, posto que inferior pela qualidade, o produto daquele trabalho excede ao do livre no que respeita à quantidade. Aqui, porém na maior parte dos municípios, não é ele ativo e fecundo porque os laços da disciplina são geralmente frouxos (COSTA PEREIRA, 1862, p.57).

Seguramente, a suposta frouxidão dos laços de disciplina em relação ao escravo merece ser questionada, assim como a afirmação de que o serviço agrícola era menos penoso no Espírito Santo. Todavia, a fala de Costa Pereira indica um ponto importante: a produtividade do trabalho cativo parecia ser menor na Província sob sua administração do que nas vizinhas. Gilda Rocha chegou à conclusão semelhante a de Costa Pereira avaliando a quantidade média de cafeeiros sob responsabilidade de cada cativo na Região do Itapemirim e comparando-a com outras zonas cafeeiras. Os dados utilizados pela autora foram reproduzidos a seguir.

TABELA 24. COMPARATIVO DA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO ESCRAVOS NA REGIÃO DE ITAPEMIRIM E OUTRAS REGIÕES CAFEEIRAS DO PAÍS (1883)

Zona	Províncias	Nº de propriedades	N de pés de café	Nº de escravos	Média pés de café p/ escravo
Santos	São Paulo (Oeste Paulista)	146	12.904.090	5.266	2.450
	Minas Gerais	153	20.633.000	5.568	3.705
Rio	Rio de Janeiro	191	37.638.543	10.712	3.513
	São Paulo (Vale do Paraíba)	53	7.881.000	1.987	3.966
	Espírito Santo (Itapemirim)	12	791.000	569	1.390

Fonte: ROCHA, 2000, p. 59.

Os dados trabalhados por Rocha são de 1883 e, portanto, dos anos finais da escravidão, após a libertação do ventre das cativas. Transposta a análise para o período entre 1850 e 1871, não há divergências significativas. A média de pés de café por escravo, considerando os 35 inventariados que cultivavam o gênero, foi de 1215.<sup>164</sup> Se ao invés de uma análise geral, forem analisadas apenas as maiores propriedades, a situação difere um pouco.

<sup>164</sup> O total de pés de café foi de 1.049.000 e o número de escravos foi de 863.

A próxima tabela reúne as 15 propriedades com os maiores cafezais nas duas décadas estudadas, seguindo a ordem de produtividade. Vejamos.

TABELA 25. PRODUTIVIDADE DO TRABALHO ESCRAVO NAS MAIORES FAZENDAS CAFEIRAS DA REGIÃO SUL-ES (1850-1871)

Ano	Fazenda	Nº de pés de café	Nº de escravos	Média de pés de café por escravo	Nº de escravos acima dos 8 anos	Média de pé de café por escravo acima dos 8 anos
1871	São Quirino	122.000	26	4.692	21	5.809
1871	Espírito Santo	29.500	8	3.687	8	3.687
1866	Campos Elysios	39.000	13	3.000	11	3.545
1858	Monte Verde	30.000	10	3.000	9	3.333
1871	Ribeirão da Povoação	146.000	60	2.433	51	2.863
1869	Conquista	40.000	18	2.222	-	-
1866	Santa Teresa	83.000	41	2.024	40	2.075
1865	Fim do Mundo	107.000	61	1.754	51	2.098
1863	Sítio do Meio	34.000	20	1.700	19	1.789
1869	São José	49.000	34	1.441	26	1.885
1868	Boa Vista	50.000	45	1.111	37	1.351
1859	Santa Roza	35.000	32	1.094	27	1.296
1863	Santa Luzia	36.000	35	1.028	24	1.500
1856	Boa Esperança	45.000	46	978	32	1.406
1865	Monte Alegre	32.000	43	744	33	969

Fonte: Inventários *post-mortem* do Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, 1850-1871.

Antes de discutir os dados, cabe ressaltar a opção por acrescentar na tabela o cálculo feito com indivíduos a partir dos oito anos de idade.<sup>165</sup> É verdade que as crianças cativas eram iniciadas no trabalho desde muito cedo, entretanto, não

<sup>165</sup> Os dados utilizados por Gilda Rocha não fazem a distinção etária por pertencerem ao período posterior à libertação do ventre das cativas, ocorrido em 1871 por meio da Lei Rio Branco.

parece plausível comparar a sua produtividade com a de adultos.<sup>166</sup> As avaliações dos pequeninos são acompanhadas nas fontes por explicações indicativas de sua incapacidade para o serviço agrícola, de sua inaptidão, de sua falta de força.

Quiçá, em uma região onde a presença infantil não fosse numerosa, ignorar as diferenças etárias não tivesse consequências importantes. Todavia, essa não era a situação verificada no Sul do Espírito Santo conforme será destacado posteriormente. O limite escolhido não foi aleatório, evidentemente. Além das expressões de caráter mais geral utilizadas nas fontes, há uma cópia da ficha de matrícula anexa a um inventário que é mais específica. Nela, há três crianças de oito, nove e dez anos descritas como aptas ao trabalho e dedicadas à “lavoura”. Para a quarta criança, irmã das precedentes, com cinco anos de idade, os espaços destinados à aptidão e à profissão estão vazios.<sup>167</sup> Como não há informações para infantes de seis e sete anos, adotou-se a idade do mais novo considerado apto ao trabalho de lavoura.

Feito o esclarecimento, passemos a análise dos dados expostos na tabela.<sup>168</sup> Com exceção da “Fazenda Espírito Santo”, na qual todos os escravos eram adultos, e da “Fazenda da Conquista” que não registrou idade para nenhum de seus cativos, em todas as demais a exclusão de crianças pequenas alterou o resultado, adicionando entre 51 e 1.117 pés de café à média.

É interessante observar que a produtividade não esteve diretamente relacionada ao maior número de cafeeiros. Afinal, a “Fazenda Espírito Santo”, dona do segundo melhor desempenho, possuía o menor cafezal dentro do grupo. A mesma propriedade demonstra que, igualmente, não há relação direta entre quantidade de

---

<sup>166</sup> Segundo Kátia Mattoso, a criança escrava presta serviços desde os sete ou oito anos. Manolo Florentino e José Roberto Góes acreditam que o “adestramento” que transformava as crianças em adultos se concluíam por volta dos 12 a 14 anos, mas admitem que o processo poderia se iniciar bem cedo. Além dos trabalhos domésticos e rurais, algumas crianças iniciavam sua jornada de suplícios muito prematuramente, desempenhando a função de companheiro de brinquedos do “nhonhô”, de seu “leva-pancadas”, conforme alertou Gilberto Freyre. Cf. MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. FLORENTINO, Manolo, GÓES, José Roberto. *Morfologias da infância escrava: Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, Cativo e Liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.

<sup>167</sup> Inventário *post-mortem* de Antonio da Silva Pinheiro. Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, maço 3.

<sup>168</sup> Todos os inventários, mesmo os do ano de 1871, foram abertos antes da promulgação da Lei Rio Branco.

escravos e produtividade, uma vez que detinha o menor número de trabalhadores escravos.

A tabela 25 também indica que as propriedades com as maiores médias de cafeeiros por escravo não apresentaram desempenho muito diferente do observado nas demais regiões do Sudeste citadas há pouco. A “Fazenda São Quirino”, inclusive, segunda em número de cafezais da região Sul, apresentou desempenho superior às demais localidades. Entretanto, na maioria dos casos, as médias foram mais modestas: apenas sete propriedades (considerando apenas os indivíduos com mais de oito anos) registraram mais de 2.000 pés por escravo.

Se for considerado o conjunto das 15 maiores propriedades, os números se mostram mais elevados dos que os apresentados por Gilda Rocha para os anos finais da escravidão, porém, distantes do Rio de Janeiro: são 875.500 pés de café divididos por 492 escravos, isto é, uma média de 1.779. A exclusão das crianças menores de oito anos eleva a média para 2.151. Ainda assim, continua inferior ao Oeste Paulista e, sobretudo, às demais zonas cafeeiras do Sudeste.

A queixa do Presidente Costa Pereira sobre o trabalho em muitos municípios espiritosantenses ser menos penoso e produtivo do que em outros lugares do Império talvez estivesse baseada no conhecimento desses números. Afinal, trata-se da região mais dinâmica da Província. Todavia, dois fatores importantes não são considerados na explicação do Presidente, mas interferem diretamente no cálculo de produtividade. O primeiro relaciona-se à recente ocupação do lugar e ao trabalho adicional de derrubar as matas virgens, ainda existentes no período.

Outro fator, mais decisivo, diz respeito às características das fazendas da região que oferecem nova leitura sobre a afirmação de Costa Pereira referente às preferências de cultivo por tamanho de propriedade. Provavelmente, o que o Presidente pretendeu explicar foi que a fonte de renda das grandes propriedades assentava-se nos cultivos para exportação e, no caso da região norte da Província, na produção de mandioca para o consumo interno. A prioridade, conforme verificado no Sul, não significava, de modo algum, exclusividade.

Na realidade, as grandes fazendas do Itapemirim não se dedicavam exclusivamente ao plantio do café ou do açúcar. Elas também cultivavam mandioca, milho, arroz, feijão, hortaliças, frutas, além de criar animais e produzir diversos bens para suprir



suas necessidades. Desta forma, o trabalho escravo era empregado em ampla gama de atividades o que diminuía sua “produtividade”, se esta considerar apenas o tamanho do cafezal sob sua supervisão. O caso da propriedade detentora da maior média de pés de café por escravo ilustra a afirmação.

Os 26 escravos da falecida Luisa Carolina Pinto Coelho, proprietária da “Fazenda São Quirino”, não tinham sob sua responsabilidade apenas o cafezal de 122 mil pés – disperso por algumas propriedades o que deveria exigir o deslocamento dos trabalhadores. Entre os bens de raiz foram avaliados vários pastos e roças, paiol para milho e mantimentos, engenho de serra, olaria, horta etc. Se a produtividade desta fazenda já era alta com o simples cálculo de escravos e pés de café, o trabalho parece ser muito mais “fecundo”, para usar a expressão de Costa Pereira, quando consideradas as demais atividades.

O caso de “São Quirino” é representativo da diversificação de atividades desenvolvidas pelas propriedades da região. Segundo os dados apresentados por Nara Saletto, essa tendência se manteve no tempo. A autora conclui que “as fazendas capixabas seriam muito mais autossuficientes que suas congêneres na época. Estas tinham especializado sua produção no setor mercantil, reduzindo os cultivos de subsistência e as atividades complementares [...] e recorrendo cada vez mais ao mercado para se abastecer [...]”.<sup>169</sup>

A exposição das diferenças entre as fazendas do Sul do Espírito Santo em relação a seus pares nas Províncias vizinhas evidencia, mais uma vez, a diversidade do sistema escravista. O que se pretende ao insistir nessa característica da escravidão é sublinhar a existência de múltiplas possibilidades para a vida em cativeiro. O desenvolvimento da economia cafeeira ao longo dos vales do Itapemirim e do Itabapoana criou situação diversa da existente tanto na região Central da Província, quanto no Rio de Janeiro, o que deve ter tido consequências para os homens e mulheres submetidos à escravidão.

Se, por um lado, o dinamismo das terras meridionais da Província não foi o mesmo verificado em outras zonas cafeeiras do Sudeste, por outro lado, não é possível negar que a área destacou-se em território provincial merecendo a designação de “reduto da grande lavoura do Espírito Santo”. Dito isso, importa saber se nesta

---

<sup>169</sup> SALETTO, 1996, p. 39.

região, as condições para a socialização, para a construção de laços familiares entre os cativos, se assemelharam mais à zona de *plantations* ou ao restante da Província, dominado pelas pequenas propriedades. Os tópicos seguintes pretendem analisar algumas variáveis que podem ajudar a responder a essa questão.

### 2.3. PAISAGEM HUMANA NO SUL: NOVOS TEMPOS NO ESPÍRITO SANTO

A paisagem humana observada no Espírito Santo ao final do Setecentos retratava os difíceis tempos da era Colonial para a antiga Capitania de Vasco Fernandes Coutinho, conforme procurou-se demonstrar no primeiro capítulo. No século XIX, entretanto, inaugurou-se novo período em sua história e, mais uma vez, o quadro demográfico permite vislumbrar os ventos da mudança que sopraram sobre essas terras.

É certo que a população espiritossantense permaneceu ao longo do Oitocentos (na verdade, até os dias atuais), muito pequena se comparada ao restante do Brasil ou mesmo aos vizinhos mais próximos – em 1872, não possuía 1% dos habitantes livres e 1,5% dos escravos do Império.<sup>170</sup> Contudo a situação se modificou em relação aos séculos anteriores de maneira indiscutível: os “recursos, *si* não maiores, ao menos *eguaes* aos das outras [Províncias]”, “suas fertilíssimas terras, os seus numerosos e soberbos rios”, como destacou o Presidente José Bonifácio Nascentes d’Azambuja,<sup>171</sup> passaram a ser observados com mais atenção e o Espírito Santo, enfim, tornou-se ponto de atração demográfica.<sup>172</sup>

Diversas razões atraíram as pessoas que escolheram viver na Província espiritossantense durante oséculo XIX. Também diversas foram as origens dos novos moradores, tendo alguns deles vindo de longe, do outro lado do Atlântico, em busca do sonho de lavrar a própria terra. É inegável a importância desses imigrantes, em sua maioria de origem europeia, para o Espírito Santo.<sup>173</sup> Entretanto, é necessário esclarecer que não foram os imigrantes europeus direcionados aos núcleos de povoação subvencionados pelo Estado os principais responsáveis pelo

---

<sup>170</sup> A população do Império Brasileiro era composta por 8.419.672 habitantes livres e 1.510.806 cativos. IBGE, Censo de 1872.

<sup>171</sup> AZAMBUJA, 1852, p. 57.

<sup>172</sup> Os dados referentes ao crescimento populacional no Espírito Santo podem ser conferidos no gráfico 1, p. 49.

<sup>173</sup> Cf. ROCHA, 1996.

súbito aumento da população – ainda que o fato seja admirável tendo em vista o quase esquecimento da Província durante a era Colonial e sua pequena influência no cenário Imperial.<sup>174</sup>

A parte mais significativa dos moradores que contribuíram para enriquecer as estatísticas provinciais não era, pois, composta por imigrantes atraídos pela possibilidade de se tornar pequenos proprietários nas Colônias; a maioria era formada por brasileiros das províncias vizinhas, muitos com algum cabedal, interessados pelas perspectivas oferecidas pelos extensos sertões do Espírito Santo, cujo solo era propício ao cultivo do gênero que se tornaria o mais importante do século XIX.<sup>175</sup>

O Presidente José Fernandes Costa Pereira Jr. explica o súbito crescimento da população da seguinte forma:

O arrolamento a que se procedeu em 1844 dava à província 32.720 - o de 1856 49.092 o de 1861, 60.702 habitantes e pois temos que a população quasi duplicou no espaço de 17 annos, o que em parte é devido ao contingente da colonisação e ao da emigração de lavradores de Minas e do Rio de Janeiro que se têm mudado, com suas famílias e escravos para os ubérrimos terrenos do Itapemirim, Itabapoana, Guarapary e Benevente (COSTA PEREIRA JR, 1861, p. 63).

A fala do Presidente aponta para a diversidade do fenômeno da migração que ocorreu de formas e intensidades diferentes por toda a província. Houve nítida concentração dos agricultores provenientes de Minas Gerais e Rio de Janeiro nas áreas mais próximas de suas Províncias de origem. Áreas essas até então praticamente desvinculadas do projeto colonizador, dominadas por povos indígenas, ainda cobertas por matas virgens e, claro, adjuntas das regiões cafeeiras das províncias vizinhas.

Vale lembrar que as mencionadas características não atraíram apenas fazendeiros dotados de recursos, mas também mineiros e fluminenses pobres, além de habitantes de outras áreas do Espírito Santo, conforme informado por Nara Saletto. Ainda segundo a autora, esses migrantes, difíceis de contabilizar, “formaram a povoação de Rio Pardo e estavam um pouco por toda parte.”<sup>176</sup>

<sup>174</sup> Segundo Gilda Rocha, o Espírito Santo foi favorecido pelas autoridades centrais enquanto a política imigrantista do Governo Imperial enfatizou a criação de núcleos coloniais de pequenos proprietários uma vez que as condições favoráveis a sua implementação foram encontradas nessa Província. Ver ROCHA, 2000.

<sup>175</sup> SALETTO, 1996, p.35.

<sup>176</sup> SALETTO, 1996, p. 30-31.

Enquanto isso, o contingente da colonização ao qual Costa Pereira se refere dividia-se em duas colônias mais próximas da região Central, Santa Izabel, fundada em 1847, e Santa Leopoldina, estabelecida em 1857; e uma ao Sul, Rio Novo, criada por iniciativa particular no ano de 1855, em terras dos municípios de Itapemirim e Beneventes, e assumida seis anos depois pelo Governo Imperial devido às dificuldades que enfrentava. As três colônias somavam, em 1861, apenas 2.246 habitantes<sup>177</sup> o que equivaleria a aproximadamente 8% dos indivíduos acrescentados à população provincial entre os anos de 1844 e 1861 segundo os cálculos de Costa Pereira.

A “invasão” de mineiros e fluminenses ao Espírito Santo e seu estabelecimento na porção meridional do território, que passará a ser denominada região Sul, ocorreu na esteira de outro fenômeno: a disseminação da cultura cafeeira. O testemunho contemporâneo é oferecido novamente pelo Presidente Costa Pereira e de sua tentativa de explicar a substituição da tradicional produção de açúcar pelo novo gênero:

Este facto se explica não só pela maior vantagem que obtem o agricultor com a lavoura do café, cujo preço se tem conservado sempre animador, como também pela emigração de lavradores Mineiros e Vassourenses dados a essa cultura de preferência a outra qualquer (COSTA PEREIRA JR, 1861, p. 86).

Se o café espalhou-se por quase todos os cantos da província, tornando-se o carro-chefe de sua economia na segunda metade do século XIX, é certo também que o Sul, tendo iniciado seu cultivo na década de 1840, tornou-se, no Espírito Santo, seu produtor por excelência. E foi justamente o estabelecimento dos migrantes, com seus recursos e experiência, na “parte da região banhada pelo Itapemirim e toda aquela banhada pelo Itabapoana”, que fez do Sul “o reduto da grande lavoura de café no Espírito Santo”.<sup>178</sup>

A natureza da ocupação estabeleceu, sob vários aspectos, consideráveis diferenças em relação à região Central. Ainda que iniciada com séculos de “atraso”, o processo de povoamento da região Sul foi muito mais agressivo. Símbolo disso é o município de Cachoeiro de Itapemirim que nasceu no processo de expansão dos cafezais e, em poucas décadas de existência, tornou-se um dos mais importantes da Província.

---

<sup>177</sup> ROCHA, 2000, p. 76-77, 85.

<sup>178</sup> ROCHA, 2000, p. 53.

As linhas gerais dessa história ajudam a dimensionar sua intensidade e especificidades no contexto provincial.

Até finais do século XVIII, a rala população da Capitania do Espírito Santo, conforme informado pelo Capitão-mor Inácio João Monjardino, não fora suficiente para povoar as terras meridionais, que permaneciam dominadas pelas populações indígenas. Na verdade, a maioria dos moradores ainda arranhava o litoral, habitando pequenas povoações, submetidas a Vitória.

Em 1827, pouco tempo após o Relatório de Mongeardino, o Presidente da então Província do Espírito Santo informa sobre a existência da freguesia de Itapemirim, localizada nas proximidades do rio com o mesmo nome. Segundo os dados apresentados por Inácio Aciolli de Vasconcelos, o núcleo contabilizava 229 fogos entre os quais se distribuíam 1.835 habitantes – aproximadamente, 56,5% na condição de escravos. Os números, situados entre os menores da Província, revelam a recente ocupação do lugar e destacam a importância da mão de obra escrava para o seu desenvolvimento desde os primórdios.<sup>179</sup>

Os dados do Presidente Aciolli permitem algumas considerações interessantes. Cada fogo, ou núcleo residencial, possuía, em média, 3,48 habitantes livres. Este valor é ligeiramente inferior ao verificado no mesmo ano em Vitória, 3,87. Contudo, quando se trata da população mancipia, a situação torna-se diferente: enquanto a região que está começando a ser colonizada apresenta cerca de 4,5 escravos por fogo, a mais antiga da Província apresenta a média bem mais modesta de 1,66.

Uma última constatação sobre as informações do Relatório de 1827 faz-se necessária: apesar de Itapemirim ter maior concentração de escravos em sua população do que a Capital – são 56,5% contra 34%, respectivamente – apontando para o maior poder aquisitivo de seus colonizadores, de maneira semelhante a Vitória e ao restante do Espírito Santo, não há significativo desequilíbrio sexual. Naquele ano, os homens compunham 54% da população mancipia em Itapemirim, índice bastante próximo do registrado pela Província, 52%.

O desenvolvimento regional continuou em marcha acelerada e quem o informa é um dos principais fazendeiros da Província, o Barão de Itapemirim, que chegou a presidi-la por alguns meses. Em seu Relatório, datado de 1857, ele noticia a

---

<sup>179</sup> Cf. tabela 5, p. 48.

existência do Termo de Itapemirim reunindo três distritos: Itapemirim, Itabapoana e *Caxoeiro*. A população total do termo alcançava os 8.443 habitantes. O distrito que se tornará o principal produtor de café, *Caxoeiro*, contava 2.739 almas,<sup>180</sup> quase metade delas escravizada.<sup>181</sup>

Os números demonstram claramente a emergência e o intenso desenvolvimento do Sul durante os primeiros decênios do século XIX, sobretudo a partir da década de 1840 com a disseminação da cultura cafeeira. Todavia, é na segunda parte do Dezenove que se evidencia a grandeza do fenômeno.

Em 1872, o então município de São Pedro do Cachoeiro de Itapemirim<sup>182</sup> reunia as seguintes freguesias: São Pedro do Cachoeiro, São Pedro d'Alcântara do Rio Pardo, Nossa Senhora da Penha do Alegre, São Miguel do Veado, São Pedro do Itabapoana e Nossa Senhora da Conceição do Aldeamento Afonsino.<sup>183</sup> A população deste que se tornaria o principal município cafeeiro da Província aumentou mais de seis vezes em menos de duas décadas, ultrapassando os 18.000 habitantes – cerca de 40% deles na condição de escravos.<sup>184</sup>

O período no qual ocorreu o desenvolvimento de Cachoeiro de Itapemirim torna-o ainda mais interessante. Conforme discutido anteriormente, a segunda metade do século XIX foi marcada pela crescente dificuldade de acesso à mão de obra escrava devido à conjuntura que se estabeleceu após a abolição do tráfico atlântico, ocorrida em 1850. Entretanto, o dinamismo proporcionado pela lavoura cafeeira – ainda que

---

<sup>180</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Relatório com que o Exmo. Sr. Barão de Itapemirim, Primeiro vice-presidente da Província do Espírito Santo, apresentou na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, no dia 25 de maio de 1857. p. 6. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br>>. Acesso em: 07 de agosto de 2011.

<sup>181</sup> O Relatório do Barão de Itapemirim não distingue a população escrava da livre. No entanto, é possível estimar essa informação com base no Relatório de José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, produzido poucos meses antes. No documento, o Presidente informa a existência de 1.494 livres e 1.254 escravos, totalizando 2.748 indivíduos (número ligeiramente diferente do informado pelo Barão de Itapemirim). Cf. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente da Província do Espírito Santo, o Doutor José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, passou a administração da Província ao Exmo. Sr. Comendador, José Francisco de Andrade e Almeida e Monjardim, segundo vice-presidente, em 13 de fevereiro de 1857. p. 13. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br>>. Acesso em: 07 de agosto de 2011.

<sup>182</sup> O município foi instalado em 25 de março de 1867. Cf. DAEMON, 2010, p. 435.

<sup>183</sup> Censo de 1872, IBGE.

<sup>184</sup> Censo de 1872, IBGE, p.76/77.

não comparável ao verificado no Rio de Janeiro e São Paulo<sup>185</sup> – permitiu seu florescimento e o extraordinário crescimento da população cativa. Em 1872, essa região já reunia um terço de todos os escravos da Província.<sup>186</sup>

Sabe-se que nos anos seguintes à Lei Eusébio de Queirós, o tráfico ilegal despejou alguns milhares de africanos nas costas brasileiras e as praias do Espírito Santo, pela vizinhança de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, serviram a esse propósito.<sup>187</sup> É provável que algumas dessas 8.812 pessoas, que entraram no país entre 1851 e 1866,<sup>188</sup> tenham permanecido nas prósperas fazendas da área do Itapemirim e do Itabapoana, a zona da Província mais visitada pelos navios negreiros.<sup>189</sup> Aliás, reforça essa suspeita o fato do Barão de Itapemirim, um dos grandes fazendeiros da região Sul, ter ligações com o comércio ilegal de escravos.<sup>190</sup>

Todavia, é provável que a maioria desses africanos tenha sido encaminhada para províncias mais ricas, com maior capacidade de arrematação de trabalhadores. Destarte, o crescimento no Sul foi resultado, em grande medida, do deslocamento de escravos nascidos no Brasil, ou já há algum tempo estabelecidos no país, que acompanharam seus senhores no processo de expansão da cultura cafeeira pelas províncias do Sudeste.

Além da migração com seus senhores, alguns indícios levantam a suspeita de que outras duas vias foram utilizadas para incrementar a mão de obra escrava na região Sul do Espírito Santo: a recorrência ao tráfico interno, após o estabelecimento das fazendas; e a reprodução endógena. Ambas serão discutidas em tópico posterior, especialmente a segunda por causar certa estranheza. Por enquanto, analisemos os

---

<sup>185</sup> Como a área da grande lavoura de café era pequena em relação ao todo da Província, na opinião de Gilda Rocha, ela não foi suficiente para imprimir ao território “o mesmo dinamismo que a lavoura de café conferiu ao Rio de Janeiro e a São Paulo. “Atentemos para o fato de que, enquanto no exercício de 1871/1872 Rio de Janeiro e São Paulo exportaram 6.988.412 e 2.508.163 arrobas de café, respectivamente, o Espírito Santo exportou apenas 538.864 arrobas”. ROCHA, 2000, p. 53.

<sup>186</sup> A população escrava total da Província era de 22.659 habitantes. Destes, 7.482 estavam em Cachoeiro de Itapemirim. Censo de 1872, IBGE.

<sup>187</sup> Em 1851, por exemplo, “são apreendidos em Itapemirim pelo então delegado de Polícia, Dr. Rufino Rodrigues Lapa, cento e tantos africanos boçais, vindos em um barco da Costa da África, sendo em seguida remetidos para a Corte no vapor cruzador *Tétis*.” DAEMON, 2010, p. 384.

<sup>188</sup> As informações foram consultadas no seguinte endereço: <<http://slavevoyages.org>>.

<sup>189</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 372.

<sup>190</sup> SANTANA, Leonor de Araújo. O negro na historiografia capixaba: a presença negra na obra de Maria Stella de Novaes. In: *Dimensões: Revista de História da Ufes*. Vitória: UFES, CCHN, vol. 11, Jul-Dez, 2000, p. 301-306. Disponível em: <<http://www.ufes.br/ppghis/dimensoes>>. Acesso em: 02 de janeiro de 2012.

dados da tabela a seguir, pois oferecem alguma luz sobre o que se pretende defender.

TABELA 26. POPULAÇÃO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES (1872)

Paróquias	Livres		Escravos		Total
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
São Pedro do Cachoeiro	816	1.130	1.111	836	3.893
São Pedro d'Alcantara do Rio Pardo	1.090	988	235	193	2.506
N. Senhora da Penha do Alegre	903	776	605	505	2.788
São Miguel do Veado	481	456	371	332	1.640
São Pedro do Itabapoana	1.808	1.419	1.406	1.058	5.691
N. S. do Aldeamento Afonsino	672	475	494	336	1.977
Total	5.770	5.244	4.222	3.260	18.495

Fonte: Censo de 1872, IBGE.

Os dados do Censo evidenciam com clareza a dependência do Município em relação à mão de obra cativa. A única freguesia cujo percentual de cativos entre os habitantes é inferior a 35%, São Pedro d'Alcantara do Rio Pardo, ultrapassa em dois pontos o valor registrado pelo Império, isto é, alcança os 17%.<sup>191</sup> Além disso, deve-se lembrar que esta freguesia foi formada, sobretudo por migrantes pobres das Províncias vizinhas e de outras áreas do Espírito Santo.

No cômputo geral, como mencionado, a participação cativa chegava a 40%. Ou seja, sofria relativa queda em comparação com o ano de 1857 quando superou os 45% da população. A queda, entretanto, deve ser vista com bastante cautela. Enquanto no Brasil a tendência, no período, era de diminuição do número de cativos – entre 1854 e 1872 a população regrediu em mais de 122 mil indivíduos – em Cachoeiro houve aumento em termos absolutos: em 1857, havia 1.254 escravos; 15 anos depois, o número elevou-se para 7.482!

O aumento superior a 500% em menos de duas décadas, contudo, não é o mais interessante dado da tabela – ao menos para os objetivos deste trabalho. Numa região dedicada à agricultura para exportação, que cultivava o principal produto da economia espiritosantense e brasileira, esperava-se encontrar disparidade sexual

<sup>191</sup> Dos 9.930.538 habitantes registrados em 1872, 1.510.866, isto é, 15,2%, são escravos. Censo de 1872, IBGE. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 de outubro de 2011.



entre os cativos superior aos 56,4% verificado em Cachoeiro de Itapemirim em pleno período de expansão cafeeira. Os inventários *post-mortem* da região Sul são coerentes com essa realidade: os homens representam 57,4% da amostra.

Sabe-se que a segunda metade do século XIX foi uma fase de reestruturação do escravismo na qual até as províncias economicamente mais dinâmicas do Império foram obrigadas a rever suas estratégias de manutenção da mão de obra compulsória, seja recorrendo ao tráfico interno, seja pela melhoria das condições de vida de seus cativos e da valorização da capacidade genésica das mulheres escravizadas.

Contudo, não há como negar que a participação masculina verificada no principal município cafeeiro do Espírito Santo aproxima-se mais do que seria esperado para regiões dedicadas à produção para o mercado interno, onde predominavam pequenas propriedades que se desenvolviam afastadas do mercado atlântico. Caso, por exemplo, da região Central, discutido no capítulo anterior e também o de Mariana (MG).

No período estudado por Heloísa Maria Teixeira, predominavam no município de Mariana os pequenos proprietários dedicados à produção de subsistência e apoiados em uma mão de obra basicamente crioula – variável entre 60 e 80% do total. Como se poderia esperar diante dessas características, o equilíbrio sexual constituiu aspecto marcante da população cativa marianense: 55,6% dos escravos inventariados pela autora eram homens.<sup>192</sup>

A similaridade da composição sexual da população mancipia em duas regiões apoiadas em economias tão diferentes como são as de Cachoeiro de Itapemirim, voltada para a agricultura de exportação, e a de Mariana, dedicada a produção de alimentos para o mercado interno, é no mínimo interessante. O equilíbrio sexual entre os cativos nos dois municípios permite indagar se estratégias senhoriais de manutenção/ampliação de sua força de trabalho, e/ou o comportamento dos escravos, também não teria sido semelhante.

A resposta a esse questionamento exige análise mais detalhada sobre a região Sul do Espírito Santo. A comparação com Mariana e com a região Central, para as quais já foi afirmada a importância fundamental da reprodução endógena para a reiteração

---

<sup>192</sup> TEIXEIRA, 2001, p. 63.

do escravismo, pode ajudar a atingir o objetivo. Por meio da análise de inventários *post-mortem*, se procurará nos tópicos seguintes, considerar essa questão.

#### 2.4. ESTRUTURA DE POSSE NA REGIÃO AGROEXPORTADORA DO ESPÍRITO SANTO

A economia do Espírito Santo caracterizou-se nos três primeiros séculos de colonização pela produção de gêneros para o abastecimento do mercado interno, realizada predominantemente em pequenas propriedades com amplo uso da mão de obra escrava. As transformações administrativas e econômicas experimentadas na passagem do século XVIII para o XIX e depois em meados deste último século, como visto, não foram suficientes para alterar de maneira significativa o cenário na porção Central do território.

Se a área próxima à Capital não sofreu significativas modificações com a expansão cafeeira, cujo ritmo se intensificou a partir de meados do Oitocentos a ponto de se tornar a base da economia da Província, o mesmo não pode ser afirmado em relação às suas terras meridionais.

A efetiva ocupação do Sul, iniciada apenas no século XIX, foi garantida pela expansão cafeeira.<sup>193</sup> O povoamento da região, por ter sido feito, em boa medida, por mineiros e fluminenses que instalaram suas fazendas a partir da década de 1840 nos vales do Itapemirim e Itabapoana, estabeleceu diferenças importantes em relação ao restante da Província. A instalação de grandes fazendas cuja fonte de renda assentava-se no cultivo de um gênero para exportação é a primeira delas e, provavelmente, a origem de outras. Conforme informa Gilda Rocha, o contraste entre o Sul e o Centro do Espírito Santo não passou despercebido pelas autoridades provinciais:

Não deixa de ser significativo que esta zona de grande lavoura apareça, quase sempre, nas falas dos Presidentes da Província, como uma região quase estranha ao restante do território espiritosantense, como se ali se desenrolasse um mundo à parte daquele que era vivido na imensa maioria do território da Província (ROCHA, 2000, p. 53).

Os inventários *post-mortem* consultados nesta pesquisa contribuem para entender e ratificar as dessemelhanças intraprovinciais, especialmente no que diz respeito à

<sup>193</sup> Segundo Nara Saletto, “no interior, uma iniciativa de colonização, no século XVIII, em torno das minas do Castelo (afluente do Itapemirim) fracassara devido à pobreza das jazidas e aos ataques dos puris e botocudos.” SALETTO, 2000, p. 28 e 29.

posse de escravos. O quadro abaixo sintetiza os documentos consultados para as duas regiões no período que se estende entre a abolição do tráfico atlântico, coincidente com a ascensão do café a principal item da economia espiritosantense, e a libertação do ventre das cativas promovida pela Lei Rio Branco, em 1871.

TABELA 27. PRESENÇA ESCRAVA NOS INVENTÁRIOS  
(ESPÍRITO SANTO, 1850-1871)

Região	Inventários (n)	Inventários com escravos (n)	Inventários com escravos (%)	Escravos (n)	Média por inventário*
Central	289	180	66,08	1.395	7,75
Sul	48	46	95,83	965	20,97

Fonte: Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória e do Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim.

Obs.: n = número absoluto.

\* Os inventários sem registro de escravos foram excluídos do cálculo. Ou seja, os 1.395 mancipios da região Central foram divididos por 180, por ser este o número de documentos que atestaram sua existência. Caso a média fosse feita com base em todos os inventários da região, giraria em torno de 6,5. Para a região Sul a alteração seria menor, passando para 20,1.

Sobre a discrepância entre a quantidade de inventários pesquisados para as duas áreas dentro do mesmo recorte cronológico, é oportuno lembrar a recente ocupação do Sul, ocorrida na primeira metade do século XIX. O volume de documentos cartoriais produzidos *post-mortem* é pequeno nos primeiros decênios da colonização. Os 48 registros trabalhados são a totalidade encontrada no Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim – único da sede do antigo município cafeeiro a guardar tal documentação – e do período coberto pela pesquisa.<sup>194</sup>

Explicada a possível razão para a inferioridade documental, outro dado desperta atenção: o número de escravos do reduto da grande lavoura provincial é aproximadamente dois terços do verificado para a região dominada pelas pequenas propriedades. A quantidade inferior de fontes, entretanto, esclarece e inverte a situação. O conjunto de inventários pesquisados no Sul é seis vezes menor que o da região Central e, ainda assim, contabiliza 69% da quantidade de escravos encontrados nesta. As informações oferecidas no Censo sobre os principais municípios das duas regiões, Vitória e Cachoeiro de Itapemirim, confirmam o quadro

<sup>194</sup> Todos os cartórios do centro de Cachoeiro de Itapemirim foram visitados durante a pesquisa, mas não possuíam inventários *post-mortem* do período analisado.

e impedem qualquer dúvida sobre a superioridade da população mancipia do Sul: enquanto o primeiro possuía 3.687 cativos, o município cafeeiro apresentava o dobro, 7.482.<sup>195</sup>

A importância do trabalho escravo para as duas regiões também é evidenciada na amostra documental. Para um lugar como o Centro da Província, dominado por pequenas propriedades dedicadas ao abastecimento do mercado interno, na qual o cultivo do café dividia espaço com diversos gêneros de subsistência, possuir índice de 66% de escravistas entre os inventariados durante o período de restrição ao acesso à mão de obra cativa é, no mínimo, representativo da disseminação da posse de escravos, como afirmado anteriormente.

A relevância dos dois terços de inventários com presença de escravos na região Central, contudo, parece receber nova dimensão quando confrontada com a informação de que a quase totalidade da amostra dos inventariados do Sul possuíam escravos. O dado remete à natureza da ocupação desta região, feita, em parte, por fazendeiros com recursos suficientes para estabelecer grandes lavouras em espaço curto de tempo, o que justifica a média de cativos por inventário ser quase o triplo da verificada para a região Central.

Outrossim, o índice de 95% de proprietários de escravos entre os inventariados é superior ao verificado na passagem do século XVIII para o XIX no Centro da Província, período no qual a possibilidade de abastecimento do mercado pelo tráfico promovia a pulverização da posse cativa pelo Brasil.

A queda na proporção de moradores da região Central do Espírito Santo que ao morrer possuíam em seu patrimônio o precioso bem *semovente* aponta claramente para a concentração regional e social da propriedade escrava, frutos da ilegalização do tráfico que tornou os preços proibitivos a parcelas cada vez maiores da população brasileira.<sup>196</sup> Esse fenômeno, verificado no Império brasileiro por onde existem pesquisas, igualmente pode ser observado no Sul, porém, sob uma forma diferente já que não há uma série de dados anterior sobre a mesma região para realizar a comparação.

---

<sup>195</sup> Cf. tabela 7, p. 54.

<sup>196</sup> Não estenderemos o assunto, pois já foi tratado no capítulo anterior. Para maiores informações cf. CASTRO, 1998, p. 94-95.

A próxima tabela permite observar o nível de concentração da mão de obra cativa nas terras meridionais do Espírito Santo.

TABELA 28. ESTRUTURA DE POSSE NA REGIÃO SUL (1850-1871)

Posse	1-5	6-10	11-20	21-49	50 ou +	Total
Inventários	32,6% (15)	10,87% (5)	21,74% (10)	21,74% (10)	10,86% (5)	100% (46)
Escravos	4,55% (44)	4,35% (42)	14,92% (144)	41,45% (400)	34,71% (335)	100% (965)

Fonte: Inventários *post-mortem* do Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, 1850-1871.

A concentração de cativos é inegável de acordo com os dados da tabela acima: apenas cinco inventários reúnem um terço da população cativa inventariada da amostra. Se considerarmos os inventários com mais de 20 cativos, a situação torna-se ainda mais aguda uma vez que 16 inventariados, ou o equivalente a um terço do total, detém sob seu domínio 76% da escravaria! Este percentual além de ser revelador da existência das grandes fazendas no Sul, evidencia sua especificidade na Província.

A região Central, mesmo tendo sofrido os efeitos restritivos à aquisição de mão de obra escrava na segunda metade do século XIX, registrou valores de concentração muito inferiores aos verificados no Sul.<sup>197</sup> Entre 1850 e 1871, apenas 10% dos inventariados possuíam mais de 20 cativos, sendo que reuniam em seu poder aproximadamente 32% de toda a população inventariada. O contraste torna-se ainda mais intenso quando lembramos que apenas dois inventários, o equivalente a 1%, possuíam 50 ou mais escravos – ambos incluídos na última categoria de posse para a região, isto é, acima de 20 cativos.<sup>198</sup>

Prosseguindo a comparação, tem-se que os pequenos proprietários da região Central, aqueles situados na primeira faixa de posse, representavam 58% do total de

<sup>197</sup> Os dados utilizados na comparação foram extraídos da tabela 9, p. 56.

<sup>198</sup> Para ser mais exata, trata-se de um documento aberto, em 1861, por conta do falecimento de Dona Rosa Pinto da Conceição, proprietária de 58 cativos;<sup>198</sup> e o outro aberto em 1871 para inventariar os bens do finado Coronel Henrique Augusto de Azevedo, senhor de 50 cativos. Inventário *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória, código 154 e 271.

senhores e detinham mais de 21% dos cativos enquanto os percentuais para o Sul são, respectivamente, 32% e 4,5%.

O interessante na confrontação da estrutura de posse de cativos do Centro e do Sul do Espírito Santo não é apenas marcar a profunda diferença entre o domínio da grande lavoura para exportação e o da produção em escala reduzida. Mais importante é a indagação que se depreende desse quadro. Contrariando as dificuldades enfrentadas pelas pequenas escravarias, a região Central manteve sua mão de obra, em larga medida, graças à formação das famílias escravas.

Sendo as *plantations* as propriedades mais favoráveis ao desenvolvimento de relações familiares, como amplamente comprovado pela historiografia, é interessante investigar em que medida os senhores do Sul dependiam da reprodução endógena para a manutenção/ampliação de sua força de trabalho. Em outras palavras, importa saber se os padrões observados na região Central se repetiram na região mais opulenta da Província, em tese, com mais alternativas para suprir suas necessidades de trabalhadores.

A fim de saber se os moradores do Sul do Espírito Santo estavam em sintonia com a tendência observada no restante da Província, seguindo o conselho do presidente José Bonifácio Nascentes d'Azambuja, isto é, aproveitar a capacidade genésica de suas escravas, é fundamental analisar outros aspectos das pessoas submetidas ao cativeiro naquela região.

## 2.5. ORIGEM DOS ESCRAVOS NOS DOMÍNIOS DA GRANDE LAVOURA

A ascensão do café a principal produto da pauta de exportação do Espírito Santo, em meados do século XIX, coincidiu com a crise da mão de obra no Império desencadeada pela abolição da fonte externa de abastecimento do mercado de escravos. Os senhores brasileiros, entretanto, anteciparam-se à proibição definitiva e “demonstrando grande capacidade de arregimentação de recursos [...] passaram à compra desenfreada de africanos”.<sup>199</sup>

Na verdade, a generalização compromete a realidade, pois a distribuição desse contingente não ocorreu de forma regular pelo Império, concentrando-se nos setores

---

<sup>199</sup> FLORENTINO & GÓES, 1997, p. 48.

mais dinâmicos da economia. Isso significa dizer que boa parte dos africanos desembarcados nos decênios anteriores à Lei Eusébio de Queirós foram direcionados aos cafezais do Sudeste brasileiro, especialmente aqueles localizados nas prósperas fazendas do Rio de Janeiro e de São Paulo. O Sul, como a região era designada à época, também foi o principal destino das vítimas do tráfico interno, após 1850. A amplitude da corrente migratória da população cativa proveniente das províncias do Norte não passou despercebida aos seus contemporâneos, sendo registrada na literatura.

Aluísio de Azevedo, por exemplo, retratou em *O mulato*, publicado em 1881, a lástima de uma ex-escrava que perdera seus filhos para o tráfico interprovincial. Mônica, a mãe-preta de Ana Rosa, uma das personagens centrais da obra, dedicava-lhe um “amor extremoso”, fizera da menina que criara “o seu único ‘querer’ bem porque *os próprios filhos, esses lhos arrancaram e venderam para o Sul*” [grifo nosso].<sup>200</sup>

Um dos indícios mais representativos da influência do tráfico atlântico é o alto índice de africanidade nas populações cativas, comumente observado nas regiões agroexportadoras durante todo o tempo de vigência da importação de africanos. O fim desta atividade minimizou a relevância estrangeira na composição da população escrava, mas os efeitos de sua intensificação e concentração imprimiram marcas tão profundas que puderam ser percebidas anos após seu término, sobretudo nas áreas alimentadas pelo tráfico interno.

Considerando que o Sul do Espírito Santo desenvolveu-se na esteira da expansão cafeeira de Minas Gerais e Rio de Janeiro, tendo mantido estreitos vínculos com esta província, é plausível imaginar que a dependência em relação à mão de obra africana tenha sido semelhante a das demais zonas de grandes lavouras cafeeiras e, portanto, distinta do que foi observado no Centro da Província. Os inventários *post-mortem* podem ajudar a investigar essa possibilidade e os vestígios neles encontrados estão na tabela a seguir, na qual também foram incluídos os dados da região Central para facilitar a comparação.

---

<sup>200</sup> AZEVEDO, Aluísio. *O mulato*. São Paulo: Klick Editora [19--].

TABELA 29. ORIGEM DOS ESCRAVOS DA REGIÃO CENTRAL E SUL (1850-1871)

Origem	Região Central		Região Sul	
	n	%	n	%
Crioulos	841	60,3	544	56,3
Africanos	134	9,7	252	26,2
Não identificado	420	30,0	169	17,5
Total	1395	100	965	100

Fonte: Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória e do Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim

Obs.: n = número absoluto.

Um dado interessante, mas não revelado na tabela, diz respeito à procedência dos escravos de origem africana. Embora existam diferenças entre as regiões da Província, em ambas foi registrada a predominância dos escravos da costa Centro-Ocidental. Na região Central, 41% dos 134 estrangeiros tiveram alguma anotação sobre origem. Destes, 56% eram designados como “Angola”. Reforçando o predomínio do grupo Centro Ocidental, que reuniu 80% dos africanos, estavam três “Benguelas”, oito “Congos”, um “Cabinda” e um “Cassange”. Completavam o quadro dos estrangeiros, cinco “Minas”, cinco “Moçambiques” e um “Teulão”.

No reduto da grande lavoura, apenas 16% dos africanos receberam alguma especificação sobre a origem, sendo muito mais comuns as designações de “africano”, “de nação”, ou ainda “de nação africana”. Dentre os 41 que tiveram algum registro, não houve predomínio de “Angolas” que representaram 14% do total. O grupo procedente da costa Centro-Ocidental, entretanto, permaneceu majoritário com 70% do total, incluindo sete “Congos”, oito “Benguelas”, cinco “Cabindas” e dois “Monjolos”. Além destes, foram registradas a presença de seis “Moçambiques”, quatro “Minas”, um “Moange”, e um “Macua”.

Retornando aos dados da tabela 29, destaca-se o percentual de crioulos na população cativa das regiões Central e Sul, surpreendentemente, próximo. Essa possível semelhança pode remeter à diminuição do elemento estrangeiro na composição demográfica observada no período posterior à promulgação da Lei Eusébio de Queirós, mesmo em regiões constantemente abastecidas pelo tráfico atlântico. O caso da Vila de Mangaratiba, situada no litoral fluminense, é exemplar nesse sentido: entre 1831 e 1850, momento de intensificação do tráfico ilegal que



chegou a despejar mais de 482.000 africanos nas praias brasileiras nos últimos anos antes da derradeira abolição,<sup>201</sup> a participação africana chegou a 58,9%, consoante as pesquisas de Manoel Batista do Prado Junior.<sup>202</sup> Ainda de acordo com os dados deste autor, para o período 1850-1870, o índice de africanidade permaneceu alto, embora tivesse sofrido redução para 36,3%.

Não obstante os escravos estrangeiros fossem minoria nas duas regiões em foco, sua importância na composição demográfica sofreu variações nas terras espiritosantenses. O percentual de escravos designados como africanos talvez revele mais as diferenças do que aquele constatado para os crioulos: enquanto no Centro esse valor foi de 9,7%, no Sul foi encontrada a cifra de 26,2%, isto é, quase o triplo.

É verdade que para um número significativo de escravos não foi especificada a origem, sobretudo na região mais antiga da Província onde, quem sabe, parecesse mais desnecessária essa anotação por se tratar de gente conhecida. Entretanto, isso não modifica o quadro. Se for retirada a parcela para os quais não há informações precisas sobre a origem, encontra-se o percentual de 14% de africanos nas proximidades de Vitória, e 31,6% nas áreas da grande lavoura cafeeira. Esses dados evidenciam a maior importância do elemento estrangeiro para a composição das escravarias no Sul do Espírito Santo, a exemplo do que se verificou em áreas amplamente apoiadas no tráfico atlântico na primeira metade do século XIX, como Mangaratiba.

Há que se considerar ainda outro fator que influencia a maior dependência do Sul em relação à mão de obra africana: a recente ocupação daquelas terras. As fazendas haviam sido montadas há pouco tempo e, talvez, por isso, a maior necessidade de recorrer a elementos externos para montar as escravarias. Daí encontrarem-se vestígios da participação dos fazendeiros sulistas no tráfico interno, fato não passível de constatação para Vitória e redondezas.

---

<sup>201</sup> Trata-se de uma aproximação já, segundo Leslie Bethell, é impossível fazer uma estimativa exata do número de escravos desembarcados no Brasil pelo tráfico ilegal, após 1830-1. Apesar disso, uma das estimativas mais repetidas indica que, entre 1831 e 1850, entraram 482.439 africanos no Brasil. Cf. BETHELL, Leslie. *A abolição do comércio brasileiro de escravos*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. p. 437. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/>> Acesso em: 03 de janeiro de 2011.

<sup>202</sup> PRADO JUNIOR, Manoel Batista. *Entre senhores, escravos e homens livres pobres. Família, liberdade e relações sociais no cotidiano da diferença (Mangaratiba, 1831-1888)*. Dissertação apresentado à UFF, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2011. p. 98.

Ao menos sete pessoas listadas nos inventários sulistas devem ter passado pelas agruras do tráfico interno. A procedência, inferida pela adição do lugar de origem ao nome de batismo, permitiu a identificação de dois escravos oriundos de Minas Gerais e quatro da Bahia. Completa o quadro, o jovem Phelipe Capixaba, 18 anos, com origem na própria Província do Espírito Santo, mas que nem por isso deve ter sofrido menos com o afastamento do mundo conhecido e a separação das pessoas de seu convívio social. O caso de Phelipe é representativo desses escravos deslocados das áreas urbanas ou das atividades menos lucrativas para as grandes fazendas produtoras de café, na segunda metade do século XIX: o jovem escravo era natural de Vitória, ou, ao menos deve ter sido criado na Capital já que recebeu a alcunha de Capixaba, termo usual para designar os moradores daquela localidade.<sup>203</sup>

Em ambiente colonizado há pouco tempo, formado em grande parte pela migração de fazendeiros de Minas Gerais e do Rio de Janeiro é provável que o número de escravos provenientes dessas províncias seja mais elevado do que a documentação permite apurar. Todavia, a ausência de termos relacionados à origem para a maioria dos crioulos pode ser indicativo de que se trata de cativos nascidos ou estabelecidos há muito tempo na região.

O caso de José exemplifica o argumento. Em 1871, quando do falecimento de seu senhor, Antonio da Silva Pinheiro, foi descrito apenas como crioulo no espaço do inventário comumente destinado aos escravos. Porém, a cópia da matrícula anexada ao documento dois anos após sua abertura revela que José é natural do Rio de Janeiro.<sup>204</sup> Em sentido oposto, a distinção de alguns cativos pela incorporação do lugar de procedência ao nome batismal, aponta para sua recente chegada, muito provavelmente através do tráfico interno.

Sabe-se que o predomínio de jovens do sexo masculino no tráfico atlântico se manteve entre as vítimas do tráfico interno, intensificado após 1850. No Sul do Espírito Santo, as características dos sete escravos, que acreditamos ser fruto desse comércio inter e intraprovincial, reforçam a suspeita. Seis deles tiveram a idade

---

<sup>203</sup> De acordo com a explicação de Fabíola Bastos, a expressão *capichaba*, de origem indígena, começou a ser utilizada para designar os moradores de Vitória durante o processo de Independência do Brasil. O termo foi gradativamente adotado pelos moradores de Vitória durante o século XIX, ainda que a expressão *vitoriense* não desaparecesse. Cf. BASTOS, 2009, p. 39.

<sup>204</sup> Inventários *post-mortem* do Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, 1850-1871. Maço, 2.

registrada: 14, 15, 18, 25, 28 e 38 anos. Quanto ao sexo, o predomínio masculino seria absoluto não fosse a presença de Luisa *Bahiana*.

A preferência por homens, provavelmente ligadas às necessidades não só da grande lavoura, mas também do árduo trabalho de expandi-la em áreas de matas virgens, não resultou no Sul do Espírito Santo em desequilíbrio sexual semelhante ao provocado pelos desembarques de africanos nas áreas dedicadas à agricultura para exportação, na primeira metade do século Dezenove. Isto é, os vestígios do tráfico interno não nos autoriza imaginar que ocupasse lugar fundamental na reposição da mão de obra local. Os dados estão na tabela a seguir.

TABELA 30. ORIGEM E SEXO DA POPULAÇÃO ESCRAVA NA REGIÃO SUL (1850-1871)

Sexo	Crioulos	Africanos
Homens	260 (48,06%)	181 (71,83%)
Mulheres	281 (51,94%)	71 (28,17%)
Total	541 (100%)	252 (100%)

Fonte: Inventários *post-mortem* do Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, 1850-1871.

A diferença entre crioulos e africanos no que toca a distribuição sexual é evidente nos inventários analisados. Isto, porém, já era esperado. Para todos os lugares sobre os quais se conhecem pesquisas do gênero – inclusive em áreas amplamente apoiadas na reprodução endógena para manutenção de sua mão de obra –, foi constatado a tendência de equilíbrio sexual dos escravos nascidos no Brasil em oposição à discrepância entre os importados pelo tráfico. O que os dados da região Sul oferecem de interessante é, primeiramente, a inferioridade da participação masculina entre os crioulos.

Imaginava-se encontrar na área economicamente mais dinâmica da Província, com poder aquisitivo suficiente para participar do tráfico interno e crescente necessidade de força de trabalho, a predominância de homens em todas as categorias, ainda que sutil por conta do período pós-abolição do tráfico. Ao constatar situação inversa para

a população crioula, percebe-se a força da atuação desse segmento da população no sentido de equilibrar os sexos, uma vez que se dependesse exclusivamente dos estrangeiros a situação seria muito diferente.

A superioridade feminina, não obstante o histórico de ocupação do lugar e a possibilidade de recorrer ao mercado humano favorecer a predominância masculina, obriga a pensar na importância dos nascimentos para a reprodução do escravismo naquela área, isto é, na valorização da capacidade genésica da população escravizada. O estudo pormenorizado da idade dos cativos, no próximo tópico, reforçará essa hipótese. Por enquanto, comparemos as informações com outra região espiritossantense.

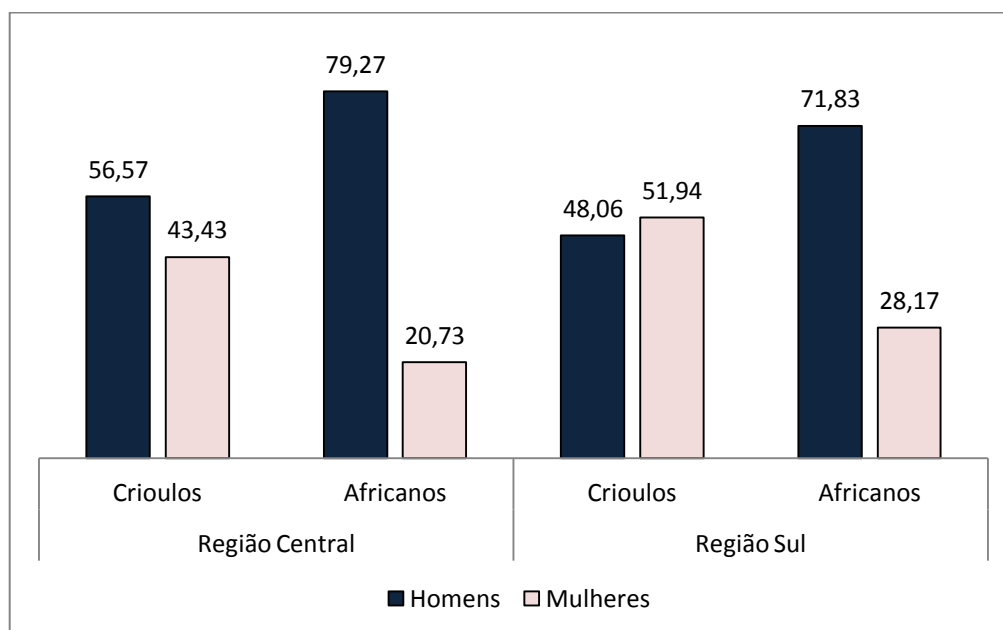
Se a distribuição sexual entre os crioulos é o primeiro aspecto a despertar atenção nos dados da tabela 30, outro a torna mais interessante: o contraste com o Centro da Província. A economia desta região permaneceu, mesmo após a disseminação do café, apoiada na produção de alimentos em pequenas propriedades, isto é, para muitos de seus agricultores o encarecimento da mão de obra escrava tornava-a cada vez mais proibitiva.

A retração do percentual de inventários com posse de escravos, entre a primeira e a segunda metade do século XIX, confirma o crescimento da dificuldade dos habitantes da Capital e adjacências em manter a força de trabalho mancipia. Acrescenta-se a esse quadro o fato de que a mão de obra na região dependeu, pelo menos desde finais do século XVIII, dos crioulos e, portanto, manteve-se equilibrada sexualmente. Marcadas as diferenças do Centro em relação ao Sul, é possível analisar os dados com mais cautela. O gráfico na próxima página ilustra o que será discutido a seguir.<sup>205</sup>

---

<sup>205</sup> Os registros da região central foram um pouco mais precisos ao anotar sexo e origem dos escravos e, por isso, tem-se a falsa impressão que o desequilíbrio sexual é maior. A exclusão da categoria origem desmente: as mulheres correspondiam a 45,3% da população escrava; na Região sul, elas representaram 42,6% do total.

GRÁFICO 6. DISTRIBUIÇÃO (%) SEXUAL DE CRIoulos E AFRICANOS (REGIÕES SUL E CENTRAL-ES, 1850-1871)



Fonte: Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória e do Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, 1850-1871.

Excluindo os escravos para os quais não houve especificação de origem e sexo, percebe-se disparidade sexual no grupo dos estrangeiros maior na área em torno da Capital: nesta, a população masculina ultrapassou os 79%, gerando uma razão de masculinidade (RM) de 294. No Sul, o percentual um pouco menor resultou na RM de 254. No que diz respeito à população crioula, os dados são mais interessantes. Na área caracterizada por pequenas propriedades, altamente dependente dos crioulos para sua manutenção, foi observado leve predomínio masculino; enquanto isso, no reduto da grande propriedade cafeeira do Espírito Santo, os homens nascidos no Brasil estavam em ligeira desvantagem em relação às mulheres.

A semelhança da distribuição sexual em dois lugares tão distintos como os analisados e, especialmente, a superioridade masculina, ainda que moderada, do Centro, apontam para uma possibilidade interessante: a importância da reprodução natural para a manutenção do escravismo em toda a Província. É verdade que no cômputo geral a situação se invertia, graças a maior quantidade de africanos no Sul, mas pensamos que a superioridade das mulheres entre os crioulos é significativa do reconhecimento dos cafeicultores sulistas de sua importância para a reprodução do regime.

Talvez, fosse justamente a concordância com José Bonifácio Nascentes de Azambuja quanto a possibilidade de prover a lavoura dos trabalhadores necessários “sem sair de seu estabelecimento” por meio do “melhor tratamento de seus escravos, e na reprodução”<sup>206</sup> que os grandes cafeicultores não se preocuparam em atrair trabalhadores livres até a abolição da instituição escravista. Segundo Gilda Rocha, a elite cafeeira no Espírito Santo, diferentemente da fluminense ou da paulistana, somente após o *13 de Maio* substituiu “os elogios, ou, na maior parte das vezes, a indiferença” pelos “ataques [...] sobre os núcleos coloniais de pequenos proprietários”.<sup>207</sup>

Se mesmo após a Lei que libertou “a parte mais produtiva da propriedade escrava”, isto é, “o ventre gerador”,<sup>208</sup> os habitantes do Espírito Santo demonstraram-se despreocupados com a transição para o trabalho livre, é possível que concordassem com Azambuja. As propriedades de todos os tamanhos, nas duas primeiras décadas após a abolição do tráfico, já registravam o predomínio crioulo na população escrava. A tabela a seguir resume as informações.

TABELA 31. ORIGEM DOS ESCRAVOS POR TAMANHO DA POSSE  
(REGIÃO SUL, 1850-1871)

	1-10	11-20	21-49	50 ou +
Crioulos	42 (68,85%)	87 (73,1%)	221 (82,15%)	194 (61,98%)
Africanos	19 (31,15%)	32 (26,9%)	48 (17,85%)	119 (38,02%)
Total	61 (100%)	119 (100%)	269 (100%)	313 (100%)

Fonte: Inventários *post-mortem* do Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, 1850-1871.

Conforme dito anteriormente, a participação africana na composição da escravaria do Sul foi mais significativa do que a da região Central, chegando a 31% quando excluídos os escravos para os quais não houve especificação de origem. Essa diferença, no entanto, varia de acordo com o tamanho da propriedade e de forma diferenciada do que ocorreu no Centro da Província. Nesta região, constatou-se que

<sup>206</sup> AZAMBUJA, 1852, p. 60.

<sup>207</sup> ROCHA, 2000, p. 55.

<sup>208</sup> Afirmação de fazendeiros de Pirai, em 1871. NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo: Conferências e discursos abolicionistas*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A., p. 124. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2011.

a variação da africanidade entre as posses eram pequenas, aproximadamente seis pontos percentuais. Como pode ser observado na tabela acima, a alteração foi bem maior nas proximidades do Itapemirim, alcançando os 20 pontos.

Outra diferença se estabelece na comparação entre as duas regiões: no perímetro da Capital verificou-se que o número de africanos era inversamente proporcional ao tamanho da posse, isto é, quanto maior a opulência do inventariante, menor a quantidade de estrangeiros em seu poder, menor havia sido a dependência em relação ao mercado atlântico.

Nos domínios das grandes fazendas, a situação foi oposta a do Centro da Província: as maiores posses foram as que mais recorreram ao tráfico e, por seu poder aquisitivo, as principais responsáveis pelo alto percentual de africanos na região. Porém, uma ressalva deve ser feita.

É importante lembrar que quando nos referimos às maiores posses sulistas, estamos falando de *plantations*, propriedades com mais de 50 cativos, fato raro de se verificar nas proximidades de Vitória. Se compararmos as posses com mais de 20 cativos, as maiores na região produtora de alimentos, com aquelas compostas por 21 a 49 indivíduos do Sul, a diferença não seria tão significativa: nesta o percentual de crioulos foi de 82,15%, na região Central foi de 89,06%.

Diferentemente do ocorrido nas cercanias da Capital, a distribuição sexual dos escravos africanos no Sul foi semelhante em todas as faixas de tamanho de posse. A próxima tabela apresenta esses dados para as maiores e menores escravarias e permite compará-los com a população crioula.

TABELA 32. DISTRIBUIÇÃO (%) SEXUAL DOS ESCRAVOS POR POSSE  
(REGIÃO SUL, 1850-1871)

Sexo	Crioulos		Africanos	
	1-10	50 ou +	1-10	50 ou +
Mulheres	60,98	51,81	26,31	28,57
Homens	39,02	48,19	73,69	71,43
Total	100	100	100	100

Fonte: Inventários *post-mortem* do Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, 1850-1871.

A preponderância masculina entre os escravos trazidos do outro lado do Atlântico manifestou-se em propriedades de todos os tamanhos na região Sul, diferente do que se verificou na área Central onde as africanas compunham 59,25% da população estrangeira entre os escravistas da primeira faixa de posse (1 a 5 cativos).<sup>209</sup> É possível que a explicação do percentual mais elevado de homens na população africana das pequenas escravarias sulistas – sutilmente superior ao das maiores *plantations* –, resida na maior disponibilidade ao mercado atlântico naquela região e a sua estreita ligação com o Rio de Janeiro. Além disso, há que se considerar as necessidades de uma área em expansão, marcada pela produção direcionada ao mercado externo.

Embora as razões apontadas pareçam suficientes para explicar a superioridade numérica do sexo masculino entre os escravos de origem africana, elas não explicam a situação inversa na população crioula. Como dito anteriormente, os escravos nascidos no Brasil compunham a maioria da mão de obra mancipia e, entre eles, a preponderância era feminina. A concentração de crioulas, além de impedir que a maior importação de homens africanos desequilibrasse os sexos de maneira significativa, indica também a valorização da reprodução endógena na região, à semelhança do que foi verificado no Centro da Província.

A maior recorrência ao tráfico atlântico pelos senhores sulistas é fato. De modo algum se pretende afirmar o contrário. Não obstante, acredita-se que, atentos às mudanças do tempo, e talvez, influenciados pela tradição da Província, a capacidade genésica das escravas não foi negligenciada. É bastante provável que a importância dos crioulos para a reprodução do escravismo na região Sul tenha sido crescente na segunda metade do século XIX e acompanhasse, nos últimos decênios da escravidão, as tendências observadas na Capital durante todo o Oitocentos. A análise de outros índices demográficos, no tópico seguinte, contribui para reforçar essa afirmação.

## 2.6. PERFIL DEMOGRÁFICO DOS ESCRAVOS DA REGIÃO SUL

A Lei Eusébio de Queirós, ao pôr fim à fonte externa de abastecimento de escravos, contribuiu para atenuar o desequilíbrio sexual na população cativa e, desta forma,

---

<sup>209</sup> Cf. tabela 14, p. 68.



reduzir uma das principais dificuldades apontadas pela historiografia para a formação de sólidos laços familiares no cativeiro. Quiçá, fosse mais correto afirmar que a desproporção entre homens e mulheres foi atenuada nos lugares amplamente dependentes do tráfico atlântico, uma vez que em áreas afastadas de sua influência, como a região Central do Espírito Santo, não houve grandes alterações.

É presumível que os índices de masculinidade da região Sul, por ser o reduto da grande lavoura da Província e por ser uma área em franco processo de expansão, não tenham sido tão favoráveis à reprodução endógena quanto os verificados nos arredores de Vitória. A fim de verificar essa hipótese, torna-se válida a comparação entre as duas regiões espiritossantenses. Acompanhem os dados referentes à Razão de Masculinidade (RM) na tabela a seguir.

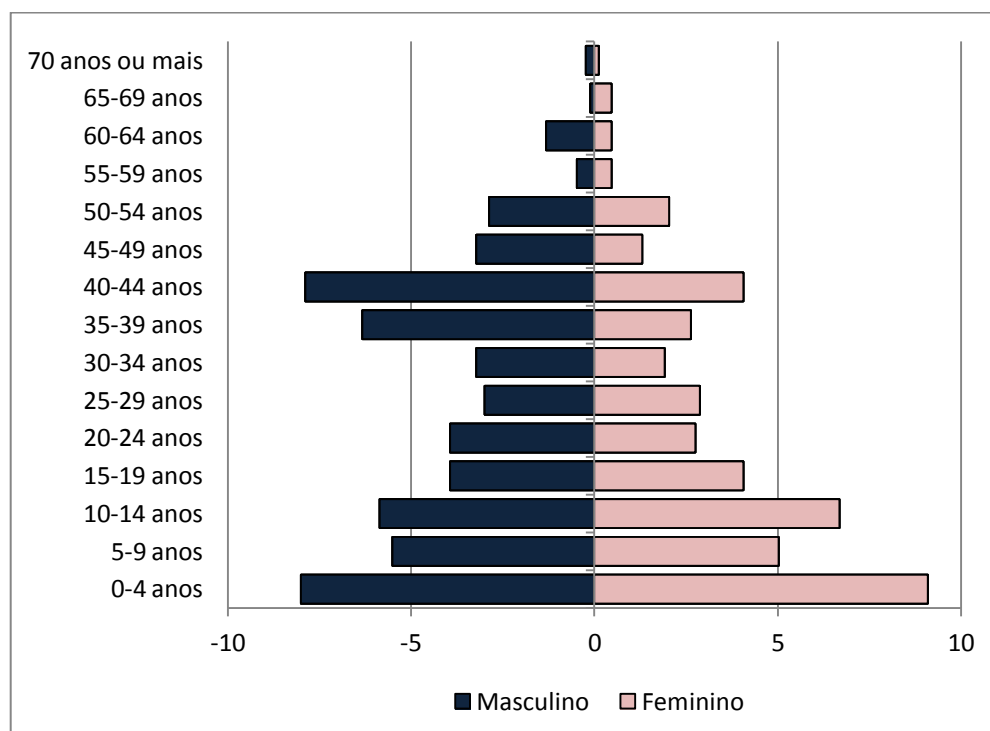
TABELA 33. RAZÃO DE MASCULINIDADE POR FAIXA ETÁRIA  
(ESPÍRITO SANTO, 1850-1871)

Faixa Etária	RM Região Central	RM Região Sul
0-14	116,94	93,6
15-45	115,87	157,76
46 ou +	152,05	171,42
Geral	120,66	129,07

Fonte: Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória e do Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, 1850-1871.

Tanto as semelhanças quanto as diferenças entre as duas regiões, despertam interesse. Primeiro, além do Sul da Província ter apresentado maior equilíbrio sexual na primeira faixa etária, atestado por razão de masculinidade mais próxima de 100, nessa região o número de meninas era maior que o de meninos – e seu peso significativo no conjunto da escravaria explica a superioridade de mulheres na população crioula, como apontado anteriormente. Tal predominância feminina devia relacionar-se aos nascimentos, conforme indica o gráfico abaixo.

GRÁFICO 7. PIRÂMIDE ETÁRIO-SEXUAL DA POPULAÇÃO ESCRAVA  
(REGIÃO SUL-ES, 1850-1871)



Fonte: Inventários *post-mortem* do Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, 1850-1871.

A pirâmide etário-sexual aponta não somente a maior probabilidade de nascimentos de meninas, já que são maioria entre os cativos de até quatro anos – dificilmente comercializados individualmente devido ao alto risco de morte e a possíveis transtornos resultantes da separação de mães e filhos –, mas também ajuda a especificar as idades nas quais ocorre o aumento da disparidade entre os sexos.

A desproporção sexual que justifica a RM de 157,76 na população adulta, concentra-se entre 35 e 44 anos. Nas outras coortes, dentro do grupo de adultos, há relativo equilíbrio, o que pode sinalizar um processo de arrefecimento da dependência do tráfico para a manutenção da mão de obra. A continuidade da discrepância nos intervalos de 45 a 49 e 50 a 54 anos aponta no mesmo sentido, assim como as idades dos escravos provenientes de além-mar. Dos 222 africanos com idade registrada na amostra, apenas seis tinham entre 20 e 29 anos; 14 tinham entre 30 e 34 anos; outros 40 completavam a faixa dos 30 anos; 75 africanos tinham entre 40 e 44 anos; e o restante, equivalente a 39% dos estrangeiros, estava acima dos 45 anos.<sup>210</sup> Em outras palavras, 81% dos africanos inventariados estavam nas coortes que apresentaram maior desequilíbrio sexual, a dos 35 a 54 anos.

<sup>210</sup> Inventários *post-mortem* do Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, 1850-1871.

É interessante notar que todos os escravos africanos com menos de 30 anos pertenciam ao mesmo espólio, o do finado José Infante Vieira da Silva.<sup>211</sup> A leitura do inventário aberto pela viúva, Dona Emilia Vieira de Souza, no ano de 1858, sugere que o casal estava começando a vida na região o que explicaria a sua escravaria ser majoritariamente masculina, africana e jovem.

O patrimônio da família, que incluía a órfã Maria Júlia com apenas dois anos de idade, foi superior aos 34 contos de réis. Entre os bens, estava a “Fazenda de Monte Verde”, situada em Cachoeiro de Itapemirim, onde foram plantados 30 mil pés de café, avaliados em 6:960\$000 (seis contos e novecentos e sessenta mil réis) e na qual se encontravam construções ainda não concluídas, possivelmente devido à morte prematura do proprietário, ocorrida durante viagem ao Rio de Janeiro. Aproximadamente metade da fortuna de José Infante estava investida em escravos, entre os quais se incluíam os africanos mais jovens encontrados na amostra: Clementino, 28 anos, “nação Mina”; Joaquim, 24 anos, “nação Cabinda”; Afonso, 22 anos, “nação Moçambique”; Simeão, 23 anos, “nação Cabinda”; Luiz, 24 anos, “nação Rebolo”; e Maria, 26 anos, “nação Mina”. O restante da posse também era composto por jovens: Simão, 30 anos, “nação Monjolo”; Domingos, dez anos, crioulo; Januaria, 14 anos, crioula; e o pequeno Outacio, crioulo de um ano de idade.<sup>212</sup>

Retornando à tabela 33, pode-se afirmar que, em comparação com o Centro da Província, a RM entre os cativos adultos e idosos da região Sul é considerada alta. Todavia, quando comparada com outras áreas de grande lavoura, a conclusão pode ser diferente.

Consoante pesquisas de Robert Slenes, a Razão de Masculinidade na população escrava acima dos 15 anos de idade no município de Campinas-SP era de 213, em 1872.<sup>213</sup> Se considerarmos todos os escravos com 15 anos ou mais de nossa amostra, encontraremos a RM de 160,2, isto é, muito mais distante da “principal

---

<sup>211</sup> Inventário de José Infante Vieira da Silva. Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, maço 1.

<sup>212</sup> Nenhum vínculo de parentesco foi registrado neste inventário, mas é possível que Outácio fosse filho de Januaria, escrava precedente ao seu nome na lista e que junto com ele é herdada pela viúva.

<sup>213</sup> SLENES, 1978, p. 265.

área de grande lavoura no *hinterland* da cidade de São Paulo”<sup>214</sup> do que da região de pequenas propriedades no Centro do Espírito Santo.

Além das diferenças – não tão grandes quando alterado o ângulo de observação – a tabela 34 também aponta semelhanças interessantes entre a área de ocupação mais antiga e a mais recente da Província. Afinal, no cômputo geral, justamente por causa da diferença entre os infantes, a razão de masculinidade de ambas as regiões é muito próxima. Com base nesses números e na pirâmide, é razoável pensar que nas décadas seguintes, à semelhança da região Central, o Sul tornar-se-ia cada vez mais favorável à formação da família escrava – e dependente dela.

Na verdade, a análise da composição etária da população escrava no Sul, nas duas primeiras décadas após a proibição do tráfico, já sinaliza a importância da reprodução endógena para a manutenção da mão de obra nas terras meridionais da Província. Talvez, os dados ajudem a explicar a postura displicente dos escravistas frente à transição para o trabalho livre antes de 1888. Mais uma vez, a tabela oferece as informações sobre a região Central para comparação.

TABELA 34. POPULAÇÃO ESCRAVA POR FAIXA ETÁRIA  
(ESPÍRITO SANTO, 1850-1871)

Faixa etária	Região Central		Região Sul	
	n	%	n	%
0-14	509	38,21	333	39,5
15-45	639	47,98	415	49,22
46 ou +	184	13,81	95	11,28
Total	1.332	100	843	100

Fonte: Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória e do Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, 1850-1871.

Obs.: n = número absoluto.

A constatação da grande proporção de crianças na composição das escravarias do Sul do Espírito Santo, proporcionalmente maior até do que o verificado no Centro da Província, é indício de que a reprodução natural não se apresentou como estratégia viável para manutenção do escravismo apenas em regiões de economia de subsistência. À semelhança do que ocorria em áreas afastadas do tráfico atlântico e,

<sup>214</sup> SLENES, 1978, p. 46.

após 1850, do interprovincial, as famílias se revelaram de grande importância para a manutenção/ampliação da mão de obra escrava nos domínios da grande lavoura espiritossantense.

É bastante improvável que a maioria dos infantes, o equivalente a 39,5% de todos os escravos, fosse fruto do comércio com outras regiões. Infelizmente, é difícil comprovar essa afirmação, pois muitos dos responsáveis pela documentação utilizada não tiveram o cuidado de anotar o parentesco entre os cativos ou informações detalhadas sobre a origem. Em alguns casos, apenas com o desenrolar do processo, através de prestações de contas, mandados de busca ou outros documentos anexados ao inventário, surgem informações mais precisas.

Bom exemplo é o inventário de Gabriel Vieira Machado, aberto em 1869, no qual aparecem 18 escravos apenas com informações referentes a valor e a procedência, isto é, se eram africanos ou crioulos. São os documentos produzidos pelos administradores da herança dos quatro órfãos deixados pelo finado que apontam a ligação entre os escravos herdados pelas crianças. De acordo com a matrícula de 1872, anexa ao documento, tratava-se de: Anastácio, 12 anos; Eva, 25 anos; Rozenda, 9 anos; Maria, 7 anos; Ignez, 10 anos; Fibrania, 12 anos. Em laudo de avaliação dos serviços prestados pelos cativos pertencentes aos órfãos, informa-se o seguinte:

“verdadeiramente só o serviço de Eva devia ser avaliado, mas prefiro avaliar inglobadamente para estabelecer a igualdade entre os órfãos que são todos irmãos e porque sou informado que Eva é mãe de quase todos os outros escravinhos com quem applicaria bôa parte de seus serviços [...]”<sup>215</sup>

Embora não sejam especificados quais “escravinhos” eram filhos de Eva, nem seja mencionada a paternidade, pode-se inferir que quase todos foram gerados na propriedade do senhor Machado.

No inventário de Cristiano Carlos Frederico Becker, aberto por sua esposa em 1861, há pistas no mesmo sentido, ainda que mais sutis do que no caso anterior. O espólio é composto por apenas sete escravos sobre os quais não há menção a qualquer relação familiar. A única adulta é Maria, 36 anos, de “nação Angola. Os outros são todos crioulos e crianças: Vitória, onze anos; Tereza, nove anos; Clemente, sete anos; Francisca, quatro anos; Joana, dois anos; e Benvinda, com um ano. Tempos depois, já falecida a viúva Dona Cristina Maria Catarina Becker, desentendimentos

---

<sup>215</sup> Inventário de Gabriel Vieira Machado. Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, maço 1.

na administração dos bens dos órfãos deixados pelo casal atestam a relação entre os escravos. Em 1875, o tutor das menores sobreviventes – duas delas morreram durante o processo – resolveu vender os escravos que se encontravam sob o poder do antigo tutor e padrasto, mas encontrou oposição das tuteladas que, além de empregar argumentos de ordem econômica, afirmaram perante as autoridades que “a venda daquelles escravos, *crias da casa*”, muito as penalizaria.<sup>216</sup>

Ainda que avaliadores como os dos exemplos citados não realizassem seu trabalho com muita acuidade, outros foram bastante zelosos no desempenho da tarefa, conforme será discutido no capítulo seguinte. Por ora, nos interessa que, mesmo com todos os problemas no registro, foi possível identificar 45% dos infantes envolvidos em algum arranjo familiar e, com base nisso, afirmamos ser improvável que tenham sido importados de outros lugares, ao menos em números significativos.

O peso das crianças na configuração etária da população escrava do Sul do Espírito Santo tornou a Razão de Dependência (RD) da região mais próxima daquelas afastadas do infame comércio. Aliás, a semelhança com o Centro da Província é impressionante e pode ser calculada com os dados da tabela 34. Na região Central, a RD foi de 104,5, entre 1850 e 1871, enquanto no Sul o índice foi de 103,85.

Dada a semelhança do percentual de crianças nas duas regiões, a Razão de Dependência Juvenil (RDJ) de ambas não poderia ser distante: enquanto no Centro a RDJ foi calculada em 79,09, no Sul foi de 80,96. Se há diferença entre as duas áreas, ela está na maior proporção de idosos nas redondezas da Capital que fez com que a Razão de Dependência Senil fosse pouco mais alta (28,79) do que no Sul (22,89).

O menor percentual de escravos idosos na área do Itapemirim e Itabapoana pode sugerir que as extenuantes jornadas de trabalho impostas nas grandes lavouras de café, as dificuldades dos africanos em se adaptar à nova terra, enfim, as duras condições de vida dos escravos da região seriam piores do que no restante da Província. Visto a condição física afetar diretamente a “frágil potencialidade de reprodução interna” da população cativa,<sup>217</sup> importa examinar o assunto com cautela antes de qualquer afirmação.

---

<sup>216</sup> Inventário de Cristiano Carlos Frederico Becker. Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, maço 2.

<sup>217</sup> FLORENTINO, 1997, p.56.

O quadro na próxima página resume as moléstias e traumas que mais acometeram os escravos da região Sul de acordo com os inventários *post-mortem*.

TABELA 35. CONDIÇÃO FÍSICA DOS ESCRAVOS (REGIÃO SUL, 1850-1871)

Enfermidade	Mulheres	Homens	Total
Membros inferiores feridos ou mutilados	0	1	1
Membros superiores feridos ou mutilados	0	1	1
Ferido ou cego de um ou de ambos os olhos	0	1	1
Mutilado, quebrado, rendido ou aleijado	5	17	22
Doente ou “dizendo doente”	4	3	7
Muda	1	0	1
Idiota	1	0	1
Appilação	1	0	1
Reumatismo	1	0	1
Raquítica	1	0	1
Nada Consta	396	529	925
Total	410	552	962

Fonte: Inventários *post-mortem* do Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, 1850-1871.

Consoante à discussão realizada no capítulo anterior, os inventários não são as fontes mais adequadas à análise da condição de saúde dos escravos, mas, por registrarem elemento fundamental na determinação do valor do cativo tornam-se úteis, ao menos para estudo de caráter geral.

O recrudescimento da escravidão na segunda metade do Dezenove, somada à menor proporção de idosos na região Sul, aumentava a expectativa de constatar generalizada precariedade nas condições de saúde entre os escravos da região de grandes lavouras. Todavia, o quadro acima frustra essa possibilidade: apenas 37 escravos, o equivalente a 3,84% da população total, são registrados com alguma doença ou trauma físico. Ainda que o quantitativo de doenças esteja subestimado nas fontes, a comparação com a região Central permite dimensionar o dado: nesta, o percentual de indivíduos registrados nas mesmas condições foi praticamente o dobro, 7,62%.

Tal como constatado para Vitória e adjacências, na área do Itapemirim a população masculina esteve mais propensa a enfermidades, sobretudo traumas físicos. A primeira registrou o índice de 68% de homens entre os doentes, enquanto na última,

o percentual foi 62,17%. Entre as mulheres, 14 escravas, ou 3,41% do total apresentaram algum problema de saúde; entre os homens, foram registrados 23 casos, ou 4,16% dos 552 da amostra. A diferença entre homens e mulheres se estendia ao tipo de doença que afetava a uns e a outros. Embora as expressões utilizadas pelos avaliadores fossem muito genéricas, é possível distinguir os traumas físicos como os principais problemas enfrentados pela população masculina. Entre as mulheres, a variação foi muito maior, impedindo qualquer especificação.

Um aspecto interessante não revelado na tabela anterior diz respeito à origem dos escravos adoentados. Os africanos, que compunham cerca de 31% dos mancipios da amostra, representaram 43% dos doentes. Em outros termos, 5,5% dos cativos estrangeiros apresentaram alguma enfermidade, enquanto a taxa entre os crioulos ficou em 3,3%.

A maior tendência de os africanos a adoecer relaciona-se mais a predominância masculina dos escravos desta origem do que a possíveis problemas de adaptação ao novo ambiente. Consoante as informações da tabela 35, 25 pessoas, ou 67,56% de todos os enfermos, foram acometidos por trauma físico; 12 delas eram africanas, dez do sexo masculino. Se as fontes foram imprecisas e omissas ao registrar a condição física dos cativos, elas foram claras ao apontar a violência do cativo como principal elemento a debilitá-los.

A violência da escravidão é algo intrínseco ao regime e, portanto, não se pretende com a simples incursão sobre a saúde dos cativos, dimensioná-la ou estabelecer qualquer escala de intensidade. Todavia, não se pode negar que as variações socioeconômicas e históricas influenciaram a percepção e a atitude senhorial e, por conseguinte, a vida dos homens e mulheres submetidos ao regime escravista, em todas as suas dimensões.

Uma das áreas afetadas diretamente pela condição de vida dos cativos está intimamente ligada a esse trabalho, a reprodução endógena. Não se pretende afirmar com isso que os senhores manipulassem a seu bel-prazer, ou segundo as suas necessidades, os desejos, as escolhas, enfim, a construção dos enlaces familiares entre os cativos. Porém, sua interferência na criação de ambiente favorável ou desfavorável ao seu surgimento é indubitável. Além disso, se homens e mulheres, mesmo escravizados, tinham liberdade, assegurada pelo Direito



Canônico,<sup>218</sup> para escolher seus companheiros, os frutos dessas uniões pertenciam, por Direito Civil, aos seus senhores.

A importância de ter companhia para tocar a vida e criar vínculos afetivos, sanguíneos e políticos deve ter sido suficiente para muitos escravos tecerem relações familiares, mesmo sujeitos à autoridade de outros; ou ainda que pensassem nos possíveis benefícios auferidos por seus proprietários. A enorme quantidade de crianças nas escravarias do Centro e do Sul da Província constitui prova de que as escravas que procuravam abortar de propósito “só para que não cheguem os filhos de suas entranhas a padecer o que elas padecem”, conforme anotou Antonil,<sup>219</sup> não deviam ser numerosas, ao menos, no Espírito Santo Oitocentista.

As vantagens inerentes à família cativa, para além da paz nas senzalas, não passaram despercebidas aos proprietários. Exemplo dessa percepção vem do testamento de Francisco José Affonso, natural do Rio de Janeiro e residente no Sul do Espírito Santo, onde faleceu em 1855. No documento, anexo ao inventário aberto em 1860, ele deixa liberto o casal de crioulos Thomé e Carolina sob a condição de servirem a ele e a esposa até o falecimento de ambos. O que desperta interesse no caso não é a alforria do casal, mas o esclarecimento que a acompanha: “ficando porém cativos seus filhos tanto presentes como futuros”.<sup>220</sup> Ao casal era acenada a promessa de liberdade, em troca de bons serviços e dedicação, mas era preciso ressaltar que o ventre permanecia cativo e necessário ao crescimento do patrimônio.

As variações socioeconômicas que afetavam a reprodução endógena, alterando mesmo a percepção dos senhores e as estratégias utilizadas para manter/ampliar sua mão de obra, poderiam ocorrer dentro de áreas muito limitadas. Objetivando verificar se o comportamento a esse respeito diversificou-se nas terras meridionais

---

<sup>218</sup> As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, publicadas originalmente em 1707, mas válidas durante todo o Império, declaravam o seguinte no Título LXXI, ESPECÍFICO SOBRE O “Matrimônio dos Escravos”: “Conforme a direito Divino e humano, os escravos e escravas podem casar com outras pessoas captivas, ou livres, e seus senhores lhe não podem impedir o Matrimônio, nem o uso delle em tempo, e lugar conveniente, nem por esse respeito os podem tratar peor, nem vender para outros lugares remotos, para onde o outro por ser cativo, ou por ter outro justo impedimento o não possa seguir [...]”. CONSTITUIÇÕES primeiras do Arcebispado da Bahia, 1853, p. 125.

<sup>219</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil). Capítulo IX. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 04 de novembro de 2011.

<sup>220</sup> Inventário *post-mortem* de Francisco José Affonso. Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, maço 1.

da Província conforme a opulência dos senhores, será analisada a distribuição etária segundo o tamanho das posses.

TABELA 36. ESTRUTURA DE POSSE DE ESCRAVOS POR FAIXA ETÁRIA (REGIÃO SUL, 1850-1871)

Faixa etária	Posse			
	1-10	11-20	21-49	50 ou +
0-14	37 (45,12%)	37 (40,22%)	141 (40,17%)	121 (37,69%)
15-45	34 (41,47%)	43 (46,74%)	174 (49,57%)	164 (51,09%)
46 ou +	11 (13,41%)	12 (13,04%)	36 (10,26%)	36 (11,22%)
Total	82 (100%)	92 (100%)	351 (100%)	321 (100%)

Fonte: Inventários *post-mortem* do Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, 1850-1871.

Diferente do que ocorreu na área da Capital, a proporção de crianças foi inversa ao tamanho da posse no Sul. Nessa região, quanto menor o tamanho da propriedade, maior a dependência em relação aos infantes, que chegaram a superar os escravos em idade mais produtiva nas propriedades com até dez integrantes. Em virtude dessa proporção, a Razão de Dependência Juvenil alcançou 108,82 na primeira faixa de posse, enquanto nas propriedades com 50 cativos ou mais, a RDJ foi de 73,78.

O fato de as maiores propriedades no Sul apresentarem a menor proporção de crianças não a diferencia apenas da região Central do Espírito Santo, mas também contraria a afirmação corrente de que as grandes escravarias foram os locais mais propícios à formação da família. Mesmo em regiões produtoras de alimentos, como

Mariana, foi constatado que “os grandes plantéis tiveram melhores condições de sustentar o custo e o investimento a longo prazo da reprodução natural”.<sup>221</sup>

É verdade que as *plantations* reuniam maior número de potenciais parceiros e condições financeiras para custear a criação dos infantes nascidos em suas senzalas, a exemplo do que fez Dona Áurea Jacintha de Jesus Fraga, viúva de Francisco Simião da Fraga, proprietários de 43 cativos. Ao inventário, aberto em 1865, foram acrescentados vários documentos relativos à prestação de contas da herança de seu filhos menores e entre eles estão os custos com os escravos do órfão Silvino: Honorio, 2 anos, Belmiro, 3 anos, Emilia, 13 anos. Aparecem gastos com alimentação, vestuário, medicamentos e, em 1874, até com o batizado de Maria Rumualda, filha de Emilia.<sup>222</sup>

Apesar de os gastos com escravos, que ainda não prestavam serviços, serem variados, parece ter sido considerado bom investimento, mesmo para os senhores menos abastados. Como lembra Kátia Mattoso, as década de 1850 e 1860 foram de “inflação galopante”, e os cativos alcançaram seu preço máximo nos anos 1860 e 1870.<sup>223</sup> Destarte, a aquisição por meio da compra apresentar-se-ia para alguns senhores como opção menos viável do que o cuidado com as crianças. Possivelmente, esse motivo foi um dos que levaram as herdeiras de Cristiano Carlos Frederico Becker, caso citado há pouco, a se opor à decisão do tutor de vender seus cinco cativos. As órfãs alegaram que eram “todos moços, de modo que poderão ainda por muito tempo prestar serviços” e acrescentaram que se as terras e benfeitorias não tinham sido vendidas, se perdessem os escravos não teriam quem as cultivasse.<sup>224</sup>

Antes, porém, que se conclua que os grandes senhores escravistas apoiaram-se em seu poderio econômico para desprezar a reprodução natural como meio de manter/ampliar a mão de obra, é importante destacar duas coisas. Primeiramente, apenas as propriedades com 50 ou mais cativos, cerca de 11% da amostra, apresentaram mais da metade de seu contingente de trabalhadores na idade adulta. Todas as outras, incluindo aquelas nas faixas de posse maiores que as do Centro do

<sup>221</sup> TEIXEIRA, 2001, p. 83-84.

<sup>222</sup> Inventário de Francisco Simião da Fraga. Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, maço 1.

<sup>223</sup> MATTOSO, 2003, p.93.

<sup>224</sup> Inventário de Cristiano Carlos Frederico Becker. Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, maço 2.

Espírito Santo, apresentaram mais crianças e idosos do que adultos. Nessas propriedades – nas quais viviam aproximadamente 65% da população escrava –, quatro entre dez escravos tinham menos de 15 anos.

Em segundo lugar, a participação de 37,69% de crianças nas *plantations* é muito significativa para que se possa afirmar que a família escrava tenha sido ignorada em seus limites. O percentual encontrado nas maiores propriedades do Sul é próximo dos índices verificados nas grandes propriedades de regiões amplamente apoiadas na reprodução endógena, como foi o caso de Mariana-MG. Nesta, as maiores propriedades, isto é, aquelas com mais de 20 cativos, a participação infantil chegou a 38,4%, entre 1850 e 1869. Considerando o conjunto, a situação no sul espiritosantense parece mais favorável ao crescimento natural, uma vez que as escravarias marianenses registraram 34,7% de crianças<sup>225</sup> – valor inferior ao de qualquer faixa de posse da Região Sul e ao seu conjunto que foi de 39,5%, conforme a tabela 34. Mais importante, talvez, seja lembrar que a existência de crianças é indicativo forte da presença de famílias, mas não o único, conforme veremos no próximo capítulo.

O que se apreende da leitura dos inventários da região do Itapemirim é que, embora se trate do reduto da grande lavoura do Espírito Santo, os índices demográficos da população cativa estão mais próximos do Centro da Província e de outras áreas dependentes da família escrava para a reprodução da mão de obra mancipada do que das fazendas cafeeiras de São Paulo ou Rio de Janeiro. Os escravos da região encontraram meios para superar as adversidades que poderiam ser impostas pelas grandes propriedades (a desproporção sexual, por exemplo) ou pelas pequenas (limitação de parceiros potenciais na mesma escravaria).

Se o dinamismo econômico do Sul ficou aquém do observado nas províncias vizinhas, ele se revelou favorável à formação e à estabilidade das famílias escravas. Essa afirmação, vale ressaltar, não anula os desejos, as preferências, as escolhas, o próprio indivíduo. A existência de ambiente favorável, assim como seu oposto, não retira do escravo, do sujeito, a capacidade de decisão. As páginas que se seguem constituem tentativa de capturar, ainda que de relance, a complexidade das histórias dessas pessoas que, apesar do cativeiro, ou por causa dele, optaram por formar famílias.

---

<sup>225</sup> TEIXEIRA, 2001, p. 82.

### 3. RETRATOS DA FAMÍLIA ESCRAVA NO ESPÍRITO SANTO

#### 3.1. NOTAS INTRODUTÓRIAS

O Presidente José Bonifácio Nascentes de Azambuja mostrava-se confiante, em 1852, na manutenção da mão de obra compulsória por meio do melhor tratamento aos escravos e pela reprodução. Embora não se possa avaliar o significado do que ele definiu como “melhor tratamento”, o tempo revelou que sua afirmação era verdadeira, ao menos no que diz respeito à reprodução.

Às vésperas da Abolição, o Espírito Santo ainda estava intimamente ligado à escravidão. Mesmo os cafeicultores da região Sul, a mais dinâmica da Província, tinham nos escravos a base de sua força de trabalho. Ora, os escravos que, em 1888, estavam em pleno vigor físico dificilmente eram os mesmos que migraram com seus senhores mineiros e fluminenses em meados do século. Imputar ao tráfico interno a responsabilidade, exclusiva ou principal, por esse quadro, não parece adequado. Os índices demográficos, conforme se procurou ressaltar nos capítulos anteriores, não respaldam essa hipótese. Ao contrário, eles apontam para a reprodução natural como mecanismo de manutenção e ampliação das escravarias de forma semelhante ao ocorrido na região Central.

Tendo como pressuposto que a reprodução endógena não acontecia ao acaso, muito menos por determinação senhorial, mas resultava da socialização por meio da família, focaremos nosso olhar nessa instituição. Buscaremos, pois, neste capítulo, traçar as linhas gerais das relações construídas pelos escravos no território espiritosantense, considerando as suas diferenças intrarregionais, acentuadas pela expansão cafeeira na segunda metade do século XIX. Também constitui nosso objetivo investigar a solidez de tais relações, sua durabilidade e estabilidade, sem pretensões de estabelecer conclusões definitivas.

As fontes utilizadas privilegiam análises quantitativas e demográficas, oferecendo poucos elementos para reconstituir a história daquelas famílias. Os inventários *post-mortem* e os Livros de Casamento, tal como retratos, captam apenas momentos da vida, um breve instante que aguça nossa curiosidade, mas não permitem incursões mais profundas, não revelam as trajetórias percorridas até aquele momento ou depois dele. Todavia, ainda que possuam limitações, esses “retratos” – alguns deles com pequenas anotações à margem, outros referentes à mesma família em

períodos diferentes – permitiram conhecer tendências a respeito da configuração da família escrava e de seu reconhecimento e valorização pela sociedade escravista. Afinal, esses documentos reproduziram ocasiões especiais da vida de seus protagonistas: a celebração pública da aliança conjugal; e a fase de tensão na qual o destino da família, concebida ou não perante a Igreja, seria traçado após a morte de seu proprietário.

A reunião desses fragmentos de histórias resultou em imagens que, se não fazem jus ao passado, oferecem uma ideia da complexa realidade na qual elas foram construídas. De acordo com o contexto, foi possível observar, em maior ou menor grau, homens e mulheres ultrapassando os limites físicos e jurídicos do cativo na construção de relações parentais. As motivações de suas escolhas, infelizmente, não foram impressas nas fontes. Não obstante, a observação das entrelinhas, da moldura e, algumas vezes, da anotação à margem do retrato, permite tecer algumas considerações.

A prodigalidade nas informações, sobretudo naquelas reveladoras de interesses pessoais, subjetivos, não é atributo comum dos inventários *post-mortem* ou dos registros eclesiásticos. Todavia, a investigação dos principais arranjos familiares construídos pelos escravos e a verificação de sua estabilidade foi realizada de maneira atenta aos vestígios, sinais, pistas que pudessem manifestar os interesses e desejos envolvidos por parte dos escravos, mas sem perder de vista o dos senhores. Quem sabe, fosse mais apropriado referir-se à sociedade escravista, capaz de embranquecer e de “empardecer” as pessoas de acordo com, entre outros critérios, a aproximação ou afastamento do passado escravo.

Destarte, nos dois primeiros tópicos será empregado certo esforço, dentro das possibilidades oferecidas pelas fontes, para captar a voz dos homens e mulheres que buscaram, sob a violência da escravidão, organizar suas vidas, construir relações familiares – ao menos aqueles que foram ressaltados nos documentos por ter sua união oficializada ou o registro de filhos.

A última parte deste trabalho, entretanto, destoa das duas primeiras para recuperar e explicitar o que foi desenvolvido nos capítulos anteriores. Em outras palavras, o foco passa para os interesses senhoriais. Se não há dúvidas de que a família escrava assenta-se na escolha do cativo, igualmente não temos como duvidar que suas consequências afetaram diretamente toda a sociedade. No Espírito Santo, a

família foi além de pacificar as senzalas. Ela constituiu-se em *locus* privilegiado para a reiteração da sociedade escravista.

### 3.2. O PERFIL DA FAMÍLIA ESCRAVA NO ESPÍRITO SANTO

Os inventários *post-mortem* não conformam a documentação ideal para o estudo das famílias escravas, conforme discutido. Ainda assim, sua análise permitiu observar o quadro complexo das relações familiares tecidas pelos homens e mulheres que viveram como escravos no Espírito Santo Oitocentista.

Sem a obrigatoriedade de registrar as ligações parentais entre os *bens* a serem inventariados, por diversas vezes as fontes foram omissas a respeito. Vez por outra, entretanto, fizeram emergir além das relações entre cônjuges, pais e filhos, ligações entre avós e netos, entre irmãos, relacionamentos cultivados fora das senzalas (com pessoas escravas, livres e libertas). Tais registros, aparentemente excepcionais, apontam para as emaranhadas relações construídas pelos escravos, para seu reconhecimento social, para a convivência entre parentes não submetidos ao mesmo senhor. Outrossim, indicam que o sentimento de pertencer a uma família, bem como suas possíveis consequências, ultrapassava os limites de pais e filhos, esposa e marido.

Este tópico será dedicado a esboçar o perfil das famílias presentes nos inventários e situá-lo no contexto brasileiro. A fim de facilitar o diálogo com outros trabalhos, os dados serão sistematizados segundo as diretrizes de Iraci Del Nero da Costa, Robert Slenes e Stuart Schwartz, que entendem como família “o casal (unido ou não perante a Igreja), presentes ou não ambos os cônjuges, com seus filhos, caso existissem; os solteiros (homens ou mulheres) com filhos e os viúvos ou viúvas com filhos.”<sup>226</sup>

Os autores citados postulam ainda que os filhos devem ser solteiros, sem prole e coabitar junto aos pais, para configurar núcleo familiar. Outros arranjos, como o de pessoas vivendo com filhos e netos, são enquadrados no que eles chamaram de “pseudo-famílias”. Embora, sigamos as orientações gerais desses autores, não adotaremos o termo destacado, pois como exposto, acreditamos que o sentimento

---

<sup>226</sup> COSTA, Iraci Del Costa; SLENES, Robert. SCHWARTZ, Stuart. A família escrava em Lorena. *Estudos Econômicos*. 17 (2): 245-295, maio/ago., 1987. p. 257.

de pertencimento a uma família não se restringia ao núcleo primário. Ademais, as famílias extensas não constituíram fenômeno raro no Espírito Santo e tampouco foi desprezível seu papel naquela sociedade. Posto isso, procuraremos traçar o perfil básico das famílias escravas sem esquecer a sua complexidade.

A tabela abaixo resume algumas informações sobre o parentesco recolhidas nos inventários para as duas regiões em foco.

TABELA 37. PARTICIPAÇÃO (%) DOS ESCRAVOS EM RELAÇÕES FAMILIARES SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA (ESPÍRITO SANTO)

Faixa etária	Região Central		Região Sul
	1790-1821	1850-1871	1850-1871
0-14 anos	38,97	36,00	45,67
15-45 anos	25,66	20,65	25,06
46 ou + anos	13,63	19,02	22,1
Total*	28,8	25,8	30,47

Fonte: Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória e do Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, 1850-1871.

Obs.: O percentual, excetuando-se o total, foi calculado para cada faixa etária e região.

\*Incluindo os escravos para os quais não foi mencionada a idade.

Como se buscou ressaltar nos capítulos anteriores, havia distinções no cenário econômico e social das regiões Central e Sul que poderiam influenciar a formação da família escrava. Enquanto predominavam na área próxima à Capital as pequenas e médias propriedades, dedicadas ao abastecimento interno, apoiadas na reprodução endógena para a manutenção de suas escravarias desde, pelo menos, princípios do século XIX; o Sul, terras de colonização recente, foi merecidamente chamado de reduto da grande lavoura do Espírito Santo. Embora esta região tivesse sido ocupada por fazendeiros de Minas Gerais e do Rio de Janeiro junto com seus escravos e detivesse mais recursos para recorrer ao tráfico interno, o perfil de sua população cativa não destoou muito daquela do Centro da Província. A tabela 38 reflete essa sintonia, bem como as distinções entre as duas áreas.

A proporção de escravos envolvidos em relações familiares na região Central e no Sul, como se pressupunha, não foi discrepante devido à proximidade dos índices



demográficos. O valor encontrado para Vitória e adjacências, na passagem do século XVIII para o XIX, também não foi distinto do verificado na Província vizinha no mesmo período. De acordo com Manolo Florentino e José Roberto Góes, de 35 a 25% dos escravos do agro fluminense estavam unidos por laços familiares primários, entre 1790 e 1830.<sup>227</sup>

A redução do percentual de aparentados no Centro da Província, na segunda metade do século, é um pouco difícil de explicar. É possível que esteja associada ao arrefecimento da escravidão; à dificuldade dos senhores menos abastados de manter sua escravaria, de resistir ao assédio das lavouras sulistas, sempre carentes de braços; à presença, no primeiro intervalo de tempo, das duas escravarias de tamanhos excepcionais que responderam juntas por mais de 34% de todos os parentes da amostra.

Também é possível que a queda seja resultado da subenumeração nas fontes como aponta a distância em relação aos dados encontrados por Patrícia Merlo. A autora encontrou 65,2% dos escravos inseridos em famílias ao analisar Vitória no mesmo recorte cronológico e com o mesmo tipo de fonte.<sup>228</sup> Seja uma explicação ou outra, ou um pouco de cada, ressalta-se que os dados não se distanciam de outra área produtora de alimentos em pequenas e médias propriedades. Em Mariana-MG, Heloísa Maria Teixeira encontrou 21,42% de escravos com vínculos familiares, entre as décadas de 1850 e 1860.<sup>229</sup>

Ainda que as duas regiões espiritosantenses tenham registrado índices semelhantes, se poderia esperar encontrar o maior número de aparentados naquela que dependeu por mais tempo da reprodução endógena para manter a mão de obra compulsória. O resultado foi inverso, como exposto na tabela. Porém, não se afigura surpresa total.

No capítulo anterior mostramos que a participação de crianças – a faixa etária que mais teve seus vínculos familiares expostos nos inventários – foi pouco maior no Sul (39,5%) do que na área Central da Província (38,21%). Mais importante para a explicação é a diferença da estrutura de posse entre as duas regiões o que corrobora a tese de Florentino e Góes sobre a relação diretamente proporcional

---

<sup>227</sup> FLORENTINO & GÓES, 1997, p. 92.

<sup>228</sup> MERLO, 2008, p. 160.

<sup>229</sup> TEIXEIRA, ANO, p. 107.

entre o tamanho da escravaria e o parentesco.<sup>230</sup> A tabela a seguir permite visualizar com maior nitidez essa proporcionalidade que não se restringiu a diferenciar a zona cafeeira da produtora de alimentos, aplicando-se em cada uma delas.

TABELA 38. PARTICIPAÇÃO (%) DOS ESCRAVOS EM RELAÇÕES FAMILIARES SEGUNDO O TAMANHO DA POSSE (ESPÍRITO SANTO)

Faixa de posse	Região Central		Região Sul
	1790-1821	1850-1871	1850-1871
1-10	17,63	14,78	4,65
11-20	18,73	23,30	27,77
21 ou +	43,72	42,50	52,17

Fonte: Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória e do Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, 1850-1871.

Obs.: o percentual foi calculado com base em cada faixa de posse e período.

Os dados da tabela 38 confirmam a maior probabilidade de encontros (oficiais) nas grandes propriedades. Nas duas regiões estudadas e para os dois momentos em que se pode observar o Centro da Província, o registro de escravos envolvidos em relações familiares aumentou conforme o tamanho da escravaria – algumas vezes, de modo excepcional.

Para além de atestar a correlação entre tamanho da escravaria e parentesco, a tabela indica outras possibilidades. A grande participação de crianças nas pequenas escravarias que, na região Sul ultrapassou os 45% (tabela 37), não é coerente com os ínfimos 4,45% envolvidos em relações familiares na mesma localidade. A discrepância pode ser sinal da falta de acuidade dos avaliadores, sobretudo dos espólios mais modestos que, em geral, sequer tiveram os cativos separados dos demais bens. Outra explicação possível é o esfacelamento da família – quiçá fosse mais correto dizer dos registros das relações familiares, uma vez que a separação oficial nem sempre correspondia ao afastamento definitivo, como será discutido posteriormente – devido à partilha de heranças, doações e vendas.

Não possuímos fonte ideal para verificar a abrangência do comércio intrarregional. Todavia, alguns vestígios parecem indicar sua parcela de responsabilidade para a

<sup>230</sup> FLORENTINO & GÓES, 1997, p. 95.

grande quantidade de infantes sem vínculos parentais registrados. O caso de Hilária exemplifica a questão. O filho mais velho junto a ela, João, tinha treze anos quando foi vendido sozinho em praça pública para pagamento de parte da imensa dívida de seu proprietário, Antonio da Silva Pinheiro. Os outros quatro filhos, com idades que variaram entre cinco e dez anos, foram entregues a um credor do inventariado. A escrava Hilária foi arrematada e libertada por João Machado de Freitas, outro credor.<sup>231</sup> É possível que essas separações respondam, junto com a morte dos pais, pela existência de infantes aparentemente sem nenhum vínculo familiar como foi o caso de Manoel (11 anos) e o de Benedita (13 anos), únicos escravos arrolados nos inventários de seus senhores José Domingues de Miranda e Dona Augusta Vaz Louzada, respectivamente.

O inventário de um dos senhores mais importantes e abastados da região Sul oferece indícios para a reflexão.<sup>232</sup> A extensa escravaria do Capitão José Vieira Machado computava 88 indivíduos,<sup>233</sup> entre os quais havia 33 menores de 15 anos. Dezenove destes foram descritos com vínculos familiares; outros oito foram arrolados sem qualquer menção à família, mas anotados imediatamente após mulheres adultas, como ocorreu com Rita, 14 anos, avaliada logo depois de Rita de Nação, de 50 anos. Provavelmente, a inexistência de laços familiares para alguns desses cativos foi resultado da displicência dos avaliadores, mas o mesmo não ocorreu para os seis escravos que completam a lista dos infantes. Para estes, cujas idades variaram entre seis e treze anos, houve o cuidado de registrar que eram escravos “sem mãe”.

Embora não tenha sido anotação recorrente nas fontes, não deixa de despertar interesse a preocupação em afirmar a inexistência de vínculos familiares para os cativos mencionados. É impossível precisar a origem dos escravos “sem mãe”, mas não é difícil imaginar que tenham nascido fora daquela escravaria e lá estivessem a tempo insuficiente para adaptação. É provável que representassem investimento do Capitão Machado no rejuvenescimento de sua mão de obra. Todavia, são apenas

---

<sup>231</sup> Hilária não foi a única escrava arrematada e libertada pelo credor. Seraphina, também cozinheira por profissão, teve igual destino. Inventário de Antonio da Silva Pinheiro. Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, maço 3.

<sup>232</sup> Inventário de José Vieira Machado. Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, maço 3.

<sup>233</sup> Incluindo 15 adultos e 13 crianças em poder de co-herdeiros. Todos os escravos descritos como “sem mãe” estavam em poder do falecido.

indícios. A documentação consultada permite apenas constatar o envolvimento de infantes no comércio regional, mas sem dimensionar sua extensão.

Retornaremos ao assunto do comércio de crianças adiante. Por enquanto, o que a documentação permite afirmar concretamente é a maior exposição de laços familiares para os menores de 15 anos devido à ligação com os pais, sobretudo com as mães.

As tabelas 39 e 40 evidenciam as maiores possibilidades de construção de vínculos parentais pelas mulheres no grupo dos adultos. Eram elas que acionaram com maior frequência os principais instrumentos para se construir relações familiares, ao menos aqueles captados pela fonte, a saber: a consanguinidade e o casamento. Graças a isso, os percentuais dessa parcela da população escrava são mais próximos daqueles constatados para os infantes, como pode ser apurado na comparação com os dados da tabela 37.

TABELA 39. MULHERES COM 15 OU MAIS ANOS CASADAS, VIÚVAS OU MÃES SOLTEIRAS (ESPÍRITO SANTO)

Condição das mulheres	Região Central		Região Sul
	1790-1821	1850-1871	1850-1871
Mães solteiras	122 (25,31%)	79 (21,29%)	50 (25,51%)
Mulheres casadas ou viúvas	63 (13,07%)	33 (8,89%)	33 (16,83%)
Total de mulheres inseridas em famílias	185 (38,38%)	112 (30,18%)	82 (41,83%)
Total de mulheres*	482	371	196

Fonte: Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória e do Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, 1850-1871.

\*Total de mulheres com 15 anos ou mais em cada amostra. Os percentuais foram calculados com base nesse denominador.

TABELA 40. HOMENS COM 15 OU MAIS ANOS CASADOS, VIÚVOS OU PAIS SOLTEIROS

Condição dos homens	Região Central		Região Sul
	1790-1821	1850-1871	1850-1871
Pais solteiros	4 (0,7%)	1 (0,22%)	-
Homens casados ou viúvos	64 (11,30%)	31 (6,64%)	29 (9,23%)
Total de homens inseridos em famílias	68 (12,01%)	32 (7,08%)	29 (9,23%)
Total de homens	566	452	314

Fonte: Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória e do Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, 1850-1871.

\*Total de homens com 15 anos ou mais em cada amostra. Os percentuais foram calculados com base nesse denominador.

Os homens, conquanto apareçam com menor frequência entre os escravos aparentados, também constituíram família e, algumas vezes, as chefiaram sozinhos. Entre 1790 e 1821, foram registrados os seguintes casos: José Ferreira, pai de Isabel e avô de Manoel Vitor; Vicente, 30 anos de idade e seis filhos; Manoel Benguela, 55 anos, e o filho Bento; João Menor e o filho Cirilo. Na segunda metade do século, encontramos o africano Marcos, 40 anos, com o filho Martinho, 12 anos.<sup>234</sup>

Ressalva importante deve ser feita sobre os pais solteiros e também sobre as mães na mesma condição. Todos os homens e mulheres com filhos e para os quais não houve registro de casamento ou viuvez foram designados dessa forma. É possível, no entanto, que alguns desses vivessem ou tivessem vivido relacionamentos consensuais. O exemplo de Vicente é interessante a esse respeito. Dois filhos receberam registro de idade, um deles com cinco anos e a caçula, Joaquina, com seis meses. Se a mãe estivesse na escravaria, dificilmente não seria vinculada ao bebê. O mais provável, portanto, é que a companheira de Vicente tenha falecido

<sup>234</sup> Os registros de idade e origem não foram descritos para todos os pais e, por isso, apenas alguns escravos citados aparecem com tais informações.

antes da abertura do inventário e que sua união não fosse sancionada perante a Igreja. A possibilidade de venda existe, mas é pouco provável devido à faixa etária da criança, descrita em outras situações como “de peito”, isto é, ainda lactante e dependente de cuidados maternos.

Assim como no exemplo anterior, muitas mães solteiras, na verdade, deveriam viver relacionamentos consensuais, fossem eles estabelecidos nos limites das senzalas ou os extrapolando. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia testemunham esse tipo de relação e procuraram assegurar a sua oficialização perante a Igreja.

Conforme a direito Divino e humano, os escravos e escravas podem casar com outras pessoas captivas, ou livres, e seus senhores lhe não podem impedir o Matrimônio, nem o uso delle em tempo, e lugar conveniente, nem por esse respeito os podem tratar peor, nem vender para outros lugares remotos, para onde o outro por ser captivo, ou por ter outro justo impedimento o não possa seguir e fazendo o contrário pecão mortalmente, e tomam sobre suas consciencias as culpas de seus escravos que por este temor se deixam muitas vezes estar, e permanecer em estado de condenação. [...]. [CONSTITUIÇÕES, 1853, p. 125.]

A significativa presença de solteiras entre as mães escravas indica que a tentativa de normatização da Igreja não foi exatamente um sucesso, sendo maior o número de uniões consensuais.<sup>235</sup> Não obstante, alguns escravos conseguiram exercer o direito de oficializar a relação conjugal com pessoas de fora da propriedade de seu senhor e, por isso, podemos conhecer sua existência. Na região Central, entre 1790 e 1821, encontramos Manoel, um “Angola” de 70 anos, casado com “escrava forra”. Na segunda metade do século há o registro de Ignacia, 50 anos, casada com Eleuterio (não se menciona o estatuto jurídico do marido); e Margarida, 70 anos, casada com homem livre. O registro da relação conjugal em documento onde essa informação não era relevante constitui fato carregado de significados, revelando seu reconhecimento social e provável convivência com o cônjuge não submetido ao mesmo senhor – ou a senhor algum.

<sup>235</sup> Os índices de consensualidade na população livre sugerem dificuldade geral de implantação das normas tridentinas na Colônia e, posteriormente, no Império. Cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de Casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP, 1984. VAINFAS, Ronaldo. *Trópicos dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. Contudo, nossa pretensão não é apontar índices de consensualidade ou formalidade dos relacionamentos envolvendo escravos posto que a formação familiar, conforme a entendemos, não pressupõe a bênção da Igreja. O objetivo ao trabalhar com os casamentos oficializados é mostrar a possibilidade de uniões fora dos limites da senzala que, de modo algum se resumiam aos oficiais. Ademais, pressupõe-se que somente as uniões legitimadas eram indicadas pelas fontes e daí sua importância no momento da partilha.

Os inventários da região Sul não registraram nenhum casal na mesma situação que os acima mencionados, mas encontramos um caso, entre 1859 e 1871, no Livro de Casamento de São Pedro de Cachoeiro: Vicente e Maria, escravos de João Bernardes de Souza e Doutor José Feliciano Horta de Araujo, respectivamente. As bodas deste casal foram celebradas no dia cinco de abril de 1869, mesma data em que mais três casais pertencentes a Dr. José Feliciano Horta de Araújo e um casal pertencente a João Bernardes de Souza oficializaram sua união.<sup>236</sup>

Mormente, tenha sido menos complicado estabelecer relacionamentos fora dos limites da propriedade, ou melhor, legalizá-la na região Central, dominada por pequenas propriedades, de formação antiga, onde era razoável a mobilidade dos cativos.<sup>237</sup> Acreditamos que essa última característica poderia contribuir para que indivíduos de escravarias com limitado potencial de parceiros pudessem superar a solidão e diminuir os obstáculos à oficialização do relacionamento em comparação às áreas nas quais o deslocamento era mais restrito. Isto é, não se pretende negar a correlação entre tamanho da propriedade e parentesco verificada até mesmo na região Central e, tampouco afirmar a inexistência de relações fora dos limites da propriedade senhorial na região Sul – onde o número de crianças e de mães solteiras em pequenas propriedades indicam o contrário. O que se pretende afirmar é que os escravos do Centro do Espírito Santo lograram, em maior proporção, estabelecer e oficializar relações fora dos domínios senhoriais utilizando-se de uma especificidade local.<sup>238</sup> Os registros matrimoniais de uma freguesia desta região sustentam nossa afirmação, demonstrando uma diferença em relação a outras

---

<sup>236</sup> CATEDRAL de São Pedro do Cachoeiro. Livro Primeiro de Casamentos, 1859-1894.

<sup>237</sup> Cf. BASTOS, 2009.

<sup>238</sup> O trabalho de Rafaela Domingos Lago ajuda a dimensionar essa mobilidade e, portanto, a interação entre pessoas de condição jurídica distinta. Analisando os Livros de Batismo, a autora percebeu um número considerável de escravos batizando livres na Freguesia de Vitória. LAGO, Rafaela Domingos. Estratégias sociais: escravos, libertos e livres na composição das famílias capixabas (1831-1850). In: CAMPOS, A. P.; FELDMAN, S. A.; FRANCO, S. P.; NADER, M. B.; SILVA, G. V. (Org.) *Anais eletrônicos do II congresso Internacional de História Ufes/Université de Paris-Est: cidade, cotidiano e poder*. Vitória: GM Gráfica & Editora, 2009, p. 1-13.

áreas, como Campinas, na qual “os senhores praticamente proibiram o casamento formal entre escravos de donos diferentes ou entre cativos e pessoas livres.”<sup>239</sup>

O documento citado ultrapassa a periodicidade adotada no trabalho, mas reforça os dados dos inventários e lança alguma luz sobre a realidade não captada por eles. Entre 1866 e 1888, 71 dos 618 casamentos celebrados em São João de Cariacica, freguesia do município de Vitória, envolviam algum escravo na condição de nubente, pai ou mãe. Em 38 casos, o noivo era escravo e a noiva era livre ou liberta – não é possível ter certeza de sua condição jurídica, pois o termo não foi usual no documento consultado.<sup>240</sup> Um casal foi integrado por uma mulher cativa e um homem livre/liberto. Além destes, há um caso em que a mãe da noiva é escrava, porém não há clareza sobre a condição jurídica da filha.<sup>241</sup>

Talvez, o livro consultado fosse de livres e, por isso, todos os noivos escravos estivessem se casando com pessoas de estatuto jurídico diverso. Isso, no entanto, não é relevante para nossos propósitos. O importante é perceber a mobilidade daquelas pessoas para construir relações fora da propriedade de seu senhor e do cativo. Além disso, de forma semelhante aos novos casais, entre seus pais foi observada tendência à uniões entre livres/libertos e escravos.

O Livro de Casamento registra 25 famílias com filiação completa para o nubente e na qual pelo menos um membro é escravo: entre elas havia 17 casais mistos do ponto de vista jurídico. Isto é, pais e filhos participavam de movimentos análogos na construção de relações fora do cativo. A família de Phelipe da Costa ilustra a complexidade dessas relações.

---

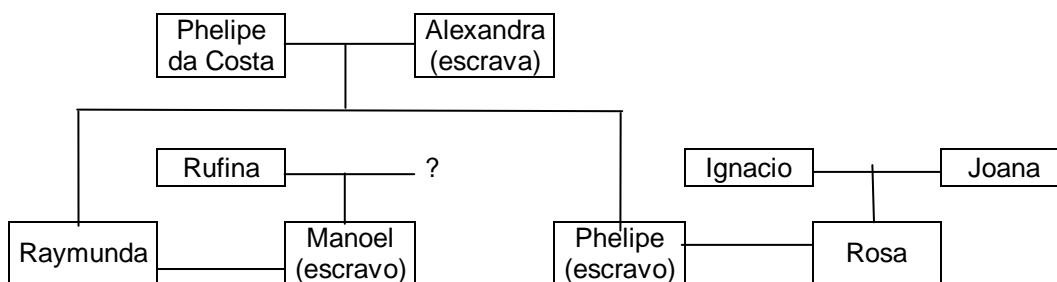
<sup>239</sup> SLENES, 1999, p. 75. Em outros lugares foi verificado o mesmo padrão. Silvia Maria Jardim Brügger constatou em São João Del Rei, nos séculos XVIII e XIX, que todos os casais legitimamente constituídos pertenciam a um mesmo proprietário. BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: Família e Sociedade (São João Del Rei, século XVIII e XIX)*. São Paulo: ANNABLUME, 2007. Em Lorena, em 1801, não foi encontrado referência a casais escravos pertencentes a donos diferentes. Baseados nos cônjuges ausentes, os autores estimaram no limite máximo de 10,3% essa possibilidade. Quanto aos casamentos mistos, foram encontrados 7 entre o total de 97. COSTA, Iraci; SLENES, Robert; SCHWARTZ, Stuart. A família escrava em Lorena (1801). In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, 17 (2): 245-295, maio/ago. 1987.

<sup>240</sup> O termo “liberto” aparece apenas uma vez na documentação. Em geral, mesmo quando se afirma a condição escrava da mãe, não há menção a termos indicativos da origem escrava para o filho ou filha, sendo o registro feito de forma semelhante ao de livres.

<sup>241</sup> Entre 1866 e 1871, foram nove casamentos envolvendo um homem escravo e uma mulher livre. Enquanto no sul, entre 1859 e 1871, não houve nenhum registro desse tipo: dos 46 casamentos, 45 uniram escravos do mesmo senhor; o outro foi o citado que uniu escravos de senhores diferentes.



QUADRO 1. FAMÍLIA DE PHELIPE DA COSTA E ALEXANDRA



Fonte: CÚRIA Metropolitana de Vitória. *Livro de Casamento de Cariacica L 03*, 1866-1891.

O casal, formado por Phelipe da Costa, homem livre ou liberto, e Alexandra, escrava de Francisco Pinto Duarte, aparece nos registros eclesiásticos conduzindo dois filhos ao altar. No dia 15 de maio de 1875, sua filha Raymunda Pinto de Jesus se uniu a Manoel, escravo de José Maria Ferrás e filho natural da escrava Rufina, cujo proprietário não foi identificado. Quase três anos depois foi a vez do filho Phelipe, homônimo do pai, receber as bênçãos matrimoniais. Ele, ainda escravo, desposou Rosa Maria da Conceição, mulher livre e filha legítima de Ignacio Pinto das Candeias e Joana Francisca Côrrea.

A família de Phelipe e Alexandra evidencia algumas questões interessantes. Primeiramente, corrobora a afirmação sobre a mobilidade espacial na região Central: os escravos envolvidos pertencem, ao menos, a dois senhores diferentes. Possivelmente foi essa relativa facilidade para o deslocamento que permitiu à população cativa contornar as limitações de parceiros na área de pequenas propriedades e, desta forma, originar a significativa quantidade de crianças cativas existentes até 1871. Observa-se ainda que a família escrava se constituía de fato como elemento de socialização e a escolha de escravos por livres ou libertos significava o sucesso desse empreendimento. A união de livres ou libertos com escravos que marcou a história dessa família lança a importante questão da consolidação dos laços parentais na formação da comunidade. A filha da escrava Alexandra, Raymunda, casara-se com o filho de outra escrava, Manoel, embora, pelos dados eclesiásticos, apenas o último mantivesse a condição de cativo.

A mobilidade social é outro tema que perpassa a história dessa família. Aparentar-se significa tecer laços de afetividade e solidariedade, formar potenciais aliados para enfrentar as dificuldades cotidianas e o próprio cativeiro. Todavia, esse fenômeno

não foi um processo unidirecional, nem sempre pode se ampliar com as gerações, conforme afirma Cacilda Machado. Ainda segundo a autora,

Para os escravos e livres de cor, o casamento seria uma das estratégias socialmente disponíveis para assegurar a liberdade para si e para a sua geração, ainda que nesse empenho eles se tornassem partícipes do processo de produção e reiteração das hierarquias sociais. [...] Unindo-se a um cativo, além disso, um forro ou livre corria o risco de mudar de status, sem que houvesse alteração de sua condição jurídica.<sup>242</sup>

Os filhos de Phelipe e Alexandra casaram-se no período de vigência da Lei do Ventre Livre e, ademais, pelo princípio do *partus sequitur ventrem*, sua prole não seria escrava mesmo antes de 1871. Não obstante, unir-se a um escravo é uma atitude que trazia consequências negativas para a ascensão social – sequer se poderia garantir a isenção do poder senhorial sobre o companheiro e os futuros filhos.

Se considerarmos a cor como expressão da condição social, como fez Roberto Guedes, constatamos que não apenas a união a escravos afetava o *status*, mas também as uniões com seus descendentes. Esse deve ter sido um dos motivos para que um noivo “natural do Reino da Alemanha” tenha sido registrado como “pardo” pelo pároco de Cariacica, em 1885. Ocorre que o padre designava a “cor” dos nubentes de forma conjunta e devem ter sobressaído no julgamento do eclesiástico as origens da noiva brasileira, filha natural, somada à penúria do casal de lavradores que teve seu matrimônio celebrado gratuitamente “por serem pobres”.<sup>243</sup> Nessas condições, deve ter parecido mais adequado “empardecer” o alemão do que “embranquecer” a brasileira que, provavelmente, carregava na cútis a marca de ancestrais cativos.

Sendo o casamento um instrumento social importante para os escravos e descendentes, as escolhas feitas pela liberta Raymunda, filha de Phelipe e Alexandra, e por Rosa, filha de Ignacio e Joana, recebem contornos especiais. Mais do que buscar alianças fora das senzalas, ou fortalecer os laços dentro da comunidade cativa, acreditamos estar diante de manifestações de interesses e desejos pessoais dos nubentes. Afinal, o que motivaria uma mulher nascida em cativo – liberta, pode-se especular, à custa de sacrifícios dela e de familiares – a se reaproximar da escravidão? Se fosse um estrangeiro desenraizado, pobre, se

---

<sup>242</sup> CACILDA MACHADO, 2006, p. 258, 283-284.

<sup>243</sup> Entre os 618 casamentos registrados no Livro de Casamento de Cariacica, apenas cinco foram gratuitos pela pobreza dos noivos. Em nenhum dos casos, o noivo ou noiva é escravo.

poderia aceitar que existisse questões de interesses ligados à terra do proprietário do cônjuge, à sobrevivência.<sup>244</sup> Não era esse o caso. É mais provável que a motivação dos protagonistas desses casos, ocultada nos registros eclesiásticos, fosse semelhante à expressa em outro tipo de fonte.

A partir de inquéritos policiais e de bilhetes, Heloísa de Souza Ferreira narra em seu trabalho a história de amor envolvendo Violante, escrava do Major Aureliano Martins de d’Azambuja, e Manoel da Penha Braga, um jovem livre com quem foge. Os sentimentos são explícitos nos documentos utilizados pela autora e, acreditamos, devem ter motivado outras tantas uniões: desejo, paixão, amor...<sup>245</sup>

Embora os registros eclesiásticos não explicitem a força motivadora de seus personagens, um olhar atento pode descobrir, ou suspeitar, de seus interesses particulares na realização do matrimônio. Ao menos para alguns, como Raymunda e Manoel, o último dos sete sacramentos não foi “acima de tudo, um arranjo familiar calcado em interesses de ordem socioeconômica e/ou política. [...] um projeto e uma escolha que visavam a satisfação da família”.<sup>246</sup>

Nesse sentido, as escolhas de outros dois casais também despertaram atenção especial. O primeiro deles foi formado por Aurelio Francisco da Veiga, livre, 40 anos, carpinteiro, e Maria, escrava, 44 anos, de serviço doméstico, ambos filhos legítimos e residentes na Freguesia de Vitória, solicitaram licença de seu pároco para se casar em São João de Cariacica. A causa responsável por levar o casal a atravessar a Baía de Vitória para se casar não é conhecida. Tampouco a naturalidade dos nubentes é mencionada nesse caso. Possivelmente ela guardasse a chave de resposta para a questão. Talvez, os noivos decidiram se deslocar de Vitória para se casar na freguesia de origem, próximo aos parentes e amigos.

O segundo casal destacou-se dos demais porque os nubentes nasceram e moravam em lados opostos da Baía de Vitória. Além disso, um dos personagens do enredo percorreu o mesmo caminho do casal anterior para celebrar o enlace. O registro do matrimônio é o seguinte:

---

<sup>244</sup> Cf. MACHADO, 2006. SLENES, 1999.

<sup>245</sup> FERREIRA, Heloísa de Souza. *Ardís da sedução e estratégias da liberdade: escravos e senhores nos anúncios de jornais do Espírito Santo (1849-1888)*. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGHs-UFES, 2012. p. 157-161.

<sup>246</sup> BRÜGGER, 2007, p.122.

Aos cinco dias do mês de Outubro do anno de mil oitocentos e oitenta e quatro, pelas sete horas da manhã, à Matriz dessa Freguesia de São João Baptista de Cariacica, depois das três denunciaçãoes canônicas, e demais diligencias prescriptas pelo Sagrado Concílio de Trento, Constituições e Pastorais do Bispado, sem impedimento e parentesco algum, em minha presença, e na das testemunhas José Pereira de Barros Couto e Manoel Pinto Cardozo infra assignados, estando os contrahentes preparados com a confissão, na forma do Ritual Romano, segundo o Sagrado Concílio de Trento, receberão-se em matrimonio por palavras de presente Francellina Maria da Penha, livre, solteira, com quatorze annos de idade, brasileira, lavradora, e Urbano, solteiro, com vinte e cinco annos de idade, brasileiro, lavrador, e escravo de D. Ana Ribeiro da Fraga, a contrahente é filha natural de Florinda Maria da Conceição, e o contrahente é filho natural de Thereza da Conceição de Jesus. A contrahente nasceo e foi baptizada nesta Freguesia, donde he moradora e fregueza, e o contrahente nasceo e foi baptizado à Freguesia de Nossa Senhora da Victoria, donde é morador e fregues. Receberão as bênçãos nupciais intra Missam. E para constar, lavrei este termo que assignei e as testemunhas supra declaradas. Vigário João Ferreira Lopes Wanzelles. [...].<sup>247</sup>

A função de lavrador não está entre as que mais proporcionavam mobilidade espacial aos cativos. Entretanto, Urbano conseguiu demarcar razoável espaço de liberdade. Mesmo em condições não favoráveis, o escravo construiu relação com pessoa de condição jurídica diversa e moradora de outra freguesia para a qual se deslocou para celebrar a união. Como e onde os noivos se conheceram e, especialmente, como mantiveram o relacionamento e viveriam o matrimônio são curiosidades despertadas pela fonte, porém não respondidas. Infelizmente, apenas um “retrato” da família foi encontrado, nos limitando a observar um fragmento dessa história.

O que o Livro de Casamento de São João de Cariacica ilumina é uma sociedade com certo grau de mobilidade espacial e interação entre livres, libertos e escravos, o que, aumentava o número de potenciais parceiros para os integrantes de pequenas e médias escravarias. A julgar pela significativa presença de crianças na população escrava do Espírito Santo, não parece absurdo que esse cenário possa ser transposto para o período anterior à Lei do Ventre Livre, ainda que muitos relacionamentos não fossem oficializados e outros não fossem descritos como tais nos inventários.

Não é possível estimar quantos escravos descritos como solteiros estavam envolvidos em relações consensuais. Entretanto, o número de filhos permite levantar algumas suspeitas. As tabelas 41 e 42 reúnem essas informações de acordo com a condição matrimonial dos chefes.

<sup>247</sup> CÚRIA Metropolitana de Vitória. *Livro de Casamento de Cariacica L 03*, 1866-1891.

TABELA 41. Nº DE FILHOS EM FAMÍLIAS CHEFIADAS POR SOLTEIROS (ESPÍRITO SANTO)

Região	Período	Nº FILHOS									
		1	2	3	4	5	6	7	8	Total	
Região	1790-1821	n	75	20	16	7	1	6	-	-	125
		%	60	16	12,8	5,6	0,8	4,8	-	-	100%
Central	1850-1871	n	42	15	14	5	-	2	1	-	79
		%	53,16	18,99	17,72	6,33	-	2,53	1,27	-	100%
Região	1850-1871	n	19	13	6	1	4	4	-	1	48
Sul		%	39,58	27,08	12,50	2,09	8,33	8,33	-	2,09	100%

Fonte: Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória e do Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, 1850-1871.

Obs.: n = número absoluto.

TABELA 42. Nº DE FILHOS EM FAMÍLIAS CHEFIADAS POR CASADOS (ESPÍRITO SANTO)

Região	Período	Nº FILHOS									
		1	2	3	4	5	6	7	8	Total	
Região	1790-1821	n	11	6	7	3	-	2	-	-	29
		%	37,93	20,70	24,13	10,34	-	6,90	-	-	100
Central	1850-1871	n	3	4	5	2	1	-	1	1	17
		%	17,65	23,53	29,41	11,77	5,88	-	5,88	5,88	100
Região	1850-1871	n	4	2	1	2	1	1	2	-	13
Sul		%	30,76	15,38	7,70	15,38	7,70	7,70	15,38	-	100

Fonte: Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória e do Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, 1850-1871.

Obs.: n = número absoluto.

Primeiramente, é necessário esclarecer o motivo de não se adotar as designações nucleares e matrifocais/patrifocais. Optou-se por usar a distinção entre famílias “chefiadas por solteiros” e por “casados” porque encontramos vários casos de

homens e mulheres casados, mas com a prole relacionada a apenas um cônjuge. Uma das possibilidades para explicar o fato está ligada ao documento, podendo ser simplesmente um modo de anotação do avaliador ou um descuido. Todavia, acreditamos ser mais provável que os filhos não fossem dos dois parceiros. Dois exemplos reforçam a hipótese de que se tratava de frutos de uniões anteriores.

No inventário aberto em 1871, por ocasião da morte de Luiza Carolina Pinto Coelho, foi arrolada a família de Salvador, 35 anos.<sup>248</sup> O escravo, cuja origem foi omitida, era casado com Geraldina, 27 anos, também de origem desconhecida, e pai de Henrique, 18 anos. Provavelmente não foi um descuido este crioulo ter somente a paternidade reconhecida, pois a esposa do pai não tinha idade para ser sua mãe. Ele, de fato, deveria ser filho de Salvador com outra mulher, com quem não deve ter oficializado a união perante a Igreja. Se fosse diferente, o Vigário Manuel Leite de Sampaio, responsável por lançar os assentos dos matrimônios da Freguesia de São Pedro do Cachoeiro, teria mencionado o estado de viuvez para Salvador quando fez o registro de seu casamento com Geraldina, em 17 de fevereiro de 1861, tal como fez para outros escravos.<sup>249</sup>

Outro caso ilustrativo vem do inventário de Joana Pereira das Neves, aberto em 1856.<sup>250</sup> Sua escrava Ana, 50 anos de origem ignorada, era casada com Francisco, crioulo de 58 anos, com quem tinha dois filhos, Benefacia com 10 anos, e Jesuina com dois anos. Além destes, Ana era mãe de David, 16 anos, cuja paternidade não foi indicada. Como no caso precedente, o filho mais velho deveria ser fruto de relacionamento anterior não apagado pelo “processo de ‘esquecimento’ seletivo”, mencionado por Robert Slenes. O autor lembra que alguns filhos batizados como naturais são “legitimados” após o casamento dos pais o que pode ter ocorrido com várias famílias, mas não com a dos exemplos mencionados. Nestes, o relevo dado a filiação sugere outra situação comentada pelo autor: o divórcio entre os cativos, isto é, a “separação voluntária de cônjuges”, cuja aceitação maior na África do que na Europa pode estar entre as causas da viva memória a respeito dos relacionamentos anteriores ao sagrado matrimônio.<sup>251</sup>

---

<sup>248</sup> Inventário de Luiza Carolina Pinto Coelho. Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, maço 3.

<sup>249</sup> CATEDRAL de São Pedro de Cachoeiro. Livro Primeiro de Casamentos, 1859-1894.

<sup>250</sup> Inventário de Joana Pereira das Neves. 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1856, código 71.

<sup>251</sup> SLENES, 1999, p. 95-96.

Ao todo, foram computados nas duas regiões espirossantenses 21 casais dos quais apenas um cônjuge é descrito como pai ou mãe de todos os filhos. Dentre esses, oito casos indicam relacionamento anterior da mulher e 13 do homem. Os dados sugerem que, ao menos, 8% dos escravos registrados como casados tiveram mais de um parceiro ao longo da vida.<sup>252</sup> Os motivos dos desenlaces não são revelados pelos inventários, mas não deviam se restringir às motivações alheias à vontade dos casais, fossem eles abençoados ou não pela Igreja.

O caso da preta Rosa demonstra que, embora seja muito mais complicado perceber as mudanças de companheiros entre os escravos descritos como solteiros, elas também ocorriam. O testamento de Joseph da Cunha Guimarães,<sup>253</sup> português radicado no Sul da Província, informa que por “fragilidade humana” ele havia tido quatro filhas com sua escrava Rosa, de “nação Moange”, as quais reconhecia como se “fossem de legítimo matrimônio” e nomeava como herdeiras, a saber: Ana Rosa da Cunha Costa, 27 anos; Jacintha Rosa da Cunha, 25 anos; Vicência Rosa da Cunha Guimarães, 22 anos; e Deolinda Rosa da Cunha Guimarães, com 16 anos, única solteira dentre as irmãs no momento da morte do pai.

No documento, o senhor Joseph liberta Rosa e lhe deixa quatro alqueires de terras no sítio no sertão de Itapemirim, “em atenção” a ser mãe de suas filhas. A “atenção” à escrava deveria ser realmente grande, pois os filhos que ele não reconhecia como seus entraram no testamento. Um deles, Phelipe, também era escravo e recebeu a liberdade junto com a mãe. A condição jurídica do outro filho de Rosa, Guilherme, não fica clara, porém se sabe que ele não vivia na mesma propriedade que a mãe e também foi lembrado pelo senhor Joseph que lhe deixou a quantia de 1:000\$000 de réis (um conto de réis).<sup>254</sup>

Somente por meio do testamento, raridade entre os documentos pesquisados, foi possível conhecer um pouco mais da história de Rosa e saber que ela teve, ao menos, dois relacionamentos ao longo da vida. Se dependêssemos do inventário somente, nem sequer o número de filhos seria conhecido, pois só Phelipe é arrolado

---

<sup>252</sup> Entre os 46 casamentos de escravos registrados no Livro de Casamento de São Pedro de Cachoeiro, entre 1859 e 1871, há duas viúvas que se casaram no dia 11 de setembro de 1869; e mais um viúvo, que se casou no mesmo ano.

<sup>253</sup> Inventário de Joseph da Cunha Guimarães. Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, maço 1.

<sup>254</sup> O testamento menciona que Guilherme reside na “Praça do Mercado, nesse elemento”. Mas, infelizmente, as condições do documento não permitem precisar o local.

entre os bens. O exemplo desta escrava serve como um pedido de cautela ao observar o número de mães solteiras. Assim como Rosa, outras, cujo número não é possível calcular, devem ter mantido relacionamentos estáveis, com longa duração. Isso ajudaria a ponderar os dados das tabelas 41 e 42.

A quantidade de filhos nas famílias chefiadas por casais, fossem eles de um ou de ambos os cônjuges, não foi muito maior do que nas famílias chefiadas por solteiros. As principais diferenças aparecem na região Central. Entre 1790 e 1821, enquanto 60% dos solteiros tinham um filho, 37% dos casados registraram a mesma quantidade e 44% apresentaram dois filhos. Na segunda metade do século XIX, 39,58% dos solteiros registraram dois ou três filhos e 52,94% dos casados tinham o mesmo número. No Sul, a situação se invertia: 23% dos casais tinham dois ou três filhos, contra 39% dos solteiros com a mesma quantidade.

Se atentarmos aos valores absolutos, perceberemos que as pessoas descritas como solteiras foram as que apresentaram as proles mais extensas: 14 chefes solteiros possuíam seis ou mais filhos, enquanto apenas sete casais estavam na mesma condição. A prole avantajada e o intervalo genésico, quase regular, aumentam as suspeitas sobre o estado conjugal dessas pessoas. Um bom exemplo vem de outra Rosa da região Sul, desta vez crioula. Com 37 anos na data da abertura do inventário de sua senhora, Vitória Moreira da Silva Pinheiro, ela tinha os seguintes filhos: Romualdo, 20 anos; Galdino 16; Geraldo, 14, Alzira, 12; Jordina, dez; Florencia, sete; Alfredo, quatro; e Ramiro, um ano.<sup>255</sup>

Infelizmente, apenas um fragmento da história de Rosa, assim como de seus companheiros de cativeiro, é iluminado pela documentação. Tudo o que podemos falar sobre eles é limitado. Todavia, é possível fazer algumas considerações sobre as uniões matrimoniais que envolveram escravos, ainda que de caráter geral.<sup>256</sup> A tabela 43 reúne os cônjuges para os quais houve descrição das idades, permitindo ter uma ideia da faixa etária em que se realizavam os enlaces.

---

<sup>255</sup> Inventário Vitória Moreira da Silva Pinheiro. Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, 1869, maço 3.

<sup>256</sup> O Livro de Casamento de Cachoeiro não registrou idades e procedências dos noivos, logo não permite ampliar a discussão feita a seguir.



TABELA 43. IDADE DOS CÔNJUGES ESCRAVOS NO ESPÍRITO SANTO

Faixa etária	Região Central				Região Sul	
	1790-1821		1850-1871		1850-1871	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
15-24 anos	2 (5,88%)	1 (3,22%)	-	-	-	2 (7,4%)
25-34 anos	6 (17,65%)	8 (25,80%)	-	8 (23,53%)	2 (8,33%)	3 (11,11%)
35-44 anos	8 (23,53%)	6 (19,35%)	8 (28,57%)	10 (29,41%)	7 (29,16%)	13 (48,15%)
45-54 anos	7 (20,59%)	9 (29,03%)	9 (32,14%)	11 (32,35%)	12 (50%)	7 (25,92%)
55-64 anos	5 (14,70%)	3 (9,67%)	7 (25%)	3 (8,82%)	2 (8,33%)	2 (7,4%)
+ de 65 anos	6 (17,65%)	4 (12,90%)	4 (14,29%)	2 (5,88%)	1 (4,16%)	-
Total	34 (100%)	31 (100%)	28 (100%)	34 (100%)	24 (100%)	27 (100%)

Fonte: Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória e do Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, 1850-1871.

Poucos escravos e escravas se casaram ainda jovens. Dentre estes, a maioria residia na região Central da Província, sobretudo na passagem do século XVIII para o XIX. Considerando o conjunto da população escrava, os cônjuges concentravam-se na faixa dos 35 a 54 anos. Mesmo na região mais antiga da Província, na qual os escravos dispunham de razoável mobilidade, eles não assumiam muito cedo o compromisso do matrimônio o que indica não apenas as dificuldades para alcançar a proteção eclesiástica para a família, mas as escolhas dos nubentes.

Outrossim, assumir o compromisso matrimonial numa idade mais madura, aponta para um costume das mulheres de conceber o primeiro filho antes do casamento,

conforme notado em outras parte do Brasil. Considerando as idades dos filhos mais velhos junto às mães, encontramos a média próxima dos 19 anos para as escravas do Centro da Província, nos decênios finais da Colônia. Na segunda metade do século, a média aumentou para perto de 26 anos, enquanto no Sul foi de 24 anos.<sup>257</sup>

As idades médias da primeira concepção parecem altas e, de fato, devem estar acima da realidade, uma vez que os cálculos se basearam em documentos que registram apenas os filhos sobreviventes, sem considerar o índice de mortalidade. Enfrentando o mesmo problema nos registros de matrículas de Campinas, Robert Slenes calculou que cerca de metade dos filhos mais velhos não eram os primogênitos e que estes, no caso de filhos de mães casadas, haviam nascido de três a seis anos antes do casamento dos pais. Se adotarmos as considerações do autor, temos que um número ainda maior de cativas do Espírito Santo conhecia a maternidade antes do casamento, comportamento não exclusivo visto que foi verificado para mais da metade das mães de Campinas.<sup>258</sup>

Para a população masculina, a situação é um pouco diferente. Na região Central, as idades médias dos homens ao se tornarem pais (36 anos para o primeiro intervalo e 33 para o segundo) coincide com a faixa etária predominante entre os casados – ou está mais próxima dela se aplicarmos para os homens as correções utilizadas por Slenes para as mulheres –, indicando que a paternidade era reconhecida por meio do matrimônio. Esse condicionamento ajuda a explicar a disparidade entre homens e mulheres envolvidos em relações familiares. Ambos fizeram uso dos dois instrumentos de formação de parentes, a consanguinidade e o conúbio, mas para a população masculina, com poucas exceções, o registro de um parece dependente do outro.

O comportamento masculino no Sul distinguiu-se da região Central. Naquela Região, os homens tornavam-se pais por volta dos 24 anos, idade próxima das mulheres e antes do casamento. Como visto anteriormente, não havia casos de pais solteiros

<sup>257</sup> O início da maternidade ocorreu em períodos distintos para crioulas e africanas. No Centro, na primeira metade do século, as médias encontradas (excluindo-se as mães cativas para as quais não foi mencionada a origem) foram de 26 para as africanas e 25 para as crioulas; na segunda metade, foi de 30 para as primeiras e 25 para as segundas. No Sul, as estrangeiras iniciavam sua vida procriativa por volta dos 28 anos; as crioulas, próximo aos 22 anos.

<sup>258</sup> SLENES, Robert W. *Escravidão e famílias: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX)*. In: *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. São Paulo: ABEP, p. 2119-2134, 1984. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1984/T84V04A13.pdf>> Heloísa Teixeira verificou a mesma tendência em Mariana-MG. Cf. TEIXEIRA, 2001.

nas terras meridionais do Espírito Santo, isto é, os homens deveriam permanecer menos tempo nessa condição do que as mulheres na de mães solteiras.

A concentração de homens e mulheres casados na mesma faixa etária, aponta o que pode ser melhor apreciado na tabela 44 (na próxima página): as diferenças de idades entre os cônjuges, de forma geral, não foi acentuada.

Mais de 50% dos casais, para os quais houve descrição e diferença de idade, tinham os maridos mais velhos que as esposas entre um e dez anos. As maiores diferenças envolvendo homens mais velhos que suas parceiras foram pouco frequentes e ocorreram, via de regra, nas faixas etárias mais elevadas para ambos. As únicas exceções foram, no Centro da Província, o casal formado pelos crioulos André e Benedita, com 50 e 24 anos, respectivamente; e no Sul, Gabriel, 50 anos (origem não mencionada), e a africana Josepha, 25 anos. Nos outros casos, encontramos escravos já idosos, como os crioulos José dos Santos, 90 anos, e Izidora, 70 anos; ou o africano Manoel, 70 anos, e Ignacia, 50 anos (origem não mencionada).

A frequência de mulheres mais velhas que os maridos foi menor, contudo, existiu. No Sul, esse contingente se concentrou na faixa de até dez anos de diferença. Já na região Central, sobretudo na primeira metade do XIX, a situação foi mais diversificada. Aliás, a maior distância etária entre os cônjuges foi registrada nessa época. Trata-se do casal formado pelo crioulo Simão, 16 anos, e Maria, 50 anos (origem não mencionada). É importante destacar que Simão foi o escravo mais jovem casado com uma mulher mais velha – para ser mais exata, ele foi o cônjuge escravo mais novo da amostra; em segundo lugar estava uma jovem de 20 anos. Nos outros três casos em que a diferença etária da mulher em relação ao marido foi igual ou superior a 20 anos, os homens tinham 30, 40 e 45 anos, isto é, já não eram moços.

TABELA 44. DIFERENÇA ETÁRIA ENTRE OS CÔNJUGES ESCRAVOS NO ESPÍRITO SANTO

Diferença (anos)	Região Central				Região Sul	
	1790-1821		1850-1871		1850-1871	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1-5	6 (25%)	-	5 (20%)	3 (12%)	4 (26,67%)	1 (6,66%)
6-10	9 (37,5%)	1 (4,17%)	8 (32%)	1 (4%)	4 (26,66%)	2 (13,34%)
11-15	2 (8,33%)	-	6 (24%)	-	1 (6,67%)	-
16-20	1 (4,17%)	1 (4,17%)	2 (8%)	-	1 (6,66%)	-
21-25	-	2 (8,33%)	-	-	2 (13,34%)	-
26-30	1 (4,17%)	-	-	-	-	-
31-35	-	1 (4,17%)	-	-	-	-
Total	24 (100%)		25 (100%)		15 (100%)	

Fonte: Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória e do Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, 1850-1871.

Embora a amostra seja limitada, acreditamos que indica uma tendência no Espírito Santo distinta da verificada para o Rio de Janeiro, por Florentino e Góes, na qual os homens mais velhos tendiam a desposar escravas mais novas, enquanto aos rapazes restariam as mulheres idosas.<sup>259</sup> Além dos dados expostos, resta dizer que para os cônjuges cujas idades eram diferentes, e também para os nove casais com

<sup>259</sup> FLORENTINO E GÓES, 1997, p. 154.

a mesma idade, houve uma distribuição variada pelas faixas etárias, dificultando ainda mais uma aproximação com o verificado na província vizinha.

Quanto à procedência, há informações para 71 casais distribuídos pelas duas regiões. As informações estão na tabela abaixo.

TABELA 45. CASAIS DE ESCRAVOS POR ORIGEM NO ESPÍRITO SANTO

Casais	Região Central		Região Sul
	1790-1821	1850-1871	1850-1871
Homem e mulher crioulos	19 (59,38%)	16 (72,72%)	5 (29,41%)
Homem e mulher africanos	6 (18,75%)	2 (9,09%)	9 (52,94%)
Homem africano e mulher crioula	5 (15,62%)	4 (18,18%)	1 (5,88%)
Homem crioulo e mulher africana	2 (6,25%)	-	2 (11,77%)
Total	32 (100%)	22 (100%)	17 (100%)

Fonte: Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória e do Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, 1850-1871.

A maior parte da população escrava no Espírito Santo, conforme visto nos capítulos anteriores, era crioula. Destarte, não é estranho que a maior parte dos escravos casados fosse procedente do Brasil. Na verdade, o percentual de africanos envolvidos em relações familiares sempre foi limitado: na região Central, na passagem do século XVIII para o XIX, apenas 12% de todos os escravos estrangeiros apresentaram algum parente e, na segunda metade do século, a proporção foi ainda menor, 4,44%; no Sul, o índice ficou em 17%.

Embora tenha aparecido em menor quantidade no cômputo geral, a participação dos africanos nas uniões sacramentadas foi bastante significativa no Sul. Considerando os casais para os quais houve registro de procedência para ambos, eles

predominaram. Ainda que o cálculo seja feito com o total de casais, a presença de africanos ainda será marcante, posto que superaria um terço das uniões. Sobre estas, é interessante notar o predomínio da endogamia no Sul: somente três casais uniram crioulos e africanos. Já na região Central, onde o número de pretendentes da mesma origem era menor, os casamentos exogâmicos parecem ter sido mais comuns. Entretanto, é possível que seja mais do que carência de pretendentes.

Deve-se considerar outra informação: entre os 14 casais mistos, os cônjuges africanos mais jovens tinham 20, 36 e 38 anos; os demais se distribuíam pelas faixas entre 40 e 70 anos. A maioria, portanto, não era formada por escravos recém-chegados, mas já *estabelecidos*<sup>260</sup> na comunidade. As palavras de Carlos Engemann são esclarecedoras nesse sentido:

É possível que antigas escaramuças observadas entre crioulos e africanos tenham sido, na verdade, uma situação gerada entre estabelecidos e *outsiders*, mais condizente com uma sociedade multicultural como a que vinha se formando. Dito de outro modo, os africanos não sofriam uma resistência ou discriminação maior ou menor por parte de seus companheiros de cativeiro, o que pode ter sido visto foi uma demanda por tempo de adaptação. Tempo esse, que pode ser maior ou menor, provavelmente em acordo com a proporção de africanos.<sup>261</sup>

Acredito que as diferenças observadas entre as duas regiões do Espírito Santo passem pela explicação de Engemann. Contribui para reforçar esse pensamento o fato de algumas mulheres africanas, minoria no grupo de estrangeiros e, portanto, com muito mais *opções* de escolha, terem desposado homens crioulos. Ocorre que as uniões matrimoniais não eram uma questão numérica e étnica. Fatores, para além de uma origem comum, entraram no cálculo: tempo de convivência, afinidades, desejos, sentimentos, enfim, uma lista de variáveis praticamente invisíveis à lente que utilizamos. Um casal, entretanto, nos permite uma ponderação. João Bahia e Thereza de Nação, ambos com 38 anos de idade. Não é possível saber quando eles chegaram à “Fazenda Boa Vista”, propriedade de Seraphim Caetano de Menezes estabelecida em São Pedro do Itabapoana, mas é possível pensar que o trauma do tráfico,<sup>262</sup> experimentado por ambos possa tê-los aproximado, assim como a experiência de ser um *outsider*.

<sup>260</sup> Cf. ELIAS, Norbert & SCOTSON, Jonh L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

<sup>261</sup> ENGEMANN, Carlos. Da comunidade escrava e suas possibilidades, séculos XVII-XIX. p. 169-205. In: FLORENTINO, 2005. p. 184-185.

<sup>262</sup> Cf. GRAHAN, 2002.

Se as fontes dificultam enxergar os vínculos familiares construídos pelos escravos, elas não constituem empecilho intransponível. Com algumas variações espaciais e temporais, foi possível observá-los e apontar alguns traços gerais. Contudo, como alertam Florentino e Góes,

[...] pouco adianta descobrir que o parentesco se traduz no aparecimento de esposas, maridos, filhos, irmãos, avós, netos, tios, sobrinhos e primos, se estas relações não passarem de instantes fugidios e frágeis, presas fáceis do mercado que, onipresente aparta. Neste caso, a instabilidade dos arranjos familiares implicaria a inviabilização da reiteração temporal do locus responsável por boa parte da efetiva socialização e simbolização cotidianas dos escravos. Comprometer-se-ia, em última instância, a própria possibilidade de transmissão generacional de padrões culturais e bens simbólicos em geral – isto é, do meio essencial para a constituição da identidade social. (FLORENTINO & GÓES, 1997, p. 115)

Deste modo, após procurar mapear os arranjos familiares mais comuns entre os escravos da Província do Espírito Santo, o próximo tópico será dedicado a investigar a sua duração e estabilidade.

### 3.3. ENLACES E DESENLACES: A ESTABILIDADE DAS FAMÍLIAS ESCRAVAS NO ESPÍRITO SANTO

No dia 19 de agosto de 1860 faleceu Dona Joaquina Margarida da Silva Lima, segunda esposa de José Barboza Lima e mãe da pequena Leocádia. Quase quatro anos depois, tem início o processo de inventário dos bens do casal que iria dividir a herança entre o viúvo e a órfã, então com cinco anos. Os bens arrolados incluíam 65 escravos, dentre os quais havia registro de vínculos familiares para cerca de 70%. Ao todo eram 46 escravos organizados em dez famílias: seis delas matrifocais e quatro nucleares. Destas, ao menos duas estavam ligadas entre si, formando famílias extensas.

Com exceção das três famílias herdadas pela filha do casal,<sup>263</sup> o restante aparece no inventário de José Barboza de Lima, falecido pouco mais de três anos depois de sua esposa. No documento, datado de 1867, constata-se que um dos núcleos familiares sofreu o desfalque de um membro, porém recebeu novo integrante assim como todos os demais. Henriqueta, mãe de quatro filhos no primeiro inventário,

<sup>263</sup> Leocádia recebe como herança materna o casal Joaquim (50 anos) e Vitoriana (45 anos) e seus filhos Nicolau (20 anos), Saturnino (13 anos) e Rachel (três anos). A família incluía o caçula Autão (oito meses) que foi herdado pelo viúvo, mas não aparece em seu inventário. A órfã também herdou Emília (40 anos) e o filho Vitor (dois meses); Caetana (42 anos) e os filhos Manoel (cinco anos) e Izidora (cinco meses).

concebe mais um. Rozaria tinha três filhos e se torna mãe de mais três. Eduardo e Barbara que tinham sete filhos e três netos ganham mais uma neta. A família de Narciso e Umbelina, em 1863, incluíam os filhos Tiburcio e Benedita; três anos depois não aparece qualquer menção a filha mais velha, mas houve o acréscimo de uma neta com o mesmo nome da filha “desaparecida”. Maria e Gaspar, pais de seis filhos e avós de duas crianças no primeiro documento, ganham mais dois netinhos, Lucia e Pedro.

A organização familiar da escravaria de José Barboza de Lima e sua esposa, com grande número de filhos por família e, em alguns casos, envolvendo três gerações, constitui indicativo da estabilidade da família escrava, da possibilidade de consolidação dos vínculos e da transmissão da memória familiar. Ao considerar como referência a idade do filho mais velho junto aos pais, percebe-se a longevidade de tais uniões, posto que os quatro casais (incluindo aquele herdado pela órfã Leocádia e que, por isso, não aparece no segundo inventário) estavam juntos há mais de 20 anos.

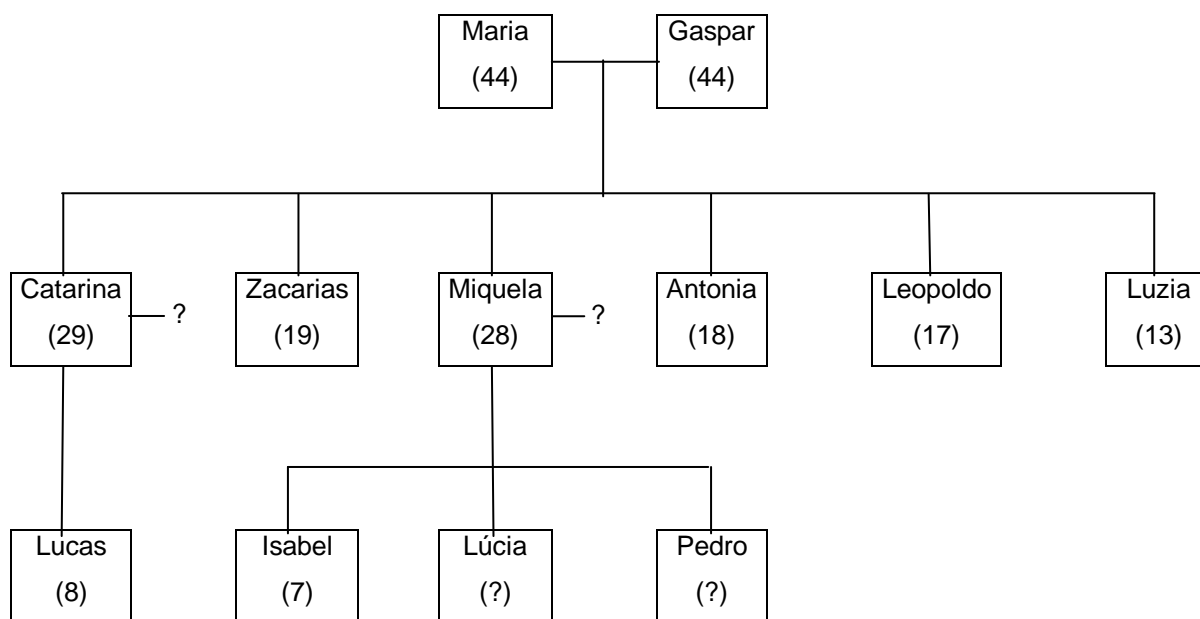
Dois desses cônjuges, Maria e Gaspar, desembarcaram no Brasil e uniram-se ainda muito jovens. Com certeza, estavam no segundo “grupo” de africanos descritos por Antonil: “Uns chegam ao Brasil muito rudes e muito fechados e assim continuam por toda a vida. Outros, em poucos anos saem ladinos e espertos, assim para aprenderem a doutrina cristã, como para buscarem modo de passar a vida...”<sup>264</sup> O quadro a seguir ilustra a família formada por esse casal.

---

<sup>264</sup> ANTONIL, 1982, cap. IX.



QUADRO 2. FAMÍLIA DE MARIA E GASPAR, ESCRAVOS DE JOSÉ BARBOZA DE LIMA



Fonte: Inventário de José Barboza de Lima. Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, maço 2.

Obs.: Lúcia e Pedro nasceram no intervalo entre 1864 e 1867, mas as idades não foram especificadas.

Se o casal, assim como os demais cônjuges estrangeiros, abraçou a fé cristã não há como saber, tampouco tem relevância nesse caso. O importante é que demonstraram aprender o suficiente da doutrina, como prescrito pelas Constituições Primeiras da Bahia,<sup>265</sup> para buscar as bênçãos da Igreja<sup>266</sup> para sua união – a importância da bênção ficaria mais evidente no momento de maior tensão para as famílias escravas, a morte do senhor e a divisão da herança.

A julgar pela idade da filha Catarina, Maria e Gaspar formaram sua família por volta dos 14 ou 15 anos. Isso significa que se uniram muito antes do que fez a maioria dos escravos do Espírito Santo, ao menos aqueles que geraram filhos. Claro está que nem todas as uniões geravam descendentes, tampouco, deviam se realizar com tal propósito. A significativa quantidade de casais sem filhos, um pouco mais da metade do total,<sup>267</sup> não deve ser relacionada apenas à separação por morte, venda,

<sup>265</sup> As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia exigiam que antes de celebrar o matrimônio, os padres deveriam examinar se os escravos, assim como os livres, sabiam a Doutrina Cristã e se entendiam as obrigações do sacramento. Cf. CONSTITUIÇÕES, título LXXI, p. 125.

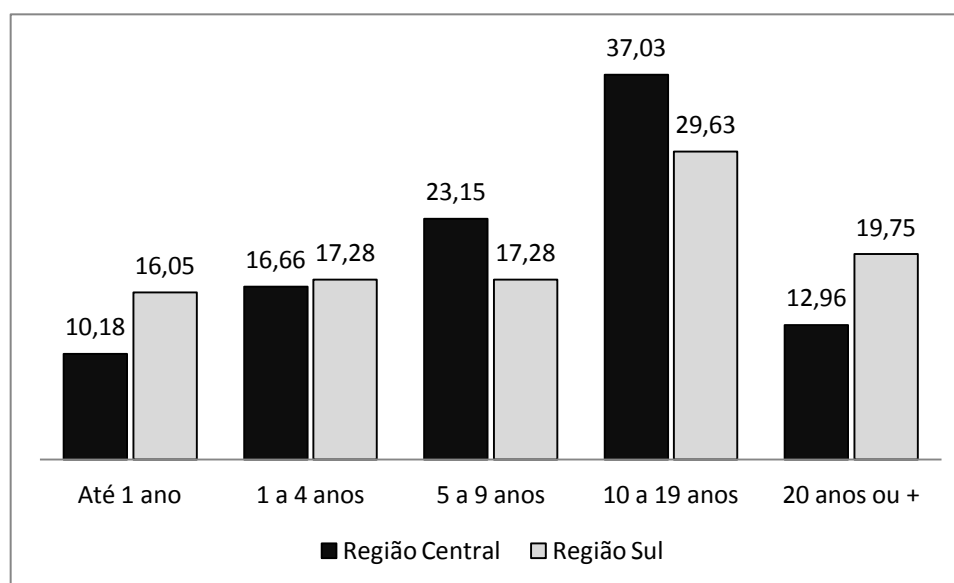
<sup>266</sup> Cf. CAMPOS, Adriana. MERLO, Patrícia. Sob as bênçãos da Igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira. *Topoi*, v. 6, n. 11, jul.-dez. 2005, pp. 327-361.

<sup>267</sup> Foram computados 121 casais na amostra: 62 deles, de todas as faixas etárias, não registraram filhos.

doação, partilha, alforria, mas também pode indicar uma escolha dos casais, evidenciada pelas uniões realizadas já em idades avançadas. É forçoso imaginar que Simão e Maria, o casal com a maior diferença de idade encontrada – ele com 16 anos e ela com 50 –, tenham se unido com o objetivo de procriar. Assim como eles, outros devem ter construído um projeto de vida que não se centrava na geração de filhos.<sup>268</sup>

Consoante discussão anterior, as fontes utilizadas não registram os desejos, os sonhos, as motivações secretas (para nós) que ordenaram os enlaces – tenham eles resultado ou não em filhos. Todavia, qualquer informação sobre tempo de união de casais sem registros de prole é exceção.<sup>269</sup> Por isso, adotou-se como parâmetro para estimar a duração das famílias, a idade dos filhos mais velhos juntos ao pai ou mãe, independente da condição civil.<sup>270</sup>

GRÁFICO 8. DURAÇÃO DAS FAMÍLIAS FORMADAS POR ESCRAVOS CASADOS, VIÚVOS OU SOLTEIROS (ESPÍRITO SANTO, 1850-1871)



Fonte: Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória e do Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, 1850-1871.

<sup>268</sup> Robert SLENES ressalta que o casamento guardava diversas vantagens de ordem emocional e relacionadas à economia e cultura doméstica que integraram o projeto de vida dos escravos. Cf. Slenes, 1999, capítulo 3.

<sup>269</sup> Encontrou-se uma exceção na amostra: Joseph (45 anos) e Ana (28 anos). O casal, crioulo, é arrolado entre os bens de Domingos Teixeira de Siqueira, mas um documento anexo informa sua presença por ocasião da morte da primeira esposa de seu proprietário. Apesar de não falar em datas, é possível saber que a união dura mais de seis anos já que essa é a idade do filho mais velho do segundo casamento do senhor. Inventário de Domingos Teixeira de Siqueira. Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, maço 1.

<sup>270</sup> A região central, no intervalo entre 1790 e 1821, foi excluída do gráfico porque um número muito grande de escravos envolvidos em famílias não teve a idade registrada.

Gaspar e Maria não foram os únicos escravos que trataram de encontrar um “modo de passar a vida”. Outros de seus companheiros de cativeiro, africanos ou crioulos, também conseguiram. Construir uma família, tê-la reconhecida pela sociedade escravista e mantê-la por tempo considerável não devia ser tarefa fácil posto que áreas de *plantation* ou de produção de subsistência apresentavam seus desafios. Aqueles que tiveram sucesso na empreitada, porém, puderam cultivar os vínculos por período significativo. Conforme se depreende do gráfico 8, aproximadamente 50% das famílias, no Centro e no Sul, estavam unidas há mais de dez anos. Parece pouco, sobretudo porque Patrícia Merlo constatou em Vitória, na mesma época, 72% das famílias unidas por igual período.<sup>271</sup>

Contudo, os dados apresentados no gráfico referem-se a chefes de todas as faixas etárias, muitos deles no início da vida familiar. Se considerarmos os pais e mães acima dos 34 anos de idade, verificamos que mais de 80% deles chefiavam uma família há pelo menos uma década, em ambas as regiões. Na região Central, mais de um quarto dos chefes a partir dessa faixa etária havia iniciado a formação de sua família há duas décadas ou mais; no Sul, um terço estava na mesma situação.

A maioria dessas longas uniões escravas no Espírito Santo não sucumbiu à morte dos senhores e à partilha de seus bens, podendo preservar “o lugar social da criação, recriação e transmissão dos valores escravos, e seu espaço maior de solidariedade e proteção.”<sup>272</sup> É interessante notar que as regiões analisadas possuem características geralmente apontadas como desfavoráveis à estabilidade familiar: o predomínio de pequenas propriedades, no Centro, e a expansão econômica motivada pelo café, no Sul.<sup>273</sup> De fato, tais fatores influenciaram, de modo variável, o destino dos parentes escravos. Ainda assim, nos dois períodos e regiões analisados, houve a preservação da maior parte dos vínculos familiares no momento da divisão da herança e liquidação das dívidas dos inventariados.

Seguindo a sugestão de Heloísa Maria Teixeira, verificaram-se três situações vividas pelas famílias escravas no momento da partilha da herança: a permanência integral, a separação de um ou mais membros, e o esfacelamento total. Essa organização se mostrou válida, uma vez que distinguir os extremos, união *versus* separação,

---

<sup>271</sup> MERLO, 2008, p. 161.

<sup>272</sup> FLORENTINO E GÓES, 1997, p. 116.

<sup>273</sup> CF. FLORENTINO E GÓES, 1997. SLENES, 1999.

incorreria em um afastamento da realidade, conforme se apreende da tabela a seguir.

TABELA 46. PERMANÊNCIA DAS FAMÍLIAS APÓS A PARTILHA DA HERANÇA POR TAMANHO DE POSSE NO ESPÍRITO SANTO (%)

Posse	Situação	Região Central		Região Sul	Total por situação
		1790-1821	1850-1871	1850-1871	
Até 10	Totalmente unida	54,76	60	50	56,25
	Parcialmente unida	11,91	5	-	9,37
	Totalmente separada	33,33	35	50	34,37
Total por região		100	100	100	100
11-19	Totalmente unida	65,38	57,14	67,65	57,7
	Parcialmente unida	15,39	28,57	29,41	23,07
	Totalmente separada	19,23	14,29	2,94	19,23
Total por região		100	100	100	100
20 ou +	Totalmente unida	71,91	37,04	67,65	60,89
	Parcialmente unida	14,7	29,63	29,41	23,46
	Totalmente separada	13,48	33,33	2,94	15,64
Total por região		100	100	100	100

Fonte: Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória e do Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, 1850-1871.

Se considerarmos os dados gerais, a diferença entre pequenas, médias e grandes escravarias, no concernente à permanência total dos vínculos familiares, não

alcançou os cinco pontos percentuais. Ao examinar os dados de forma desagregada por região e período, a situação é diferente e causa surpresa. O menor índice de conservação ocorreu, diferentemente do que se poderia imaginar, nas maiores propriedades da região Central, entre 1850-1871.

Os dados permitem concluir que escravos pertencentes aos diversos tamanhos de posse tinham grandes chances de preservar seus laços mesmo após a morte dos senhores. Isso não significa, porém, que o nível de riqueza senhorial não interferisse na família escrava. Sua influência é ressaltada quando somamos as famílias parcialmente unidas àquelas que passaram incólumes pela partilha: enquanto nas propriedades com até dez cativos, 65% permaneceram parcial ou totalmente unidas, na segunda faixa de posse o índice foi de 80%, e entre as maiores foi de 85%.

A organização familiar constituiu critério utilizado no momento da partilha da herança, independente do tamanho da posse. Os dados da tabela 47, na próxima página, foram reunidos de acordo com o estado civil dos chefes da família e permitem perceber a diferença.

As famílias encabeçadas por solteiros conheceram a divisão total entre herdeiros cerca de quatro vezes mais do que àquelas constituídas por cônjuges casados. A proteção da Igreja não se estendia sistematicamente aos filhos. Por isso, o percentual de parentes parcialmente unidos entre as famílias matrifocais/patrifocais foi bem menor do que o observado nas nucleares – exceto na região Sul. Em outras palavras, havia uma preocupação maior em manter os indissolúveis laços matrimoniais do que os filiais. Apenas em um caso houve a separação dos esposos e manutenção dos vínculos entre pais e filhos.<sup>274</sup> Nos outros cinco casos nos quais os cônjuges conhecem destinos diferentes, em apenas um há presença de filho, mas este é separado de ambos.<sup>275</sup>

---

<sup>274</sup> Trata-se dos crioulos José e Luzia, integrantes de uma propriedade com 14 cativos. Na partilha, José e três filhos do casal, cujas idades variavam entre 3 e 7 anos, ficaram com a viúva do inventariante. Luzia e o filho caçula, com quatro meses, foram herdados por um filho do falecido. As condições do documento não permitem apurar a idade do herdeiro, sendo difícil afirmar se foi uma separação apenas oficial. Inventário de Joaquim José da Assunção. 1ª Vara de Órfãos de Vitória código 61.

<sup>275</sup> Em dois casos a separação ocorreu pela libertação de um dos cônjuges. Nos outros três, os motivos foram as divisões entre herdeiros.

TABELA 47. PERMANÊNCIA DAS FAMÍLIAS APÓS A PARTILHA DA HERANÇA NO ESPÍRITO SANTO (%)

Tipos de Família	Situação	Região Central		Região Sul
		1790-1821	1850-1871	1850-1871
Matrifocais e	Totalmente unida	60,21	50	44,83
	Parcialmente unida	17,2	13,04	37,93
Patrilocais	Totalmente separada	22,58	36,96	17,24
Total por Região		100	100	100
Nucleares	Totalmente unida	81,35	46,66	57,69
	Parcialmente unida	11,86	40	38,46
	Totalmente separada	6,78	13,33	3,85
Total por Região		100	100	100

Fonte: Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória e do Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, 1850-1871.

Obs.: Neste caso adotou-se a designação clássica, matrifocal/patrifocal e nuclear, pois se procura observar a separação de casais e filhos, fossem eles de ambos ou de apenas um dos cônjuges.

Se a divisão de casais era algo indesejável e evitado o máximo possível, apartar mães/pais de seus filhos também não era desejável, embora preferível ao afastamento de cônjuges. A separação ocorria nas situações em que o patrimônio estava comprometido por dívidas ou era pequeno para a quantidade de herdeiros existentes. Os dados referentes à região Central, na segunda metade do século XIX, destoam da tendência geral e concorrem para o reconhecimento dos laços familiares entre pessoas solteiras e seus filhos: nesse período, a proporção de permanência das famílias matrifocais/patrifocais superou a das nucleares. A situação inversa, é bom enfatizar, não permite afirmar a desvalorização de tais laços.

O argumento utilizado na solicitação de um escravo no segundo processo de partilha dos bens integrantes do patrimônio de José Luiz Homem de Azevedo e sua esposa corrobora a afirmação anterior. O herdeiro Joseph Luiz Homem de Azevedo pede ao juiz o lançamento do crioulo Lino, 10 anos de idade, em sua parte “visto já lhe ter

cabido nas primeiras partilhas a mãe do mesmo”. Para garantir a posse sobre o “moleque”, nascido no intervalo entre os dois documentos, Joseph Luiz teve que devolver aos irmãos a diferença entre sua herança e o escravo – cujo valor era quase três vezes superior ao que tinha direito. Mesmo dispondo da quantia, o herdeiro usou os vínculos entre mãe e filho cativos para justificar sua solicitação.<sup>276</sup>

Os dados expostos na tabela 47 evidenciam que Lino não foi o único filho a permanecer na companhia da mãe, ou dos pais, após a partilha. Outrossim, os números também revelam que parcela não desprezível conheceu destino diferente. Sem dúvida, em alguns casos houve ruptura de fato. Todavia, nem sempre as divisões na herança significaram separação real. Somente na região Sul, onde foi possível obter informações mais detalhadas, aproximadamente 19% das divisões de famílias nucleares e 17% das matrifocais foram realizadas pela partilha entre herdeiros menores de idade, isto é, parte daqueles familiares apartados oficialmente permaneceu unida e sob a mesma administração por mais algum tempo. O inventário de Cristiano Carlos Frederico Becker, mencionado no capítulo anterior, ilustra essa situação. Seus escravos Maria e os seis filhos dela foram divididos entre a viúva do inventariado e seus quatro filhos, em 1861. Em 1875, os cativos pertencentes às órfãs sobreviventes moravam com seu padrasto e primeiro tutor. Este resistia a entregá-los para o novo responsável pelas enteadas e era acusado de tramar ardis para evitar sua venda.

O maior inventário da amostra, mencionado no primeiro capítulo, oferece outro exemplo importante. A escravaria de Francisco Pinto Omem de Azevedo [sic] superou até mesmo os cafeicultores da região Sul, reunindo 146 mancípios, em 1818. Do total, 118 foram descritos com relações familiares. Sete famílias foram parcialmente separadas na partilha da herança, porém todos os herdeiros eram menores de idade. Assim, além dos 105 parentes cativos herdados pelo viúvo, aqueles membros herdados por seus filhos também não foram privados da convivência familiar.

O inventário de Alexandre José de Araújo, aberto pelo segundo marido da viúva, em 1866, oferece exemplo interessante. A família composta pelo africano Camilo e a crioula Vitória, seis filhos e uma neta, foi repartida entre três herdeiros. O casal, o

---

<sup>276</sup> Não fica explícito quem era mãe de Lino. Inventário de José Luiz Homem de Azevedo e sua esposa. Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, maço 3.

filho Pedro (um ano), a filha Eugenia (20 anos) e o neto Manoel (um ano) entraram na meação da viúva. Os outros filhos, Marcos (14 anos) e Domingos (dez anos) couberam a um herdeiro de doze anos de idade; Calixto (oito anos) e Esperança (quatro anos) entraram na legítima de um órfão com dez anos.

O inventariado teve nove filhos, sendo alguns adultos e casados na abertura do inventário ocorrida “três para quatro anos” após sua morte. Em tese, qualquer um deles poderia ter recebido um dos integrantes da família de Camilo e Vitória, ocasionando um fracionamento imediato. A forma como ocorreu a divisão demonstra seu caráter não aleatório: ela era organizada para evitar o esfacelamento da família escrava.

Nos casos referidos, os herdeiros são menores de idade, o que garantia por mais alguns anos a convivência familiar. Diante disso, surge a dúvida: a ruptura seria definitiva em todos os casos envolvendo herdeiros adultos? O período de *validade* da convivência familiar se esgotaria quando os herdeiros órfãos atingissem a maioridade, casassem ou se emancipassem?

A existência de desmembramentos mais aparentes do que efetivos já foi demonstrada por José Flávio Motta e Agnaldo Valentin. Os autores evidenciam a possibilidade de alteração posterior aos ajustes estabelecidos no momento da partilha permitirem – ou serem motivados – para a reorganização das famílias escravas oficialmente divididas entre herdeiros. Motta e Valentin também enfatizam que dependendo do contexto econômico e social, “a suposta ruptura familiar” não deveria ir “efetivamente além dessa faceta mais estritamente econômica”.<sup>277</sup>

De acordo com o que foi exposto até este momento, não é difícil aplicar argumentação semelhante para a região Central, conforme foi realizado por Patrícia Merlo.<sup>278</sup> Afinal, não é raro encontrar escravos adultos envolvidos em relações familiares com livres, libertos ou pessoas submetidas a outros senhores. Um processo narrado por Adriana Pereira Campos no qual um escravo de nome Bernardo é acusado de furto, em 1854, é ilustrativo a respeito:

Durante o interrogatório, o escravo admitiu que, na noite do crime, não se encontrava na casa de seu senhor, estando a visitar seu irmão Manoel, também escravo e pertencente a D. Francisca Maria Martins Ferreira. O

<sup>277</sup> MOTTA, Flávio; VALENTIN, Agnaldo. A estabilidade das famílias escravas em um plantel de escravos de Apiaí (SP). In: *Afro-Ásia*, 27, (2002), 161-192.

<sup>278</sup> MERLO, 2008, p. 171.



Subdelegado mandou chamar o irmão de Bernardo, o qual, devido a sua condição de escravo, não podia servir como testemunha. Apesar disso, Manoel atendeu a intimação e negou o relato de seu irmão. Estando presente ao depoimento, Bernardo logo confessou não ter estado na casa de Manoel, alegando, ao invés disso, que estivera em companhia de umas forras, residentes à rua do Carmo, chamadas Jeoriana e Mantioza. [...] Outra testemunha confirmou que Bernardo a procurara na intenção de vender-lhe café e, ao ser questionada sobre a origem do produto, respondeu que ele teria dito que o café viera da roça de seus pais.<sup>279</sup>

Os caminhos que conduziram a separação da família de Bernardo não são conhecidos. Mas, residir em local distinto dos pais e servir a senhor diferente do irmão, não os impedia de manter os vínculos familiares a ponto de serem publicamente conhecidos.

Se a continuidade dos laços familiares era possível no contexto social e econômico da região Central, o que poderia ser dito para o reduto da grande lavoura no Espírito Santo? O último inventário citado oferece pistas sobre a questão. A “Fazenda Barreiro”, única propriedade listada entre os bens de raiz de Alexandre José de Araújo, foi dividida entre a viúva e os nove herdeiros. O mesmo ocorreu em vários outros casos, como no das herdeiras do português Joseph da Cunha Guimarães, mencionado anteriormente.

No ano da abertura do inventário do senhor Guimarães, 1859, a escrava Lucrecia tinha uma filha de sete meses de vida, Domingas. No decorrer do processo, ela teve outra filha a quem chamou de Luzana. Lucrecia e a filha caçula couberam a uma herdeira adulta e casada. Domingas, com um pouco mais de dois anos no momento da partilha, coube à herdeira menor de idade e tutelada pelo marido de outra irmã, conforme recomendado pelo pai em testamento. A separação, contudo, deve ter sido mais oficial do que efetiva, uma vez que as quatro herdeiras dividiram as terras da “Fazenda Vargem Grande”, onde provavelmente, Lucrecia pode conviver com a filha, formalmente apartada.

É possível que até a separação efetiva não significasse, invariavelmente, a ruptura completa dos laços. A proposição pode parecer absurda para a região Sul, mas não deve ter sido para João Machado de Freitas, citado no início do capítulo. Credor do inventário de Antonio da Silva Pinheiro, ele solicita ao juiz que lhe venda a escrava Hilária, pertencente ao espólio do falecido. O autor do pedido afirmava estar

---

<sup>279</sup> CAMPOS, Adriana Pereira. *Nas barras dos tribunais: Direito e escravidão no Espírito Santo do Século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2003. p. 195.

consciente da proibição, estabelecida pela Lei de 1871,<sup>280</sup> de separar os filhos menores de doze anos do pai ou da mãe – caso de quatro dos cinco filhos da escrava em questão.<sup>281</sup> Porém, lembrava que esse tipo de situação estava em acordo com os princípios da Lei e o mais importante era evitar a permanência de Hilária no cativo. Argumentava também que, vivendo em liberdade, a mãe poderia prestar mais serviços aos filhos. Em outras palavras, o senhor Freitas deveria acreditar que o destino diferente da família não implicaria em rompimento definitivo.

Infelizmente, o fragmento recolhido da história de Hilária termina em sua alforria concedida imediatamente após a venda. Se, de fato, ela pode permanecer em contato com os filhos não o saberemos, assim como não conheceremos o número exato de separações reais. Contudo, o que os dados apontam, e o testemunho do senhor Freitas parece confirmar, é o reconhecimento social dos vínculos familiares, mesmo em condições limites, e a sua estabilidade. A tendência observada em todas as faixas de tamanho de posse, muito antes da primeira proibição de separar as famílias por meio do Decreto n. 1.695, de 1869,<sup>282</sup> foi a preservação da família escrava por motivos que, obviamente, não se assentavam nos sentimentos humanitários dos senhores, mas no reconhecimento da natureza especial de sua propriedade mais valiosa. Dificilmente a escravidão teria vida tão longa se os senhores desconsiderassem a humanidade dos cativos e tentassem transferir para a prática a ficção jurídica, isto é, considerá-los como objetos, tão somente propriedades.

Em resumo, nas duas regiões espiritosantenses analisadas, os escravos conseguiram superar as dificuldades e construir relações familiares sólidas, duráveis, estáveis. O significado dessa conquista para os escravos não são esclarecidas pelas fontes consultadas e não é pretensão deste trabalho defini-los. Contudo, não é difícil imaginar que passassem por ganhos materiais, políticos e afetivos, conforme demonstrado por estudiosos do tema.<sup>283</sup> Nosso propósito

---

<sup>280</sup> Embora o inventário tenha sido aberto antes da Lei de 1871, marco final do nosso recorte cronológico, o edital para a venda da escrava ocorreu em 1873.

<sup>281</sup> A Lei Rio Branco repetiu a proibição estabelecida por um decreto de 1869, de separar maridos e esposas, e filhos do pai ou da mãe. Entretanto, esta Lei, mais conhecida como Lei do Ventre Livre, alterou a legislação anterior ao reduzir de 15 para 12 anos a idade dos filhos passíveis de separação.

<sup>282</sup> O Decreto n. 1.695, de 15 de setembro de 1869, foi o primeiro a proibir a separação da família. Além disso, ele também regulamentou o comércio de escravos, proibindo sua venda em pregão e a exposição em praça pública. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: 22 de junho de 2012.

<sup>283</sup> Cf. FLORENTINO E GÓES, 1997. SLENES, 1999.

consiste em, a partir do pressuposto de que a reprodução endógena é resultado da socialização dos escravos por meio da família, investigar a sua importância para a reprodução da sociedade escravista. O que expomos até aqui e tentaremos ressaltar no próximo tópico, sem nenhuma pretensão de encerrar o assunto, é que a escolha dos homens e mulheres submetidos à escravidão no Espírito Santo permitiu aos senhores auferir benefícios da instituição familiar de maneira fundamental para a manutenção do próprio sistema. Não foi por acaso que dos quatro representantes da Província na Câmara e no Senado, três votaram contra a Lei do Ventre Livre.<sup>284</sup>

### 3.4. A FAMÍLIA ESCRAVA E A REPRODUÇÃO DA SOCIEDADE ESCRAVISTA

A seção “Agricultura e Colonização” do Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, Antonio Gabriel de Paula Fonseca, datado de dois de outubro de 1872, foi iniciada com comentário demonstrativo da preocupação com os resultados da Lei responsável por libertar o ventre cativo. Em suas palavras,

A memoravel lei de 28 de setembro de 1871, que abriu uma nova era na historia do Brazil, trouxe-nos também a necessidade imperiosa de procurar por todos os meios, uma reforma do systema da lavoura do paiz, de modo que as rendas publicas não deixem de ter o progresso crescente, que a uberdade das terras, a excellencia do clima e o valor dos productos lhe assegurem.<sup>285</sup> [grifo nosso]

Embora procure demonstrar certo otimismo, é possível notar a preocupação do Presidente com a reposição da mão de obra, uma vez que chegava ao fim a possibilidade de reiteração do sistema escravista por meio da reprodução endógena. O quadro nacional poderia oferecer elementos para justificar tal apreensão. Contudo, é mais provável que ela estivesse calcada na observação da Província espiritossantense.

Desde finais do século XVIII, a população escrava do Espírito Santo caracterizava-se pelo equilíbrio sexual, significativa participação de crianças e predomínio de crioulos. A expansão cafeeira a partir de meados do Oitocentos não foi capaz de modificar o cenário na área de colonização mais antiga da Província, a região

<sup>284</sup> Na Câmara, os dois representantes se posicionaram contrários à Lei Rio Branco; no Senado, houve um voto contra e outro a favor. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2ª edição. 1978. p.362.

<sup>285</sup> ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo Presidente da Província o Exm. Sr. Dr. Antonio Gabriel de Paula Fonseca, no dia 02 de outubro de 1872. p. 21. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br>>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2012.

Central. Nas terras meridionais, cuja ocupação foi garantida pela disseminação do novo produto, não se verificou na escravaria grandes distinções em relação à primeira, conquanto a região apresentasse estrutura social e econômica diferenciada. Tais distinções, aliás, tendiam a colaborar para uma aproximação dos índices demográficos verificados nas proximidades de Vitória. Se nos detivermos um pouco mais na análise da população escrava do Sul será possível perceber uma tendência, interrompida pela libertação do ventre cativo, de crescente dependência da reprodução natural para a manutenção do sistema escravista, tal qual ocorria na área da Capital.

A razão de crianças para mulheres adultas pode oferecer panorama – ainda que de caráter geral, posto que baseado em uma amostra de inventários – dos índices de fertilidade da população escrava do Espírito Santo.

TABELA 48. RAZÃO CRIANÇA/MULHER NA POPULAÇÃO ESCRAVA DO ESPÍRITO SANTO

Região	Período	Crianças (0-9 anos)	Mulheres (15-45 anos)	Razão Criança/mulher
Região Central	1790-1821	435	386	1.127
	1850-1871	344	278	1.237
Região Sul	1850-1871	234	153	1.529

Fonte: Inventários *post-mortem* da 1ª Vara de Órfãos de Vitória e do Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, 1850-1871.

Ao investigar a reprodução natural entre os escravos em três regiões de Minas Gerais (São João/São José Del Rei; Mariana/Ouro Preto; Diamantina), Laird Bergad verificou, na década de 1820, em média, uma razão de 1.230 crianças de 1 a 9 anos para cada 1.000 mulheres entre 15 e 45 anos de idade. A similaridade constatada entre os dados mineiros e aqueles verificados nos Estados Unidos “onde há muito se admitia a existência de elevadas taxas de fertilidade entre os escravos” impressionou ao autor: em 1820, mais de uma década após o término do tráfico legal para aquele país, calculou-se que existiam 1.482 crianças menores de 10 anos para cada 1.000 mulheres entre 15 e 45 anos.

Nas décadas de 1850 e 1860, as médias encontradas por Bergad foram um pouco menores do que no início do século, mas ainda assim bastante altas para os padrões brasileiros: 1.108 e 1.161. Segundo o autor, a semelhança com os Estados Unidos e a superioridade das taxas verificadas nas regiões brasileiras fortemente ligadas ao comércio escravista<sup>286</sup> comprovam as “taxas de fertilidade relativamente elevadas e impressionante reprodução dos escravos [...]”.<sup>287</sup>

A comparação com os estudos realizados por Bergad justifica a preocupação do presidente do Espírito Santo em relação à Lei do Ventre Livre: a reprodução endógena deveria constituir o principal meio de reposição da mão de obra escrava na Província. A taxa de fecundidade aumentou entre o início do século e a segunda metade na região Central, na qual foi pequena a dependência do tráfico para a formação das escravarias. O mais interessante, talvez, tenha sido encontrar a taxa de fecundidade mais elevada na região Sul, onde a presença africana era maior devido às condições delineadas anteriormente. Se no processo de ocupação e montagem das escravarias, o comércio escravista – atlântico e interno – desempenhou um papel importante nas terras meridionais da Província, com o passar do tempo sua influência foi se extinguindo. A observação do comportamento das escravas no que se refere à maternidade demonstra que a tendência era de aproximação ou, até mesmo, de superação dos índices encontrados no Centro.

Considerando as idades dos filhos mais velhos juntos às mães, percebe-se que as escravas da região Sul – crioulas e africanas – tendiam a ter filhos aproximadamente dois anos mais jovens que as residentes na área próxima à Capital, entre 1850 e 1871. Nesta, a média calculada para o início da primeira concepção foi de 26 anos.<sup>288</sup> No Sul, a média para as cativas foi de 24 anos.<sup>289</sup>

Além de conhecer a maternidade mais precocemente, as escravas da principal zona cafeeira do Espírito Santo encerraram mais tardiamente suas funções reprodutivas,

---

<sup>286</sup> “Francisco Vidal Luna e Herbet Klein encontraram uma razão média de 560 crianças com menos de 10 anos para mulheres entre as idades de 15 a 49 anos em três distritos paulistas em 1829 [...]” BERGAD, 2004, 220. Em 1788, Stuart Schwartz verificou taxas gerais de fecundidade que variaram entre 490 e 720, em três paróquias rurais da Bahia. Foram consideradas no cálculo mulheres de 15 a 45 anos e crianças de zero a nove anos. SCHWARTZ, 1988, p. 296.

<sup>287</sup> BERGAD, 2004, p. 213-220.

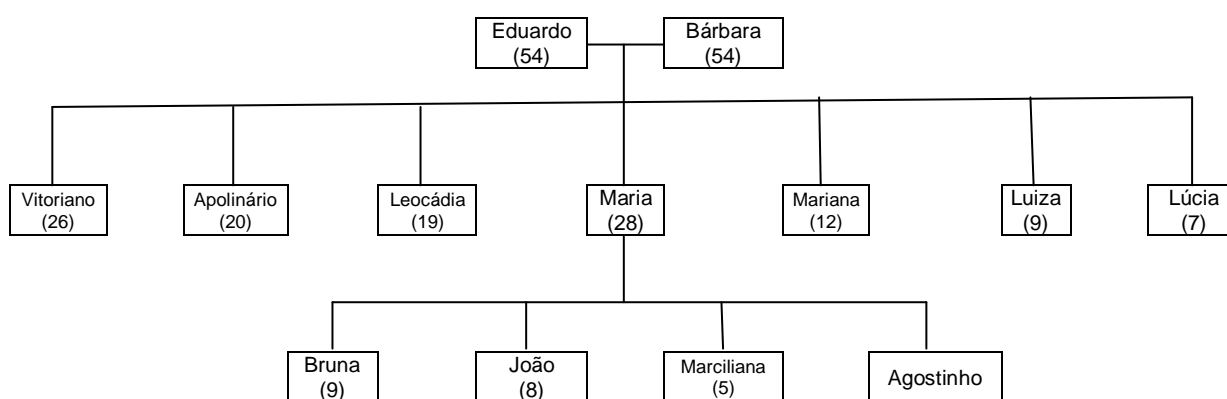
<sup>288</sup> No período anterior, entre 1790 e 1821, a média de idade foi de 19 anos, na região central.

<sup>289</sup> É válido lembrar que essas médias estão uns três ou seis anos acima da realidade, consoante discussão anterior. Contudo, o que importa é mostrar a diferenciação do comportamento das escravas das duas regiões analisadas.

por volta dos 46 anos.<sup>290</sup> Na região Central, a média foi próximo dos 42 anos, entre 1790 e 1821, e de 44 anos entre 1850 e 1871. Ou seja, embora o período reprodutivo das escravas desta região tenha se expandido entre os dois intervalos, no Sul as escravas conheceram um intervalo genésico ainda maior, o que ajudaria a explicar a superioridade da razão criança/mulher lá encontrada.

Para dimensionar esses dados é interessante uma comparação: no agro fluminense, entre 1790 e 1830, a média de idade das escravas ao conceber os últimos filhos situou-se entre os 34 e os 39 anos – variando de acordo com a recorrência ao tráfico. Considerando que na África, as mulheres encerravam sua vida reprodutiva quando se tornavam avós, por volta dos 31 a 33 anos de idade, Florentino e Góes concluem que as escravas no Brasil modificaram o padrão africano, alongando o intervalo entre a primeira e última concepção.<sup>291</sup> No Espírito Santo, onde a presença dos escravos nascidos no Brasil era muito maior, o padrão parece ter sofrido modificação mais intensa: africanas e crioulas, em geral, não iniciaram sua vida reprodutiva logo após a puberdade, tampouco a encerraram ao se tornarem avós. A família de Eduardo e Bárbara, ambos africanos, exemplifica a questão.

QUADRO 3. FAMÍLIA DE EDUARDO E BÁRBARA, ESCRAVOS DE JOSÉ BARBOZA DE LIMA



Fonte: Inventário de José Barboza de Lima. Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, maço 2.

<sup>290</sup> Assim como Manolo Florentino e José Roberto Góes, “adotou-se como critério para estabelecer a idade final da última concepção a idade do filho mais novo de mães de idade igual ou superior ao quarenta anos.” FLORENTINO E GÓES, 1997, p. 137.

<sup>291</sup> FLORENTINO E GÓES, 1997, p.137.

A julgar pela idade de Maria, Bárbara teria concebido a primeira filha aos 26 anos. Por volta dos 45, ela deu à luz ao seu sexto filho, na mesma época em que se tornava avó. Um ano depois nasceu o segundo neto, João. Aos 47 anos, avó de duas crianças, a matriarca da família concebe sua caçula, Lúcia.

Eduardo e Bárbara, seus sete filhos e quatro netos, constituem bom exemplo das vantagens auferidas pelos proprietários com a família escrava. Evidentemente, a decisão de construir laços de parentesco, casar, gerar filhos, arranjar comadres e compadres, cabia ao indivíduo. Detalhes mais sutis como o local da cerimônia – conforme feito pelo casal Aurelio e Maria – e as testemunhas do casamento podem indicar a manifestação dos desejos individuais.

No dia 11 de setembro de 1869, quatro casais de escravos do Capitão Francisco de Souza Monteiro e sua esposa Dona Henriqueta Barbara Rios de Souza, receberam as bênçãos matrimoniais. Dois deles – José e Lúcia, [ilegível] e Lucineia – tiveram por testemunhas dois homens livres; o terceiro casal, João dos Santos e Sabrina, teve como testemunhas dois escravos, sendo que um deles, Vicente, também testemunhou o quarto casamento, o de Prudêncio e Maria, junto com outra pessoa que não pode ser identificada.<sup>292</sup>

Outra cerimônia coletiva, esta datada de 30 de novembro de 1861, corrobora nossa opinião. Neste dia, três casais escravos e um livre celebraram sua união perante a Igreja. O casal livre era proprietário de um dos casais escravos; os outros dois casais pertenciam ao pai do noivo livre. Era comum que livres, proprietários, homens portadores de certa distinção social, como Basílio Carvalho Daemon, testemunhassem casamentos de escravos. Contudo, mesmo existindo pessoas em número mais que suficiente na Igreja para servir como testemunhas dos três casais, ocuparam essa função dois companheiros de cativeiro.<sup>293</sup>

Se até mesmo as testemunhas não representavam imposição senhorial, é difícil imaginar senhores determinando “tu, fulano, a seu tempo, casarás com fulana”.<sup>294</sup> A escolha certamente, repousava sobre os cativos. Isso, todavia, não as isentava da influência senhorial, nem impedia aos senhores se beneficiar com tais

---

<sup>292</sup> CATEDRAL de São Pedro do Cachoeiro. Livro Primeiro de Casamentos, 1859-1894.

<sup>293</sup> Dentre os 46 casamentos de escravos realizados em São Pedro do Cachoeiro, 17 foram testemunhados por dois escravos; 22 foram testemunhados por dois livres; sete reuniram uma testemunha livre e uma escrava.

<sup>294</sup> ANTONIL, 1982, capítulo IX.

relacionamentos e, especialmente, com seus frutos. É nesse sentido que entendemos a colocação de Gilberto Freyre: “O que se queria era que os ventres das mulheres gerassem. Que as negras produzissem moleques.”<sup>295</sup>

Retornando ao exemplo de Eduardo, Bárbara e sua extensa prole, torna-se evidente a importância da família na reposição das escravarias do Espírito Santo, mesmo na região economicamente mais dinâmica da Província. O casal, os filhos e netos – sem contar o provável parceiro de Maria que não é mencionado – totalizavam 13 pessoas ou 19,4% da escravaria de José Barboza de Lima. Em termos de valores, apenas esta família representava 14% do monte mor calculado em 61:751\$020.

Os custos para a manutenção de uma criança poderiam ser altos, mas a recompensa obtida com ela era maior: caso ela ultrapassasse a primeira infância, logo superava o valor dos pais. A comparação do inventário de José Barboza de Lima com o de sua esposa, realizado três anos antes, permite acompanhar a valorização da família do casal de africanos que, na primeira partilha, permaneceu totalmente unida. O quadro 4, na próxima página, resume as informações.

Com exceção do casal, já em idade avançada, e de uma das filhas, o restante da família teve valorização entre os dois inventários. Em pouco mais de três anos, o valor total do núcleo familiar aumentou em mais de dois contos de réis. A filha Mariana, uma das três separadas do casal na segunda partilha, aos oito anos já igualava o valor do pai e superava o da mãe.

Um olhar mais geral sobre os demais cativos de José Barboza de Lima revela a importância da reprodução endógena para a manutenção e ampliação de sua mão de obra. A escravaria era composta por 67 pessoas, sendo 40,3% abaixo dos 15 anos. Foram descritas cinco famílias que envolviam 42 cativos. Quanto à procedência, havia 17 africanos na propriedade, cerca de um quarto do total. A grande participação de estrangeiros significaria a recorrência ao tráfico? Pouco provável, pois o mais novo deles contava 40 anos.

---

<sup>295</sup> FREYRE, 2006, p. 399.



QUADRO 4. AVALIAÇÃO DOS MEMBROS DA FAMÍLIA DE EDUARDO E BÁRBARA NOS INVENTÁRIOS DE JOAQUINA MARGARIDA DA SILVA LIMA (1864) E JOSÉ BARBOZA DE LIMA (1867)

	Escravos*	Valor em 1864	Valor em 1867
Casal	Eduardo (50)	600\$000	300\$000
	Bárbara (50)	500\$000	500\$000
Filhos de Eduardo e Bárbara	Vitoriano (22)	600\$000	1:500\$000
	Apolinário (16)	1:300\$000	1:500\$000
	Leocádia (15)	1:200\$000	1:400\$000
	Mariana (8)	600\$000	600\$000
	Luiza (5)	300\$000	450\$000
	Lucia (3)	200\$000	350\$000
	Maria (24)	1:200\$000	1:500\$000
Filhos de Maria, netos de Eduardo e Bárbara	Marciliana (1)	100\$000	200\$000
	Bruna (5)	100\$000	350\$000
	João (4)	300\$000	400\$000
	Agostinho**	-	120\$000
Total		7:000\$000	9:170\$000

Fonte: Inventários de Joaquina Margarida da Silva Lima e José Barboza de Lima. Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim. Maços 1 e 2, respectivamente.

\*Entre Parênteses estão as idades dos cativos de acordo com a primeira avaliação.

\*\*idade não mencionada, nasceu no intervalo entre os dois inventários.

Um último comentário a respeito do inventário de José Barboza de Lima é necessário que se faça. Embora as relações parentais tenham sido anotadas com minúcias, registrando o parentesco entre avós e neta, mesmo na ausência da mãe da criança, quatro infantes foram registrados sem nenhuma descrição de parentesco. Conforme discutido, em um número de casos que não se pode quantificar, houve displicência na anotação, afinal, os inventários não serviam

obrigatoriamente a esse propósito. Todavia, neste caso em especial, seria possível que o mesmo tenha ocorrido? Acreditamos que não. Haja vista a riqueza do proprietário é pouco provável a hipótese de venda das mães (as crianças não deveriam ser filhas de uma mulher apenas, já que não foram registradas como irmãs).<sup>296</sup> Por outro lado, a morte nunca está descartada, mas também é possível imaginar a possibilidade do comércio de crianças, aventada anteriormente.

Adriana Campos demonstra, por meio de estudo de Notas de Compra e Venda, que, entre 1861 e 1872, os infantes com até 15 anos representavam 25,9% dos escravos negociados em Vitória. De acordo com os dados apurados pela autora, o preço baixo não pode ser apontado como a principal justificativa da procura pelos pequenos trabalhadores: mais de 36% deles foram negociados por mais de 1:000\$000. A proporção é muito similar à verificada para os adultos, entre 21 e 45 anos, posto que 42% foram comercializados na mesma faixa de valor. Diante dos dados, a autora conclui: “É possível afirmar, então, que a reprodução endógena avançava além da reiteração da escravaria, convertendo-se em expediente de alto valor no mercado de almas.”<sup>297</sup>

Infelizmente não dispomos de documentação semelhante para a região Sul, mas o que pode ser apurado nos inventários sugere concordância com Campos. Na área próxima à Vitória, entre 1850 e 1871, aproximadamente 28% das crianças foram avaliadas a partir de 1:000\$000; no Sul, 19% esteve na mesma faixa de valor. Soma-se a isso a proporção elevada de crianças não envolvidas em relações familiares – mais da metade do total nas duas regiões (Tabela 37). Isso, contudo, não inviabilizou a construção de sólidos laços familiares entre os escravos. As separações no momento da partilha, como se procurou demonstrar, e aqui pode se incluir as vendas, não significaram a dissolução da família. Entretanto, o modo como elas ocorreram, quiçá, indique a concordância dos senhores do Espírito Santo com a afirmação dos escravagistas de Apiaí: “a parte mais produtiva da propriedade escrava é o ventre gerador”.<sup>298</sup>

Já doente, o Capitão José Vieira Machado resolveu expressar por escrito suas últimas vontades. A transcrição de seu testamento para o inventário, em abril de

---

<sup>296</sup> Foram registradas quatro duplas de irmãos cujas mães não integram a mesma escravaria – em três casos se menciona o nome da mãe.

<sup>297</sup> CAMPOS, 2011, p. 92-93.

<sup>298</sup> NABUCO, Editorial S.A., p. 124.

1871, permite conhecer sua preocupação com o irmão que lhe devia uma quantia que colocava em risco todo o seu patrimônio. Declarou ele “que sendo-lhe devedor seu irmão Pedro Vieira Machado, quantias por escriptura de Hypoteca, caso esta dívida na liquidação absorva todos os seus bens, quer e deseja que se lhe dê um casal de escravos a escolha d’ele devedor [...]”<sup>299</sup> A fortuna acumulada pelo Capitão Machado, proprietário de uma das maiores fazendas cafeeiras da região, ultrapassava os 214:000\$000. Por que, então, não pensar em uma doação em dinheiro? Ou, por que não escolher, em meio a sua enorme escravaria, dois rapazes em pleno vigor físico? Possivelmente, a resposta passa pelo ventre gerador – libertado meses depois.

A título de encerramento, gostaríamos de retornar ao caso do menino Lino. Em 1859, na partilha dos bens de José Luiz Homem de Azevedo e sua esposa Dona Maria Rosa da Fraga, sua mãe coube ao órfão Joseph Luiz. Em 1869, foi solicitado novo inventário por um dos genros do casal e nele foi arrolado o crioulo Lino, com 10 anos de idade, em poder do proprietário de sua mãe que se negava a entregá-lo, sendo necessário um mandado de busca para integrá-lo ao espólio. A explicação para Lino ser incluído no novo inventário é que sua mãe estava grávida quando da primeira partilha. Isto é, a cativa havia mudado de proprietário, mas a criança ainda no ventre pertencia aos antigos senhores que exigiram, por força de lei, sua propriedade. Apesar do processo difícil, dos interesses econômicos envolvidos que tendiam a ressaltar o escravo enquanto propriedade, bem, objeto, o vínculo entre mãe e filho não foi esquecido. Para solicitar a posse sobre Lino, o herdeiro utilizou como justificativa a relação familiar entre os escravos.

Tal como no caso de Lino e sua mãe, a família escrava no Espírito Santo se formou em meio a uma disputa de interesses. De um lado, os senhores buscando auferir a maior renda possível de seus enlacs – política e econômica. De outro, pessoas vivendo sob as difíceis condições do cativo, buscando – independente da vontade senhorial – o melhor “modo de passar a vida”.

---

<sup>299</sup> Inventário de José Vieira Machado. Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, maço n 3.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Espírito Santo constitui *locus* privilegiado para o estudo da família escrava, assim como para muitos outros aspectos da escravidão dado o comprometimento com tal instituição até seus instantes finais.

Desde os primórdios do Oitocentos – “iniciado” por volta de 1790 graças às mudanças desencadeadas do outro lado do Atlântico – pode-se perceber a dependência em relação à mão de obra escrava na antiga Capitania de Vasco Fernandes Coutinho. Embora a população não ultrapassasse um punhado de gente que ainda arranhava o litoral, para tomar de empréstimo a expressão de Frei Vicente de Salvador usada mais de um século e meio antes do período analisado, o trabalho escravo encontrava-se amplamente disseminado. Raro foi o inventário, por mais modesto que fosse o patrimônio, que não arrolasse ao menos um cativo. Este, aliás, afigurava-se o bem mais recorrente e precioso dos espólios, independente do nível de riqueza do inventariado.

A terra, “capaz de toda produção”, cultivava gêneros alimentícios, mas não estava excluída do cenário econômico Colonial. Ainda que em pequena escala, a Capitania espiritosantense contribuía para o abastecimento das regiões vizinhas e, sobretudo para o Rio de Janeiro, exportava sua discreta colheita de açúcar e algodão. De maneira semelhante ao observado no restante da Colônia, havia concentração de escravos e, por conseguinte, da riqueza.

Passada a Independência e o período de organização do Império, nos deparamos com um Espírito Santo um pouco diferente, sob variados aspectos, da época da Capitania. Em meados do século, a marcha do café alcançava a Província oferecendo novas possibilidades e inaugurando uma nova fase. Junto do novo produto chegaram investimentos e gentes, escravas e livres, mudando a paisagem humana e econômica, garantindo a ocupação de vastas áreas dos sertões.

A nova “esperança” dos grandes e pequenos agricultores, como afirmava o Presidente Costa Pereira, espalhou-se por toda a Província, porém, de forma heterogênea. As terras próximas às fronteiras do Rio de Janeiro e Minas Gerais foram as que conheceram a expansão mais agressiva, distinguindo-se do restante do território provincial e sendo merecidamente chamada de reduto da grande lavoura cafeeira do Espírito Santo. O processo ocorreu de forma muito menos

intensa no Centro da Província. Ali, o café foi cultivado junto às produções tradicionais, nas pequenas e médias propriedades que permaneciam dominando o cenário local.

A expansão econômica ocorreu em um momento delicado da história do Império: o fim do tráfico atlântico. O encarecimento da mão de obra escrava, iniciada décadas antes da abolição definitiva da importação de africanos pela Lei Eusébio de Queirós, limitou seu acesso a parcelas cada vez mais restritas da sociedade. De fato, a presença dos escravos nos inventários da região Central sofreu redução entre os dois períodos analisados. Contudo, o percentual de proprietários entre os inventariados permaneceu significativa, cerca de 66%, e como importante demonstrativo da força da instituição no local. Na região Sul, a situação ficou ainda mais evidente, uma vez que a quase totalidade dos inventários acusou a existência de escravos.

O processo de ocupação diferenciado foi o responsável pela presença mais acentuada de senhores entre os inventariados dos vales do Itapemirim e do Itabapoana. De forma previsível, sobre ele assentaram-se outras distinções intraprovinciais, como a estrutura de posse escrava. No Sul, foi menor o número de pequenos proprietários e muito maior a concentração de cativos nas mãos dos grandes senhores. Nesta região, as propriedades com mais de 20 cativos reuniram 76% da população escrava arrolada na documentação, enquanto na área da Capital verificou-se 32% dos cativos na mesma condição. A taxa de africanidade mais alta nas terras meridionais da Província foi tributária do mesmo processo. Vale ressaltar que isso não significou predomínio de estrangeiros. Os crioulos sempre foram a maioria entre os escravos. Sua presença, sobretudo no Centro, se coloca ao lado de outros trabalhos para responder ao questionamento realizado há mais de duas décadas por Horácio Gutiérrez: a marcante participação dos escravos nascidos no Brasil verificada no Paraná não deve ter sido atípica no contexto das economias não exportadoras. Aliás, sua crescente participação no Sul do Espírito Santo aponta para sua relevância também em economias exportadoras, ao menos, na segunda metade do século XIX.

Embora a origem guardasse diferenças substanciais, os índices demográficos das duas regiões não preservaram dessemelhanças significativas. Ao contrário, a tendência, interrompida pela Lei do Ventre Livre, era de aproximação. A participação

de crianças foi grande por toda a Província e, no Centro, nos dois períodos analisados. No Sul, onde o percentual de infantes foi ligeiramente maior, assim como a razão criança/mulher, os nascimentos agiam no sentido de neutralizar o desequilíbrio sexual provocado pela presença africana, majoritariamente masculina. Vestígios do tráfico interno foram percebidos nessa região, mas a tendência ao equilíbrio sexual desautoriza a imaginar que ele tivesse desempenhado papel estrutural na reposição da mão de obra.

O grande número de crianças, a proporcionalidade entre homens e mulheres, o predomínio de crioulos, permitem pensar na importância fundamental da reprodução endógena para a manutenção e ampliação das escravarias, isto é, da família escrava para a reiteração da sociedade escravista no Espírito Santo. De modo algum, pretende-se negar a iniciativa dos homens e mulheres cativos na construção de seus arranjos familiares. As fontes, mesmo que não privilegiassem a observação do protagonismo de seus personagens, por vezes, o indicou.

As famílias escravas não foram fruto da manipulação dos proprietários. Entretanto, seu valor para o funcionamento do sistema não passou despercebido para a sociedade escravista, sendo explicitada pelas autoridades e senhores. Se alguns verbalizaram a importância do ventre gerador, a maioria a indicou por suas ações. A principal delas, provavelmente, foi a tentativa de manter os laços familiares no momento da partilha do patrimônio, sobretudo os casais abençoados pela Igreja.

A pressão das dívidas e a existência de muitos herdeiros em relação ao tamanho da herança constituíam os principais motivos para a separação dos parentes. Separação esta que nem sempre significou o rompimento dos laços familiares, se revelando, por várias vezes, mais formal do que real. A divisão da família entre herdeiros menores, em uns casos, e das terras, em outros, apontava para a convivência de familiares formalmente apartados.

Na região Central, a mobilidade espacial ajudava a evitar o rompimento definitivo dos vínculos causados pela partilha ou pelo comércio. O representativo percentual de escravos descritos sem registro de parentesco, inclusive entre os infantes, aponta para a inclusão de escravos aparentados no comércio. Seu impacto sobre as famílias, contudo, deve ter sido minorado pelas especificidades locais – as mesmas empregadas pelos cativos para sua socialização, para a interação com o mundo

livre/liberto, para a construção de relacionamentos, para a preservação dos laços afrouxados nas partilhas.

Muitos questionamentos motivaram e nortearam este trabalho. Não pretendemos estabelecer uma resposta definitiva para nenhum deles. Nossa pretensão foi, ao buscar as respostas, encontrar elementos que permitissem participar e oferecer alguma contribuição à discussão a respeito da família escrava no Brasil.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

#### a) Manuscritas.

ARQUIVO do Cartório do 5º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim. Inventários *post-mortem*, maços 1 a 3, 1856-1871.

CÚRIA Metropolitana de Vitória. Livro de Casamento da Freguesia de São João de Cariacica L3, 1866-1888.

CATEDRAL de São Pedro de Cachoeiro. Livro Primeiro de Casamentos, 1859-1894.

1ª VARA de Órfãos de Vitória. Inventários *post-mortem* efetivados entre 1790 a 1822.

1ª VARA de Órfãos de Vitória. Inventários *post-mortem* efetivados entre 1850-1872.

#### b) Impressas.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil). Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 04 de novembro de 2011.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. Relatório do Presidente José Bonifácio Nascentes de Azambuja apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na sessão ordinária de 24 de maio de 1852. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br>>. Acesso em 12 de junho de 2011.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente da Província do Espírito Santo, o Doutor José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, passou a administração da Província ao Exmo. Sr. Comendador, José Francisco de Andrade e Almeida e Monjardim, segundo vice-presidente, em 13 de fevereiro de 1857. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br>>. Acesso em 07 de agosto de 2011.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO. Relatório que o Exm. Sr. Barão de Itapemirim, primeiro Vice-Presidente da Província do ES, apresentou na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 25 de maio de 1857. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br>>. Acesso em 07 de agosto de 2011.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. Relatório o Exm. Presidente da Província do Espírito Santo, Dr. José Fernandes da Costa Pereira Jr., dirigiu a Assembléia Legislativa na Sessão Ordinária de 23 de maio de 1862. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br>>. Acesso em 25 de junho de 2011.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, Exm. Sr. Doutor Francisco Ferreira



Correa, dirigido a Assembléa Legislativa na Sessão Ordinária do ano de 1871. P. 109. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br>>. Acesso em 08 de julho de 2011.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo Presidente da Província o Exm. Sr. Dr. Antonio Gabriel de Paula Fonseca, no dia 02 de outubro de 1872. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br>>. Acesso em 04 de fevereiro de 2012.

BRASIL. Câmara Dos Deputados. Coleção de Leis do Império do Brasil. Decreto n. 1.695, de 15 de setembro de 1869. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: 22 de junho de 2012.

BRASIL. Legislação Histórica do Planalto. Lei n. 581, de 4 de setembro de 1850. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 03 de julho de 2010.

BRASIL. Legislação Histórica do Planalto. Lei 2.040, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 03 de julho de 2010.

CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo, e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide 5º arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho da Sua Majestade: propostas, e aceitas em o Sínodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. Lisboa 1719 e Coimbra 1720. São Paulo: Typographia de Antonio Louzada Antunes, 2 de dezembro 1853. Título LXXI, p.125.

IBGE. Censo do Brasil, 1872. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em 05 de maio de 2010.

MARQUES, Cezar de Augusto (org). *Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo*. Arquivo Público da Assembléa Legislativa do Espírito Santo, caixa 72-itens gerais 67, 1876.

RUBIM, Francisco Alberto. *Memórias para servir à história: até o ano de 1817 e breve notícia estatística da Capitania do Espírito Santo, porção integrante do Reino do Brasil*. Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1840. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br>>. Acesso em: 15 de setembro de 2011.

VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. *Memórias Estatísticas da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br>>. Acesso em: 15 de setembro de 2011.

## OBRAS DE APOIO

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Escravidão e transição: Espírito Santo, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

AZEVEDO, Aluísio. *O mulato*. São Paulo: Klick Editora [19--].

\_\_\_\_\_. *O Cortiço*. 3 ed. São Paulo: Martin Claret, 2010.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; SCOTT, Ana Silvia Volpi; BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. Quarenta anos de demografia histórica. *R. Bras. Est. Pop.*, São Paulo, v. 22, n. 2, PP. 339-350, jul./dez, 2005.

BASTOS, Fabíola Martins. *Relações sociais, conflitos e espaços de sociabilidade: formas de convívio no município de Vitória, 1850-1872*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em *História Social das Relações Políticas*, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2009.

BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

BETHEL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: Família e sociedade (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

Campos, Adriana Pereira. *Nas barras dos tribunais: Direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX*. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. *Escravidão e Creolização: A capitania do Espírito Santo, 1790-1815*. In: FRAGOSO, João Luís... [et al.] (Orgs.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes, 2006. p. 571-607.

\_\_\_\_\_. *Negras e escravas: produção e reprodução do corpo feminino na sociedade escravista brasileira*. In: *O corpo e suas fic(xa)ções*. SOUBBOTNIK, Olga Maria Machado Carlos de Souza, SOUBBOTNIK, Michael Alain (Org.). Vitória: PPGL/MEL, 2007.

\_\_\_\_\_. *Escravidão, reprodução endógena e crioulição: o caso do Espírito Santo no Oitocentos*. In: *Topoi*, v. 12, n. 23, jul.-dez 2011, p. 84-96.

\_\_\_\_\_; MERLO, Patrícia M. da Silva. *Sob as bênçãos da Igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira*. *Topoi: Revista de História*, vol. 6, nº 11, p. 326-360, 2005.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 2ª Ed.

CARVALHO, Enaile Flauzina. *Política mercantil nas terras do Espírito Santo (1790-1821)*. Dissertação apresentada ao PPGHis da UFES, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. *Dom Pedro II: ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONDE, Bruno Santos. *Entre o Espiritual e o Social: Escravidão e Compadrio em Vitória (1850-1871)*. Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Federal do Espírito Santo, 2007.

\_\_\_\_\_. *Depois dos Jesuítas: a economia colonial do espírito santo (1750-1800)*. Dissertação de mestrado apresentado ao PPGHis-UFES, 2011.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil (1850-1888)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORREIA, Patrícia Cardoso. Cronologia: Marquês de Pombal (1699-1782) In: *Camões – Revista de Letras e Cultura Lusófonas*. n. 15-16, Janeiro-Junho de 2003.

COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à Colônia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. 4ª ed.

COSTA, Iraci Del Costa; SLENES, Robert. SCHWARTZ, Stuart. A família escrava em Lorena. *Estudos Econômicos*. 17 (2): 245-295, maio/ago. 1987. p. 257.

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopese e estatística*. [Coordenação, notas e transcrição de Maria Clara Medeiros Santos Neves]. 2. ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

DEAN, Warren. *Rio Claro, a Brazilian Plantation System, 1820-1920*. Stanford, 1976.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, Jonh L.. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERREIRA, Heloísa de Souza. *Ardis da sedução e estratégias da liberdade: escravos e senhores nos anúncios de jornais do Espírito Santo (1849-1888)*. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGHis-UFES, 2012.

FINLEY, Moses I. *Escravidão Antiga, Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. Abolicionismo e lógica demográfica da *plantation* no Brasil, 1789-1850 (notas de investigação). In: Scott, Ana Silvia Volpi; Fleck, Eliane Cristina Deckmann (orgs). *A Corte no Brasil: População e Sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

\_\_\_\_\_ & GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c.1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

\_\_\_\_\_; MACHADO, Cacilda. Famílias e Mercado: tipologias parentais de acordo ao grau de afastamento do mercado de cativos (século XIX). In: *Afro-Ásia*, Salvador, 24, (2000), 511-70.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.

FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

\_\_\_\_\_. Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 29, 2002. p. 1-25.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GENOVESE, Eugene D. *Roll, Jordan, Roll: The World the Slaves Made*. New York: Pantheon Books (Rando House), 1974.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. Mercado historiográfico e troca desigual. In: \_\_\_\_\_. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa e Rio de Janeiro: Difel / Bertrand Brasil, 1989.

GÓES, José Roberto Pinto de. Padrões de alforria no Rio de Janeiro (1840-1871). In: FRAGOSO, João et al. *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: EDUFES, 2006.

GRAHAN, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, Salvador, 27 (2002), 121-160.

GRIMBER, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial*, vol. I: 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GURGEL, Argemiro Eloy. *A Lei de 7 de novembro de 1831 e as ações cíveis de liberdade na Cidade de Valença (1870 a 1888)*. Dissertação de mestrado apresentada à UFRJ-IFCS, 2004.

GUTIÉRREZ, Horácio. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8, nº 16, PP.161-188, mar.88/ago.88.

GUTMAN, Herbet. *The Black Family in Slavery and Freedom, 1750-1925*. New York, Random House, 1976.

JESUS, Aloíza Delurde Reali de. *De porta adentro a porta afora: trabalho escravo nas freguesias do Espírito Santo (1850-1871)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

LAGO, Rafaela Domingos. Estratégias sociais: escravos, liberto e livres na composição das famílias capixabas (1831-1850). In: CAMPOS, A. P.; FELDMAN, S. A.; FRANCO, S. P.; NADER, M. B.; SILVA, G. V. (Org.) *Anais eletrônicos do II congresso Internacional de História Ufes/Université de Paris-Est*. cidade, cotidiano e poder. Vitória: GM Gráfica & Editora, 2009, p. 1-13.

LAIRD, Bergad W. *Escravidão e História Econômica: Demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Tradução de Beatriz Sidou. Bauru, SP: EDUSC, 2004. p.22.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MACIEL, Cleber. Origens de uma possível cultura afro-capixaba. *Dimensões: Revista de História*, Vitória, nº 03, 1992.

MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais - PR, passagem do XVIII para o XIX)*. Tese (doutorado): Programa de Pós-graduação da UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

\_\_\_\_\_. ; ENGEMANN, Carlos; FLORENTINO, Manolo. Entre o geral e o singular. Histórias de fazendas escravistas da América do Sul – séculos XVIII e XIX. (p. 167-187). In: FLORENTINO, Manolo. MACHADO, Cacilda (Org.). *Ensaio sobre a escravidão (I)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial*, vol. I, 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A administração do trabalho escravo nos manuais de fazendeiros do Brasil Império, 1830-1847. *Revista de História*: 137, p. 95-111, 1997.

MARTINS, Robson Luís Machado. *Os caminhos da liberdade: abolicionistas, escravos e senhores na província do Espírito Santo (1884-1888)*. Campinas: CMU Publicações, 2005.

MARTINS, Roger Borges. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. In: SZMRECSANYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). *História Econômica da Independência e do Império*. 2. Ed. Revista. São Paulo: Hucitec/ Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/ Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2002.

MATTOS, Hebe Maria. MATTOS, Hebe Maria. A escravidão fora das grandes unidades agro-exportadoras. In: CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). *Escravidão e abolição: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988.

\_\_\_\_\_. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. 3 ed. [1990]. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MERLO, Patrícia M. da Silva. *À sombra da escravidão: negócios e família escrava (Vitória/ES, 1800-1830)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2003.

\_\_\_\_\_. *O nó e o ninho: estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871*. Tese (doutorado): Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

MOTTA, Flávio; VALENTIN, Agnaldo. A estabilidade das famílias escravas em um plantel de escravos de Apiaí (SP). In: *Afro-Ásia*, Salvador, 27, (2002), 161-192.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo: Conferências e discursos abolicionistas*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A.

NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Idéias jurídicas e autoridade na família*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

NOVAES, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 7 ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

PAIVA, Eduardo França. Minas depois da mineração [ou o século XIX mineiro]. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial, volume I: 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 283.

PARÁISO, Vilma Almada. *Escravidão e Transição: Espírito Santo, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

PASCOAL, Isaías. Economia e Trabalho no Sul de Minas no século XIX. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 02 (30), p. 259-287, ago. 2007.

PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 25 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

\_\_\_\_\_. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PRICE, Mintz. O milagre da criouliização: retrospectiva. *Estudos Afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 383-419, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>> Acesso em 02 de julho de 2009.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2007.

REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ROCHA, Gilda. *Imigração estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896*. Vitória: [s.n], 2000.

RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira (Org.). *Exercícios de indiciário*. Vitória: UFES / PPGHis, 2006.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os africanos no Brasil*. Revisão e prefácio de Homero Pires, notas biobibliográficas de Fernando Sales, 5ª ed. São Paulo: Nacional, 1977.

SALETO, Nara. *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930)*. Edufes: Vitória, 1996.

\_\_\_\_\_. Sobre a composição étnica da população capixaba. *Dimensões - Revista de História da UFES*, Vitória, ES, v. 11, 2000, p. 99-109.

SANTANA, Leonor de Araújo. O negro na historiografia capixaba: a presença negra na obra de Maria Stella de Novaes. In: *Dimensões: Revista de História da Ufes*. Vitória: UFES, CCHN, vol. 11, Jul-Dez, 2000, p. 301-306.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Cultura e opulência no Brasil Colônia*. Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. *Sistema de Casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP, 1984.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. CONRAD, 1978.

\_\_\_\_\_. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SLENES, Robert. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery, 1850-1888*. Tese (doutorado) – Stanford University, 1975.

\_\_\_\_\_. Escravidão e famílias: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). In: *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. São Paulo: ABEP, p. 2119-2134, 1984.

\_\_\_\_\_. SLENES, Robert W. Lares negros, olhares brancos: famílias escravas no século XIX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8, nº 16, pp.189-203, mar.88-ago.88.

\_\_\_\_\_. *Na senzala, uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

\_\_\_\_\_. A árvore de NSANDA transplantada: cultos Kongo de aflição e identidade escrava no Sudeste brasileiro (século XIX). In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (Orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.

SOARES, Geraldo Antonio. Gilberto Freyre, historiador da cultura. In: *Afro-Ásia*, 27 (2002), 223-248.

\_\_\_\_\_. Os escravos como protagonistas de sua própria liberdade: lutas, famílias, religião e ascensão social. In: CAMPOS, Adriana Pereira; SILVA, Gilvan da. (Orgs.). *O sistema escravista lusobrasileiro e o cotidiano da escravidão*. Vitória: GM, 2011.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana, 1850-1888*. Dissertação de mestrado apresentada à USP, 2001.

\_\_\_\_\_. Família escrava, sua estabilidade e reprodução em Mariana, 1850-1888. *Revista Afro-Ásia*, Salvador, n° 28 (2002), p. 179-220.

TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Família escrava e riqueza na Comarca do Rio das Mortes: O distrito da Lage e o Quarteirão do Mosquito*. São Paulo: Annablume; Coronel Xavier Chaves: Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves, 2006.

VAUGHAN, Júlio César Ribeiro. *A Carne*. Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2002.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. São Paulo/Brasília: IOESP/EDIUNB, 1999. Volume 2. Capítulo IX, p. 187-287.